

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO:
um balanço do debate

Eduardo Barros Mariutti

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de Mestre em História
Econômica, sob a orientação do Prof. Dr.
Fernando Antonio Novais.

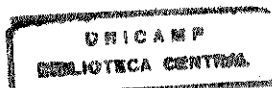
*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Eduardo Barros
Mariutti em 10/02/2000 e orientada pelo Prof.
Dr. Fernando Antonio Novais.*

CPG, 10/02/2000

Fernando Antonio Novais

Campinas, 2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	M339t
V.	Ex.
TOMBO DC/	41338
PROC.	278/00
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05-07-00
N.º CPD	

CM-00142392-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

M339t

Mariutti, Eduardo Barros.

A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate / Eduardo Barros Mariutti. – Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Fernando Antonio Novais.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Capitalismo. 2. Feudalismo. 3. Comunismo. I. Novais, Fernando Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Fernando Novais que, ao orientar esta dissertação, pôs ao meu dispor seus profundos conhecimentos sobre o tema que decidi abordar. Seus comentários críticos e a clareza de suas idéias foram imprescindíveis, pois muito me ajudaram. Igualmente importantes foram os cursos por ele ministrados na pós-graduação, que versam exatamente sobre os principais problemas que tive de enfrentar ao redigir este texto. Devo muito também ao Professor Márcio Bilharinho Naves, que orientou meus estudos durante praticamente toda a graduação. Boa parte das idéias contidas neste trabalho derivam de nossas longas e proveitosas conversas.

Aos meus pais, sou profundamente grato pelo afeto, apoio e, principalmente, por nunca terem poupado esforços para me proporcionar uma educação sólida. Agradeço também à minha esposa, Lilian, pelo seu carinho, sua paciência e pelo seu apoio.

Aos colegas da pós-graduação do IE e do IFCH, agradeço pelos momentos de descontração e pela troca franca de idéias. Sou grato também aos colegas do grupo de estudos organizado pelo Prof. Novais, que muito contribuíram para enriquecer meus conhecimentos.

São Paulo, dezembro de 1999

Eduardo Barros Mariutti

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
-------------------------	----------

PARTE I - A POLÊMICA DOBB-SWEEZY

I - A CONCEPÇÃO DE DOBB	14
II - A CONCEPÇÃO DE SWEEZY	28
III - COMENTÁRIOS	39
1) CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE DOBB	40
2) CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE SWEEZY	46

PARTE II - O DEBATE BRENNER

IV - CRÍTICA AO MODELO DEMOGRÁFICO	61
EMMANUEL LE ROY LADURIE.....	64
M.M. POSTAN E JOHN HATCHER.....	67
V - A INTERPRETAÇÃO DE BRENNER	73
1) O DECLÍNIO DA SERVIDÃO.....	76
2) A ACUMULAÇÃO POLÍTICA E A FORMAÇÃO DO ESTADO.....	82
3) O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO: FRANÇA <i>VERSUS</i> INGLATERRA.....	93
<i>Inglaterra</i>	94
<i>França</i>	97
4) A CONEXÃO ENTRE A INDÚSTRIA E A AGRICULTURA: A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO NA INGLATERRA.	100
5) NOVOS MERCADORES E A REVOLUÇÃO DE 1640	104
5.1) <i>A formação do capitalismo e a Revolução de 1640</i>	105
5.2) <i>Os novos mercados e a ruptura do padrão mercantil</i>	115
VI - GUY BOIS: CRÍTICA DO “MARXISMO POLÍTICO”	122
1) A RESPOSTA DE BRENNER	126
2) A CONTRIBUIÇÃO MAIS POSITIVA DE BOIS: <i>CRISE DU FÉODALISME</i>	128

PARTE III - MATERIALISMO HISTÓRICO E A TRANSIÇÃO

VII - AS DUAS TENDÊNCIAS NA OBRA MARXIANA	133
1) CRÍTICA AO PRIMEIRO MODELO EXPLICATIVO: O PRIMADO DAS FORÇAS PRODUTIVAS.....	134
2) O SEGUNDO MODELO: A DOMINÂNCIA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO.....	146
VIII - A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NA PERSPECTIVA DE MARX	149
1) O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL COMERCIAL E SEUS LIMITES	167
2) <i>O CAPITAL</i> : HISTÓRIA DO CAPITALISMO?	173

CONCLUSÃO.....	176
-----------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	194
---------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Ao publicar *Studies in the development of capitalism* (1946), Maurice Dobb desencadeou uma grande controvérsia centrada na discussão sobre a dissolução do feudalismo e a transição ao modo de produção capitalista. A intervenção que causou mais impacto foi apresentada pelo economista americano Paul Sweezy. Suas críticas a Dobb deram origem ao famoso debate sobre a transição (1954), um verdadeiro ponto de referência para as reflexões sobre a transição do feudalismo ao capitalismo¹. Embora este debate tenha um interesse especial à escola marxista, já que toda a reflexão é feita à luz da problemática da transição de um modo de produção a outro, sua importância foi tamanha que repercutiu sobre outras escolas de pensamento. O confronto entre Dobb e Sweezy foi reproduzido no livro *The transition from feudalism to capitalism*, que conta também com a participação de Rodney Hilton, Christopher Hill e M. K. Takahashi.

As questões discutidas neste debate não ficaram restritas apenas à questão da transição: reflexões metodológicas importantes vieram à tona, e a própria obra de Marx foi discutida. Desta forma, a polêmica Dobb-Sweezy envolveu aspectos teórico-metodológicos fundamentais do marxismo. A proposição formulada por Sweezy de que as contradições internas do feudalismo são incapazes de transformá-lo, necessitando portanto da ação de uma força externa para quebrar seu equilíbrio e promover sua desintegração é, como veremos, estranha ao materialismo histórico. Uma das premissas fundamentais do materialismo é a idéia de que a dinâmica de um modo de produção é determinada por suas contradições internas, e que sua evolução ou desintegração deve ser apreendida em sua contradição imanente. Esta abordagem não exclui a atuação de forças externas que influem na reprodução de determinado modo de produção: as “influências externas” são de importância crucial, mas devem sempre serem analisadas à luz das relações dominantes de produção. Mas qual seria então esta força externa que, segundo Sweezy, seria capaz de desintegrar o feudalismo e instaurar a produção burguesa? O ressurgimento do comércio à longa

¹ É importante ressaltar que, logo após a publicação deste livro, vários autores apresentaram suas críticas às teses de Dobb, como é o caso de Karl Polanyi, o qual, em um artigo escrito em 48 (em *Journal of Economic History*), afirma que Dobb reteve de Marx o que “tinha de pior”, isto é, a teoria do valor-trabalho, e ignorou o maior *insight* de Marx: os limites à expansão e organização do mercado no feudalismo. Mas, como afirma Hilton, Polanyi não aprofunda suas idéias, e portanto, suas críticas não causaram tanto impacto como as formulações de Sweezy. cf. HILTON, R. *Class Conflict and the crises of Feudalism*. p. 278.

distância. Notadamente influenciado por Pirenne, as reflexões do economista americano sempre apontam, direta ou indiretamente, para a hipótese de que o comércio consistiria no grande solvente da economia feudal.

Dobb, por outro lado, sustenta a idéia de que *as próprias contradições internas ao feudalismo provocaram a sua ruína*: a necessidade crescente por maiores rendimentos por parte da nobreza resultou na intensificação da exploração sobre os servos até níveis insuportáveis, acentuando a luta de classes e determinando, no longo prazo, o colapso da economia feudal. A inovação é que Dobb propõe uma explicação onde o próprio desenvolvimento do comércio contribui para aumentar a avidez da nobreza por rendimentos mais elevados, acelerando com isto a crise do modo de produção feudal.

Em largos traços, são estas duas perspectivas que moldaram as diversas interpretações sobre a transição discutidas em 54. Antes de iniciarmos a discussão sobre o debate, julgamos relevante esboçar o contexto teórico no qual ele surgiu e se desenvolveu. Como sabemos, nenhuma polêmica se desenrola no vazio, sem sofrer ou exercer influência sobre as demais questões e tendências em pauta. O debate de 54 está ligado a uma polêmica anterior, iniciada em 1940, durante as comemorações do terceiro centenário da Revolução Inglesa. Nesta ocasião, a publicação do estudo de C. Hill intitulado *The English Revolution 1640. Three essays*² desencadeou uma discussão acalorada sobre o caráter da revolução. Seu epicentro foi o choque entre dois argumentos: a) a revolução de 1640 foi uma *revolução burguesa* que estabeleceu definitivamente o modo de produção capitalista na Inglaterra, cujos traços já podiam ser visualizados no século XVI; e b) a “revolução” não passou de uma ação defensiva da burguesia contra a reação feudal-aristocrática³. Dobb teve uma participação ativa nesta discussão. Empenhou-se em alterar o rumo das reflexões propondo que, antes de mais nada, seria necessário apreender qual modo de produção prevaleceria às vésperas da revolução, pois só desta forma seria possível esclarecer o seu real significado. Em seguida, Dobb revelou o seu desconforto com o crescente emprego do termo “Capitalismo Mercantil”, que desviava as atenções da produção para a circulação, o que, na sua opinião, tornava a discussão ainda mais obscura. Mostrou-se favorável à tese de que a Inglaterra Tudor e Stuart era ainda feudal, embora já contivesse alguns elementos “capitalistas”. Como veremos, em *Studies in the*

² HILL, C. et. al *The English Revolution 1640. Three essays*. London: 1940.

³ A polêmica se concentrou entre 1940 e 41, na revista *Labour Monthly*. A reimpressão do livro de Hill supracitado (1946-7) despertou novamente as atenções sobre estas questões.

development of capitalism, Dobb retoma e desenvolve estes argumentos, reforçando-os ainda mais ao longo de seu confronto com Sweezy.

É em torno destas questões - deste contexto teórico - que o debate de 54 tomou forma. Uma das características marcantes desta polêmica reside no fato de a “perspectiva mercantil” defendida por Sweezy (perspectiva que privilegia a ação do comércio como elemento desagregador da produção feudal) ter sido duramente criticada por todos os autores que participaram diretamente do debate sobre a transição. Anos mais tarde, alguns autores não-marxistas também se empenharam na crítica do modelo mercantil, e acabaram por criar uma nova corrente de pensamento que, neste caso específico, tende a atribuir às flutuações demográficas o elemento chave para a compreensão do colapso do feudalismo. Notadamente influenciada por Malthus e por Ricardo, esta nova corrente historiográfica ganha traços mais definidos na década de 70. Robert Brenner, em um incisivo artigo publicado na revista *Past and Present*, tece duras críticas aos principais representantes desta escola de pensamento, M. M. Postan e E. Le Roy Ladurie: no entender de Brenner, não obstante o empenho destes dois autores em combater a “ortodoxia mercantil”, neste tema em particular, eles acabaram por cunhar uma nova ortodoxia: a ortodoxia neomalthusiana ou demográfica. Mas na realidade, tanto a perspectiva mercantil quanto a neomalthusiana apresentam uma raiz comum: ambas se estruturam a partir de um mecanismo de mercado, ou seja, as duas exigem a mediação da lei da oferta e da procura. Partindo desta incisiva constatação, Brenner procura despedaçar este alicerce comum que sustenta estas interpretações.

Foi o artigo “Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe”, publicado originalmente em 1976 (*Past and Present*)⁴, que reabriu a discussão, agregando novos elementos e dando origem ao que passou a ser conhecido como o “Debate Brenner”. De forma aproximadamente análoga ao que se sucedeu em 54, vários autores publicaram artigos que defendiam ou atacavam as teses (e as críticas) propostas por Brenner. O “debate Brenner”, na verdade, é um conjunto de artigos que foram publicados inicialmente nesta revista de 1976 a 1982, e que posteriormente foram condensados em um livro. As palavras de Rodney Hilton expressam a importância deste novo debate:

“(...)Em certo sentido, [o debate Brenner] pode ser considerado como a continuação de outro bem conhecido debate sobre a transição do feudalismo ao

⁴ Este artigo consiste na transcrição de um seminário que Brenner apresentou no “*Institute for Advanced Study*”, da Universidade de Princeton, em abril de 1974.

capitalismo, inaugurado pela crítica do economista norte-americano Paul Sweezy às análises apresentadas por Maurice Dobb em seus *Studies in the development of Capitalism*.⁵

Enquanto o debate de 54 contou apenas com a participação direta de autores marxistas (embora sua influência tenha sido mais ampla), como já adiantamos, esta nova polêmica envolve também historiadores que, *neste caso específico*, apresentaram uma inspiração malthusiana, como é o caso de M. M. Postan, John Hatcher e Emmanuel Le Roy Ladurie, os quais não só defenderam-se das críticas tecidas por Brenner em seu artigo, como contra-atacaram, questionando as bases sobre as quais se sustenta a tese referente a transição ao capitalismo defendida por este historiador. Brenner é também duramente criticado por Guy Bois, um autor marxista e crítico das correntes malthusianas. Os autores citados estão envolvidos mais diretamente com questões de fundo teórico-metodológico. Outros historiadores, como Heide Wunder, Patricia Croot e Davis Parker deram mais ênfase em suas críticas à base factual contida nas reflexões de Brenner. Desta forma, uma das características mais marcantes do debate Brenner é o entrelaçamento entre questões de ordem teórico-metodológica - necessariamente mais genéricas - com questões mais específicas, como por exemplo, comparações entre a trajetória diferenciada do feudalismo na França e na Inglaterra, bem como a especificidade da Alemanha Ocidental e Oriental.

Brenner tenta responder a todas as críticas e expõe de forma mais detalhada sua explicação sobre o declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo em "The agrarian roots of european capitalism", o último dos artigos deste debate. Como o próprio título sugere, o autor defende a idéia de que as raízes do capitalismo devem ser localizadas no campo, e que a superexploração do produtor direto e a luta de classes, enfocadas através de suas implicações na transformação das relações de produção e de propriedade, constituem a chave para a apreensão da transição ao modo de produção capitalista.

"Como veremos seguidamente - escreve Hilton - as contribuições ao debate se referem às questões propostas por Brenner, mas de maneira muito diferente entre si. Em seu amplo e extenso resumo ["*The agrarian roots...*"], Brenner integra a maioria destas contribuições de certo modo díspares, em uma bem elaborada síntese, *mas mantém a sua postura original sem ceder nada às críticas que lhe foram feitas*. Temos a impressão de que as diferenças entre Brenner e seus oponentes se relacionam mais com suas proposições teóricas do que com as evidências apresentadas"⁶.

⁵ HILTON, R. H. "Introduction" in *The Brenner Debate* op.cit. p. 1

⁶ *Id;* *Ibid* p. 3 (grifos meus)

Para manter a coerência, daremos maior ênfase às questões que se relacionam de forma mais direta com o debate de 54. Porém, para a compreensão do debate subsequente, não podemos de forma alguma passar ao largo da contraposição entre Brenner e os “neomalthusianos”, uma vez que esta contraposição é que origina e dá consistência à nova fase da controvérsia sobre a transição.

*

Há, nas duas fases do debate sobre a transição, uma sobreposição de problemas: a reflexão em torno do significado real do materialismo histórico confunde-se com o problema específico da passagem da sociedade feudal à capitalista, ou seja, tanto o objeto quanto o método estão em questão. Este tipo de abordagem é, de fato, uma tendência inerente à própria abordagem materialista da história, a qual rejeita a partilha entre sujeito e objeto, adquirindo a partir desta negação uma postura necessariamente *ativa* na apreensão da realidade. Mas é preciso ter cuidado, pois este tipo de perspectiva aponta perigosamente para o dogmatismo. Muitas vezes nos deparamos com situações curiosas: grande parte dos autores envolvidos na discussão parecem estar muito mais preocupados em verificar se suas proposições encontram guarida nos textos de Marx do que em confrontá-las com as novas evidências históricas obtidas após a sua morte. Tendo em vista estas características, o confronto entre Dobb e Sweezy não fica restrito apenas à disputa entre explicações distintas sobre a formação do capitalismo, mas envolve também uma discussão acalorada em torno do próprio materialismo histórico. A polêmica desdobra-se simultânea e indistintamente nestes dois planos, sobreposição que permanece no Debate Brenner, embora não exatamente da mesma forma: neste caso ocorrem também contestações “externas”, que colocam o próprio materialismo em xeque.

Deste modo, fica patente a necessidade de examinar como Marx abordou este problema, já que grande parte da controvérsia está calcada em leituras diferenciadas do marxismo. Para tratarmos deste tema utilizaremos como ponto de partida um interessante artigo de Robert Brenner (“Marx’s first model of the transition to capitalism”⁷), onde o autor apresenta uma interessante hipótese: existem dois materialismos históricos excludentes nas formulações de Marx sobre a transição. O primeiro deles é dominante em obras como *A miséria da filosofia*, *A Ideologia alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Seu núcleo consiste no auto-desenvolvimento da divisão do trabalho, que expressa diretamente o nível das forças produtivas,

⁷ in: CHAVANCE, B.(org.) *Marx en Perspective* Paris, 1978

determinando assim a expansão do mercado e as relações sociais de propriedade e de classes. Desta forma, o papel da luta de classes na transformação da sociedade fica reduzido a uma mera formalidade. A burguesia é encarada como a classe revolucionária, mas a razão central da ruptura do feudalismo encontra-se no descompasso entre as relações de produção e as forças produtivas desenvolvidas pela intensificação do comércio e da divisão do trabalho. Já o segundo materialismo prepondera em *O Capital*. Tem como base a relação conflituosa entre duas classes: de um lado a classe formada pelos produtores diretos, de outro a nobreza. A derrocada do feudalismo ocorreu, de acordo com esta interpretação, devido a uma série de processos sociais - a luta de classes - que quebraram as relações fundamentais de produção feudais, dentre eles, a "acumulação primitiva" (separação do produtor direto de sua base fundiária e dos demais meios de produção). O ponto decisivo é que o modo de produção feudal entra em colapso movido por leis próprias e a sociedade burguesa articula-se com sua desintegração.

Em seguida, faremos um cotejamento deste texto de Brenner com os escritos de Marx, apontando os limites e o alcance de sua argumentação. Feito isto, reconstituiremos a explicação de Marx sobre a transição privilegiando obras como *Formações econômicas pré-capitalistas*, *O Capital* e *Capítulo VI inédito*. Essa reflexão é, segundo nosso entender, decisiva para uma melhor compreensão das implicações da polêmica sobre a transição ao capitalismo.

*

Diversos fatores contribuíram para alargar o grau de interesse pelo debate sobre a transição. A sua relação com "questões práticas" foi um destes fatores: durante o debate original, o Japão encontrava-se em pleno processo de reconstrução⁸, enquanto a Índia e os países asiáticos já estavam empenhados em uma reflexão muito próxima à enfrentada por Dobb e Sweezy⁹. Os intelectuais latino-americanos também demonstraram um profundo interesse por esta reflexão. No Brasil, por exemplo, a sua influência foi marcante. Ao longo dos anos 60, em maior ou menor grau, praticamente todas as discussões sobre a revolução de 30 e a formação do capitalismo no Brasil se

⁸ H.K. Takahashi, em sua intervenção, faz menção ao dupla ordem de interesses do debate para os historiadores japoneses: a) pela oportunidade de avaliar "o nível teórico da história econômica na Europa e na América de hoje", após o isolamento destes historiadores durante a segunda guerra mundial, e b) pela sua relação com "temas práticos atuais": os "anacronismos sociais e políticos" engendrados pelos resquícios dos modos de produção anteriores. cf. TAKAHASHI "A Contribution to the discussion" in: *The transition...* cit. p. 30; 54-5

⁹ Estou me referindo, é claro, à interminável discussão em torno do Modo Asiático de Produção. Sobre este tema, cf. SOFRI, G. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista* trad. port. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977

inspiravam no confronto entre Dobb e Sweezy. Portanto, embora o centro de gravidade do debate original tenha se concentrado na Europa, mais especificamente na Inglaterra, a sua área de influência ultrapassou muito estes limites.

A relação entre a controvérsia Dobb-Sweezy e as reflexões em torno da transição ao socialismo não poderia deixar de ser mencionada. O agudo interesse dos marxistas pelo estudo da dissolução do feudalismo não foi meramente acadêmico: a compreensão da dissolução de um modo de produção e a subsequente formação da sociedade burguesa poderia fornecer um instrumental teórico mais eficaz para conduzir a luta contra o Capital¹⁰. A indissociabilidade entre teoria e prática - entre conhecimento e ação - é um dos elementos mais característicos do marxismo, e isto, sem dúvida alguma, orientou as investigações nesta direção. A preocupação em apreender “leis gerais”¹¹ e as discussões em torno das “etapas” do desenvolvimento social que marcaram a década de 50 e 60 derivam em parte desta orientação estratégica da teoria. Reflexões desta natureza podem levar a equívocos irremediáveis: concepções exageradamente teleológicas, fundadas em um evolucionismo mecanicista que, paradoxalmente, embora insista na necessidade de precisar as diversas “fases” ou “etapas” da evolução das sociedades, acaba esvaziando o conteúdo de qualquer período transitório: há transição, mas sua história anterior ou futura já encontra-se previamente assegurada pela teoria, deixando uma margem muito restrita à investigação histórica propriamente dita. Ao historiador competiria apenas a tarefa de ordenar os fatos e buscar nas fontes a confirmação da teoria obtida a priori. Favorece também as generalizações grosseiras: o “feudalismo ocidental”, por vezes, é tomado como um arquétipo a partir do qual cientistas sociais e historiadores buscam analogias e repetições deste modelo nas outras regiões do globo. O que queremos salientar é que, no caso dos autores mais precipitados, esta orientação teórica pode levar ao anacronismo e à teleologia.

¹⁰ O primeiro parágrafo da crítica de Sweezy que inaugura o debate é reveladora: “Vivemos no período de transição do capitalismo para o socialismo; e este fato empresta particular interesse ao estudo de anteriores transições de um sistema social a outro.” SWEEZY;P. “A Critique” in: *The transition...* cit. p. 1.

¹¹ Exatamente na mesma época em que a polêmica Dobb-Sweezy se desenrolava, surgia na então U.R.S.S. uma reflexão em torno de uma suposta “lei geral do feudalismo”: um mecanismo que levaria o modo feudal de produção necessariamente à ruína, promovendo inexoravelmente a sua substituição pelo capitalismo. Essa “lei” seria análoga à tendência auto-destrutiva da acumulação capitalista. Os limites deste tipo de argumentação são evidentes. Servem de exemplo para ilustrar o perigo de tentar simplificar exageradamente a realidade, tentando contornar o seu dinamismo empregando conceitos estáticos. cf. HOBBSBAWM,E. “Introdução” in MARX,K. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 p. 45-6; 60-1. Há uma breve menção em outro artigo: cf. id, “Do Feudalismo para o Capitalismo” in: *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*, Paz e Terra, 1983 p. 159. Gianni SOFRI aborda esta questão com rigor em *O modo de produção...* cit.

O fato é que este conjunto complexo de tendências atuou sobre ambos os debates que pretendemos investigar. Apontamos de antemão os riscos a que foram submetidos os autores que optaram por refletir sobre a transição usando as categorias marxistas. As interpretações em conflito tinham alguns pontos de convergência: a tentativa de superar o empirismo dominante, o esforço na tentativa de compreender as tendências de longo prazo, a investigação da articulação interna das organizações sociais e as tentativas de apreender o “sentido” da história. Atualmente ficou claro que a adoção desta perspectiva tomada às últimas conseqüências desemboca na negação da história e no reducionismo. Em contrapartida, a sua recusa completa significa a defesa da contingência e a capitulação frente ao relativismo total, tendências igualmente a-históricas e simplificadoras. Tendo em vista este problema mais amplo, o estudo do “clássico” debate sobre a transição e seus desdobramentos pode nos parecer mais atrativo, à medida em que pode contribuir para uma melhor compreensão do marxismo enquanto método de investigação histórica, apontando tanto suas limitações quanto as suas inegáveis qualidades.

PRIMEIRA PARTE

A POLÊMICA DOBB-SWEEZY

A CONCEPÇÃO DE DOBB

Em *Studies in the development of capitalism* Dobb mostra-se atento à discussão em torno do significado do termo “feudalismo”. Como o próprio autor salienta, as questões de definição são importantes, pois ao ligarmos um significado a um termo estamos adotando também um princípio de classificação, que virá a exercer influência sobre o resultado final da reflexão.¹² Antes de expor a sua própria definição, Dobb comenta duas concepções correntes de feudalismo. A mais tradicional, qualificada como *jurídico-política*, salienta pelo menos duas características principais: a atomização do poder e a importância das relações vassálicas. Esta concepção foi muito difundida, pois deriva diretamente das interpretações clássicas sobre a formação do feudalismo e, também, pelo fato das relações vassálicas aparecerem com muito mais frequência na documentação. Concomitante à crescente influência dos estudos marxistas sobre história agrária e, ao mesmo tempo, como uma espécie de reação às interpretações jurídicas, entrou em vigor entre alguns historiadores econômicos a concepção de feudalismo como um sistema de *economia natural*, que contrasta com a economia de trocas ou monetária por produzir pouco excedente e pela tendência autárquica.¹³ Entretanto, Dobb propõe uma terceira concepção:

“Para evitar a prolixidade - escreve Dobb -, é necessário postular a definição de feudalismo que adotaremos daqui em diante. A ênfase desta definição irá repousar, não na relação jurídica entre vassalo e soberano, nem na relação entre a produção e o destino do produto, mas na relação entre o produtor direto (que pode ser um artesão em uma oficina ou um camponês cultivando alguma terra) e o seu superior imediato ou senhor [*overlord*], e no conteúdo sócio-econômico da obrigação que os conecta. Conforme a noção de Capitalismo discutida no capítulo anterior, *esta definição irá caracterizar o feudalismo primordialmente como um modo de produção, e isto formará a essência de nossa definição*. Deste modo, será virtualmente idêntica ao que usualmente qualificamos como servidão: uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade, para preencher a demanda econômica de um senhor, quer esta demanda tome a forma de serviços a prestar ou taxas a serem

¹² “Nós já dissemos - escreve Dobb - que ao ligarmos um significado definido, explícita ou implicitamente, a um termo como “feudalismo” ou “capitalismo”, estamos *ipso facto* adotando um princípio de classificação a ser aplicado na seleção e ordenação dos eventos históricos. Decidimos também como vamos romper o *continuum* do processo histórico, a matéria prima [*raw material*] que a história apresenta à historiografia - quais acontecimentos e quais seqüências devem ser salientadas. Como a classificação deve necessariamente preceder e formar as bases [*groundwork*] da análise, segue-se que, assim que passarmos da descrição à análise, as definições que adotamos virão a ter uma influência crucial no resultado” DOBB, M. *Studies...* cit. p.35

¹³ *cf. ibid*

pagas em dinheiro ou em espécie, em trabalho ou no que o Dr. Neilson denominou 'presentes para a despesa do senhor' [*lord's larder*]"¹⁴

Esta passagem é decisiva. Dobb pretende marcar a diferença de seu estudo com relação aos anteriores pelo fato de abordar o feudalismo *como um modo de produção*, cuja articulação fundamental é garantida pelas relações de *servidão*. Partindo desta concepção, a força coatora pode ser de origem militar ou derivada dos costumes, apoiada por algum tipo de lei. Tanto faz. O ponto crucial é que o produtor direto detém a posse dos meios de produção e das condições materiais necessárias à realização de seu trabalho, o que possibilita a produção de seus próprios meios de subsistência. *Nestas condições ele empreende suas atividades como produtor independente, mas não é livre, pois a relação de propriedade afirma-se como relação direta entre senhor ("ruler") e servo*. Esta perspectiva permite diferenciar o modo de produção feudal tanto do escravismo quanto do capitalismo: o escravo (que é propriedade do dominador) defronta-se com condições de trabalho que não lhe pertencem. O proletário encontra-se em uma situação semelhante: por não ter acesso direto aos meios de produção, ele não pode prover seus meios de subsistência (mas é *formalmente* livre: estabelece uma relação contratual com o proprietário dos meios de produção). Como veremos, esta definição é um dos pontos nucleares da concepção de Dobb e da polêmica sobre a transição.

Após caracterizarmos o procedimento a ser adotado pelo autor, precisamos expor como ele formula o conceito de modo de produção. Entretanto, não há nos *Studies...* nenhum desenvolvimento rigoroso deste conceito, apenas indicações pontuais. Temos de trabalhar, portanto, dentro destes limites. Ao caracterizarmos um modo de produção não podemos levar em conta somente o *estado* da técnica. Há outros elementos importantes, tais como a forma de propriedade dos meios de produção e as relações sociais estabelecidas entre os homens, as quais derivam de suas conexões com o processo de produção. De acordo com Dobb, um modo de produção nunca se manifesta em sua forma pura, isto é; apresentando apenas as suas características específicas e fundamentais. No interior de todo e qualquer modo de produção existe uma complexa mistura de elementos de períodos anteriores e de novas relações que podem coexistir paralelamente, estabelecendo ou não relações de influência mútua. A função destas relações pode variar em sentido e grau: pode auxiliar na manutenção ou na desestabilização da sociedade. Por decorrência, não

¹⁴*ibid* p. 35-6 (grifos meus)

existe linha divisória precisa entre um modo de produção e seu sucessor ou predecessor:

" (...) na realidade - escreve Dobb - os sistemas jamais se encontram em sua forma pura, e em qualquer período da história os elementos característicos, tanto dos períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada sociedade nova, embora não forçosamente embrião completo da mesma, acham-se contidas no seio da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova."¹⁵

Embora os períodos históricos sejam marcados por esta mistura complexa de elementos diversos, têm como característica uma forma econômica única, de influência preponderante. Dobb alerta que a gênese de um novo modo de produção não deve ser demarcada na primeira aparição desta forma, mas a partir do momento em que adquire tal importância a ponto de modelar toda a sociedade:

"Nosso interesse central não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o seu simples aparecimento justificará uma descrição do período posterior por um nome novo. De significado muito maior será a etapa quando a forma nova tenha atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer uma influência principal na modelagem da tendência de desenvolvimento."¹⁶

Neste ponto, a natureza do raciocínio de Dobb e de Sweezy apresenta algumas semelhanças¹⁷: novas formas econômicas e relações sociais podem emergir no interior de uma sociedade, dando início a um processo de influência recíproca. As novas forças e novas relações vão ganhando importância ao mesmo tempo em que a antiga relação dominante gradativamente perde poder. Com o passar do tempo, a nova força pode vencer sua rival e passar a exercer a influência principal, rearranjando com isto toda a estrutura social. Este seria, em largos traços, o modelo que explicaria o desenvolvimento histórico. Dobb e Sweezy começam a se distanciar quando tratam de um caso específico: o papel das forças externas no declínio do feudalismo.

Veremos no próximo capítulo que, pelo menos neste caso em particular, Sweezy defende a supremacia das forças externas ao feudalismo como articuladoras de seu colapso. Já a posição defendida por Dobb é completamente distinta. Tanto na

¹⁵ DOBB, M., *Studies...* cit. p. 11

¹⁶ *Id;Ibid.*

¹⁷ Ao longo de nossa exposição sobre a interpretação de Dobb seremos obrigados a fazer referência às intervenções de Sweezy. Esse procedimento, embora pouco conveniente, é inevitável em alguns casos, principalmente se levarmos em consideração o fato de as críticas deste autor terem obrigado Dobb a explicitar alguns pontos de sua reflexão que não estavam suficientemente claros.

formulação de seu método de análise quanto na sua investigação sobre o declínio do feudalismo podemos perceber que Dobb rejeita o procedimento adotado por Sweezy. É inegável que as forças externas podem exercer influência decisiva em um processo de revolução social, mas as contradições internas inerentes ao modo de produção em transformação sempre desempenham o papel principal:

"(...) Sweezy entende que para mim - escreve Dobb - o declínio do feudalismo resultou unicamente da ação de forças externas e que o desenvolvimento do comércio nada teve com o processo. Ele parece pôr a questão quer em termos de conflito interno quer de forças externas. Este me parece um procedimento demasiado simplista, se não mesmo mecânico. Eu vejo o processo como uma interação das duas, *embora com primacial ênfase, verdade seja, sobre as contradições internas*; uma vez que estas, como acredito, atuam sempre *em qualquer dos casos* (...) e determinam assim a forma e a direção particulares dos efeitos que as influências externas exercem."¹⁸

Isto evidencia a posição de Dobb: os modos de produção não se encontram em sua forma pura, mas contam com uma complexa mistura de elementos diversos que se relacionam. *Qualquer modo de produção se desenvolve de acordo com suas contradições internas, sendo estas que determinam os efeitos exercidos pelos demais aspectos que podem influir na reprodução da sociedade.* Deste modo, é um equívoco centrar a explicação nos aspectos externos do modo de produção em questão, *pois seus efeitos são direcionados pela natureza das contradições internas*, em outras palavras, tais efeitos ocorrem predominantemente em função destas contradições, e não o contrário. O que importa é a forma como ocorre a articulação entre os elementos internos e externos.

Com isto, Dobb reitera a sua tendência em identificar feudalismo com servidão, pois concebe este tipo de relação como a relação de produção básica do sistema feudal: os laços servis garantem a transferência do excedente dos produtores diretos às camadas dominantes, ou seja, articula de forma coercitiva a classe dominante à classe dominada.

"A definição que usei nos meus *Studies* - escreve Dobb - era deliberadamente em termos das relações de produção características do feudalismo: a saber, as relações entre o produtor direto e o seu senhor."¹⁹

Ao centrar a sua análise sobre as relações de produção dominantes no feudalismo, Dobb tenta demonstrar que sua análise encontra sustentação teórica na obra de Marx:

¹⁸ DOBB, M. "A Reply" in *The transition...* cit. p. 23 (Grifos meus).

¹⁹ *Id.; Ibid.* p. 21

"(...) Os métodos de produção [feudais] eram relativamente primitivos e (tanto quanto respeita à própria subsistência dos produtores, pelo menos) do tipo a que Marx se referiu como o <pequeno modo de produção>, no qual o produtor detém a posse dos meios de produção como uma unidade produtiva independente. Para mim, reside aqui a sua definição crucial; e quando diferentes formas econômicas têm essa característica em comum, este elemento comum que elas compartilham é de maior significado do que outros aspectos em que possam diferir."²⁰

As relações servis de produção derivam das condições peculiares do feudalismo, em especial do regime de co-propriedade da terra: o Senhor detinha a propriedade enquanto o camponês era o detentor da posse de sua faixa de terra. Isto obrigava a adoção, por parte da nobreza, de dispositivos extra-econômicos fundados na violência e na tradição para coagir os produtores diretos a cederem uma parcela de sua produção. Pelo menos dois aspectos justificam a centralidade da servidão: ela espelha o modo como encontram-se distribuídos os meios de produção e a forma de existência da força de trabalho, ao mesmo tempo em que determina o antagonismo de classe. *A conclusão a que se pode chegar é que, na explicação de Dobb, a base de toda a estrutura social e das relações feudais é determinada pelo modo em que se encontram distribuídos os meios de produção e a forma da expropriação do excedente por parte da classe dominante.*

As relações de produção feudais não são imutáveis, podem apresentar variações. De acordo com Dobb, a comutação das prestações em trabalho por prestações em dinheiro, por exemplo, não implica uma alteração essencial nas relações entre servos e senhores. Neste caso particular só ocorreu uma alteração na forma com que o excedente se apresenta, e não uma modificação na relação em si, e isto é o mesmo que dizer que o mecanismo de expropriação não se modifica com a simples alteração da forma na qual o excedente se materializa: a exploração permanece baseada no poder militar e político do senhor, condicionada extra-economicamente, fato que revela a sua feição feudal.²¹ Para tentar reforçar a sua hipótese, Dobb relembra que o feudalismo "asiático" era caracterizado pelo predomínio de formas tributárias de expropriação, não obstante, se mostrou uma das estruturas sociais feudais mais estáveis²². É certo que a exploração sob a forma dinheiro em uma sociedade feudal indica uma ampla circulação monetária e a existência de um significativo mercado local e até mesmo mundial. Mas concluir que estes são sintomas

²⁰ *Id; Ibid.* p. 22

²¹ H. K. Takahashi, em sua intervenção no debate de 54, reitera esta posição. *cf* "A contribution to the discussion" in: *The transition... cit.* p. 30-35

²² Dobb usa a expressão "formas asiáticas de servidão tributária" sem contudo dar maiores pistas sobre seu significado preciso. Como se sabe, há um interminável debate em torno das particularidades do modo

da emergência de um novo modo de produção, mesmo que intermediário, é levar longe demais a influência desta ordem de fatores.

O processo de circulação feudal pode ser caracterizado como circulação simples (M-D-M), onde o dinheiro se constitui meramente como intermediário de troca, pois não se transforma em capital, como ocorre na circulação desenvolvida (D-M-D'), *característica do capitalismo*. Transações monetárias do primeiro tipo podem, no máximo, agir como um catalisador, acelerando as trocas e tornando com isto a circulação mais dinâmica, mas não são capazes de gerar efeitos realmente transformadores pois não interagem de forma decisiva sobre as forças produtivas. Além disto, a produção feudal não depende *diretamente* do comércio, pois tanto o senhor quanto o servo podem obter sua subsistência dentro do próprio feudo, o que restringe o comércio feudal a operar somente com o excedente, como atividade econômica suplementar, *já que os meios de produção se encontravam nas mãos dos produtores diretos*. O que queremos salientar aqui é a idéia de que a circulação não é uma fase determinante na reprodução do modo de produção feudal²³.

Este raciocínio vem reforçar a tese de que a disposição peculiar dos meios de produção feudais e a forma de existência do trabalho é que estabelece a natureza da relação entre dominadores e dominados. Aqui residem as características fundamentais e específicas do feudalismo, de modo que a transição para um novo modo de produção encontraria a sua base na transformação destes elementos. Portanto, para se compreender a derrocada do feudalismo é necessário centrar a análise na luta entre os servos e os senhores, e como este antagonismo modifica a estrutura básica feudal, separando o produtor direto dos meios de produção. Dobb não propõe que esta luta leve à destruição do feudalismo e à consolidação do capitalismo de forma "automática". Vários outros fatores se relacionam e apontam para este rumo de acontecimentos. Segundo as palavras do próprio Dobb:

"(...)Ninguém está sugerindo que a luta de classes dos camponeses contra os seus senhores dê origem, de qualquer modo simples e direto, ao capitalismo. O que faz é modificar a dependência do pequeno modo de produção da dominação senhorial e finalmente libertar o pequeno produtor da exploração feudal."²⁴

de produção asiático, discussão que já estava em curso nos anos 50 e que Dobb, cometendo um grave descuido, passa por cima inadvertidamente.

²³ Não queremos afirmar, contudo, que o comércio não exerce nenhuma influência sobre a economia feudal. O comércio feudal não é simplesmente um epifenômeno, mas por outro lado sua influência sobre a base da sociedade feudal, *seu potencial transformador*, é limitado.

²⁴ DOBB.M. "A Reply" *cit...* p. 23. Este ponto é extremamente importante. Logo à frente o retomaremos

Neste ponto, podemos incluir as reflexões de Dobb sobre a ascensão das cidades e suas conseqüências para o campesinato. A simples existência das cidades altera as perspectivas dos camponeses: se necessário, suas chances de fugir com sucesso das terras controladas pela nobreza aumentam muito. Não resta dúvida de que isto elevou o poder de barganha do campesinato e colocou duas alternativas opostas a serem escolhidas pela nobreza: a) fazer concessões como a redução dos tributos, atenuação do trabalho nas terras do senhor, etc.; garantindo com isto a permanência dos camponeses em seus domínios, ou b) intensificar a coação, prendendo pela força os produtores diretos à terra. O importante é que ambas as alternativas, no final das contas, acabaram reduzindo os rendimentos da nobreza. A primeira de forma direta, pois ao abolir e atenuar os tributos e impostos a arrecadação da classe dominante diminui imediatamente, o mesmo ocorrendo com o *quantum* de trabalho vivo à sua disposição (fruto da atenuação ou supressão da obrigação do servo a trabalhar nas terras de seu senhor). Já a segunda opção esvazia os cofres da nobreza de forma indireta, pois para vigiar e controlar um campesinato rebelde e disperso por grandes extensões territoriais é necessário grandes investimentos militares.

Nos anos 50, a questão referente à motivação principal que levava os camponeses a desertarem de suas terras era muito discutida. A polêmica girava em torno de duas hipóteses: a) as fugas foram motivadas pelas oportunidades de ascensão social que as cidades proporcionavam; ou b) a exploração feudal havia se intensificado a ponto de se tornar repulsiva. Dobb refuta tal discussão ao afirmar que ambos fatores operaram em conjunto:

" É evidente que foram as duas coisas, em vários graus, em diferentes lugares e épocas. Mas o efeito especial que tal fuga teve deve-se ao caráter específico da relação entre servo e explorador feudal."²⁵

Portanto, a relação conflituosa entre o campesinato e a nobreza foi o fio condutor de todas as transformações no campo que se verificaram no final da Idade Média. O acirramento progressivo da exploração dos produtores diretos - a "solução" encontrada pela maior parte da nobreza para aumentar seus rendimentos - paradoxalmente agravava ainda mais o já visível quadro de instabilidade social:

"O resultado desta pressão maior não foi só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo [os servos], mas provocar, pelo desespero, um movimento de

²⁵ *Id, Ibid.* p. 24

emigração ilegal das propriedades senhoriais - uma deserção *em masse* por parte dos produtores, que se destinava a retirar do sistema seu sangue vital e provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV.²⁶

Este raciocínio tem que ficar bem claro, pois é de importância crucial. Como pudemos observar, Maurice Dobb detecta uma crescente necessidade da nobreza aumentar seus rendimentos, necessidade que é determinada por uma série de acontecimentos que, em maior ou menor grau, se inter-relacionam. Como pudemos observar, a forma mais eficiente que a nobreza dispunha para aumentar seus rendimentos era intensificar, de forma absoluta, a exploração do produtor direto, a principal fonte de trabalho do modo de produção feudal. As relações de propriedade características desta organização social impeliam os nobres a “reinvestirem” grande parte de seus recursos visando intensificar seus meios de exploração mediante o aprimoramento de seu poderio bélico. Ao intensificar sua força militar a nobreza aumentava o controle sobre o campesinato e pequenos vassalos, ao mesmo tempo em que podia usar este poder para, em determinadas ocasiões, conquistar novas terras e expandir seus domínios. Este aperfeiçoamento dos meios de exploração era necessário para garantir a reprodução social da nobreza como classe dominante, mas acabava comprometendo no médio ou longo prazo a reprodução material da sociedade como um todo. A maior parcela do sobretrabalho açambarcado dos produtores diretos era destinada ao consumo improdutivo ou, como vimos, era destinado à intensificação da força militar. Desta forma a necessidade de receita da nobreza tendia a crescer mais rápido do que suas fontes de renda, o que resultava em crises econômicas “crônicas”. Como resultado desta avidez por mais rendimentos, a parcela do produto que devia ser entregue ao senhor fazia com que muito pouco sobrasse para o uso do próprio camponês, o que, por muitas vezes, deixava-o abaixo do nível de suas necessidades fisiológicas. Tamaña pressão gerava revoltas e deserções em massa, o que levava a nobreza a investir ainda mais na intensificação da coerção, acelerando a deterioração do modo feudal de produção. Este aumento da exploração feudal foi contemporâneo à ascensão das cidades, que agiam como pólo atrator de mão-de-obra, por possibilitar uma melhora na condição social. Este fato agindo em conjunto com a intensificação da exploração dos produtores diretos por parte da nobreza, fez com que a fuga dos camponeses tomasse proporções alarmantes, enfraquecendo ainda mais o poder do senhor, devido à redução do

²⁶ DOBB, M. *Studies...*; *op. cit.* p. 46

número de produtores diretos a seu serviço e os crescentes gastos para ampliar o seu poder de repressão.

Com a redução do número de camponeses a pressão sobre os que permaneceram em suas terras aumentou ainda mais. Os gastos suplementares da nobreza para recapturar os servos foragidos eram automaticamente retransmitidos para os produtores diretos por vários métodos: aumento dos impostos e das taxas, intensificação do trabalho compulsório nas terras do senhor, etc. Os camponeses que não conseguiram ou não quiseram abandonar suas terras, no final das contas, acabaram arcando com grande parte do “prejuízo” causado pelas deserções em massa do campo. Frente a tais circunstâncias uma retração da produção feudal era inevitável, o que tornava ainda mais difícil manter os produtores diretos em suas terras pela força. Os senhores menos poderosos tiveram de recorrer a outra estratégia: fazer concessões cada vez maiores, abrindo mão progressivamente do trabalho compulsório e das exações arbitrárias, o que de um modo geral, acabou culminando no trabalho livre. Ao lado destas considerações, Dobb assinala o impacto das flutuações demográficas sobre a economia feudal. O crescimento das famílias nobres induziu à prática generalizada do “subenfeudamento”: o princípio era aumentar o número de vassalos mediante a fragmentação das propriedades existentes. Os limites deste recurso são evidentes: à medida em que o número de vassalos aumentava (e a extensão das terras controladas pela nobreza permanecia constante ou crescia a uma proporção inferior ao número de pretendentes), a extensão da terra concedida pelo suserano era forçosamente menor até atingir um ponto onde sua exploração se torna economicamente impossível. Além disto, o desenvolvimento incipiente das forças produtivas feudais limitava muito o número de habitantes que cada faixa de terra conseguia suportar, de modo que qualquer aceleração abrupta na taxa de crescimento populacional, *mesmo que o número de nobres e camponeses mantivesse a mesma proporção*, gerava problemas sociais como o aumento da população errante que vivia de esmolas e de banditismo nas estradas, ou seja, intensifica o clima de insegurança que já vinha se instaurando na sociedade.

Para resumir: atuando conjuntamente com esta tendência à crise econômica, o comércio acelerou o processo de diferenciação social, formando semi-proletários (camponeses pobres) e camponeses prósperos. A emergência das cidades incentivava a fuga dos camponeses, abalando o poder dos senhores por vários ângulos: ampliavam seus gastos militares para recapturar os servos, dando assim aos camponeses que permaneceram em suas terras maior poder de barganha. Por fim, o

êxodo em massa do campesinato concentrava e barateava o preço da mão de obra nas cidades.

Dobb, assim como Sweezy, considera o período compreendido entre os séculos XIV e XVI como extremamente complexo e “transitório”. Tratava-se de uma época onde, embora o feudalismo apresentasse um processo acelerado de desintegração, as relações capitalistas ainda não estavam suficientemente desenvolvidas para dar corpo a uma nova sociedade. A economia emancipava-se gradualmente da exploração feudal, mas ainda não estava subordinada à exploração capitalista, pois as condições necessárias à emergência da sociedade burguesa ainda não haviam sido criadas. Mas Dobb se recusa terminantemente a admitir a hipótese proposta por Sweezy de que este período não era nem feudal nem capitalista, mas um modo de produção intermediário:

“(...) Mas Sweezy vai mais longe. Refere-se a ele como transitório num sentido de excluir a possibilidade de ser ainda feudal (mesmo uma economia feudal num estágio avançado de dissolução). Ora, isto só me parece válido se pretendermos interpretá-lo como um modo de produção distinto *sui generis*, nem feudal nem capitalista. Para mim tal procedimento é injustificável (...). No fundo, portanto, estes dois séculos são deixados em suspenso, inconfortavelmente, no firmamento, entre o céu e a terra.”²⁷

Como é possível deixar “dois séculos em suspenso”? Segundo Dobb, este procedimento é completamente estranho à abordagem materialista da história, baseada na sucessão dos modos de produção onde o força motriz se encontra na revolução social: na transferência de poder de uma classe para outra. A proposição de Sweezy leva a uma questão essencial, a qual ele mesmo negligencia: neste período, qual foi a classe dominante? Não poderia ser uma classe feudal, já que se tratava de um novo modo de produção. De acordo com Dobb, a proposição de Sweezy leva a crer que a classe dominante nestes dois séculos foi uma “burguesia mercantil”, ou seja, uma classe que sobrevivia exclusivamente do comércio. Se isto for verdade, o Estado nestes dois séculos foi um estado burguês, fato que inviabilizaria classificar a revolução inglesa do século XVII como uma revolução burguesa, o que leva a adotar a idéia (discutida na década de 50) de que nunca houve na história da Inglaterra qualquer evento histórico capaz de ser denominado “a revolução burguesa”. Dobb estabelece a partir daqui uma conexão entre as discussões sobre a transição e a polêmica em torno da revolução burguesa na Inglaterra:

²⁷ *Id.*, “A Reply” *op. cit.* p. 25

"Para o marxista - escreve Dobb -, há uma razão especial para que as questões debatidas aqui [em *The transition...*] possam reivindicar a sua atenção: o fato de todas elas se relacionarem estreitamente com a questão-chave da revolução burguesa em Inglaterra."²⁸

De acordo com Dobb, esta polêmica (em curso desde 1940) passou a girar em torno de 3 teses básicas (obviamente com algumas variantes): a primeira delas parte da idéia de que não houve na Inglaterra nenhum acontecimento ou período "decisivo" responsável pela transformação radical da estrutura do Estado e das relações e instituições feudais. Ao invés de um movimento abrupto ocorreram mudanças parciais e lutas menores como a guerra civil de 1640 e a reforma do parlamento em 1832. Portanto, os adeptos desta hipótese concebem a transição do feudalismo ao capitalismo como um fenômeno gradual e contínuo.

A segunda proposição funda-se na idéia de que a burguesia já havia se apossado do poder político muito antes de 1640, de modo que todos os acontecimentos posteriores a esta data consistiram em "medidas preventivas" destinadas a suprimir as possíveis contra-revoluções e insurreições "feudais" que ameaçassem o poder da burguesia. Assim, como a primeira, esta proposição não classifica a revolução como burguesa e, inclusive, vai mais além: *o Estado antes de 1640 já era burguês, pois a burguesia já detinha efetivamente o poder político.*

Já a terceira, defendida na época por Christopher Hill e por Dobb, baseia-se na hipótese de que no século XVI o Estado era ainda predominantemente feudal, só que num estágio avançado de desintegração. Concomitantemente, as relações capitalistas ainda eram incapazes de tornarem-se dominantes. Esta proposição é a única a se sustentar na idéia de que a revolução de XVII foi realmente uma revolução burguesa "clássica" que pôs fim ao Estado feudal, substituindo-o pelo Estado burguês²⁹. Dobb relaciona as proposições de Sweezy com esta discussão da seguinte forma:

"Situada entre as duas primeiras e a terceira está a opinião proposta pelo Dr. Sweezy na segunda das suas contribuições ["A rejoinder"] aqui inseridas: que na sua forma estatal, como no seu sistema econômico, a Inglaterra Tudor e Stuart representou algo de intermediário entre o feudalismo e capitalismo."³⁰

Antes de expormos com mais detalhes o modo como Dobb concebe a revolução inglesa, temos de apresentar outro elemento importante que ocupa um lugar de destaque em suas reflexões. Retomando um conhecido (e controverso) capítulo do

²⁸ *Id.*; "Foreword" *ibid.*

²⁹ *cf. id.*; *ibid.* & *cf. HILL, ibid.*, p. 73-5

³⁰ DOBB, *Ibid.*

volume III de *O Capital*,³¹ Dobb pretende reconstituir de forma sintética o processo de progressiva conexão entre o capital mercantil e o regime feudal de exploração. Inicialmente esta forma de capital se relacionava de forma puramente externa à produção feudal, isto é, formava o seu lucro explorando as diferenças de preço entre as diversas zonas produtoras. Porém, aos poucos, o capital mercantil foi se ligando de forma mais direta ao feudalismo. Este processo seguiu, segundo a interpretação de Dobb, dois caminhos ou duas vias principais. A primeira - a via realmente revolucionária - ocorre quando uma parte dos próprios produtores rurais acumulou capital e passou a produzir para um mercado mais amplo (nacional ou até mesmo internacional). Ou seja, *o produtor se torna mercador, e com isto inicia o processo de subordinação do comércio à produção*. Já na segunda via, a “conservadora”, ocorre o inverso: os mercadores interessados em um maior controle sobre a oferta de suas mercadorias mobilizam parte de seu capital na criação de manufaturas. Esta via, embora consista historicamente em uma forma de transição, torna-se um obstáculo ao *modo de produção realmente capitalista*³². Apesar deste comerciante ser também um industrial, a economia, nestas condições, não sofre transformações essenciais pois a produção continua subordinada ao comércio: a sua intenção ao produzir é manter, ou se possível aumentar, a diferença entre o preço de compra e o preço de venda e seus produtos mediante o controle da oferta³³. É por este motivo que os comerciantes-produtores ainda utilizaram ao máximo as restrições artesanais das guildas, alinhando-se politicamente à aristocracia feudal. As condições e os interesses dos pequenos e médios produtores que se voltaram ao mercado eram muito diferentes. A sua inserção no mercado só foi possível mediante a luta contra os monopólios e contra todas as restrições feudais à circulação de mercadorias, e sua arma principal foi a redução dos custos de seus produtos.

Feita a distinção formal, Dobb procura “localizar” historicamente as duas vias. A via revolucionária surge nos séculos XVI e XVII, sob a ação de artesãos e camponeses abastados, nas unidades de produção agrícolas e industriais que empregavam trabalho assalariado. Estes empreendedores formavam o setor mais

³¹ Trata-se do capítulo XX da seção IV do terceiro volume; “Considerações Históricas sobre o Capital Comercial”.

³² cf. DOBB, M. *Studies... cit.* p. 123-4

³³ A tática mais característica para se atingir taxas elevadas (extraordinárias) de lucro empregada pelos grandes mercadores da baixa Idade Média foi o monopólio: “Já vimos - escreve Dobb - que o objetivo principal do monopólio pela guilda sempre foi o de criar, tanto quanto possível, uma situação de oferta excedente no mercado de compra e procura excedente no de venda, mantendo um estrangulamento privilegiado entre os mesmos, e esse princípio fundamental das políticas da guilda e do Empório as

progressista da burguesia, pois eram os que mais tinham a ganhar com a destruição do feudalismo: consistiram na força motriz mais importante da revolução Inglesa de XVII³⁴. A sua luta, portanto, não era apenas contra a nobreza rentista, mas também contra todos os mercadores que dominavam as grandes rotas comerciais e que passaram eles próprios a adquirirem manufaturas.

A via numero II é simultânea aos acontecimentos descritos acima. Dobb cita vários exemplos para ilustrá-la: entre os Tecelões, a *Livery* (elemento mercantil) se “associa” à produção ao dominar tanto a guilda quanto os *Bachelors*,³⁵ formando seus lucros mediante o controle da oferta e da demanda. A ação do capital mercantil sobre a agricultura também pode ser notada no século XVI: os mercadores urbanos passaram a mobilizar grandes investimentos comprando propriedades rurais. Não há dúvida de que as verdadeiras intenções que motivaram estes investimentos eram em sua maioria especulativas³⁶, mas nas regiões onde as terras eram usadas como pasto, era cada vez mais freqüente o investimento de capital em melhorias na propriedade e na contratação de mão-de-obra assalariada. A atividade econômica dominante nestas propriedades era a criação de ovelhas em larga escala, pois o mercado de lã era altamente rentável na ocasião³⁷.

Na verdade as “duas vias” interagiam continuamente, formando tendências complexas e extremamente variadas. O resultado geral de sua atuação em conjunto foi a progressiva capitalização da produção (tanto na indústria nascente quanto na agricultura que progressivamente adquiria feições capitalistas). Mas há uma importante diferença entre elas. Diferença que, no entender de Dobb, justifica a sua divisão: são caminhos promovidos por forças sociais distintas, com interesses fundamentalmente

companhias de mercadores de exploração estavam aplicando em escala nacional.” DOBB, M. Studies... cit. p. 127-8 (grifos meus).

³⁴ “Foram eles também [os Yeomen: os pequenos e médios produtores “capitalistas”] - escreve Dobb - a força dirigente mais importante da revolução burguesa do século XVII, garantindo em particular, a fibra da *New Model Army* de Cromwell. Este fato, penso eu, é a chave para compreendermos os alinhamentos de classe da revolução burguesa: em particular, a razão porque o capital mercantil, longe de desempenhar sempre um papel progressivo, podemos encontrá-lo muitas vezes aliado à reação feudal” DOBB, M. “A Reply”; cit. p. 27

³⁵ cf. DOBB, M. *Studies... op.cit* p. 125

³⁶ Os mercadores compravam as terras nas fases de baixa dos preços visando auferir aluguéis, e não para explorá-la diretamente. De um modo geral, partilhavam a terra em vários lotes pequenos, os quais eram arrendados a pequenos produtores, o que não alterava muito a estrutura fundiária típica do feudalismo. É fato, contudo, que após certo tempo, os pequenos lotes foram se concentrando nas mãos de grandes arrendatários. O mercador, entretanto, na maior parte das vezes, manteve a sua posição de simples arrendador da terra (situação cada vez mais difícil de manter, pois o arrendatário ampliava o seu poder à medida em que aumentava a extensão das terras sob seu comando). Dobb não deixa escapar uma tendência importante derivada destes investimentos no campo: os mercadores que cercavam terras para criar ovelhas logo passaram a investir parte de seu capital na promissora indústria têxtil.

³⁷ cf. *ibid* p. 158

diferentes. Os pequenos e médios produtores (*Yeomen*³⁸) foram expandindo e melhorando as suas herdades, comprando terras de vizinhos falidos e empregando progressivamente um contingente maior de mão-de-obra assalariada, enquanto os grandes mercadores que se voltaram à produção (mesmo quando investiam em suas unidades produtivas) tinham como interesse dominante a manutenção da disparidade de preços do mercado. Ao invadir a produção, os mercadores-produtores estavam fundamentalmente ampliando suas possibilidades de extrair o “lucro sobre a alienação”, a base do capital mercantil desde a sua gênese. Sem esta distinção, afirma Dobb, é impossível compreender os alinhamentos de classe que, em conjunto com outros acontecimentos, resultaram na Revolução Burguesa ocorrida na Inglaterra do século XVII. Podemos agora expor a conclusão decisiva de Dobb, a qual Sweezy, como veremos, se contrapõe: a desintegração final do feudalismo não foi motivada pelo “assédio” do capitalismo ou devido a sua luta para se libertar das “amarras feudais”. A razão central de sua dissolução encontra-se na revolta dos pequenos e médios produtores contra a exploração feudal. O conflito destes novos personagens contra a aristocracia e contra os grandes comerciantes acabou resultando em sua independência parcial. Portanto, o processo de diferenciação social foi fruto da reação ao próprio feudalismo, processo que foi amadurecendo gradualmente antes da emergência do capitalismo. É isto que determina o intervalo entre o declínio da servidão e a consolidação definitiva do modo de produção capitalista, evento que pode ser situado na Inglaterra após a sua “revolução burguesa clássica”, onde a reação feudal (absolutista) foi definitivamente destruída e o processo de subordinação do capital mercantil ao industrial começa a avançar, preparando o terreno para a Revolução Industrial.

³⁸ A palavra *Yeoman* tem um significado jurídico preciso: trata-se do dono livre de uma terra pela qual pagava anualmente 40 xelins. Porém, Dobb nos explica que ela era empregada popularmente para designar qualquer agricultor próspero. A definição contemporânea é: “pessoas médias de uma condição entre cavalheiros e aldeões ou camponeses” CAMPBELL, Mildred *and* DORR M *ibid* n. 125

II

A CONCEPÇÃO DE SWEEZY

Neste capítulo pretendemos apresentar a concepção de Sweezy sobre a transição do feudalismo ao capitalismo e as críticas que este autor fez às proposições de Dobb. Para realizar esta tarefa enfrentamos algumas dificuldades, já que Sweezy não propõe de forma sistemática e coerente uma explicação alternativa, contentando-se apenas em formular críticas e comentários sobre as proposições formuladas por outro autor. Mesmo assim, julgamos que é possível e relevante reconstituir a sua explicação sobre a transição. Para tanto, faremos o cotejamento entre alguns de seus textos.

*

Sweezy rejeita a definição de Dobb sobre o feudalismo ao afirmar que a equalização entre servidão e feudalismo reflete um procedimento muito impreciso, pois a servidão é compatível com vários “sistemas” que não são feudais. Ao rejeitar esta forma de relação como essencial (ou como a principal característica), Sweezy tem que buscar a feição crucial do feudalismo em outra parte:

"Segue-se, penso eu, que o conceito de feudalismo, como Dobb o define, é muito geral para ser imediatamente aplicável ao estudo de uma região particular durante um período particular. Ou, em outras palavras, o que Dobb está realmente definindo não é *um* sistema social, mas vários sistemas sociais, todos os que se baseiam na servidão"³⁹.

A servidão é considerada, tanto por Dobb quanto pela esmagadora maioria dos marxistas, a relação de produção dominante no feudalismo. Isto porque ela representa a principal relação inter-classes deste modo de produção, assim como consiste na forma de exploração básica que situa a economia agrária camponesa sob o jugo dos Senhores. Mas Sweezy não considera esta característica o elemento mais marcante do modo de produção feudal, pois ao caracterizá-lo em sua forma clássica, o autor parece se deter principalmente sobre o fato de a economia feudal ser voltada à produção de valores de uso e, para ser coerente, encara a eventual presença do comércio de longa distância como uma força externa, operando nas margens da

³⁹SWEEZY, P. “A Critique” *cit.* p.1 É importante observar que de forma alguma Sweezy tenta negar que a servidão era a principal forma de relação entre senhor e servo no modo de produção feudal. *Só não concorda que se possa definir feudalismo como sinônimo de servidão, nem atribuir a essência do feudalismo a este aspecto.*

sociedade. Sweezy, como veremos com mais detalhes posteriormente, explica o declínio do feudalismo principalmente através da intensificação deste aspecto externo específico: o comércio de longa distância envolvendo mercadorias sofisticadas. É a tendência deste autor em atribuir ao desenvolvimento de relações de troca no seio de uma sociedade produtora de valores de uso como fator principal de desestabilização que o afasta das formulações de Dobb.

Sweezy concorda com as seguintes características do “sistema feudal”, traçadas inicialmente por Dobb: 1) baixo desenvolvimento das forças produtivas (pequeno nível da técnica e divisão do trabalho incipiente), 2) predomínio da produção para uso, e não voltada a um amplo mercado, 3) prestação de trabalho por parte do servo nas terras do senhor ou pagamento de tarifas em espécie como relação econômica dominante, 4) descentralização política e, 5) a terra como propriedade do senhor feudal, embora a posse coubesse ao servo.⁴⁰

Portanto, podemos afirmar que Dobb e Sweezy estão de comum acordo a respeito das características gerais da sociedade feudal. Como, de um modo geral, a produção no feudalismo é voltada para o uso, ou no máximo, a um restrito mercado local, o desenvolvimento do comércio de longa distância envolvendo produtos caros e sofisticados não pode ser considerado como um elemento natural do feudalismo. Tanto Dobb quanto Sweezy, bem como todos os demais autores envolvidos no debate não discordam sobre este ponto. O que divide as opiniões é o grau de influência que esta forma de comércio exerce sobre a estrutura feudal. Como afirma o próprio Sweezy:

“(...) os mercados são na sua maior parte locais e que o comércio de longa distância, enquanto não necessariamente ausente, *não desempenha qualquer papel determinante nos fins e nos métodos de produção*. A característica crucial do feudalismo neste sentido é de ser *um sistema de produção para uso*. As necessidades da comunidade são conhecidas e a produção planejada e organizada com vistas a satisfazer estas necessidades”.⁴¹

Em um modo de produção com tais características a pressão ao desenvolvimento das forças produtivas (característica marcante do capitalismo) não é acentuada, já que o comércio é restrito - a terra, o principal meio de produção se encontra nas mãos do produtor direto, não podendo ser comercializada - e a concorrência de mercado entre as unidades produtoras feudais praticamente não existe. O predomínio do valor de uso, segundo Sweezy, não induz à acumulação e não

⁴⁰ cf. *id; ibid* p. 2

⁴¹ *id; ibid* (Grifos meus)

desperta a atenção sobre a organização e o nível tecnológico da produção. O prevalecimento do "direito consuetudinário" é uma das muitas evidências deste fato. A predominância de um direito baseado nos costumes, além de demonstrar o peso que a tradição desempenha, dificulta a racionalização administrativa da produção ou da sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, podemos concluir que uma estrutura social configurada deste modo tende à estabilidade. Sweezy reconhece este fato e o desenvolve: embora tal tendência exista, não se pode afirmar que a sociedade feudal seja totalmente estática. Sweezy, de acordo com Dobb quanto aos elementos em si, mas não no que diz respeito a seus efeitos e aos fatores que os determinam, cita os "elementos de instabilidade do sistema": a competição entre os senhores e servos pela posse da terra (principal meio de produção feudal, fonte do poder e do prestígio), por exemplo. Tal competição gera o que Sweezy denomina *estado de guerra imanente*. O autor faz uma analogia desta competição à competição pelo lucro no capitalismo, porém com efeitos completamente distintos: não impulsiona o aprimoramento dos métodos produtivos, mas reforça a dependência mútua entre senhor e servo, e por decorrência, solidifica as relações feudais. Assim, esta competição, no entender de Sweezy, não consegue transformar qualitativamente a sociedade.⁴²

O segundo elemento de instabilidade proposto por Sweezy seria o crescimento populacional. Dada a baixa produtividade, o número de produtores e consumidores que um feudo suporta é limitado. O sistema feudal se caracteriza pela expansão lenta e gradual, e por decorrência, como já mencionamos no capítulo I, não suporta um aumento populacional acelerado. As explosões demográficas geralmente determinavam a expulsão dos servos mais jovens do feudo, o que engrossava a "população errante". Em outras palavras, o aumento da população determinava a intensificação do número de marginalizados. Ao contrário de Dobb, Sweezy não acredita que este fator, mesmo aliado à luta entre senhores e servos, fosse capaz de modificar radicalmente o modo de produção:

"Tal excedente populacional, porém, embora tenha contribuído para a instabilidade e a insegurança, não exerceu a menor influência criadora ou revolucionária sobre a sociedade feudal".⁴³

Mais à frente, Sweezy reforça esta posição:

⁴² cf. *id*; *ibid* p. 3

"Penso que se Dobb tivesse levado em consideração esse caráter inerentemente conservador e resistente à mudança do feudalismo da Europa ocidental teria sido obrigado a alterar a teoria que apresenta para melhor considerar a sua desintegração e declínio nos finais da Idade Média."⁴⁴

Esta é a chave para se compreender o raciocínio de Sweezy e suas divergências com Dobb. Sweezy afirma que as contradições internas do feudalismo não eram capazes de transformá-lo. Este é o "caráter inerentemente conservador" de que fala: sem a atuação de uma força externa, o modo de produção feudal, em seus aspectos fundamentais, se reproduziria de forma sempre semelhante. Não exatamente igual, dado seus "elementos de instabilidade", mas o que é decisivo ressaltar: *suas forças internas agindo isoladamente não seriam capazes de transformar o velho modo de produção em um novo*. Esta "transformação" só se tornou possível após o surgimento e a intensificação de uma poderosa força externa, o comércio de longa distância, que destruiu gradualmente o sistema feudal, alterando-o no que Sweezy considera a sua base: de uma economia produtora de valores de uso, transformou-o em uma economia voltada à produção de valores de troca. É necessário frisar que Sweezy não concebe esta força como a única atuando neste sentido, mas como a decisiva, pois afirma que o comércio não derruba "automaticamente" o feudalismo, e alerta para a possibilidade da coexistência de uma economia de troca com relações de servidão ou até mesmo de escravidão.

Como vimos no primeiro capítulo, de acordo com Dobb, o fator decisivo que determinou a derrocada do feudalismo foi a necessidade cada vez maior de rendimentos por parte dos senhores feudais, que para supri-la se viram obrigados a aumentar ainda mais a exploração sobre o campesinato, o que gerou revoltas e deserções em massa, resultando no comprometimento da sobrevivência dos feudos, pois estes dependiam do excedente açambarcado dos produtores diretos.

"Por outras palavras, - afirma Sweezy - segundo a teoria de Dobb, a causa essencial do colapso do feudalismo está na superexploração da força de trabalho: os servos desertaram dos domínios senhoriais *en masse*, e aqueles que permaneceram foram muito poucos, assim como ficaram demasiadamente sobrecarregados para preservar o sistema em sua velha base."⁴⁵

Como para Dobb as causas internas em conjunção com forças externas variadas, como o comércio, por exemplo, e em especial a super-exploração dos produtores diretos, resultante da necessidade de rendimentos por parte da nobreza

⁴³ *id; ibid*

⁴⁴ *id; ibid*

⁴⁵ *id; ibid* p. 4

foram decisivas para a derrocada do feudalismo, sua explicação só manteria a coerência se este autor conseguisse argumentos sólidos que garantissem que a própria necessidade de maiores fontes de receita foi provocada principalmente por fatores internos ao feudalismo. Sweezy acredita que a argumentação de Dobb não é satisfatória, e tenta mostrar que os fatos mencionados acima não se explicam de forma alguma como consequência de fatores internos mas, decisivamente, decorrem de fatores externos ao modo de produção feudal. Para tanto, lista os argumentos de Dobb⁴⁶ e tenta refutá-los:

- a) Tendência do crescimento da classe nobre, sem o aumento proporcional das terras cultivadas ou da produtividade. As famílias nobres aumentavam consideravelmente, e com isto elevavam suas despesas. Esta classe sobrevivia principalmente da apropriação do excedente dos produtores diretos, explorando-os de forma absoluta (maiores tributos, ampliação da duração do trabalho compulsório, etc.)
- b) O aumento da guerra e do banditismo fazia com que as despesas com os aparatos militares aumentassem.
- c) O desgaste das terras provocado pelas guerras e pela agricultura desprovida de métodos eficientes como a rotação de culturas e insumos adequados resultaram numa queda ainda maior na produtividade do solo.
- d) A manutenção da vida suntuosa nobre, como símbolo de status e poder, independente de suas condições econômicas objetivas.

Como vimos, de acordo com Dobb, estes fatores são todos “internos” ao feudalismo e em conjunto determinaram o aumento das necessidades de receita da nobreza. Dadas as particularidades da economia feudal, esta busca por novas fontes de renda resultou na superexploração dos produtores diretos até o colapso do modo de produção. Sweezy propõe uma nova interpretação destes fatores. Com respeito a b), Sweezy afirma que este fator sempre existiu no feudalismo e que se aumentou de forma exagerada este fato não pode ser simplesmente encarado como algo natural, que se explique por si só. As guerras internas realmente abalavam a sociedade, mas Dobb exagera no efeito destrutivo atribuído às cruzadas: as batalhas eram travadas no oriente e, no fundo, não passavam de pilhagens, reduzindo seu impacto no tocante ao aumento dos gastos senhoriais, pois tinham um retorno: os bens saqueados⁴⁷. No entender de Sweezy a explicação para o surgimento da necessidade de novas fontes de rendimentos se baseia fundamentalmente em a) e d). Mas não considera uma

⁴⁶ cf. *id*; *ibid* p. 4-7

atitude correta atribuir exagerada importância à “tendência ao crescimento da nobreza”, pois sustenta que a população servil também crescia, e em sua opinião não existem provas factuais suficientes que demonstrem a existência de um aumento relativo da classe nobre. Mas, escreve o autor:

“Por outro lado, não há razão para duvidar da realidade da crescente extravagância da classe governante feudal: aqui as provas são abundantes e tudo aponta na mesma direção.”⁴⁸

Só que Sweezy interpreta este fato de modo diferente: acredita que a crescente extravagância da nobreza não foi uma tendência que se possa explicar como natural ou interna ao feudalismo, mas sim como o reflexo de algo que ocorria fora do sistema feudal. Seria reflexo do crescimento e aprimoramento do comércio de longa distância.

“Além disto,- escreve - se olharmos para fora do sistema feudal iremos encontrar amplas razões para a crescente extravagância da classe governante feudal: a rápida expansão do comércio a partir do século XI acarretou uma quantidade e uma variedade crescente de bens ao seu alcance.”⁴⁹

Segundo Sweezy, o maior problema de Dobb é que ele toma como causas internas o que é externo ao feudalismo e negligencia o real peso que o comércio exerceu no declínio deste modo de produção. Esta crítica evidencia a diferença metodológica que separa estes dois autores. Nenhum dos dois adota explicações mecânicas ou monocausais e ambos, cada um a seu modo, partem do suposto que um fator agindo isolado não pode transformar profundamente um modo de produção, mas diferem no peso que atribuem aos fatores externos: Sweezy defende claramente a posição de que, *neste caso particular*, só as forças internas não seriam capazes de conduzir a transição ao capitalismo. Foi necessária e decisiva a influência de forças externas, atuando no sentido de destruir o velho modo de produção e possibilitando sua substituição gradativa por um novo e mais eficiente. Temos agora que caracterizar quais (ou qual) forças são essas. Para isto, teremos de sistematizar brevemente as reflexões de Sweezy referentes ao comércio no feudalismo.

Sweezy afirma que as relações mercantis, em maior ou em menor escala, podem se efetivar em qualquer economia por mais “primitiva” que seja. No caso feudal, o comércio era exercido basicamente de dois modos: em pequenos mercados aldeões ou por vendedores ambulantes. Tratava-se então de uma forma de comércio de

⁴⁷ Há outro ponto sustentado por Sweezy: as cruzadas foram, na realidade, mais um substituto do que uma adição aos “conflitos feudais normais” cf. *ibid* p. 5

⁴⁸ *id; ibid*

pequeno volume e que não influenciava de forma significativa a estrutura das relações feudais:

"Assim, - escreve Sweezy - os mercados aldeões locais e os bufarinheiros itinerantes [*itinerant peddlers*] da Idade das Trevas européia são mais proporcionadores do que ameaças à ordem feudal: eles satisfazem as necessidades essenciais sem afetar a estrutura das relações econômicas."⁵⁰

Porém, entre os séculos XV e XVI o comércio europeu entrou em um processo de franco desenvolvimento, atuando em maior escala, encobrendo longas distâncias e operando com um volume considerável de mercadorias. De acordo com Sweezy, surge aí um novo "fator qualitativo". Os centros comerciais passaram a se estabelecer nas cidades e, apesar de se voltarem principalmente ao comércio à longa distância, pouco a pouco, foram se tornando "geradores de mercadoria de uso imediato" que precisavam ser abastecidos pelo artesanato das regiões rurais vizinhas, pressionando estas unidades produtivas a acentuarem a especialização e divisão do trabalho, resultando no aumento da produtividade. A intensificação da produtividade, por sua vez, determinou o aumento do volume da produção a ponto de não só abastecer as cidades como também suprir a população rural com o excedente da produção. Segundo Sweezy, à medida que este processo se desenvolvia, tornava-se cada vez mais vantajoso comprar as mercadorias produzidas na cidade, já que custavam menos trabalho do que sua produção doméstica.

Esta nova forma de comércio pressionava a população rural a abandonar suas terras e migrar para as cidades em busca de trabalho livre e assalariado, motivados pela perspectiva de uma melhora na condição social. Por outro lado, os servos que permaneceram em suas terras adquiriam mais poder, já que a simples possibilidade de fugirem para as cidades obrigava os nobres a fazerem concessões que paulatinamente convergiam para o estabelecimento do trabalho livre, ou seja, na destruição das velhas relações de produção feudais. Sweezy comenta:

"Vemos assim como o comércio de longa distância pode tornar-se uma força criadora, dando origem a um sistema de produção para troca ao lado do velho sistema feudal de produção para uso. Uma vez justapostos, estes dois sistemas começaram naturalmente a atuar um sobre o outro."⁵¹

⁴⁹ *id*; *ibid* 6

⁵⁰ *id*; *ibid* p. 8

⁵¹ *id*; *ibid* p. 8-9

Este novo sistema de produção tinha como características principais a maior divisão e especialização de trabalho, aliada a uma administração mais racional, voltada à troca, e portanto, de maior produtividade. Tratava-se então de um sistema mais dinâmico, principalmente quando contrastado com a ineficiência administrativa e a baixa produtividade feudal. Sweezy afirma que a produção no interior dos feudos era tão desorganizada que não havia distinção clara entre produção e consumo, o que tornava impossível calcular o preço de custo dos produtos. Esta desorganização administrativa tornava impossível traçar qualquer diagnóstico da economia: não se tinha idéia de como se encontrava a produção. O comércio, por sua vez, desenvolve preocupações contábeis de modo que, pouco a pouco, uma administração mais “racional” foi se estabelecendo.

Enquanto operava sozinha a ineficiência das forças produtivas feudais não despertava a atenção, pois satisfazia à demanda. Mas este modo de produção paralelo, mais produtivo, lutava com o velho sistema para alcançar a hegemonia. Os bens manufaturados, devido à maior produtividade, se tornaram muito mais baratos do que os produzidos artesanalmente, o que gerou uma pressão para comprar, e tal pressão gerava, por sua vez, uma pressão para a venda. Em outras palavras, Sweezy argumenta que uma vez estabelecido firmemente, o comércio adquiriu a faculdade de promover o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que impulsionava consigo as forças produtivas. O predomínio do valor de troca na economia, segundo Sweezy, mudava a atitude dos produtores no sentido de produzir para acumular. O autor sustenta que a partir da solidificação do valor de troca é possível enriquecer através do acúmulo de dinheiro, o que dinamiza o processo de acumulação: antes da generalização das transações monetárias as riquezas eram acumuladas até mesmo sob a forma de produtos perecíveis, o que sem dúvida era um empecilho ao progresso econômico. O valor de troca, expresso por um equivalente geral - o dinheiro - altera a noção de riqueza, generalizando a busca do lucro e da acumulação:

"Consequentemente, não só os mercadores e os comerciantes mas também os membros da velha sociedade feudal adquirem aquilo a que hoje poderíamos chamar uma atitude de homem de negócios em relação aos assuntos econômicos. Uma vez que os homens de negócios *sempre* tiveram necessidade de mais lucros, encontramos aqui parte da explicação sobre a crescente necessidade da classe governante por novas fontes de receita, sobre as quais, como vimos, tanto insistiu Dobb ao falar do declínio do feudalismo."⁵²

⁵² *id*; *ibid* p. 9

Portanto, de acordo com Sweezy, esta é a verdadeira explicação para a progressiva busca da nobreza por maiores fontes de rendimento: a maximização do lucro, dada a alteração da noção de riqueza e a necessidade de se adaptar ao estabelecimento de um nova ordem econômica. Seguindo este raciocínio, todos os fatores aqui envolvidos são externos ao feudalismo. O comércio de longa distância permitia intensificar ainda mais a vida suntuosa da nobreza feudal, trazendo a seu alcance artigos mais luxuosos, e por decorrência também contribuía para o aumento de suas despesas e, simultaneamente, o desenvolvimento das relações mercantis acelerava ainda mais o crescimento das cidades, tornando-as um pólo atrator de mão de obra cada vez mais poderoso. Sweezy argumenta:

"A superior eficiência de uma produção mais altamente especializada, os lucros maiores que se podiam obter produzindo mais para o mercado do que para o consumo imediato, a maior atratividade da vida da cidade para o trabalhador: estes fatores fizeram com que tudo fosse apenas uma questão de tempo, o tempo que o novo sistema, uma vez bastante poderoso para manter sobre os seus próprios pés, levou a impor-se."⁵³

Portanto, Sweezy propõe a existência de uma fase de coexistência entre dois modos de produção, que começam a se influenciar mutuamente até que o mais poderoso derrube seu opositor. Segundo Sweezy, a forma usual de transição consiste na "luta" entre dois modos de produção, onde o vitorioso vai tornando-se dominante à medida em que destrói seu rival:

"Usualmente, interpretamos a transição de um sistema social para outro como um processo no qual os dois sistemas diretamente se confrontam e lutam pela supremacia. Tal processo, certamente, não exclui a possibilidade de outras formas de transição[*transitional forms*]; mas estas formas de transição pensamo-las como uma mistura de elementos dos dois sistemas em rivalidade pela supremacia."⁵⁴

Esta seria a dinâmica natural de transição de um sistema a outro. Porém, no caso específico do feudalismo, os eventos não se sucederam exatamente deste modo, pois o sistema social que interagiu com o feudalismo não era propriamente o sistema capitalista, mas se tratava de uma espécie de sistema transitório, nem feudal, nem capitalista:

⁵³ *id*; *ibid* p. 10

⁵⁴ *id*; *ibid* p. 14

"Segue-se que - escreve Sweezy - o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes nem foram feudais nem capitalistas."⁵⁵

Sweezy tenta caracterizar este sistema intermediário da seguinte forma: teve força suficiente para minar o feudalismo, mas não para estabelecer uma estrutura própria e independente, ou seja, não estabelece relações de produção próprias, apenas despedaça as preexistentes. Em outras palavras, destrói um modo de produção, mas não se firma como um novo. Este sistema Sweezy denomina como "sistema de produção pré-capitalista de mercadorias". Seguindo esta linha de pensamento, o autor conclui:

"Estamos, penso eu, justificados ao concluirmos que embora a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, foi todavia um sistema viável em si mesmo. Bastante poderoso para minar e desintegrar o feudalismo, mas demasiado fraco para desenvolver uma estrutura independente própria: tudo o que pode realizar num sentido positivo foi preparar o terreno para o avanço vitorioso do capitalismo nos séculos XVII e XVIII."⁵⁶

Sweezy adverte que devido à incapacidade deste sistema se impor como dominante não se pode levar a discussão sobre esta "forma intermediária" longe demais. Sua principal função foi, como dito antes, minar o feudalismo, possibilitando assim o posterior desenvolvimento do capitalismo.

Em conformidade com a sua perspectiva, Sweezy propõe uma explicação diferente da fornecida por Dobb sobre as "duas vias" para o capitalismo. Ele sustenta que o equívoco de Dobb deriva de uma má leitura de Marx: ao escrever a célebre passagem sobre as duas vias, Marx não estava se referindo a caminhos opostos seguidos por forças sociais distintas (pequenos produtores *versus* grandes comerciantes e proprietários rurais), mas pondo em contraste a fundação de empresas amadurecidas ("*full-fledged enterprises*") e o lento desenvolvimento do "novo sistema"⁵⁷. Portanto, a qualificação revolucionário ou conservador diz respeito à *velocidade* das transformações. O *putting-out* é conservador por ser mais lento: o mercador-empresário encomendava os diversos estágios da manufatura de um produto determinado a artesãos independentes (produção fragmentada), enquanto as "empresas capitalistas amadurecidas" (via no. I) "queimavam" esta fase intermediária,

⁵⁵ *id*; *ibid* p. 15

⁵⁶ *id*; *ibid* p. 17

⁵⁷ *cf. id*; *ibid* p. 17-20

controlando a totalidade do processo de manufatura dos produtos. A via no. I, portanto, triunfou devido a sua maior produtividade, fruto da concentração da produção.

Podemos então, partindo dos elementos expostos até aqui, afirmar que o sustentáculo das reflexões de Sweezy sobre a transição se encontra no autodesenvolvimento do comércio que leva à intensificação das forças produtivas, promovendo uma organização mais racional e o aprimoramento da divisão do trabalho, propiciando maior produtividade e minando as relações servis de produção, sendo assim estabelecida gradualmente a forma de trabalho livre. Este modo de raciocinar demonstra a postura metodológica de Sweezy: em seu raciocínio o valor de troca se consolida mediante o desenvolvimento do comércio, dissolvendo neste processo as relações de produção feudais. É devido a esta postura metodológica que Sweezy identifica como feição principal do feudalismo a produção para uso e rejeita a definição de Dobb, que centra-se na forma da existência do trabalho (na natureza da propriedade feudal) e na relação característica entre dominante e dominado, a relação servil. Será possível, dentro da conjuntura feudal, afirmar que a atuação do comércio pode consolidar o valor de troca como objetivo final da produção? O efeito do comércio sobre a estrutura da sociedade é semelhante no feudalismo e no capitalismo?

III

COMENTÁRIOS

Ao reconstituirmos as explicações de Dobb e de Sweezy entramos em contato com os temas mais controversos que marcaram o debate de 54. Uma das questões mais polêmicas, como pudemos observar, diz respeito ao papel exercido pelo comércio na desagregação do modo de produção feudal. A hipótese de que o comércio de longa distância é um *elemento externo* à economia feudal foi aceita - à primeira vista - por todos os autores envolvidos no debate, particularmente por Sweezy. Este autor sustenta que no período posterior ao século XV (e especialmente no século XVI) as relações mercantis adquiriram um volume tão expressivo que se converteram em um fator qualitativamente novo, capaz de debilitar a estrutura da sociedade feudal. Na perspectiva de Sweezy, portanto, somente um elemento externo seria capaz de promover a transição ao capitalismo. A posição de Dobb - no que diz respeito à caracterização do comércio de longa distância - é um pouco mais complexa: nos *Studies...* a sua maior preocupação consiste na avaliação do impacto que o renascimento desta forma de comércio exerceu sobre o feudalismo: a intensificação da crise de rendimentos da nobreza por um lado e, de outro, a sua influência paradoxal sobre a servidão: para este autor, o ressurgimento das relações mercantis promoveu o declínio da servidão nas regiões próximas às grandes rotas comerciais ao mesmo tempo em que, nas zonas onde o acesso ao mercado era *exclusivo* às camadas dominantes, os laços servis foram brutalmente intensificados, gerando insatisfações e revoltas camponesas. Ele não hesita em classificar os grandes mercadores envolvidos com esta modalidade de comércio como personagens feudais, pois seus lucros baseiam-se na inequivalência das trocas, as quais derivam de privilégios e, no limite, da coação direta sobre o produtor assim como sobre os demais comerciantes (supressão da concorrência). Dobb passa a qualificar categoricamente como "externa" esta forma de comércio apenas nos textos onde responde às críticas de Sweezy e, mesmo assim, ressalta o seu impacto sobre as bases da sociedade feudal.

A relação entre as periódicas explosões demográficas e a economia feudal surgiu apenas como um pano de fundo na polêmica, muito embora fosse um aspecto relativamente importante na explicação de Dobb sobre a transição. O crescimento populacional, até certo ponto, favorecia a nobreza (por proporcionar um aumento no volume de rendimentos). Mas como a oferta de terras tinha limites e o

desenvolvimento da técnica era quase estacionário, as explosões demográficas se convertiam em ameaças à ordem feudal, gerando fome e carestia (redução das colheitas e aumento da demanda por alimentos); incentivando a explosão de levantes e insurreições⁵⁸. Outra questão de vital importância envolvida na polêmica refere-se à tendência a estabilidade da sociedade feudal, o caráter “inerentemente conservador” ao qual Sweezy se apoia para lançar sua hipótese sobre o sistema pré-capitalista produtor de mercadorias. Esta reflexão está ligada à discussão em torno da tendência ao estancamento das forças produtivas feudais. Como vimos, Sweezy argumenta que a generalização das relações mercantis consistiu em um dos elementos decisivos na supressão da tendência à estagnação: por transformar a própria noção de riqueza, a ressurreição do comércio de longa distância induziu à preocupação em acumular, e esta por sua vez, criou a necessidade e a preocupação de elevar a produtividade.

Estes são alguns dos principais elementos que marcaram a discussão sobre a transição na década de 50. Pretendemos agora criticar os pontos mais débeis das explicações de Dobb e de Sweezy. Ao mesmo tempo, aprofundaremos alguns temas e estabeleceremos uma conexão entre esta polêmica e o “debate Brenner”, que será explorado na segunda parte deste trabalho.

1) Crítica à concepção de Dobb

Como pudemos observar no capítulo I, um dos aspectos mais relevantes da explicação de Dobb é que ele interpreta o complexo período localizado entre os séculos XIV e XVI como *ainda feudal*, embora como já foi dito, em um estágio avançado de desintegração. Com isto, Dobb tenta contornar posturas metodológicas estranhas ao materialismo histórico, como por exemplo o “sistema pré-capitalista de produção de mercadorias” proposto por Sweezy⁵⁹.

⁵⁸ Segundo Hilton, a influência das rebeliões e das revoltas camponesas tem sido menosprezada na historiografia. Principalmente durante a baixa Idade Média, as revoltas camponesas não eram simples manifestações locais, mas questionavam a organização da sociedade: “(...) As revoltas dos marinheiros de Flandres, (...) dos camponeses ingleses em 1381 e das camadas mais baixas e médias em numerosas cidades italianas, francesas, flamengas e inglesas são eventos dramáticos que necessitam ser situados em um clima de descontentamento que os historiadores estão apenas começando a estudar. O aspecto mais interessante da maioria das rebeliões da baixa Idade Média é que elas não expressavam simplesmente um descontentamento contra a opressão local, mas começavam a expressar uma revolta contra o modo em que a sociedade se encontrava organizada.(...)”. HILTON, R. *Class conflict... op.cit* p. 240. O autor faz um estudo mais detalhado desta questão em *Siervos liberados: los movimientos campesinos medievales y el levantamiento ingles de 1381* Siglo Veintiuno ed., 1982

⁵⁹ Em “A Reply”, Dobb deixa isto bem claro ao comentar a forma como Sweezy utiliza o termo “sistema”: “Mas ao referir-se a um “sistema de produção” ele [Sweezy] parece querer dizer algo de diferente e pôr em contraste um *sistema* de produção com um modo de produção no sentido de...”

Mencionamos também que no primeiro capítulo de *Studies in the development of capitalism*, Dobb esboça a sua metodologia, demonstrando sua preocupação em apreender tanto o modo de produção feudal quanto o capitalista privilegiando suas contradições internas. O autor reconhece que um modo de produção nunca se apresenta em sua forma pura, e que esta heterogeneidade não deve ser desprezada, mas relacionada com os fatores estruturais que modelam a sociedade. Segundo Dobb, como vimos, não se deve demarcar a linha divisória entre dois modos de produção logo na primeira aparição da relação de produção que caracterizará o sucessor, mas apenas quando esta relação se torna dominante, isto é, quando passa a determinar toda a sociedade. *Esta posição teórica faz com que ele não se perca no obscuro período que vai do século XIV ao XVI, marcado pela coexistência das relações de produção feudais e novas relações, como arrendatários que empregam trabalhadores assalariados e comerciantes profissionais.* Não obstante, o período em questão ainda pode ser caracterizado como feudal, pois estas novas relações “capitalistas” ainda não conseguiram impor a sua marca na sociedade como um todo. Podemos perceber, já, os primeiros contornos do que logo após constituirá o modo de produção capitalista, mas as condições para o desenvolvimento pleno do capital (entendendo aqui capital no seu sentido mais específico) ainda não haviam sido criadas.

Por sempre privilegiar a relação dominante de produção como determinante sobre todas as demais forças e relações internas e externas envolvidas no processo em análise, Dobb dá nova direção à discussão sobre o papel do comércio na dissolução do feudalismo. A explicação comumente aceita até então tinha como base a idéia de que o desenvolvimento do comércio potenciava o aumento das necessidades de rendimentos por parte dos senhores feudais, induzindo-os a incrementar sua renda racionalizando o Estado (absolutismo) e comutando as prestações em serviço por prestações em dinheiro, culminando na adoção do trabalho livre. Frente a este raciocínio Dobb contrapõe fortes argumentos: por que a nobreza feudal não aumentava suas rendas simplesmente arrochando os mecanismos de controle de que dispunha para extrair o excedente dos produtores diretos? Argumenta também que a referida comutação não pode ser entendida como uma transformação do trabalho servil em trabalho livre, mas apenas uma mudança na forma de pagamento dos tributos. *A dominação senhorial ainda existia, bem como a propriedade feudal do solo, ou seja, as relações dominantes de produção ainda eram feudais.* A

Marx a este termo. O que é que se pretende precisamente com um sistema de produção, isso já me é um pouco obscuro” (p. 21).

relação entre o nobre e o produtor direto permanecia uma relação servil, não importando se o último pagasse seus tributos em dinheiro, trabalho ou em produtos pois, como vimos, a forma em que se apresenta o excedente é menos determinante do que o modo como é produzido e expropriado.

Brenner, em um artigo publicado logo após o falecimento de Dobb, ressalta as qualidades de *Studies(...)*:

"Após três décadas, *Studies in the development of capitalism* (1946) continua a ser o ponto de partida para a discussão sobre o desenvolvimento econômico europeu. Isto ocorre devido sua persistência sobre a poderosa proposição de que o problema de desenvolvimento econômico deve ser apreendido historicamente, e que qualquer teoria sobre desenvolvimento econômico deve ser construída em termos históricos específicos. Dobb portanto segue Marx em sua rejeição em compreender transformações econômicas em termos do que podem ser chamadas leis econômicas transhistóricas baseadas, por exemplo, nos postulados da teoria econômica ortodoxa."⁶⁰

E mais a frente:

"(...) Dobb é capaz de oferecer neste trabalho os elementos essenciais de uma teoria sobre o desenvolvimento econômico feudal, e especialmente sobre a crise de produção feudal - para começar a entender o feudalismo nos termos de suas próprias contradições internas e conflitos, não excluindo mas incorporando o crescimento do comércio."⁶¹

Como Brenner afirma, Dobb segue Marx ao explicar a evolução e dissolução de determinado modo de produção baseando-se principalmente em suas próprias contradições internas. Para Dobb (como para Marx), a contradição que move o feudalismo é a relação conflituosa entre nobres e servos devido à constante luta pela terra, um dos mais importantes meios de produção. A posse da terra e dos instrumentos de trabalho, bem como o domínio sobre o processo de trabalho garantiam aos produtores diretos certa autonomia relativa, já que podiam produzir sua subsistência. Só produziam e entregavam o excedente devido ao poder do senhor feudal, poder fundado basicamente na força militar e legitimado pela igreja e pelos costumes. Em tais circunstâncias, o desenvolvimento do comércio não pode abalar de forma significativa a estrutura ou as relações de classe feudais, por influenciar de forma reduzida a base desta sociedade.

Como vimos no capítulo I, um dos pontos mais fortes da explicação de Dobb é sua compreensão da raiz interna das agudas crises econômicas enfrentadas pelo modo de produção feudal. Porém, ao tentar explicar a crise final do feudalismo, Dobb

⁶⁰ BRENNER, Robert "Dobb on the transition from feudalism to capitalism" *op.cit.* p. 121

⁶¹ *Id;Ibid.* p. 121-2

altera contraditoriamente o rumo de sua argumentação: passa a privilegiar o processo de destruição dos “grilhões feudais” que obstruíam a produção e o comércio, isto é, o processo de emancipação do “pequeno modo de produção”. Ao proceder deste modo, Dobb se aproxima desnecessariamente do que pode ser denominado como “transição direta ao capitalismo”. Brenner explora de forma interessante este ponto:

“Contudo, finalmente, Dobb tende a cair novamente na velha concepção sobre a transição direta via ascensão da burguesia, externa ao feudalismo. *Ele termina explicando não só a ascensão do capitalismo mas também a derrocada do feudalismo mediante a emergência de uma nova classe de agricultores e industriais capitalistas ao lado da ainda vigente ordem feudal durante o início do período moderno.* Ao argumentar desta forma, em primeiro lugar, despreza sua própria tendência em equalizar feudalismo com servidão e a irresistível evidência que a servidão desaparecera completamente antes de 1500 na Inglaterra (a área que estuda) a ponto das relações sociais produtivas capitalistas estarem em seus primeiros estágios de desenvolvimento. *Se servidão é igual a feudalismo, como pode o capitalismo determinar sua decadência e além disso, que tipo de sociedade tomou seu lugar?* Dobb abandona totalmente a questão sobre o declínio da servidão e suas implicações, deixando seu subsequente desenvolvimento curiosamente sem resposta ou tratado de forma ambígua.”⁶²

Como podemos observar nesta passagem, Brenner, com um certo grau de exagero, detectou uma inconsistência na argumentação de Dobb. A forma como este autor trata do desaparecimento da servidão e da consolidação das relações de produção capitalistas não é suficientemente clara. No final das contas, o raciocínio de Dobb parece ser o seguinte: a crescente procura por maiores fontes de rendimento por parte da nobreza minava as bases da sociedade feudal, dando lugar a crises econômicas estruturais. A “solução” destas crises se deu com a substituição das desgastadas relações de produção feudais por relações capitalistas de produção. Em outras palavras, a transição do feudalismo ao capitalismo acaba sendo descrita como a sucessão de um modo de produção que não pode mais desenvolver suas forças produtivas por outro mais dinâmico⁶³. Brenner prossegue com sua crítica:

“Por outro lado, Dobb oferece fracos argumentos para demonstrar a manutenção das relações de classe feudais, presumivelmente em forma alterada, no longo período entre a queda da servidão e a revolução anti-feudal de 1640. Uma vez que os senhores haviam perdido seu poder de controlar a mobilidade dos camponeses e impor extorsões arbitrárias sobre os mesmos, de que forma eles preservaram as relações feudais de extração de excedente?”⁶⁴

E logo à frente:

⁶² *Id; Ibid* p. 122-3 (Grifos meus).

⁶³ *cf. id; ibid* p. 127

⁶⁴ *Id; Ibid.* p. 123

"(...)Dobb vê a nova classe burguesa 'emergindo por si mesma': da classe dos pequenos produtores livres, camponeses e artesãos em ascensão nos interstícios de uma sociedade ainda feudal, para a classe dos agricultores e industriais capitalistas que estabeleceram sua hegemonia na revolução burguesa. Neste contexto, Dobb dá a impressão de que o processo de diferenciação dos pequenos produtores, especialmente entre os camponeses, é mais contínuo do que realmente é. (...) Uma poderosa transformação do meio rural em uma direção capitalista parece ter tomado lugar na Inglaterra do final do período medieval e início do moderno, em conexão com a classe dos senhores feudais. A questão que Dobb necessita responder, anteriormente, é como as relações sociais rurais restringiam o desenvolvimento econômico nesta era a ponto de provocar o movimento no sentido da revolução burguesa, e de fato, onde localizar uma classe rural feudal, especialmente no poder, em 1640."⁶⁵

De fato, se feudalismo é igual à servidão, que modo de produção era dominante entre 1500 e 1640? Se a nobreza perdeu o controle sobre a mobilidade de seus servos, que poder efetivo esta classe dispunha (ou melhor, qual era sua fonte de poder)? Estas inconsistências persistem nas poucas páginas que Dobb dedica à "revolução burguesa de 1640", considerada por ele como a ruptura decisiva que marcou a transição do feudalismo ao capitalismo. De acordo com Dobb, neste período, ao lado da ainda vigente estrutura de classes feudais, surge das fileiras dos produtores diretos uma nova classe composta por fazendeiros e industriais "capitalistas". À medida em que esta nova classe conquistava mais poder econômico, a nobreza se tornava cada vez mais dependente da manutenção de seus privilégios, que constituíam verdadeiras barreiras ao progresso econômico da burguesia nascente. O parasitismo da nobreza foi, no entender de Dobb, o motivo principal que desencadeou a revolução burguesa na Inglaterra, revolução posta em marcha fundamentalmente pelos *yeomen* e pelos médios e grandes artesãos. O curioso é que em nenhum momento Dobb integra realmente esta sua tese sobre a revolução burguesa com suas reflexões sobre o modo de produção feudal; pois todas as suas referências à revolução são breves e genéricas. *De acordo com Brenner, Dobb não faz tal integração simplesmente porque sua tese sobre a revolução não se encaixa no restante de sua explicação geral!*⁶⁶

Para concluir, com base nas reflexões de Robert Brenner, podemos localizar as principais lacunas da explicação de Dobb sobre a transição em: a) no breve e insuficiente tratamento que ele dá à complexa (e decisiva) questão referente ao declínio final da servidão e sua substituição pelas relações burguesas de produção; b) em sua concisa e contraditória interpretação da revolução burguesa na Inglaterra. Se levarmos até às últimas conseqüências as suas reflexões sobre este conjunto de

⁶⁵ *Id; Ibid.*

questões chegaremos à embaraçosa hipótese de que, uma vez abolidos os controles feudais sobre a sociedade, ou melhor, quando os produtores diretos foram libertos das “amarras” da servidão, a produção camponesa rumou de forma mais ou menos automática na direção do capitalismo⁶⁷. Uma hipótese desta natureza, se pensarmos com cuidado, não é muito razoável. O fato de parcela considerável dos produtores diretos terem adquirido, mediante a sua luta contra os senhores, a plena propriedade de suas terras não produz nenhuma tendência direta à acumulação e à diferenciação social. Nestas condições nada impele os proprietários (mesmo os grandes) a reinvestirem sistematicamente o seu excedente na produção visando auferir mais lucro como ocorre no capitalismo; ou ainda, não existe nenhuma tendência que induza os proprietários a aumentarem a extensão de seus domínios a qualquer custo⁶⁸.

Entretanto, Brenner não foi capaz de perceber o maior limite da explicação de Dobb. Como retratamos no capítulo I, Dobb assinala a diferença dos *Studies...* com relação aos trabalhos de outros autores pelo fato de o feudalismo ser apreendido como um modo de produção. O motivo que levou o autor a adotar esta postura era plenamente justificável: nenhum estudo tinha até então seguido esta perspectiva, mesmo a maior parte das interpretações pretensamente marxistas, que tendiam a salientar a proeminência de valores de uso como a característica básica do sistema feudal. Mas, apesar deste diagnóstico preciso, Dobb não foi capaz de cumprir seu intento. Ao tratar do feudalismo como modo de produção, Dobb pretendia ampliar o escopo da investigação, ultrapassando as concepções jurídico-políticas e a noção de feudalismo como economia natural. Dobb realmente faz isto, principalmente ao inserir de forma efetiva a luta de classes no seio de sua explicação e ao estabelecer a conexão entre “fatores internos” e “externos” (a forma peculiar com que o comércio de longa distância articula-se ao feudalismo). Porém, ele não teve pleno sucesso em sua tentativa de abordar o feudalismo como um modo de produção, por dois motivos principais: primeiro, porque seu estudo compreende, além da econômica, apenas a esfera político-social. Ele deixa de lado, operando apenas marginalmente, toda a esfera ideológica (sobretudo a justificação das ordens feudais - sua estrutura hierárquica - pela teologia). Em segundo lugar, Dobb comenta apenas a *crise final* do feudalismo e não diz nada sobre a sua formação e seu apogeu. A dinâmica interna que ocupa o centro de suas atenções é na verdade a dinâmica do período transitório, das

⁶⁶ cf. *id*; *ibid*. p. 131-2

⁶⁷ cf. *id*; *ibid* p. 134

⁶⁸ Mais adiante, à medida em que recuperarmos as críticas de Brenner à concepção de Sweezy, exploraremos este ponto com mais rigor.

crises profundas que estavam levando o feudalismo ao colapso. Esta dinâmica não corresponde necessariamente às contradições internas que moviam o modo de produção feudal em seu auge, isto é, enquanto este sistema ainda sustentava-se sobre seus próprios pés.

2) Crítica à concepção de Sweezy

Pretendemos neste momento expor algumas críticas às reflexões de Sweezy que recuperamos no capítulo II deste trabalho. Este autor, como foi nossa intenção salientar, tende a caracterizar o feudalismo como um modo de produção marcado pelo predomínio do valor de uso, onde a circulação não é uma fase determinante na reprodução da sociedade. A oposição entre feudalismo e capitalismo em sua análise se dá basicamente como a oposição entre um modo de produção onde a circulação ocupa um papel secundário (uma economia que produz fundamentalmente valores de uso), e outro onde esta é uma fase indispensável. *Desta forma, podemos concluir que Sweezy tende a caracterizar os modos de produção levando em conta o papel desempenhado pela circulação.*

Esta perspectiva de análise não gera maiores problemas quando tem por objeto modos de produção fundados sobre a sua própria base, com relações de produção plenamente constituídas. Sweezy começa a confundir-se quando tenta apreender a transição do feudalismo ao capitalismo através desta perspectiva circulacionista. A proposição da existência de um modo de produção intermediário, desprovido de relações de produção dominantes, nem feudal nem capitalista é um dos aspectos que mais compromete sua argumentação. Como já observamos, o período situado entre os séculos XIV e XVI era marcado pela coexistência da economia feudal com a intensificação das relações mercantis. Talvez Sweezy caracterize este período como híbrido para manter a coerência com sua linha de análise, isto é, ao perceber a coexistência entre a produção típica feudal em processo de deterioração e a intensificação da circulação, entende isto como um estágio qualitativamente diferente, ou seja, um modo de produção novo. Denomina-o de "sistema pré-capitalista de produção de mercadorias", sistema marcado por não possuir uma relação dominante de produção capaz de caracterizar o modo de produção como um todo. Mas esta caracterização não é rigorosa. Tal postura, além de envolver um grave problema de adequação conceitual, é completamente estranha ao materialismo histórico. Os períodos transitórios são marcados por um alto grau de imprevisibilidade: eclodem

crises de intensidade variável em todas as esferas da realidade, surgem novas relações sociais e, no limite, novas classes que alteram completamente o rumo da luta de classes. Entretanto, mesmo este quadro aparentemente caótico encontra-se sujeito à contradições internas e leis de desenvolvimento próprias.

A perspectiva de Marx é diferente. Ele concebe a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção dominantes como a base do modo de produção. Estas que determinam em última instância toda a superestrutura social. Em outras palavras, a análise marxista tenta apreender como estão distribuídos os meios de produção e em consequência desta distribuição peculiar, como as relações entre as classes se estabelecem. O feudalismo, nesta perspectiva, é caracterizado pela posse dos meios e instrumentos de trabalho por parte dos produtores diretos, o que determina relações particulares de produção e distribuição. Já a sociedade capitalista apresenta uma base diferente: os produtores diretos estão separados dos meios de produção, os quais encontram-se nas mãos da burguesia. Esta nova disposição determina novas relações sociais de produção e apropriação, em suma, altera a sociedade em todos seus níveis, desde o processo de trabalho à organização política. O processo de transição deve ser entendido, nesta perspectiva, apreendendo de que modo os meios de produção foram arrancados dos produtores diretos, e em decorrência desta transformação, como ela se manifesta nas demais esferas da sociedade.

Neste ponto podemos incluir as críticas de Christopher Hill ao modo de produção intermediário "composto por várias classes dominantes" proposto por Sweezy. Hill argumenta que é impossível existirem várias classes dominantes em um período de mais de dois séculos. Por um curto período de tempo elas podem coexistir, mas uma delas deve preponderar e passar a dominar as relações de classe, estabelecendo-se como a classe dominante hegemônica.

"(...) Não é - escreve Hill -, na verdade, um absurdo lógico referir-se a "várias classes dominantes" durante um período de séculos? Uma classe dominante deve possuir o poder estatal: de outra maneira, como dominaria? Um duplo poder estatal pode existir por um período muito breve, durante uma revolução, como na Rússia por alguns meses em 1917. Essa situação, porém, é intrinsecamente instável, quase uma condição de guerra civil: tem de levar à vitória de uma classe ou de outra"⁶⁹

Para Hill, a monarquia absoluta é uma forma de estado feudal. Embora uma das características do feudalismo clássico seja a descentralização do poder, esta não é sua característica essencial ou fundamental. A crise social verificada em meados do

⁶⁹ HILL, C. "Comment" in: *The transition...* p. 73 (Grifos meus).

século XVI tornou os órgãos locais de poder ineficientes, fazendo com que a classe dominante feudal se empenhasse em centralizar o poder para conseguir conter com maior eficácia as revoltas camponesas, a mobilidade (fuga) da força de trabalho a nível nacional e garantir a apropriação extra-econômica do excedente:

"(...)A monarquia absoluta foi uma forma diferente da monarquia feudal, da monarquia dos domínios feudais que a precedeu; mas a classe governante continuou a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas elas formas de um mesmo governo da burguesia".⁷⁰

Podemos utilizar esta crítica de Christopher Hill apenas para assinalar mais uma debilidade na argumentação de Sweezy⁷¹: ele não explora as implicações da proposição de que havia várias classes dominantes durante a vigência do "sistema pré-capitalista produtor de mercadorias". Quais classes eram estas? Havia uma tendência ao equilíbrio? O Estado absolutista identificava-se com alguma destas classes? Com os elementos fornecidos por Sweezy não podemos responder satisfatoriamente a nenhuma destas questões.

Em "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism"⁷², Robert Brenner critica de forma profunda e inovadora algumas tendências do marxismo explicitadas no debate sobre a transição, assim como desenvolve a questão referente aos efeitos do comércio sobre a estrutura feudal. Sua crítica a Sweezy é provocativa: aproxima-o a Adam Smith. O argumento básico de Brenner é simples e direto: a expansão das transações comerciais não possui força suficiente para abalar definitivamente a estrutura de classes do modo de produção feudal e criar as relações capitalistas de produção. Isto porque a esfera da circulação não engloba totalmente esta sociedade: o comércio opera predominantemente com o excedente, pois os meios de produção encontram-se ligados aos produtores diretos, fato que garante sua autonomia relativa e os liberta parcialmente das exigências do mercado. As relações mercantis, nestas circunstâncias, só permitem o acúmulo de riquezas, *não de capital*. Para converter dinheiro em capital, como Marx demonstrou, é necessário utilizar a

⁷⁰ *Id; ibid* p. 75

⁷¹ A fórmula utilizada por Hill é demasiadamente simplista: se o período é feudal, então o Estado também é, do mesmo modo que a classe dominante deve ser alguma facção da nobreza. Entretanto, esta postura rígida e simplificadora que transparece em *The English Revolution 1640* e nesta sua contribuição ao debate é abandonada posteriormente, como podemos observar num de seus ensaios mais notáveis: em "Uma Revolução Burguesa?" (*in: Revista Brasileira de História*, 1984) Hill flexibiliza suas posições reforçando o alto grau de imprevisibilidade que marcou a revolução, mostrando a ação contraditória das classes e facções envolvidas na transformação que abarcou "todos os aspectos da atividade e da vida social", uma revolução que não foi feita ao talante de ninguém, mas que gerou resultados que impulsionaram o capitalismo. Aprofundaremos este tema no final do capítulo V.

⁷² BRENNER, Robert. "The origins..." *op. cit*

força de trabalho como mercadoria, o que pressupõe sua separação dos meios de produção. O papel revolucionário do comércio é, portanto, limitado: apenas pode promover a concentração das *riquezas* em poucas mãos.

Para prosseguir com a análise de Brenner é necessário esboçar em linhas gerais como Adam Smith explica a transição ao capitalismo. Há dois momentos em sua análise: a) a explicação das origens das cidades; b) a “transição” propriamente dita. O processo de formação das cidades descrito na *Riqueza das nações* não passa, na realidade, de um desdobramento da tendência ao progresso da divisão do trabalho, que por sua vez deriva da propensão inata do homem “a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.”⁷³ Este é o núcleo de toda a concepção de Smith, que o permite tratar do mercado e das relações capitalistas como categorias naturais e eternas. O grande “desafio” de Smith (e de toda economia política clássica) reside na tentativa de demonstrar que o sistema de mercado é o ponto de partida e o destino final da história. Com base nisto, o feudalismo tende a ser encarado como uma interrupção neste processo, um hiato cuja gênese e dissolução foi provocada por “elementos externos”.⁷⁴ O ressurgimento das cidades adquire, portanto, um papel ativo no restabelecimento do “curso natural” da história: num primeiro momento, a diferenciação entre o campo e a cidade corporifica o próprio progresso de divisão do trabalho e das trocas mercantis (separação entre produção agrária e manufatura). O comércio externo (ou de longa distância) passou a abastecer estas primeiras concentrações urbanas, interligando a produção agrária regional não-mercantil com a economia de mercado. Consolidadas, as cidades tornam-se os centros de difusão das transações mercantis, dissolvendo com isto todas as relações “retrógradas” e universalizando o sistema de mercado⁷⁵. A partir deste ponto o progresso ulterior da divisão do trabalho e expansão do mercado já está garantido. Deste modo, na *Riqueza das nações*, a explicação sobre a formação das cidades fornece a chave para a resolução da passagem ao capitalismo. A oferta de mercadorias sofisticadas

⁷³ cf. SMITH, A. *A Riqueza das nações* São Paulo: abril cultural, 1983 Vol. I p. 49

⁷⁴ Gene E. MUMMY trata deste tema de forma interessante: “Smith teve de caracterizar o feudalismo como uma aberração, um retrógrado hiato histórico, e depois demonstrar como as artificiais [*unnatural*] e coercitivas relações do feudalismo foram transformadas pelo restabelecimento da ordem natural das transações do sistema de mercado. Portanto, dada a concepção unilinear de Smith sobre o progresso histórico, a transição do feudalismo ao capitalismo não pode ser explicada nos termos das relações feudais. Isto é, que não pode ser o resultado das contradições internas e do desenvolvimento do próprio feudalismo. No esquema de Smith, o feudalismo teve de ser confrontado com forças de mercado situadas externamente e que provocaram a sua dissolução final.” MUMMY, G. “Town and country in Adam Smith’s *The wealth of nations*” in: *Science & Society* no. 4 (1978-79) p. 464 (grifos meus)

despertou entre os Senhores o gosto pela opulência, fato que induziu algumas transformações: a diminuição progressiva de seu séquito devido às novas oportunidades de consumo,⁷⁶ a busca incessante de um excedente mais volumoso (acúmulo de riquezas, majoritariamente sob a forma dinheiro), o estabelecimento de uma nova postura frente às terras cultiváveis: aumentar a sua produção a aplicação regular de recursos tornava-se mais atraente do que simplesmente mantê-las ou expandir o domínio senhorial (práticas “antigas” derivadas das “instituições bárbaras”). Finalmente, a consolidação de um novo vínculo com os servos: a servidão⁷⁷ cede lugar a arrendamentos com prazos longos e prestações fixas (os *tenants*, desta forma, poderiam acumular mais e com isto melhorar a produção; ao mesmo tempo em que pagariam seus tributos em dinheiro). Em síntese: o desenvolvimento da riqueza de uma sociedade está diretamente ligado ao grau de especialização do trabalho, o qual encontra seus limites na extensão do mercado. A propensão humana à troca garante o dinamismo da sociedade, fundamentando o auto-desenvolvimento das relações mercantis. Portanto, esta explicação despreza totalmente a especificidade dos períodos históricos (tudo o que não auxilia o processo de mercantilização transforma-se em uma barreira, que será destruída inexoravelmente), abordando a história como uma simples progressão linear e quantitativa da divisão do trabalho.

Após esta breve digressão, podemos prosseguir. Sweezy caracteriza o capitalismo como um modo de produção marcado pelo alto desenvolvimento da divisão de trabalho e pelo fato de sua dinâmica consistir na acumulação de capital mediante a inovação, isto é, na constante revolução das forças produtivas. Esta

⁷⁵ “Assim é que -escreve Smith -, na maior parte da Europa, o comércio e as manufaturas das cidades, ao invés de serem efeito do aprimoramento e do cultivo do campo, foram a sua causa.” SMITH, A. *A Riqueza...* cit. p. 351

⁷⁶ A explicação de Smith sobre a formação destes “séquitos” é bastante curiosa: a oferta reduzida de bens de consumo derivada da ausência de um comércio internacional e de manufaturas aperfeiçoadas induzia os grandes proprietários a gastarem seus rendimentos na manutenção de uma “hospitalidade rústica” (i.é, manter um elevado número de famílias sob seu comando). cf. *ibid* p. 349

⁷⁷ Smith, na realidade tendia a evitar o termo *servidão*, pois acreditava que o regime de trabalho na Idade Média era uma forma peculiar de escravidão: “Nas antigas condições da Europa - escreve Smith -, os ocupantes das terras eram todos rendeiros a título precário. Todos ou quase todos eram escravos, *embora sua escravatura fosse de um tipo mais mitigado que a conhecida entre os antigos gregos e romanos, ou mesmo em nossas colônias das Índias Ocidentais*. Os escravos pertenciam mais diretamente à terra do que ao patrão. Podiam, portanto, ser vendidos juntamente com a terra, mas não independentemente dela. Podiam casar-se, desde que com o consentimento do patrão, o qual não podia, posteriormente dissolver o casamento, vendendo marido e mulher a pessoas diferentes. Se mutilasse ou assassinasse algum deles, estava sujeito a alguma penalidade, embora geralmente pequena. Todavia, estes escravos rendeiros não tinham a possibilidade de adquirir propriedade.(...) Qualquer cultivo e melhoria que fossem feitos na terra com o trabalho de tais escravos contavam como feitos pelo patrão.(...)Tudo era empregado em benefício do patrão. *Tais escravos não tinham condições de adquirir nada, a não ser seu sustento diário*. Portanto, era o próprio senhor da terra que, na realidade, ocupava a sua terra e a cultivava, por meio de seus servos.” SMITH, A. *A Riqueza...* op.cit p. 328 (grifos meus)

revolução foi posta em marcha no seio da sociedade feudal por intermédio do comércio, que promoveu a intensificação da divisão do trabalho nas unidades produtivas feudais, aumentando enormemente sua produtividade, dando força a um processo que culminou no estabelecimento do capitalismo e das relações de classe capitalistas. É neste ponto que Brenner aproxima Sweezy de Smith: *o comércio e sua vinculação com o grau de divisão do trabalho impulsiona o desenvolvimento da produtividade e isto transforma a estrutura da sociedade*. A diferença entre Smith e Sweezy é que o primeiro centra toda a sua análise em atores econômicos tomados individualmente (movidos por uma propensão inata), enquanto o segundo, pelo menos formalmente, preocupa-se com as relações de classe que vão se estabelecendo na nova sociedade. Sweezy propõe que o crescimento do comércio altera a *noção* de riqueza dos nobres, compelindo-os a acumular, e por decorrência, a tentar aumentar a produtividade mediante inovações no processo de trabalho, como por exemplo a comutação das prestações em trabalho por tributos em dinheiro. Em última análise, sua explicação sempre está baseada no desenvolvimento do comércio como força decisiva.

Após estas considerações, Brenner investiga os pressupostos implícitos na argumentação de Sweezy: um destes pressupostos é a possibilidade da mão de obra se deslocar da agricultura à manufatura urbana em resposta a oportunidades de mercado, bem como a existência dentro da conjuntura feudal de uma tendência à generalização das inovações tecnológicas. Por partir de pressupostos desta natureza podemos afirmar que Sweezy defende de modo implícito a existência de relações capitalistas embrionárias no interior da sociedade feudal e que estas relações desenvolvem-se de acordo com o crescimento do comércio. Mas, de acordo com Brenner, tais pressupostos não se verificam na sociedade feudal. A mão de obra camponesa, *ligada a terra*, só era estimulada a migrar à cidade quando a exploração da nobreza se tornava fisiologicamente insuportável e o poder de coação do senhor se encontrava em crise, ou ainda, quando o próprio Senhor, agindo por conta de seus interesses imediatos, arrancava a base fundiária do camponês, violando seus direitos de posse. Como vimos, a posse da terra era uma grande barreira à proletarianização do campesinato, já que garantia sua autonomia relativa. Em condições normais, a deserção dos servos não era interessante para a nobreza, pois eles representavam a sua principal fonte de trabalho vivo.

O segundo pressuposto de Sweezy também não se verifica no modo de produção feudal. Não há nenhuma tendência à universalização das inovações

tecnológicas e organizacionais na economia feudal, pelo menos não na mesma proporção com que esta tendência manifesta-se em uma economia capitalista. O mercado feudal e o mercado capitalista apresentam dinâmicas distintas, pois repousam sobre estruturas de classe e condições de produção completamente diferentes. Uma das fontes de poder da nobreza consistia no grau de subordinação e no número de famílias camponesas que conseguia manter sob seu domínio, fato que garantia o fornecimento de trabalho, produtos e os rendimentos necessários à sua reprodução social. Para exercer, preservar e ampliar seu controle sobre a economia camponesa esta classe tinha de aprimorar constantemente o seu poderio militar. Se existe alguma competição "tecnológica" no feudalismo esta se expressaria na fabricação de armas mais eficientes ou na organização dos exércitos. Sweezy não menciona esta hipótese, já que para ele a tendência à inovação tecnológica se encontra no processo de produção como um todo, e estas inovações são influenciadas pela concorrência de mercado e voltadas ao aumento da produtividade. Brenner relaciona o excedente econômico com o aparato militar da nobreza da seguinte forma:

"Desta forma, a classe dominante pode incrementar sua capacidade de explorar os produtores diretos ou adquirir meios de produção maiores (terra, trabalho, ferramentas) por métodos militares. Ao invés de ser acumulado, o excedente econômico é aqui sistematicamente desviado da reprodução ao trabalho improdutivo"⁷⁸

Assim, investir em aparato militar é, até determinado limite, uma *forma indireta* de investir extensivamente na produção, pois se de um lado estas inversões criam a possibilidade de conquistar novas terras, por outro não são capazes de intensificar o grau de produtividade do trabalho. São as próprias condições específicas do modo de produção feudal que determinam esta tendência ao predomínio da exploração extensiva em detrimento da intensiva e, deste modo, tanto o sentido quanto a forma com que a exploração se apresenta não depende simplesmente da vontade da classe dominante, mas sim das determinações objetivas que a peculiar distribuição dos meios de produção e as relações de produção feudais proporcionam.

Brenner também comenta a autonomia frente ao mercado das unidades produtoras feudais:

"(...)Está na essência das relações sociais pré-capitalistas de produção que tanto os exploradores quanto os produtores diretos, estão, de uma forma ou de outra, ligados a seus meios de subsistência e a seus meios de produção. Como resultado, sua

⁷⁸ *Id.;Ibid.* p. 37

sobrevivência e sua reprodução não depende da venda de seus produtos no mercado, e consequentemente não competem em termos de forças produtivas."⁷⁹

Com base nesta passagem é possível reiterar que o comércio exerce um papel limitado na sociedade feudal e não pode por si só alterar as relações de classe existentes. Não representa, portanto, a força motriz da transição. À luz desta premissa, Brenner faz uma crítica contundente à idéia de que a ampliação da rede comercial induz à transformação das forças produtivas feudais mediante o aprimoramento da divisão do trabalho:

"Como consequência, [Sweezy] considera que a transição ao Capitalismo é um suave processo linear, que essencialmente não comporta transição alguma. Dada a expansão do intercâmbio e dos imperativos técnico-econômicos do desenvolvimento das forças produtivas submetidas às pressões comerciais, a ascensão de relações sociais capitalistas se reduz a uma mera formalidade".⁸⁰

Sweezy, a exemplo de Smith, encara o comércio como uma forma trans-histórica, pois em sua argumentação a diferença entre o comércio feudal e o comércio capitalista é meramente quantitativa, sendo impossível diferenciá-lo, na prática, em um plano qualitativo. O mais intrigante é que Sweezy declara estar ciente da função secundária do comércio na economia feudal e, para agravar, afirma que nas economias marcadas pelo predomínio do valor do uso - como a feudal - é possível a coexistência de relações mercantis desenvolvidas, e que tais relações, neste contexto, apresentam um papel de relevância reduzida. Ao explicar o declínio do sistema feudal ele entra em contradição com esta posição, pois se debruça de modo excessivo no impacto do comércio sobre este modo de produção. Muito provavelmente, tal "confusão" se dê devido à forma com que Sweezy apresenta sua explicação: não a expõe de modo sistemático, mas criticando e contrapondo-se em alguns pontos às reflexões de outro autor. Sweezy primeiramente declara estar insatisfeito com a tese de que o comércio é capaz de desintegrar o sistema feudal e logo em seguida se contradiz:

"Parece que Dobb não conseguiu com sucesso derrubar aquela parte da teoria comumente aceita que sustenta que a causa de raiz do declínio do feudalismo encontra-se no desenvolvimento do comércio. Mas mostrou que o impacto do comércio sobre o sistema feudal é mais complicado do que usualmente se pensa: a *idéia de que comércio é igual a economia monetária, e que economia monetária é um dissolvente natural das relações feudais é demasiado simples*(...)." ⁸¹

Logo no parágrafo abaixo:

⁷⁹ *Id;Ibid.*

⁸⁰ *Id;Ibid.* p. 39

⁸¹ SWEEZY, P. "A Critique" *cit.* p. 7-8 (Grifos meus).

"Parece-me que o conflito importante nesta relação não é entre economia monetária e economia natural, mas entre produção para o mercado e produção para uso. Devemos então tentar mostrar o processo pelo qual o comércio engendrou um sistema de produção para o mercado e depois traçar o impacto deste sistema sobre o sistema feudal preexistente de produção para uso."⁸²

As palavras de Sweezy são bem claras: *ele tenta mostrar o processo pelo qual o comércio engendrou um sistema de produção para o mercado (provavelmente está se referindo ao "sistema pré-capitalista de produção de mercadorias" que trata mais à frente)*. Sweezy diz textualmente que o comércio é a força que transforma o sistema, entrando em contradição com suas primeiras declarações e aproximando-se de Adam Smith. Descreve toda a evolução do comércio, da passagem do "comércio bufarinheiro" ao "estabelecimento dos centros de comércio e de baldeação", e de como estes centros transformaram as forças produtivas e as relações de produção feudais. *Embora Sweezy afirme querer provar o contrário, toda sua argumentação está centrada na idéia de que o comércio é a força motriz que destrói o feudalismo e torna possível a ascensão do capitalismo.*

A tese do "sistema pré-capitalista produtor de mercadorias" e a ênfase exagerada no comércio como força diluidora da ordem feudal adicionam tantas dificuldades suplementares para serem contornadas que, em "A Rejoinder",⁸³ Sweezy parece entregar os pontos:

"(...) O meu artigo em *Science and Society* não passou de um relatório das respostas hipotéticas que eu formulara. (Penso, agora, que o devia ter tornado mais claro. Dobb formulou certamente o seu problema a seu próprio modo, e só muito indiretamente estava interessado nas questões para as quais eu andava à procura de respostas. Muitas das minhas críticas, portanto, não são realmente uma crítica, ao fim e ao cabo; são mais sugestões e hipóteses suplementares.)"⁸⁴

A partir deste ponto, propõe-se a elaborar questões que acredita não estarem convenientemente respondidas, como por exemplo:

"Primeira Questão: Qual foi o primeiro motor por detrás do desenvolvimento do feudalismo da Europa ocidental?"⁸⁵

O que Sweezy pergunta na verdade é qual a contradição interna que move o feudalismo ocidental, questão essencial para qualquer análise marxista. Recusa a

⁸² *Id;Ibid.* p. 8(Grifos meus). Além da contradição, esta passagem revela como Sweezy está preso à oposição entre economia natural dominada pelo valor de uso e economia mercantil produtora de valores de troca.

⁸³ *Id;* "A Rejoinder", *Ibid.* p. 59-64

⁸⁴ *Id;Ibid.* p. 59

⁸⁵ *Id;Ibid.*

idéia de Dobb, que visualiza esta contradição no acirramento da luta entre senhores feudais e produtores diretos, intensificada pelo aumento das necessidades de rendimentos por parte dos primeiros. Ele insiste que tal necessidade não pode ser explicada internamente ao sistema, mas externamente, ocasionada principalmente pelas novas possibilidades de consumo proporcionadas pelo desenvolvimento do comércio. Como o próprio Sweezy afirma:

"A resposta à primeira questão parece-me então ser esta: o sistema feudal não contém qualquer primeiro motor interno, a força motriz do seu desenvolvimento genuíno - distinto das meras oscilações e das crises que não afetam a sua estrutura básica - devemos procurá-la fora do sistema (suspeito que isto aplica-se de forma geral aos sistemas feudais, e não apenas à Europa Ocidental, mas isto é um tema que ultrapassa o escopo da discussão presente)."⁸⁶

Sweezy tenta demonstrar tal proposição afirmando que o desenvolvimento do comércio, das cidades e do mercado foi externo ao modo de produção feudal, mas interno em relação à economia europeia mediterrânea como um todo. Em outras palavras, a "economia europeia mediterrânea" parece tornar-se um "sistema social" mais amplo que o feudal, e dotado de leis próprias. Sweezy apresenta este ponto da seguinte forma:

"(...) A expansão do comércio com o concomitante desenvolvimento das cidades e dos mercados foi externo ao modo de produção feudal, mas foi interno no que diz respeito a toda a economia europeia mediterrânea.

Um completo estudo do feudalismo da Europa ocidental - que Dobb nunca pretendeu oferecer - teria de analisá-lo no contexto desta economia europeia mediterrânea mais vasta."⁸⁷

Esta é uma saída nitidamente defensiva, mas que não deixa de ser interessante, embora, como de costume, Sweezy não a desenvolva de forma satisfatória. Na verdade, para tal propósito seria conveniente alargar ainda mais a área a ser investigada: as relações entre a Europa ocidental (que transcende a economia mediterrânea) e oriental - esta última às voltas com a "segunda servidão" - não podem ser desprezadas, pois são particularmente reveladoras. No "debate Brenner", como veremos, esta questão ressurge e ocupa grande parte da discussão.

Rodney Hilton critica estas afirmações de Sweezy, tentando demonstrar que elas não encontram sustentação no materialismo histórico:

"(...) A questão mais importante que [Sweezy] põe é indubitavelmente a do primeiro motor do feudalismo. Por ele, presumo que entende as contradições internas do modo feudal de produção que trabalharam para o seu desenvolvimento e eventual

⁸⁶ *Id;Ibid.* p. 62

⁸⁷ *Id;Ibid.* p. 61

substituição. Pelo menos é isto o que um marxista quererá dizer, embora a sua própria sugestão de que o feudalismo não teve um primeiro motor, isto é, nenhuma dialética interna, seja de fato uma proposição não-marxista.”⁸⁸

Hilton prossegue com sua crítica, afirmando que qualquer análise marxista deve partir de dados concretos, mesmo que produza um resultado abstrato. Segundo Hilton, a fonte de dados concretos em que Sweezy se baseia são as interpretações de Henri Pirenne, um autor não marxista, cujas explicações têm sido recusadas também por especialistas não marxistas⁸⁹. Para Pirenne, tanto a gênese do feudalismo quanto seu colapso estão relacionados com a existência ou não do comércio mediterrâneo. O corte das estradas mediterrâneas feito pelos invasores islâmicos ocorrido durante os séculos VII e VIII atrofiou o comércio internacional e o mercado local europeu, e tal atrofia dispersou a população por uma extensa área geográfica, criando as condições para a ascensão dos grandes feudos e a conseqüente produção voltada para o consumo imediato. Com a ressurreição do comércio internacional, processo que se acelera após o século XI, aliado ao desenvolvimento do comércio local, foram criadas as condições para a desintegração do feudalismo e ascensão do capitalismo. Portanto, toda a explicação de Pirenne sobre o feudalismo ocidental, desde sua origem até seu colapso, está diretamente vinculada à situação do comércio mediterrâneo⁹⁰. Há, portanto, uma nítida semelhança entre a interpretação de Pirenne e a de Sweezy.

Até aqui estávamos nos restringindo ao material bibliográfico disponível na década de 50, onde podemos perceber certa hesitação por parte de Sweezy, no que diz respeito à sua hipótese sobre a inexistência de um “motor interno” atuando no

⁸⁸ HILTON, “Comment”, *Ibid.*; p. 65

⁸⁹ Podemos notar aqui mais uma característica do debate sobre a transição: os historiadores “não-marxistas” são utilizados apenas como “fonte de dados”, pois suas explicações são desconsideradas.

⁹⁰ A explicação de Pirenne sobre o ressurgimento do comércio internacional no século X - que teria fomentado a vida urbana na Europa Ocidental - repousa na idéia de que houve uma drástica ruptura nas transações mercantis de longa distância no século VII, quando os árabes conquistaram o oeste do Mediterrâneo. Porém, de acordo com estudos mais recentes, esta ruptura não ocorreu: “É neste ponto preciso - escreve A. Verhulst - que as pesquisas desde a segunda guerra mundial, particularmente da arqueologia, destruíram o argumento de Pirenne. O comércio de longa distância no Mar do Norte e na Escandinávia é agora considerado como uma atividade que manteve-se contínua e vigorosa pelo menos do século VII em diante. Ele era independente do comércio mediterrâneo e floresceu sem nenhuma ruptura no século IX, graças não apenas aos Frísios mas também aos Vikings, cujas atividades são consideradas hoje menos negativas do que na época de Pirenne(...). Consequentemente, não é mais necessário considerar que a revivescência do comércio nos séculos X e XI consistiu num desenvolvimento totalmente novo, contrastando drasticamente com o período precedente.” VERHULST, A. “The origins of towns in the Low Countries and the Pirenne thesis” in: *Past & Present* No. 122 (1989) p.6 (grifos meus). Portanto, não é correto centrar a explicação sobre a ascensão do comércio europeu em “fatores externos”, pois o noroeste da Europa apresentava, desde o final do século VII, sinais de vitalidade econômica que expressavam-se na existência de um artesanato especializado, nas atividades comerciais em torno do Mar do Norte e na expansão da economia agrária e da população *cf. id.; ibid* p.4-9;18;34-5.

modo de produção feudal. Porém, em um artigo publicado cerca de trinta anos mais tarde, ao resgatar a idéia de que o comércio e a concomitante produção de mercadorias, *enquanto força externa*, representou o maior papel (*"major role"*) na destruição do feudalismo ocidental e, ao mesmo tempo, estabeleceu as pré-condições necessárias à emergência do capitalismo,⁹¹ Sweezy enfatiza sua polêmica hipótese:

"Implícito neste argumento - escreve Sweezy - mas nunca, que eu me lembre, expus no debate sobre a transição uma opinião que agora considero crucial para o entendimento apropriado do materialismo histórico, a saber, que de todos os sistemas sociais registrados *apenas o capitalismo é sujeito ao que podem ser razoavelmente denominadas "leis" de movimento ou de desenvolvimento.*"⁹²

Esta citação elimina qualquer dúvida remanescente sobre a postura metodológica de Sweezy. Para este autor, definitivamente, *apenas o capitalismo é dotado de leis de desenvolvimento, ou melhor, de contradições internas*. Por decorrência, todos os modos de produção que antecederam o capital necessitaram de alguma espécie de força externa, forte o suficiente para romper o equilíbrio e promover a transição. É evidente que uma proposição teórica desta natureza traz conseqüências sérias e novas indagações: que critérios devem ser usados para classificar os modos de produção anteriores ao capitalismo? Como apreender suas especificidades? O historiador deve assumir, para tratar de qualquer período que anteceda o capitalismo, uma postura meramente descritiva? Esta última questão parece bastante pertinente. Se a hipótese de Sweezy é verdadeira, então é impossível desenvolver uma *teoria geral* sobre os modos de produção ou sobre as transformações sociais, ou melhor, *só será possível elaborar esta teoria a partir do capitalismo, já que é o primeiro modo de produção que apresenta leis de desenvolvimento próprias.*⁹³

Sweezy prossegue com sua argumentação e, ao explorar o fato de o debate sobre a transição ter se centrado exclusivamente na Europa Ocidental, torna ainda mais explícita a sua adesão à tese da exclusividade do capitalismo no que se refere às contradições internas:

⁹¹ cf. SWEEZY, P. M. "Feudalism-to-Capitalism Revisited" *cit.* p. 81-2

⁹² *id.*; *ibid* p. 82 (grifos meus)

⁹³ Para falar em teoria geral dos modos de produção é necessário muito cuidado. Em certo sentido, o próprio materialismo histórico consiste nesta teoria: seu conceito fundamental é o de modo de produção, devido a pelo menos duas características: 1) Este conceito permite a *apreensão* de categorias que são ao mesmo tempo gerais e históricas, i.é., dotadas de historicidade (valem para um modo de produção determinado, não são atemporais ou absolutas). 2) Permite a fragmentação do objeto sem contudo sacrificar a totalidade do real (a própria clivagem da realidade é conduzida pelo todo). A teoria é "geral"

“A atenção quase exclusiva à Europa Ocidental foi uma característica preponderante no debate sobre a transição original. Existiam várias razões para isto: a inclinação cultural [*cultural bias*] da maioria dos participantes, suas convicções, herdadas de uma longa tradição, de que o feudalismo ocidental europeu foi o arquétipo desta formação social particular; e é claro, o fato de ter sido na Europa Ocidental que o capitalismo como nós hoje o conhecemos emergiu. Estes fatores tomados conjuntamente limitaram o alcance do debate a um nível extraordinário. As atenções não só se concentraram geograficamente nesta pequena porção do globo; mas o que é mais importante, uma suposição implícita (e um tanto inconsciente) permeou todo o discurso, a saber, a de que os acontecimentos ocorridos naquela área não foram influenciados em grande medida pelo desenvolvimento de outros locais. *Esta suposição resulta de uma postura teórica e abstrata, o suposto princípio marxiano de que as transformações em qualquer formação social derivam a sua direção e seu poder das forças internas.*”⁹⁴

Por sustentar a tese de que o feudalismo ocidental não possuía leis de desenvolvimento próprias, Sweezy procurou salientar a necessidade de alargar o foco das pesquisas: abranger nas explicações os acontecimentos que não se restringiam apenas à Europa Ocidental, mostrando as suas conexões com a história dos demais povos e com o desenvolvimento das outras sociedades, ao mesmo tempo em que revelou suas fontes prediletas:

“Aqui eu preciso introduzir uma nota pessoal. Eu sempre fui fascinado por grandes temas históricos - as origens das antigas civilizações nos grandes vales da África e da Ásia, o declínio e a queda do Império Romano, a interação entre os normandos e as sociedades sedentárias, e coisas do gênero. Dentre os autores que encontrei ao longo de minhas excursões pela história, meus dois favoritos são Pirenne e Toynbee. Cada um a seu modo abordam um ponto que falta às versões da história européia as quais tive contato nos cursos formais de história: *A Europa Ocidental, longe de ser o centro do universo, foi na realidade um afluente relativamente insignificante que corria à margem das grandes civilizações do mundo antigo.* Quando as rotas do comércio mediterrâneo mais importantes foram cortadas (...) a Europa Ocidental decaiu à pantanosa idade das trevas.”⁹⁵

Sweezy vai ainda mais longe: considera *completamente equivocadas* as concepções que definem o feudalismo como um modo de produção dotado de uma existência independente e de leis de desenvolvimento próprias, pois, segundo seu entender, tais concepções não passam de deformações violentas da realidade⁹⁶. Sweezy afirma ainda que, durante seu confronto com Dobb, sua maior intenção foi tentar desenvolver uma perspectiva mais abrangente e mais frutífera do que as interpretações formuladas pelos “marxistas ocidentais” na ocasião. Mas há aqui um

neste sentido preciso, e não pela possibilidade de prescindir da História. Retornaremos a este assunto - de importância crucial - em vários pontos de nossa reflexão.

⁹⁴ *id;ibid* p. 83 (grifos meus)

⁹⁵ *Id;ibid.* (grifos meus)

⁹⁶ *cf. Id. Ibid* p.83-4

problema desconsiderado pelo autor. A tese de que apenas o capitalismo apresenta leis de desenvolvimento próprias, se proposta com seriedade, levaria necessariamente à negação do estatuto de modo de produção a tudo o que não foi e não é capitalismo. Se Sweezy fosse um pensador coerente teria neste artigo mudado o seu juízo sobre os *Studies...* (principalmente rompido com o tom conciliatório mostrado em "A Rejoinder"): Dobb não obteve sucesso ao abordar o feudalismo como um modo de produção porque isto é simplesmente impossível, pois o feudalismo não foi um modo de produção! Nossa intenção ao incluir este artigo foi tentar demonstrar que, após trinta anos, Sweezy não cedeu às críticas que sofreu ao longo de todo o debate sobre a transição. Ele não só manteve suas idéias mais polêmicas, como tornou a expô-las de forma muito mais explícita.

Deste modo, podemos concluir que algumas das características da explicação de Sweezy, como a proposição do sistema intermediário híbrido, desprovido de uma relação de produção dominante e a ênfase exagerada que atribui ao comércio, encarando-o como força capaz de conduzir o processo de dissolução do feudalismo e gênese do capitalismo, fazem com que este autor não encontre sustentação teórica na obra de Marx. Para ele (como para Dobb), o "motor" interno do feudalismo é a luta entre nobres e servos pela posse da terra e de sua renda, ou seja, a luta de classes. Sweezy parece substituir em sua análise o papel da luta de classes no desenrolar da história pelo desenvolvimento do comércio e suas relações com as unidades produtivas feudais. Ao fazer isto, coloca em segundo plano as mudanças estruturais que tornaram possível a gênese do capital (como a proletarianização da população servil, cuja base fundiária foi arrancada), bem como a própria luta de classes, a força que dinamiza qualquer processo de transição. Como já foi mencionado, o comércio é por si só incapaz de transformar de forma radical as relações de classe feudais por atuar somente na superfície do processo produtivo. Para compreender como as relações de classe feudais transformam-se em relações de classe capitalistas é necessário deslocar o centro da análise do comércio para a luta de classes e para as mudanças estruturais ocorridas na sociedade feudal. Portanto, é necessário desvendar de que forma a luta entre senhores e servos gera o par antagônico burguesia/proletariado, ou, detentores dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, e a partir desta polarização específica, como surgem as relações de produção capitalistas.

SEGUNDA PARTE

O DEBATE BRENNER

IV

CRÍTICA AO MODELO DEMOGRÁFICO

Conforme mencionamos preliminarmente na introdução, os malthusianos, ou melhor, os historiadores que atribuem às flutuações demográficas o papel decisivo na dinâmica do modo de produção feudal, elaboraram suas formulações com o claro objetivo de atacar as interpretações centradas no mercado que vigoraram durante o final dos anos 50 e início da década de 60. Assim, mediante a crítica do modelo mercantil, acabaram consolidando uma nova ortodoxia, a ortodoxia demográfica. Mas Brenner deixa de lado esta oposição ao realizar uma crítica do núcleo comum que une estas duas correntes. De acordo com este autor, de um modo geral, as interpretações usuais sobre o feudalismo - mais especificamente as interpretações que se concentram no período compreendido entre o fim da Idade Média e o início da Moderna - são elaboradas quase que exclusivamente em termos de “forças econômicas objetivas”, que se referem principalmente às flutuações demográficas, crescimento ou retração do comércio e do mercado. *Todas estas reflexões, não importando o ponto de referência do qual se originam (seja o comércio, como é o caso de Sweezy, ou a demografia, como sugerem Postan, Ladurie, etc.), no fundo, compartilham de uma raiz comum: todas se estruturam a partir de um mecanismo de mercado, ou seja, tais concepções exigem a mediação da lei da oferta e da procura.* Segundo Brenner, estas forças econômicas objetivas são o núcleo central do perspectiva mercantil e da perspectiva demográfica: *toda a estrutura social se define em torno destas leis, inclusive a própria estrutura de classes*⁹⁷.

Brenner se empenha em criticar o denominador comum que dá sustentação a estas duas perspectivas de análise aparentemente distintas: tanto os partidários de Sweezy quanto os malthusianos partem do suposto (trans-histórico) de que a economia feudal apresentava em seu interior um mecanismo de mercado similar ao capitalista, isto é, regido pela lei da oferta e da demanda. Já mencionamos de forma exhaustiva nos capítulos anteriores que, dada sua conjuntura específica, este mecanismo é completamente incompatível com as relações de propriedade e de produção dominantes no modo de produção feudal.

⁹⁷ “Assim, a resposta da economia agrária às pressões econômicas, qualquer que seja sua origem, tem como suposto a idéia de que, sua aparição mais ou menos automática, deve tomar uma direção

Deste modo, antes de avançarmos com as críticas de Brenner, é necessário esboçarmos o princípio geral do qual as análises demográficas partem: o chamado *mecanismo (ou movimento) malthusiano de “dupla fase”*. Este “mecanismo” divide a dinâmica da sociedade medieval em duas fases. A fase A, marcada pelo crescimento demográfico e econômico e a fase B, caracterizada por uma queda abrupta da população e pela desorganização econômica. Mas como este movimento de dupla fase se realiza? Nos primórdios do feudalismo, logo após a queda do Império Romano, a população européia sofreu um processo de dispersão em um amplo espaço geográfico: neste período surgiram as pequenas comunidades baseadas na agricultura, praticamente isoladas uma das outras. A grande disponibilidade de terra e a reduzida população determinou a proliferação da criação de aves e de gado nas terras comunais, conjuntamente com a agricultura camponesa de pequena escala. Desta forma, além da tração bovina⁹⁸, os animais e as aves garantiam o leite, ovos e carne aos camponeses, mesmo durante o inverno. Estas condições favoráveis geram uma tendência ao crescimento populacional, ou seja, constituem a fase A do mecanismo malthusiano. À medida em que a população aumentava consideravelmente, a oferta de terras, que antes era grande, tornava-se insuficiente. Assim, as terras que antes eram utilizadas para o pastoreio passam a ser sistematicamente invadidas pelos camponeses, que constroem suas residências e suas pequenas plantações onde antigamente se criavam o gado e as aves. Deste modo, a superpopulação se transforma em um sério obstáculo à realização da pecuária, reduz a produtividade do solo e devido a todos estes fatores aliados ao aumento da demanda ocorre uma alta nos preços dos cereais: *a produção feudal não é mais suficiente para abastecer a volumosa população*. Assim, a fase B tem início: a escassez, a fome e as pestes determinariam o colapso populacional, reduzindo drasticamente a população. Esta redução populacional reproduziria de novo a fase A, e assim sucessivamente. *Podemos observar que, no fundo, as flutuações demográficas neste modelo estão intimamente associadas a um mecanismo de oferta e de demanda*. Na fase A, a oferta é maior que a procura, e portando as condições de

economicamente determinada pelas <leis da oferta e da demanda>“ BRENNER, R. “Agrarian class...” in *The Brenner Debate op. cit* p.12

⁹⁸ Mesmo durante os primórdios do feudalismo, em alguns lugares, já se utilizava o gado bovino para puxar o arado: “Embora alguns camponeses continuassem utilizando a enxada para arar o solo, *adotou-se em grande medida o arado como meio de cultivo*, para o qual era requerida a utilização de animais de tração, principalmente bois. Outros animais domésticos, tais como cervos, cabras, ovelhas e aves proviam leite, queijo e carne” HILTON, R. *Siervos Liberados cit.* p. 29. Deste modo, a simples possibilidade de criar animais garantia ao camponês uma melhora significativa na qualidade de vida. De um modo geral,

vida são favoráveis. Na fase B, à medida em que a demanda aumenta (cresce a população), a oferta decai (queda da produtividade), e este descompasso entre variáveis econômicas objetivas determina a crise econômica.

É possível concluir então que a concepção malthusiana apregoa a existência de um *mecanismo fixo de auto-correção* que regula a economia feudal e determina de forma automática a flutuação econômica e demográfica a longo prazo. Segundo os malthusianos, na Europa, os séculos XII e XIII - séculos onde a população cresceu efetivamente - poderiam ser classificados como pertencentes à fase A, e os séculos XIV e XV, marcados por uma queda abrupta da população, como fazendo parte da fase B. Antes da emergência do capitalismo, este grande ciclo manifestou-se outra vez, entre os séculos XVI e XVII⁹⁹.

Este mecanismo parte de duas suposições: a) a economia feudal é incapaz de melhorar substancialmente a produtividade agrícola e b) existe uma relação direta entre a oferta de terras e o tamanho da população, ou em outras palavras, *a população apresenta uma propensão natural a crescer quando se verifica uma maior oferta de terras*. Estas são as bases da ortodoxia demográfica. Antes de entrarmos em pormenores sobre estes supostos, não é difícil constatar que este mecanismo abstrai ou relega a segundo plano as demais determinações que não estejam diretamente vinculadas à relação entre a oferta de terras e alimentos contraposta à demanda *que, dentro deste raciocínio, é determinada quase exclusivamente pelo volume da população*.

“O malthusianismo secular - escreve Brenner -, em termos de suas premissas concretas e do pequeno número de variáveis a que se vincula, parece quase infalível. O que na realidade se deve questionar é sua relevância para explicar as

devido à pequena extensão da propriedade camponesa, os animais só podiam ser criados nas terras comunais.

⁹⁹ O que estamos caracterizando como “concepção malthusiana” não coincide necessariamente - não à risca pelo menos - com os postulados do próprio Malthus. Este autor é apenas o ponto de partida da chamada “corrente demográfica ou neomalthusiana”, que introduziu alterações em seu raciocínio (generalização do modelo básico, correções pontuais e incorporação de novos elementos): Malthus, escrevendo em 1798, elabora a “lei da população” e postula a tendência ao equilíbrio entre “alimentos e bocas”. Entretanto, nos três primeiros capítulos de seu famoso *An essay on the principle of population...* (Nova York: Penguin, 1979) o autor nos mostra os diversos obstáculos (*checks*) ao crescimento da população, mas não diz nada a respeito destes dois ciclos a que nos referimos: sequer afirma que a Europa tenha sofrido um grave desequilíbrio entre produção e consumo, pois em sua explicação as “barreiras” - “vícios”, pestes, guerras, etc. - sempre detiveram o crescimento populacional mediante o aumento da taxa de mortalidade. Não podemos nos esquecer que Malthus tentava responder ao grande problema “prático” de sua época: o crescimento desenfreado da população e da pobreza. Seu modelo estava equivocado (ele atribuiu erroneamente o crescimento populacional ao aumento da taxa de natalidade, que permanecia inalterada: a taxa de mortalidade é que entrou em declínio após a “revolução agrícola”, provocando o aumento populacional), mas isto não diminuiu a importância deste autor para o desenvolvimento da demografia.

transformações históricas atuais. Isto é, as suposições e as constantes do modelo, ou seja, *sua verdadeira dinâmica*, iluminam ou obscurecem as condições e os processos de transformações econômicas seculares da época em que nos ocupamos?”¹⁰⁰

Trata-se de uma questão crucial: o malthusianismo aclara ou obscurece o debate sobre a transição ao capitalismo? Se observarmos este modelo com atenção, não é difícil caracterizá-lo como reducionista: abstrai todas as demais determinações sociais, ou melhor, *ao abstrair a própria estrutura da sociedade feudal*, isto é, as relações de propriedade, a conflitiva distribuição dos rendimentos feudais e a relação antagônica entre os senhores e os servos (a luta de classes) *descaracteriza totalmente o objeto em questão, tornando-o esvaído de qualquer historicidade*. Por negligenciar estas características decisivas e fundamentais para a compreensão do modo de produção feudal, podemos afirmar desde já que a ortodoxia malthusiana, tomada como um ponto de referência e em seus aspectos mais essenciais, obscurece ainda mais o debate sobre a transição.

É natural que os defensores da perspectiva demográfica, frente a tantas críticas, se empenharam em defender seu ponto de vista. Portanto, a partir deste momento, daremos a palavra aos principais autores que, neste caso específico, adotaram esta vertente da historiografia.

Emmanuel Le Roy Ladurie

Segundo Ladurie, é mais correto substituir o termo “malthusiano” por neomalthusiano, já que desde Malthus, surgiram elementos novos que tornaram mais complexa tanto a postura factual quanto a intelectual. Este autor inicia seu artigo tentando contrapor-se a uma das críticas mais contundentes que Brenner endereça ao modelo demográfico: a hipótese de que o modelo (neo)malthusiano converte a estrutura de classes em uma mera abstração, já que o movimento de duas fases não leva em conta qualquer especificidade histórica, pois fundamenta-se principalmente sobre as contradições entre o tamanho da população e o volume da produção, e apregoa a existência de um mecanismo de auto-compensação que, a longo prazo, nivela os eventuais descompassos entre estas duas variáveis. É possível formular diversas hipóteses para explicar a estagnação da produção feudal que não entrem em contradição com os pressupostos gerais assumidos pelos intérpretes demográficos. Explicar porém, o aumento da população *sem simplesmente assumir passivamente o*

¹⁰⁰ *Id; Ibid* p. 15

pressuposto de que frente a um acréscimo na oferta de terras a população tende a aumentar a ponto de ultrapassar o limite imposto pelas forças produtivas feudais é uma questão cuja resposta ainda não foi encontrada pelos adeptos desta corrente historiográfica. Em um tímido esforço de se contrapor a estas críticas, Ladurie argumenta:

“Apesar do que sugere Brenner na primeira página de seu artigo com um juízo completamente errôneo, o modelo neomalthusiano não converte em absoluto a estrutura de classes em uma abstração. Ao contrário, a incorpora de uma maneira muito simples, fazendo todos os esforços por apresentar os grupos sociais concretos (proprietários, simples arrendatários, trabalhadores do campo e similares) mais longe e acima de categorias econômicas abstratas (renda da terra, benefícios de administração, salários)”¹⁰¹.

Assim, os esforços de Ladurie vão no sentido de apresentar as classes e os grupos sociais acima “das categorias econômicas abstratas”, exatamente o contrário do que afirma Brenner. *Mas como é possível argumentar desta maneira e manter, pelo menos em seus aspectos mais essenciais, o mecanismo de dupla fase malthusiano?* Se as flutuações demográficas aliadas a um mecanismo de oferta e de demanda é que determinam a longo prazo o rumo da economia feudal, de que adiantaria então a tarefa de “incorporar” (talvez o melhor termo aqui fosse “descrever”) com detalhes as classes sociais, já que no mecanismo de auto-correção (neo)malthusiano que dá corpo a explicação deste autor, o papel exercido pelas classes sociais não passa de uma mera formalidade?¹⁰². A este mecanismo de “dupla fase”, Ladurie a aponta a necessidade de se adicionar “elementos biológicos”:

“Junto aos fatores própria e tradicionalmente malthusianos (pauperização do campesinato pela expansão demográfica em um espaço cultivável limitado), creio que a história deve conceder um maior espaço aos fatores especificamente epidêmicos ou, poderíamos dizer, ‘biológicos’, a fim de explicar situações de bloqueio neomalthusiano nos séculos XIV ou XVII.(...) Brenner subestima os fatores epidêmicos (pragas e outros semelhantes) quando tenta explicar a crise dos séculos XIV e XV essencialmente em termos de exploração senhorial. Esta causalidade estritamente epidêmica é, na realidade, a consideração específica que justifica minha preferência pelo termo neomalthusiano, mais adequado que as velhas denominações ‘malthusianismo’ ou ‘malthusiano’ que utiliza Brenner ao caracterizar minha posição.”¹⁰³

Esta passagem é extremamente importante e produz um efeito inverso do esperado por Ladurie: traz complicações suplementares difíceis de serem

¹⁰¹ LADURIE, E. R. “A Reply to Robert Brenner” in *The Brenner Debate* op. cit p. 101

¹⁰² O artigo de Ladurie é extremamente curto e o autor apenas expõe suas teses e críticas sem desenvolvê-las, o que dificulta a compreensão de seu ponto de vista.

contornadas. O autor sustenta que a simples inclusão de fatores epidêmicos como parte atuante no “mecanismo malthusiano” é condição suficiente para transformá-lo qualitativamente a ponto de alterar sua denominação. Incluindo ou excluindo estes “elementos biológicos”, a natureza do raciocínio permanece inalterada: trata-se ainda de uma formulação mecânica, que obedece cegamente à lei da oferta e da demanda, pois ao incluir determinações exclusivamente biológicas reforça ainda mais sua tendência em abstrair os fenômenos de natureza social. Ao mesmo tempo em que adiciona seus elementos biológicos, este autor tece críticas a Brenner, ao afirmar que em suas formulações este autor minimiza o papel da peste negra na crise do séculos XIV e XV. A resposta de Brenner é simples: *é possível encarar a peste negra ou qualquer epidemia como sendo algo totalmente exógeno à sociedade?* É evidente que não. Durante períodos de crise econômica intensa, quando a fome atinge grandes setores da sociedade e a população errante aumenta significativamente (andarilhos sem abrigo, mendigos) a probabilidade das pragas se alastrarem é muito maior do que nos períodos de relativa prosperidade sócio-econômica. Parece incontestável a hipótese de que as crises econômicas criam condições favoráveis à proliferação de epidemias.

Deste modo, podemos concluir que as tentativas feitas por Ladurie no sentido de se esquivar das críticas de Brenner, de forma paradoxal, terminaram por surtir um efeito ainda mais negativo sobre suas formulações. Quando mais se empenha em se afastar do que denomina “velho malthusianismo” e rumar em direção ao “neomalthusianismo”, revela com maior nitidez ainda o quanto está preso à concepção de Malthus:

“Eu apliquei o termo ‘movimento de duas fases’ somente aos séculos XVI e XVII e não, como parece dar a entender o professor Brenner, a todo o período 1050-1800. No que se refere a este longo período, prefiro falar em termos de uma cronologia de dois grandes ciclos agrários, cada um com seu fluxo e refluxo: 1100-1450 para o primeiro ciclo, e 1450-1720 para o segundo.”¹⁰⁴

Nesta passagem Ladurie reafirma expressamente a influência em sua concepção do “movimento de duas fases”¹⁰⁵ proposto por Malthus, já que caracteriza os séculos XVI e XVII como um exemplo deste mecanismo. Mas o que permanece um

¹⁰³ *Id; Ibid* p. 102-3

¹⁰⁴ *Id; Ibid* 103

¹⁰⁵ Em uma passagem anterior, este autor também reafirma a sua adesão a este “mecanismo”: “O modelo neomalthusiano e neoricardiano, esboçado por Habakkuk em 1958 e seguido por Postan e por mim, postula, em efeito a existência de um sistema homeostático ou ecossistema dotado de um mecanismo incorporado de autocorreção.” *Id; Ibid* p. 102.

tanto obscuro é o restante da citação: no que estes “dois ciclos agrários” se diferenciam do “movimento de dupla fase”? Após esta breve menção, no restante do texto, o autor não retoma mais este ponto. Trata-se de uma questão que fica no ar, já que nem o próprio autor fornece indícios para uma possível resposta.

M.M. Postan e John Hatcher

Postan e Hatcher iniciam seu artigo delimitando a área em que estudam: a Europa ocidental, e mais precisamente a Inglaterra. Segundo estes autores, em suas críticas, Brenner deforma o pensamento dos defensores do “ciclo malthusiano.” Postan e Hatcher contra-argumentam que não conferem aos fatores demográficos uma “força onipresente e onipotente” que determina todas as atividades sociais ou econômicas na sociedade feudal, pelo contrário, pretendem relacionar as flutuações demográficas com as transformações econômicas.

Respondendo à crítica de que privilegiam excessivamente os elementos demográficos por um lado, e a renda feudal como responsável pelo empobrecimento dos camponeses por outro, estes dois autores assumem que o núcleo de sua interpretação é fundamentado na conjugação destes dois elementos, mas não se esgota nisto, já que existe um grande número de variáveis envolvidas e que não podem ser desprezadas. Deste modo, para uma abordagem mais frutífera é necessário não só considerar a renda feudal e suas implicações (empobrecimento dos camponeses e um freio a inversões produtivas), mas sim, levar o maior número de fatores em conta: um estudo da estrutura familiar, dos costumes hereditários, necessidades de consumo, as normas legais, etc. Assim, *Hatcher e Postan concluem que a Idade Média é mais que um sistema feudal, e que um sistema feudal é mais que suas relações de classe*. Este último raciocínio é uma crítica direta a Brenner, já que este autor, como veremos posteriormente, privilegia em sua explicação a estrutura e as relações de classe como aspectos fundamentais na dinâmica da sociedade feudal. Guy Bois, em sua contribuição tece críticas que vão mais ou menos na mesma direção: acusa Brenner de se ater demais à luta de classes e a elementos da superestrutura, tachando-o de “marxista político”¹⁰⁶. Sem dúvida, a esfera “política” apresenta um papel de relevo nas reflexões de Brenner, e isto se destaca quando

¹⁰⁶ cf. BOIS, Guy “Against the Neo-Malthusian Orthodoxy” in *The Brenner Debate*, cit. p.115-117. Bois tece uma série de críticas à Brenner, mas para não nos desviarmos do assunto, trataremos deste ponto em particular em um capítulo especial.

afirma que a estrutura das classes característica da França e da Inglaterra é que determinou os rumos diferentes que o feudalismo tomou nestes países.

De forma mais ou menos análoga a Ladurie, Postan e Hatcher questionam o rótulo “malthusiano” que Brenner lhes atribui:

“Finalmente, embora não seja menos importante, a argumentação de Brenner sobre os fatores demográficos mostra certa má interpretação das origens doutrinárias e dos fundamentos teóricos que ele critica. Esta má interpretação é em grande medida uma questão terminológica e o termo neste caso é ‘malthusianismo’. (...) Nossa discrepância com a etiqueta utilizada por Brenner se baseia na hipótese histórica que ele critica, e mais concretamente a referente à Idade Média, não pode ser qualificada de Malthusiana exceto com base no pressuposto de que sejam malthusianas todas as referências aos fatores demográficos. Se houvesse estudado mais a fundo Malthus, haveria observado a escassa coincidência desta teoria com os pontos de vista de Postan e outros historiadores de mesma opinião”¹⁰⁷

Os autores em questão não recusam as influências de Malthus em suas obras, mas afirmam que enquadrá-los simplesmente como “malthusianos” é uma classificação imprecisa, já que possuem preocupações diferentes das de Malthus:

“Nossa preocupação é tanto a atividade e o desenvolvimento econômico como as condições materiais de vida, enquanto Malthus estava interessado não no desenvolvimento econômico ou na atividade econômica em seu conjunto, e sim quase exclusivamente no bem estar ou nos ingressos *per capita* dos indivíduos. Em segundo lugar, Malthus apresentava a conexão entre população e bem-estar econômico como uma relação exclusiva, uma equação em que não entravam outras variáveis (...)”¹⁰⁸.

Mesmo que as “preocupações” de Hatcher e de Postan sejam diferentes das de Malthus porque acrescentam novos elementos e novas variáveis à problemática que se propuseram a investigar, *isto por si só não significa uma ruptura com o modelo malthusiano*. Por outro lado, Hatcher e Postan afirmam que o único elemento teórico do “mecanismo malthusiano” que Brenner toma em consideração é o denominado movimento intermitente: aumento da população e queda da receita, seguida e compensada automaticamente por uma nova fase de diminuição da população, e por eleger apenas este elemento, deforma a explicação original dos autores¹⁰⁹. Para demonstrar que a atribuição de ‘malthusianismo’ é grosseira, este par de autores

¹⁰⁷ POSTAN & HATCHER “Population and Class Relations in Feudal Society” in *The Brenner Debate*, cit. p. 68

¹⁰⁸ *Id*; *Ibid* p. 69

¹⁰⁹ Postan e Hatcher excessivamente preocupados em responder às críticas de Brenner, não expuseram claramente sua explicação sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Todo o artigo é estruturado por respostas pontuais às críticas de Brenner. Deste modo, fica difícil apurar se e até que ponto as arguições de Brenner são incorretas.

fazem referência aos elementos ricardianos que agregam à sua interpretação: a tendência à produtividade decrescente das unidades produtivas feudais e sua repercussão na diminuição da receita. Aceitam a correção feita a esta formulação, isto é, a idéia de que a tendência à queda da produtividade só se verifica quando o nível tecnológico se mantém constante ou em retrocesso:

*"(...) Se aceitarmos que a irreversível tendência ricardiana à diminuição constante da receita funcionava apenas enquanto a inversão e a inovação técnica eram irrelevantes, então a ausência de inovação e a insuficiente inversão na agricultura medieval serviriam em grande medida para explicar por que a recuperação na baixa Idade Média foi tão lenta e tardia. (...) Se agora destacamos aqui a teoria da renda reformulada, preferindo-a à teoria original da população de Malthus é simplesmente com o intento de demonstrar o quão infundadas podem ser, às vezes, as acusações de malthusianismo."*¹¹⁰

Desta forma, Postan e Hatcher se apoiam teoricamente em Malthus e em Ricardo, rejeitando a atribuição de 'malthusianismo'. No artigo que deu origem a este debate, Brenner faz uma crítica poderosa ao modelo demográfico:

*"A evidente dificuldade que suscitam estas explicações globais radica em sua própria debilidade, já que podem ser atacadas com relativa facilidade mediante uma simples análise comparativa. Tendências demográficas similares em diferentes momentos e em diferentes áreas da Europa apresentaram resultados diferentes. Do que se deduz que é preciso questionar se as flutuações demográficas podem ser licitamente consideradas como uma simples causa ou como a variável chave do desenvolvimento econômico."*¹¹¹

Desta forma, se *uma mesma tendência demográfica produz resultados diferentes, então é possível afirmar que a demografia não é a variável chave para se esclarecer a complexa dinâmica da sociedade feudal*. Hatcher e Postan respondem:

*"(...) Seus argumentos [argumentos de Brenner] contra esta hipótese demográfica estão em grande medida fundamentados em exemplos de 'diferentes saídas' que procedem 'de tendências demográficas similares em épocas e áreas diferentes da Europa'. Quer dizer o professor Brenner que nenhum fator causal pode ser considerado verdadeiro a não ser que produza idênticos resultados em circunstâncias totalmente diferentes?"*¹¹²

A crítica de Brenner tinha como objetivo demonstrar que as flutuações demográficas não são a variável chave no desenvolvimento econômico feudal. Do modo em que se apresenta, a resposta de Hatcher e Postan, em parte, reafirma a

¹¹⁰ *Id; Ibid* p. 69-70 (Grifos meus)

¹¹¹ BRENNER, R. "Agrarian Class Structure..." in *The Brenner Debate*, cit. p. 21

¹¹² POSTAN & HATCHER "Population..." p. 66 (grifos meus)

hipótese que Brenner pretendia provar, *pois se existe a possibilidade de tendências demográficas similares em tempos ou em lugares distintos se manifestarem em conjunto com circunstâncias completamente diferentes, então não existe uma relação mecânica entre as flutuações demográficas e o comportamento do restante da sociedade*. Paradoxalmente, a constatação acima parece dar razão a Postan e a Hatcher quando afirmam que sua formulação não pode simplesmente ser rotulada como malthusiana, já que efetivamente leva em conta novas variáveis que também influenciam o comportamento da economia feudal, e deste modo, assumem a inexistência de uma relação mecânica entre as variações demográficas e os demais elementos da sociedade.

De qualquer maneira, Brenner, em um artigo escrito posteriormente, responde:

“Ao que parece, Postan e Hatcher rechaçam não só o conteúdo de minha argumentação, como seu método, sua lógica. Um tanto retoricamente se perguntam ‘se quer dizer o professor Brenner que nenhum fator causal pode ser considerado verdadeiro a não ser que produza idênticos resultados em circunstâncias totalmente diferentes’. Mas sua pergunta pode ser facilmente contestada com outra pergunta: pretendem Postan e Hatcher realmente argumentar que uma explicação histórica é correta quando o fator que se atribui à causa (incremento ou regressão demográfica) pode demonstrar que produz efeitos antagônicos (em termos da distribuição da renda) em iguais condições?”¹¹³

Mas como é possível notar, a resposta de Brenner se baseia na hipótese de que Postan e Hatcher creditam às flutuações demográficas a causa única das transformações econômicas a longo prazo na Europa medieval, uma idéia que, segundo estes autores é atribuída a eles, constituindo uma deformação de sua interpretação por parte de Brenner. Infelizmente, Postan não pode responder a esta crítica, pois faleceu antes da réplica de Brenner ser publicada. Deste modo, a morte deste historiador deixou uma lacuna que dificulta o esclarecimento deste impasse.

Mas, de acordo com Hilton, não obstante as retificações de Postan, não há dúvida de que em seus trabalhos o fator demográfico possui primazia sobre os demais elementos:

“(…) É certo que M. M. Postan, a quem pode ser considerado como um dos emblemas desta ortodoxia nos estudos medievais [ortodoxia demográfica], só menciona a Malthus em seus numerosos trabalhos sobre a história econômica medieval, e dá prioridade à expansão e ao declínio da população como elementos explicatórios dos acontecimentos do período por ele estudado. Sua contribuição original (...) foi sua exposição sobre história econômica medieval apresentada no X Congresso Internacional de Ciências Históricas celebrado em Paris, em 1950, onde

¹¹³ BRENNER, R. “The Agrarian Roots...” in *The Brenner Debate*, cit. p. 220

rechaçou - *inter alia* - a explicação monetarista do movimento secular dos preços, *inclinando-se claramente a favor da primazia do fator demográfico.*(...)"¹¹⁴

Se levarmos em conta as palavras de Hilton, não podemos negar a profunda influência do malthusianismo em Postan, e que a demografia apresenta um papel determinante em suas formulações. Bois, em sua contribuição, de um modo geral concorda com Hilton:

"(...) Não é que Postan e Le Roy Ladurie querem converter a dimensão social a uma abstração como deduz o professor Brenner. De fato, seus trabalhos abordam, entre outros temas, discussões sobre patrimônios, ingressos e impostos dos diversos grupos sociais, e desenvolvem um papel pioneiro neste setor da investigação. *Mas nos modelos que estabeleceram, as considerações sociais e políticas estão em última instância subordinadas ao elemento demográfico, ao qual assinalam um papel determinante.*"¹¹⁵

Nesta passagem Bois se mostra claramente favorável à hipótese de que nos trabalhos de Postan e de Ladurie o elemento demográfico apresenta um papel determinante, *mas não concorda com Brenner quanto a acusação de que estes autores convertem a estrutura social em uma mera abstração.* E deste modo, os malthusianos, por deslocarem o foco de análise para as flutuações demográficas, obscurecem o papel das relações de classe no declínio do modo de produção feudal¹¹⁶. Assim, se nos apoiarmos em Hilton e em Bois podemos afirmar que a grande lacuna das interpretações malthusianas/ricardianas pode ser encontrada em sua *tendência* a explicar as transformações de longo prazo na economia feudal à luz dos elementos demográficos, incorporando as flutuações demográficas sem explicá-las, como fenômenos que se explicam por si só. Deste modo, pelo menos o núcleo central da crítica de Brenner permanece em pé: em suas tentativa de superar a perspectiva mercantil, os malthusianos deslocam o foco de análise da circulação propriamente dita para as flutuações demográficas, e ao procederem desta forma, insistem no principal equívoco cometido pelos adeptos de Sweezy: *continuam explicando o comportamento da economia feudal com base na lei da oferta e da procura, isto é, mediante o*

¹¹⁴ HILTON, R. "Introduction" in *The Brenner Debate*, cit. p. 3(grifos meus)

¹¹⁵ BOIS, Guy "Against the Neo-Malthusian..." in *The Brenner Debate* p.108 (grifos meus). Bois, em uma nota de rodapé, define o que entende por "modelo malthusiano": "Por modelo malthusiano (ou neomalthusiano) entendo, em termos gerais, qualquer modelo em que as determinações fundamentais são, em última instância, de ordem demográfica. Naturalmente, seria aconselhável precisar esta definição de tal forma que levasse em conta as posições diferenciadas de W. Abel, M. M. Postan e E. Le Roy Ladurie, mas este não é meu objetivo no momento." *ibid* p. 107

¹¹⁶ "Para Resumir, - afirma Bois - Brenner tem razão em pensar que o determinismo demográfico tende a obscurecer o papel das relações de classe e eu, pessoalmente, neste ponto concreto, me situo de seu lado." *id; ibid* p. 108

descompasso entre o tamanho da população e o volume da produção, minimizando a influência dos demais fatores, como a peculiar distribuição dos meios de produção e a relação antagônica entre a nobreza e o campesinato.

Em largos traços estas são as principais características do modelo malthusiano aplicado ao estudo da transição do feudalismo ao capitalismo. Mas é importante observar aqui que esta classificação é um tanto arbitrária, e não deve ser encarada como dotada de fronteiras rígidas. As explicações igualmente rotuladas como malthusianas ou neomalthusianas apresentam diferenças significativas entre si. O confronto entre Ladurie e M. M. Postan revela estas diferenças: as formulações de Ladurie são muito mais mecânicas e deterministas do que as reflexões de Postan. Mas não obstante estas diferenças, nas formulações destes dois autores podemos encontrar um denominador comum: *em ambas explicações as determinações fundamentais são de ordem demográfica, e este é o critério utilizado para situá-los em uma mesma categoria.* Precisar as nuances entre os diferentes intérpretes demográficos é uma tarefa importante, mas não será realizada aqui sob pena de nos desviarmos demais dos propósitos iniciais deste trabalho. Os elementos que apresentamos são suficientes para podermos compreender o próximo capítulo, onde analisaremos a interpretação de Brenner sobre a transição.

V

A INTERPRETAÇÃO DE BRENNER

De acordo com nossas observações anteriores, Brenner se revelou um crítico implacável dos modelos demográfico e mercantil, comumente utilizados para se explicar a transição do feudalismo ao capitalismo. Na primeira parte deste trabalho, bem como no capítulo anterior, recuperamos algumas das mais contundentes críticas deste autor a diversas interpretações sobre a transição. Neste capítulo pretendemos apresentar a sua explicação sobre o colapso do feudalismo e a gênese do modo de produção capitalista, o que nos obriga a confrontar seus dois artigos que fazem parte do debate Brenner. Inicialmente, antes de nos ocuparmos com a análise minuciosa das diversas particularidades que uma questão desta natureza apresenta, desenvolveremos inicialmente um quadro geral no intento de garantir uma boa visão de conjunto, evitando ao máximo que longas digressões prejudiquem a coerência interna e se tornem um empecilho para a compreensão desta interpretação. Este cuidado se faz necessário, pois a todo momento Brenner dialoga com os demais participantes do debate, principalmente em seu segundo artigo, mais longo e mais completo.

A estrutura de classes que marca o feudalismo apresenta dois aspectos que, embora historicamente unificados, para uma melhor compreensão, devem ser analiticamente diferenciados. O primeiro deles, afirma Brenner, consiste nas relações dos produtores diretos entre si e com a terra e os meios de produção, *o que usualmente se denomina como processo de trabalho ou forças sociais de produção*. O segundo aspecto diz respeito às conflitivas relações de propriedade que são garantidas direta ou indiretamente pela força, *denominadas como relação de propriedade ou relação de extração do excedente*. Estas relações de extração são necessariamente conflitivas, porque se definem *mediante a espoliação do produtor direto* que, embora detenha a posse do principal meio de produção, é obrigado a ceder seu excedente à classe improdutiva. De acordo com Brenner:

“(...) É em função das relações de propriedade ou de extração do excedente que se definem as classes fundamentais em uma sociedade: de um lado, a(s) classe(s) dos produtores diretos e, de outro, a(s) classe(s) dos que extraem o excedente ou a classe dirigente. Minha argumentação fundamenta-se nesta conceitualização e pretende defender que as diferentes estruturas de classe e, mais concretamente, as relações de propriedade ou de extração do excedente, uma vez estabelecidas,

tendem a impor possibilidades e limites estreitos, verdadeiros modelos de longa duração do desenvolvimento econômico de uma sociedade."¹¹⁷

Nesta passagem, fica clara a hipótese defendida por Brenner: os ciclos de longa duração do feudalismo são determinados, em última instância, pela estrutura de classes e pela sua manifestação mais concreta: as relações de propriedade. Brenner argumenta que a estrutura de classe apresenta uma grande propensão à elasticidade, já que interage com as forças econômicas, *mas enfatiza que é equivocada a hipótese de que a estrutura de classe é determinada ou sofre transformações em função das flutuações demográficas ou comerciais*. À luz desta reflexão, podemos afirmar que Brenner *inverte* a determinação: ao contrário dos adeptos do modelo demográfico e mercantil, que de uma modo mais ou menos geral, sustentam a idéia de que as variações demográficas ou mercantis induzem a transformações na estrutura e nas relações de classe, este autor pretende demonstrar que tais flutuações devem ser compreendidas à luz da estrutura de classes vigente, como uma das expressões do inexorável conflito entre os produtores diretos e a classe dominante.

"Em resumo - escreve Brenner - para compreender em seu conjunto o desenvolvimento econômico a longo prazo, o crescimento e o atraso do período que vamos estudar, *acreditamos que é necessário analisar o processo relativamente autônomo que origina estruturas de classe concretas, em especial as relações de propriedade ou de extração do excedente, e de forma mais precisa os conflitos de classe que se originam (ou não) no seio destas estruturas.*"¹¹⁸

Desta forma, para compreender a dinâmica da sociedade feudal é fundamental realizar, de forma preliminar, um estudo sobre o *processo relativamente autônomo*¹¹⁹ responsável pela gênese das classes sociais, e este *processo* só pode ser compreendido mediante a apreensão das relações de propriedade em conexão com as relações de extração do excedente. Partindo desta postura metodológica, a transição do feudalismo ao capitalismo deve ser encarada como o resultado efetivo do conflito de classe, que por sua vez é determinado pelas relações de propriedade e de extração do excedente *específicas* do modo de produção feudal¹²⁰.

¹¹⁷ BRENNER, R. "Agrarian Structure..." in *The Brenner Debate*, op. cit p. 11-2 (grifos meus)

¹¹⁸ *Id*; *Ibid* p. 12 (grifos meus)

¹¹⁹ Brenner não desenvolve de forma sistemática este "processo autônomo" responsável pela formação das classes sociais. No decorrer de sua argumentação, sempre com base em exemplos concretos, o autor dá indícios de como este "processo" atua e como influencia na transição ao capitalismo.

¹²⁰ Nas palavras do próprio Brenner: "Precisamente o que se deve investigar como o *problema chave* do desenvolvimento econômico a longo prazo que se deu na Europa desde o período da baixa Idade Média até o princípio da idade moderna, é o resultado de tais conflitos de classe: a reafirmação das relações de propriedade tradicionais ou sua destruição, *com o conseqüente surgimento de uma nova estrutura social*

Antes de desenvolvermos um pouco mais esta idéia, é necessário termos em mente que Brenner define a servidão como uma relação na qual o senhor feudal possui a capacidade de impor pressões extra-econômicas sobre os camponeses, fixando assim o nível de seus rendimentos de forma arbitrária e de acordo com suas necessidades. Deste modo, *a servidão no feudalismo consiste em uma relação de poder que só pode se transformar de acordo com seus próprios meios, ou melhor, através de transformações ocorridas no equilíbrio das forças de classe*¹²¹. Assim, longe de procurar nas flutuações demográficas ou mercantis as explicações sobre o desaparecimento ou a intensificação da servidão no seio da sociedade feudal, Brenner busca as causas de tais eventos nas transformações na correlação de forças entre as classes antagônicas feudais. Frente à controvérsia sobre o que realmente demarcaria o fim da servidão¹²², uma breve afirmação de Brenner revela sua concepção:

“(...) Pode se dizer que a servidão só se finaliza quando o direito e a capacidade do senhor para controlar o campesinato, *caso ele queira fazê-lo*, não mais perdura.”¹²³

Assim, para Brenner, com base nesta definição de servidão, para apreender a transição do feudalismo ao capitalismo é necessário enfrentar alguns problemas fundamentais, como a decadência da servidão *versus* seu reforço (a intensificação da servidão na Europa oriental é contemporânea à sua decadência na Europa ocidental) e o surgimento e a subsequente consolidação da pequena propriedade camponesa livre *versus* a cristalização de relações econômicas entre os senhores e os grandes arrendatários empregadores de mão de obra assalariada. Deste modo, para podermos apreender este quadro complexo, é necessário fazer uma análise comparada que contraste os efeitos e as transformações nas relações servis na Europa oriental e ocidental, bem como a ascensão do chamado “capitalismo agrário” na Inglaterra, e sua queda na França. Assim, em largos traços, a transição no entender de Brenner se efetiva com o surgimento de relações capitalistas no campo *como consequência do êxito de um duplo processo prévio de desenvolvimento e conflito de classes: a destruição da servidão e o fracasso por parte dos camponeses em conseguir a*

o que de forma mais ampla se conhece como a transição do feudalismo ao capitalismo.” id; ibid (grifos meus)

¹²¹ cf. *id; ibid* p. 25-7

¹²² Esta controvérsia teve um papel de destaque no debate de 54. Como vimos, Sweezy enxerga na conversão das prestações em trabalho nas terras do senhor (ou em espécie) por tributos pagos em dinheiro um dos indícios mais claros do fim da servidão. Já Dobb discorda desta postura, pois de forma *aproximadamente análoga* a Brenner, centra sua definição na natureza extra-econômica da relação que permite ao nobre açambarcar o excedente do produtor direto.

¹²³ *Id; Ibid.* p. 27

propriedade plena da terra.¹²⁴ A partir deste ponto, após este esboço preliminar, podemos entrar com mais detalhes na argumentação de Brenner.

1) O Declínio da Servidão

Segundo Brenner, realmente existiu uma propensão às crises demográficas na sociedade medieval, mas esta propensão não pode ser encarada como um *fato natural* decorrente da disponibilidade de recursos humanos e naturais em relação ao nível da técnica, como propõe de forma implícita Postan. Esta tendência à crise só pode ser compreendida se integrada à estrutura peculiar da sociedade feudal, interrelacionando a organização camponesa da produção - as restrições à mobilidade da mão de obra - e a servidão institucionalizada, responsável pela extração e fixação do nível dos rendimentos feudais, fundada na coação extra-econômica por parte do senhor. Estes dois fatores atuando em conjunto proporcionavam uma tendência ao estancamento das forças produtivas:

“(...) Portanto, a incapacidade da economia agrária de base servil em introduzir inovações e melhoras na agricultura, inclusive frente a incentivos de mercado, é compreensível mediante dois fatores interrelacionados: primeiro, a forte extração do excedente por parte do senhor e segundo, devido às barreiras que freavam a mobilidade de homens e da terra, que por sua vez faziam parte da relação servil de extração do excedente [*unfree surplus-extraction relationship*].”¹²⁵

A extração do excedente por parte do nobreza não só privava o servo da parcela de seu produto que excedia suas necessidades, como também impedia que ele acumulasse reservas que garantissem a reprodução de sua possessão, bem como acentuava as adversidades que o declínio a longo prazo da produtividade do solo proporcionava. Sob a ação de relações de produção e de propriedade desta natureza, o produtor direto vivia em uma situação limite: qualquer catástrofe natural poderia determinar a ruína de sua unidade produtiva. Assim, a tendência à estagnação da produtividade e a falta de inovações tecnológicas não pode ser simplesmente aceita como uma evidência que se explica por si só, ou explicada mediante um simples

¹²⁴ Quando Brenner se refere a este “fracasso” por parte do campesinato, na verdade está se referindo ao processo sistemático ocorrido inicialmente na Inglaterra de espoliação da base fundiária do produtor direto, ou melhor, o processo de formação do trabalhador livre. cf. BRENNER, R. “The Agrarian...” *op. cit.* p. 30 & *id.*; “The Agrarian Roots...” *op. cit.* p. 213-17. Em uma nota de rodapé (p. 30), Brenner afirma que esta sua opinião está baseada nas reflexões marxianas referentes às barreiras estruturais ao desenvolvimento capitalista, e no presente caso, a posse da terra por parte do servo funciona como *última barreira*. Ver também BRENNER, R. “The origins...” *cit.* p. 73-5

¹²⁵ *id.*; “Agrarian...” *op. cit.* p. 31

mecanismo de mercado baseado na lei da oferta e da procura. Esta tendência deve ser relacionada à articulação peculiar da produção medieval, privilegiando portanto as relações dominantes de produção e de propriedade feudais.

As relações servis freavam de duas maneiras o desenvolvimento da produção feudal: por um lado, sufocavam as unidades produtivas e por outro, promoviam o desvio sistemático dos recursos da produção para o consumo improdutivo. Se retomarmos a definição de Brenner sobre a servidão - direito ou possibilidade da nobreza em extrair extra-economicamente o excedente dos produtores diretos - podemos concluir que, para aumentar seus rendimentos, é mais interessante para o senhor feudal intensificar a exploração sobre seus servos - intensificando os tributos a serem pagos em dinheiro e as prestações em trabalho pessoal - do que realizar grandes inversões de capital ou tentar introduzir novas técnicas que tornassem o trabalho mais produtivo.¹²⁶

Deste modo, a tendência universal à exploração extensiva erodia constantemente os recursos do campesinato, tornando impossível um melhor aproveitamento de suas terras:

“(...) o campesinato - afirma Brenner - não podia utilizar a terra que possuía de maneira livre e racional. Não podia inverter seus benefícios, que na verdade eram quase inexistentes. Portanto, as relações servis de extração do excedente geravam

¹²⁶ É quase uma unanimidade a hipótese de que a maior parte dos recursos que a nobreza dispunha eram gastos improdutivamente. Hilton desenvolve esta questão de forma interessante: “A conclusão geral a que podemos chegar é que não houve reinvestimentos suficientes dos lucros provenientes da agricultura que improvavelmente a produtividade. (...) Os grandes senhores, *devido a natureza de sua existência social*, não estavam inclinados em guardar ou em reinvestir seus lucros. Os principais gastos da nobreza, leiga ou eclesiástica, eram com as guerras, luxo e ostentação para os próprios lordes ou para seus numerosos criados. Estes gastos alcançavam níveis tão prodigiosos que, não obstante sua eficiência como proprietários, viviam sempre no limiar da falência financeira. À medida em que recebiam créditos, eram destinados ao consumo, e não em investimentos produtivos.” HILTON, R. “Was there a General Crises of Feudalism?”, in *Class conflict... op. cit* p. 243 (grifos meus). W. KULA, em *Teoría económica del sistema feudal*, demonstra que a tendência dominante entre os senhores poloneses era transformar o excedente que acumulavam em consumo (mantendo um padrão de vida elevado (tanto do nobre quanto de seus dependentes)). O autor aponta também as peculiaridades das “decisões de investimento” derivadas de uma economia feudal: o Senhor, quando passava por períodos de paz e de boas colheitas, não tendia a investir de forma produtiva as suas riquezas, pois preferia elevar o seu padrão de consumo. De forma exatamente oposta ao que ocorre no capitalismo, a decisão de realizar um investimento era geralmente tomada quando as condições do mercado eram desfavoráveis: com a deterioração do mercado, o custo de vida subia. Para manter o padrão de consumo era necessário ampliar o volume global da produção, expandindo, por exemplo, a área cultivável. *cf.* p. 47-70. É necessário, contudo, tomar cuidado com as generalizações. O estudo de Kula pode realmente lançar muita luz sobre o funcionamento das economias feudais da Europa Ocidental. Mas o próprio autor delimita rigorosamente o escopo regional e temporal de suas reflexões, reforçando as peculiaridades do feudalismo polonês. De formação relativamente tardia, o feudalismo na Polônia atingiu seu auge enquanto a Inglaterra e - posteriormente - outros países iniciavam a Revolução Industrial. Entretanto, sua maior particularidade encontrava-se em outro ponto: na sua estreita dependência do comércio internacional, i.é., na necessidade de exportar grãos para poder reproduzir a sua estrutura sócio-econômica.

uma queda na produção de per si; em particular a impossibilidade de adquirir animais de tração, o que por sua vez originou a deterioração do solo e induziu à ampliação do cultivo a terras anteriormente utilizadas como pastos. Isto levou ao cultivo das terras marginais e a redução das possibilidades para a manutenção do gado, *gerando um círculo vicioso que produziu a destruição dos meios de subsistência do campesinato. A crise da produtividade conduziu as crises demográficas, comprimindo a população abaixo dos limites de subsistência*¹²⁷.

Como podemos observar, Brenner explica as crises demográficas como resultantes da queda da produtividade a longo prazo, e esta por sua vez é determinada pela natureza das relações de produção e de propriedade feudais. Com base nestas afirmações, podemos concluir que Brenner não nega a manifestação na Europa medieval do “movimento de duas fases” de inspiração malthusiana, *mas este “movimento” só pode ser compreendido como um resultado das próprias contradições internas do feudalismo, e não explicado como algo exógeno à sociedade.*¹²⁸

A diferenciação social existente entre os camponeses, fato que pode ser verificado em praticamente todo o período feudal, é um elemento importante e que também deve ser considerado. O tamanho das possessões camponesas variava muito, bem como a qualidade da terra, o acesso à água, a habilidade do camponês no trato da terra, enfim, vários fatores garantiam certa diferenciação social entre os produtores diretos, o que tornava o campesinato heterogêneo. O fato é que sempre existiram pequenos grupos de camponeses prósperos (livres, em sua maioria) que detinham porções de terra suficientes para a produção de um excedente comerciável. Mas as relações de propriedade feudais também limitavam a possibilidade de elevação da produtividade e de acumulação destes setores mais eficazes. Como vimos, as taxas e tributos a serem pagos à nobreza reduziam a riqueza disponível para inversões produtivas, e as restrições à mobilidade da mão de obra camponesa impediam a migração destes para as áreas de maiores oportunidades, o que limitava o desenvolvimento do mercado de trabalho livre e impedia a reunião de força de trabalho

¹²⁷ BRENNER, R. “Agrarian...” *op. cit.* p. 33 (grifos meus)

¹²⁸ Brenner, em “The Agrarian...”, retoma esta questão com mais detalhes: “(...) Ninguém pode negar que um incremento demográfico contínuo, frente à queda da produtividade do trabalho, cedo ou tarde gera um desequilíbrio entre população e recursos e, em última instância, um empobrecimento generalizado, fome e morte. (...), como tampouco podemos duvidar que a maior parte da Europa ocidental, na época medieval, se caracterizou pela manifestação de um grande ciclo agrário de dupla fase. *O que se questiona é a utilidade do modelo malthusiano para se definir com precisão os limites e especificidades deste grande ciclo agrário.*” p. 222-3 (grifos meus). Portanto, Brenner não questiona a manifestação deste fenômeno na Idade Média, e sim as relações de causa e efeito propostas pelos adeptos do modelo demográfico, e em especial a tese do “reajuste homeostático”: “Mas, na verdade, este requisito prévio não teve que se cumprir necessariamente na Europa pré-industrial, já que a produção e a distribuição estavam muito condicionadas pelas relações de extração de excedente entre senhores e camponeses” *ibid* p. 223 (grifos meus).

nas unidades produtivas mais prósperas. Por fim, a acumulação de terras também era restringida, pois os camponeses não-livres não podiam vender ou ceder suas terras sem a permissão do senhor, que evidentemente não tinha interesse que tais terras caíssem nas mãos dos camponeses livres.¹²⁹ Desta forma, as restrições sobre a concentração e terras, sobre a mobilidade da mão de obra e o desvio de parcela significativa do capital impunham limites à ascensão econômica e social do campesinato como um todo.

Após estas considerações fica mais clara a idéia de que as crises demográficas periódicas a que Postan e Ladurie se referem estão diretamente ligadas às crises de produtividade que, dadas as contradições internas do modo de produção feudal, foram quase uma constante durante todo o período medieval. Resta agora saber quais os resultados econômicos e sociais destas agudas crises demográficas, e como eles se traduziram na luta entre a nobreza e o campesinato. Tomaremos como exemplo a crise dos séculos XIV e XV. Os camponeses, após o colapso demográfico, tenderam a usar seu reduzido número para arrancar da nobreza melhorias em sua condição, exigindo o afrouxamento dos laços servis, caminhando rumo à liberdade. Portanto, em algumas regiões, o colapso demográfico foi acompanhado do declínio da servidão. O paradoxo é que comumente se utiliza uma outra lógica, *mas a mesma evidência histórica - a redução do número do campesinato* - para se explicar a intensificação das relações servis na Europa Oriental. A queda da população foi acompanhada pela diminuição dos rendimentos da nobreza, pois a redução do número de servos e de vassallos determina imediatamente a diminuição da arrecadação. Assim, a crise de rendimentos subsequente ao colapso demográfico proporcionou fortes motivos para a nobreza acentuar as restrições sobre a mobilidade dos poucos camponeses que restaram (além do mais, uma população menor é mais fácil de ser controlada pela força), e inclusive aumentar os tributos e impor novas exigências:

“(...)Foi a lógica do campesinato - argumenta Brenner - que tentou utilizar sua, aparentemente, melhor condição para barganhar e conseguir sua liberdade. Foi a lógica do senhor que o obrigou a proteger sua posição reduzindo a liberdade do

¹²⁹ Como já observamos, de um modo geral, os camponeses livres mais prósperos se tornaram grandes arrendatários. Como era muito mais difícil obter uma renda maior dos camponeses que gozavam de liberdade - as rendas eram em geral fixas e anuais - não era o interesse da nobreza que as terras de camponeses não-livres e sujeitos à extração arbitrária passassem para as mãos de camponeses livres. Sobre este ponto em particular, cf. BUSH, M.L. “Serfdom in medieval and modern Europe: a comparison” in: BUSH, M.L. (ed.) *Serfdom & Slavery* Longman, 1999 p. 207-8. Sobre a concentração fundiária e as formas de substituição e/ou de transformação dos *copyholders* em arrendatários na Inglaterra do século XVII, cf. MANNING, B. “The Peasantry and the English Revolution” in: *The Journal of Peasant Studies* Vol. 2, No. 2 (1975) p. 135-9; 154-5.

camponês. O resultado disto não pode ser explicado simplesmente em termos de oferta e demanda demográfico-econômica, mas deve ser encarado como uma questão de poder e inclusive de força. De fato houve fortes conflitos entre senhores e camponeses em toda a Europa no final do século XIV, durante todo o século XV e princípios do XVI, sempre pelo mesmo problema: em primeiro lugar, a questão da servidão; em segundo lugar, ver quem conseguiria o controle da propriedade da terra - senhores ou camponeses -, sobretudo das extensas áreas abandonadas depois do colapso demográfico.”¹³⁰

Com base nestas reflexões, podemos concluir que a questão da servidão e do controle sobre a terra são variáveis de importância decisiva e que direcionavam a constante luta entre a nobreza e o campesinato:

“Em resumo - conclui Brenner -, o tema da servidão na Europa não pode ser reduzido a uma simples questão de ciência econômica, já que seu auge no leste corresponde primeiro a uma queda da população e a um estancamento do comércio, sendo seguida depois por um aumento da população e do comércio (1400-1600); enquanto que no oeste, a servidão declinou paulatinamente ao longo de um período que contempla um aumento da população e uma redução do comércio (1200-1500).”¹³¹

A contradição entre o desenvolvimento da produção camponesa e as relações de extração do excedente produzia crises de acumulação e de produtividade, crises que em última instância, ameaçavam as próprias possibilidades de subsistência dos camponeses. E tais crises foram acompanhadas por uma intensificação da luta de classes, *mas uma intensificação que produziu resultados distintos em lugares diferentes, já que o declínio ou o reforço da servidão dependeu em grande parte do equilíbrio de forças entre as classes em luta.*¹³² Assim, é necessário analisar então a correlação de forças entre as classes para podermos compreender por que em alguns locais a servidão foi reforçada e em outros declinou.

Brenner aponta o forte desenvolvimento da solidariedade e da força do campesinato da Europa ocidental como um dos motivos do seu triunfo relativo sobre os senhores. Devido ao caráter comunal da organização social camponesa, surgiram - especialmente no oeste europeu - diversos conjuntos institucionais que regulavam as funções econômicas e político-administrativas locais. Tais instituições se formaram devido à necessidade de administrar os bens comuns do povo, bem como garantir os direitos comunitários, como a utilização das terras comunais, por exemplo. Brenner

¹³⁰ *id.*; “Agrarian...” p. 34-5 (grifos meus).

¹³¹ *Id.*; *Ibid* p.36

¹³² Brenner vai ainda mais longe: “(...) Assim, pois, em última instância, a estrutura de classes servil ou feudal ofereceu modelos de desenvolvimento limitado, ocasionou crises previsíveis e sobretudo produziu conflitos de classe latentes”; *ibid.*

argumenta que, pouco a pouco, tais instituições foram adquirindo um caráter político-econômico mais complexo, reivindicando aos senhores a fixação das taxas e a consolidação dos direitos de herança. Para ilustrar suas idéias, Brenner faz um interessante contraste entre a Alemanha ocidental e oriental: a oeste do Elba, em muitas regiões, servindo-se da força das instituições locais, os camponeses conseguiram o direito de eleger o cura do local, bem como substituir o alcaide - antigamente nomeado pelo senhor - mediante uma escolha feita por magistrados eleitos pelo povo. Já na Alemanha oriental, afirma o autor, o contraste é brutal. Os camponeses desta região, por não conseguirem organizar instituições políticas independentes, se encontravam muito mais vulneráveis às exigências do senhor e suscetíveis à imposição de exações arbitrárias.¹³³

Antes de prosseguirmos, é importante caracterizarmos um pouco melhor o funcionamento destas instituições camponesas. Para isto, somos obrigados a recorrer às reflexões de Rodney Hilton, que neste ponto em particular, fornece informações mais detalhadas. Esta associação das famílias camponesas em comunidades maiores como aldeias ou vilas é muito comum na maioria dos países europeus, comunidades que já se encontravam profundamente enraizadas nos primórdios do feudalismo. Por isto, as comunidades aldeãs puderam desenvolver instituições próprias, práticas comuns, *inclusive a consciência de interesses próprios*:

“A solidariedade das comunidades camponesas - argumenta Hilton - é um fato provado na história social medieval, em todo caso, do século XII em diante. *A mesma se mostrava de diferentes maneiras, em particular na defesa contra estranhos, invasores ou opressores.*”¹³⁴

¹³³ cf. *id*; *Ibid* p. 40-3 Esta distinção baseada no critério do “grau de liberdade” entre os camponeses do leste e do oeste do Elba é duramente criticada por Heide Wunder, em seu artigo que faz parte da compilação original do “Debate Brenner”. Wunder afirma que não há base factual que comprove as afirmações de Brenner, que parece ter sucumbido ao “mito prussiano”, reproduzindo um grave anacronismo: projetando a história alemã recente ao período medieval (ainda divida em R.D.A. e R.F.A.). cf. Wunder, H. “Peasant organization and class conflict in Eastern and Western Germany” in: *The Brenner... cit.* p.91-3;95-7. Contudo, os estudos mais recentes tendem a confirmar o menor grau de liberdade do campesinato situado ao leste do Elba. cf. BUSH, M.L. “*Serfdom in Medieval...*” p. 221-3. É interessante também retomar a resposta de Brenner à H. Wunder em “The Agrarian...” p. 277-83.

¹³⁴ HILTON, R. *Siervos Liberados cit.* p. 33 (grifos meus). Hilton vai ainda mais longe. Sugere que as comunidades aldeãs formaram-se antes do Império Romano, na idade do ferro e do bronze (cf. *ibid* p.31-3). Perry Anderson contesta tamanha precocidade ao localizar o surgimento das comunidades aldeãs no início da Idade Média. Mas o argumento permanece: “(...)A divisão feudal - escreve Anderson - das soberanias em zonas particularizadas, com limites justapostos e nenhum centro universal de competência, sempre havia permitido a existência de entidades corporativas ‘alógenas’ em seus interstícios. Assim, embora a classe feudal tentasse por vezes reforçar a regra de *nulle terra sans seigneur*, isto na prática jamais foi realizado em nenhuma formação social feudal: as terras comunais - pastos, campos, florestas - e alódios disseminados permaneceram sempre um setor significativo da autonomia e resistência camponesa, com importantes conseqüências para a produtividade agrária total” ANDERSON, P. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* p.144. Em um artigo recente, Wendy Davies argumenta que as

Segundo Hilton, a importância das comunidades aldeãs não se restringe apenas na defesa contra influências externas, mas também na decisão de brigas internas ou na fixação de padrões ou hábitos, como por exemplo, durante as explosões demográficas, época onde as terras comunais se viam reduzidas devido ao aumento das possessões camponesas, eram as comunidades aldeãs que fixavam o número de cabeças de gado que cada família poderia manter nos pastos comuns. Deste modo, estas comunidades eram verdadeiros instrumentos políticos dirigidos por camponeses, tanto para protegê-los de inimigos externos quanto na decisão de litígios internos. Tendo em vista estas particularidades, podemos afirmar que a presença destas comunidades é um fato extremamente importante e não pode ser posto de lado no estudo das relações antagônicas entre senhores e servos.

Portanto, o declínio ou o reforço da servidão - entendida como a capacidade do senhor em impor tributos e obrigações arbitrárias a seus servos - dependeu da correlação de forças entre a nobreza e o campesinato. Nos locais onde as comunidades aldeãs estavam mais consolidadas e mais bem articuladas, o poder de barganha do campesinato era maior, o que possibilitou o atenuamento das relações servis, como a fixação das tarifas ou até mesmo a propriedade livre da terra. Por outro lado, onde as comunidades não se encontravam em condição de se contrapor de modo eficaz às investidas da nobreza, foram os interesses dos senhores que prevaleceram: as relações servis se intensificaram em detrimento dos interesses do campesinato.¹³⁵ Logo à frente retomaremos com mais detalhes este importantíssimo tema.

2) A acumulação política e a formação do Estado

A estrutura de classes no modo de produção feudal estava intimamente associada às suas formas de desenvolvimento. Como vimos, as relações de propriedade e de produção feudais impunham limites ao crescimento econômico,

comunidades aldeãs da Europa Ocidental já exerciam alguma influência sobre as disputas entre senhores e camponeses no século X. Contudo, este papel só foi consolidado no século XII. cf. DAVIES, W. "On servile status in the early Middle Ages" in: BUSH, M.L. *Serfdom & Slavery* Longman, 1999 p. 243-5.

¹³⁵ Neste ponto Brenner se aproxima das formulações de Dobb. Embora esta reflexão não tenha aparecido com o devido destaque no debate sobre a transição, em *Studies in the development of capitalism* a correlação de forças entre o senhor feudal e os camponeses é um fator fundamental para se explicar, durante o período marcado pela evasão dos camponeses, a ação da nobreza: a tendência a prender o camponês à terra pela força ou por intermédio de concessões dependia do poder que o senhor detinha na ocasião.

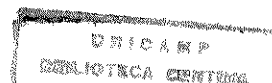
induzindo à exploração extensiva, o que por sua vez esbarrava nos limites da oferta de terras. *O que é importante observarmos agora é que, devido às barreiras que o modo de produção feudal impunha às inversões produtivas, o desenvolvimento feudal se inclinou mais no sentido de criar novas formas de redistribuição do que propriamente formas de produção de riqueza.* Ou melhor, a única saída encontrada pela nobreza para aumentar a sua receita era “racionalizar” os meios pelos quais o excedente era arrancado dos produtores diretos, bem como aumentar a arrecadação intensificando as taxas já existentes e concedendo novas possessões, quando possível. Como a produção feudal apresentava uma tendência imanente à queda e os senhores buscavam a todo custo garantir ou aumentar seus rendimentos, o seu sucesso em açambarcar maiores riquezas repercutia inexoravelmente na redução da qualidade de vida dos camponeses. Tendo em vista esta conjuntura, Brenner define o conceito de “acumulação política”:

“Além de incorporar novas terras ou comprar as que já eram cultivadas, os senhores, por regra geral, só podiam aumentar sua receita ou se apropriando das terras de outros senhores, ou mediante uma maior extorsão de seus servos. Deste modo a tendência de longo prazo a uma ‘acumulação política’ vigorou durante a época feudal (sobretudo a partir dos anos 1000-1100), ou seja, *a edificação de uma organização militar mais efetiva e a construção de uma máquina de extração de excedente mais bem configurada, tem que ser analisada como algo condicionado pelo potencial limitado do sistema em gerar um crescimento econômico de longo prazo, e, até certo ponto, como uma alternativa a melhorar e ampliar a estrutura dos cultivos.* Dadas as dificuldades para aumentar a produção, o melhor método para acumular riqueza continuava sendo a utilização dos mecanismos de coerção, inclusive a curto prazo.”¹³⁶

Desta forma, por “acumulação política” Brenner entende as melhorias na capacidade de extração do excedente por parte da nobreza, ou seja, as transformações em seus aparelhos de repressão e em suas instituições políticas tendo como objetivo último a elevação do seu potencial de coerção sobre os produtores diretos. Mas o que se deve perguntar agora é até que ponto os senhores, na esfera individual ou coletiva, poderiam obter uma parcela maior do excedente social por meio da acumulação política e quais seriam as repercussões desta acumulação sobre a estrutura social. *Do mesmo modo que os meios de coerção eram utilizados contra os camponeses, eles também constituíam uma ameaça para os demais senhores, o que por sua vez produziu uma maior tendência à conflitividade intersenhorial, e esta conflitividade transformou a acumulação política em uma necessidade real.*¹³⁷ Assim,

¹³⁶ BRENNER, R. “The Agrarian...” *op. cit.* p. 238 (grifos meus).

¹³⁷ *cf. id;ibid*



segundo Brenner, à medida em que o processo de acumulação política se intensificava, aumentava também o conflito - potencial ou efetivo - entre os próprios senhores feudais.

A acumulação política também se manifestou em termos qualitativos, mediante um processo de reestruturação interna da própria classe dirigente feudal, garantindo, assim, aos senhores, formas de cooperação política mais amplas e elaboradas no intuito de enfrentar a resistência das comunidades aldeãs e extrair uma parcela maior do excedente, bem como no sentido de reprimir a mobilidade dos camponeses. Por outro lado, o acirramento da competição entre os próprios senhores feudais determinou a necessidade cada vez maior da criação e do aperfeiçoamento de instituições políticas capazes de promulgar e reforçar leis que impusessem limites à ação da própria nobreza, garantindo, assim, suas propriedades. Com base nestas reflexões, Brenner conclui:

“O que acaba de ser exposto não é mais do que um pretexto para explicar que uma das bases de longo prazo mais eficazes para a acumulação consistiu no desenvolvimento do Estado feudal. Com este conceito pretendo definir as formas diversas com que se apresentavam a associação de grupos de senhores feudais para se autogovernarem, conservando cada um deles o acesso à propriedade privada ou os meios de exercer seu poder. (...) O que pretendo expor é que, enquanto a desorganização e a competitividade entre os senhores continuava a se manifestar, estes continuavam sendo vulneráveis não só à depredação externa, quanto à erosão de sua situação de domínio sobre os camponeses; ou seja, supunha a sua decadência como classe dirigente. O êxito econômico dos senhores, tanto a nível individual quanto coletivamente, dependeu da construção do Estado feudal. A tendência de longo prazo parece indicar uma maior centralização política que permitiu uma maior acumulação política.”¹³⁸

Desta forma, fica clara a interconexão existente entre o processo de acumulação política e a progressiva consolidação do Estado feudal. Este processo, como já afirmamos, foi acompanhado por transformações no seio da classe dirigente. Os grandes senhores feudais, no intuito de garantirem sua dominação sobre os camponeses - abalada pela intensificação do conflito intersenhorial - necessitavam preservar a lealdade de seus vassallos provenientes dos estratos inferiores da nobreza, provendo o seu sustento e equipando-os com armamentos mais sofisticados. Esta era, segundo Brenner, uma necessidade concreta que visava garantir a permanência da pequena nobreza como parte integrante da classe dominante, o que no médio prazo garantiria ao grande senhor uma fonte constante de rendimento, bem como a vigilância de suas propriedades. O importante aqui é que a reestruturação

¹³⁸ *Id;Ibid* p. 239-40 (grifos meus)

interna da nobreza aliada ao processo de acumulação política tornou as relações de poder na sociedade feudal muito mais complexas, pois paradoxalmente, se por um lado as concessões dadas à pequena nobreza garantiam aos senhores um acréscimo considerável em seus rendimentos e um maior controle sobre o campesinato, por outro, tais concessões consolidaram progressivamente a independência da pequena nobreza, que aos poucos foi adquirindo interesses próprios, que por vezes, se chocavam com os interesses da grande nobreza. O fato é que esta diferenciação no seio da classe dominante também passou a contribuir na desorganização e fragmentação da sociedade. Aliado a este quadro de instabilidade, a hipertrofia da nobreza - efeito do processo de acumulação política - atingiu níveis insuportáveis:

“(...) à medida em que passava o tempo, a tendência à acumulação política foi se intensificando pela crescente necessidade de um consumo de ostentação (que corria paralelamente à disponibilidade crescente de bens de luxo) e pela crescente demanda de materiais militares (que iam crescendo com o aumento do tamanho dos exércitos e com a maior complexidade do armamento). De forma progressiva solapavam-se as bases da economia agrícola, as quais, por não suportarem o crescente peso da sociedade urbana, foram abaladas seriamente.”¹³⁹

Deste modo, a viabilidade da acumulação política era limitada pela degradação da agricultura, a base econômica feudal. Mas segundo Brenner, os Estados feudais mais poderosos e bem organizados prosseguiram em seu processo de concentração de poder, mesmo frente à impossibilidade das forças produtivas garantirem o sustento da população. Desta forma, a acumulação política não só acelerou a tendência à queda da produtividade do trabalho como eliminou o “normal” mecanismo malthusiano que equilibrava a população e a produção. Este descompasso produzido *socialmente* criou as condições para as crises que afetaram de forma conjunta toda a estrutura do modo de produção feudal.

Em um artigo mais recente, Brenner retoma e aprofunda este tema. Baseando-nos neste texto, pretendemos integrar com mais precisão as formulações deste autor sobre a acumulação política e a evolução da servidão. Falar sobre a ascensão e o declínio da servidão significa, em grande medida, falar sobre a evolução e a crise do feudalismo, porque as relações servis não passam de um aspecto de uma questão mais geral: o problema da manutenção e reprodução da dominação senhorial. Como tivemos a oportunidade de observar, as relações servis representavam a principal forma de transferência de recursos dos produtores diretos para a classe dominante, constituindo deste modo a base do sistema feudal de dominação de classe. Como o

sistema de exploração encontra-se sempre interligado ao sistema produtivo, o predomínio da servidão traz conseqüências nestas duas esferas: a) reforça a tendência econômica geral rumo ao crescimento extensivo, baseado fundamentalmente na expansão da área cultivável; b) por basear-se na fusão entre o político e o econômico, a servidão - uma vez imposta com sucesso sobre o campesinato - tende a consolidar suas próprias bases, estimulando a nobreza a investir principalmente nos meios de extração e de redistribuição de riquezas. Contudo, devido aos limites geográficos, o verdadeiro modelo de desenvolvimento feudal de longo prazo era baseado, como já afirmamos, na construção do *Estado feudal*, o ápice do processo de acumulação política. Nas palavras do próprio Brenner:

“Minha abordagem sobre o desenvolvimento da servidão - sua ascensão, reprodução e seu declínio - decorre diretamente da minha ênfase de que a construção do Estado feudal era a chave para a reprodução senhorial no longo prazo. Minha tese fundamental será que a evolução da servidão desde o período medieval até o início do moderno - a ascensão e a queda da servidão em diferentes fases e em regiões diferentes - *depende da evolução do Estado feudal, do seu tamanho, de sua sofisticação e de seu caráter.*”¹⁴⁰

Reproduzir a servidão no longo prazo não era uma tarefa simples. Além da resistência das comunidades aldeãs à espoliação dos produtores diretos, havia outro empecilho, circunscrito à própria classe dominante. Como a extração do excedente era *direta* e baseada localmente, a competição intersenhorial por território e por camponeses era uma ameaça constante à posição social da nobreza.¹⁴¹ sem a existência de uma força central capaz de regular e impor limites sobre esta competição, a manutenção dos laços servis no longo prazo seria impossível.

De fato, a servidão descentralizada - fundada em última instância no poder militar e jurisdicional dos senhores - desapareceu no final do século XIII na maior parte da Europa Ocidental, cedendo lugar a uma forma centralizada de coação extra-econômica, cujo desenvolvimento culminou na formação do absolutismo. O arquétipo desta linha de desenvolvimento foi a França. Contudo, a servidão descentralizada conseguiu sobreviver por mais tempo em algumas regiões, embora sobre novas bases. Na Inglaterra e na Catalunha a centralização da monarquia apoiou-se, por mais

¹³⁹ *id;ibid* p. 241

¹⁴⁰ BRENNER, R. “The rises and declines of serfdom in medieval and early modern Europe” in: BUSH, M.L. (ed.) *Serfdom & Slavery* Longman, 1999 p. 250 (grifos meus).

¹⁴¹ “Para expressar este ponto em termos mais gerais: porque os senhores sempre arrecadavam o seu excedente de certo modo *individualmente*, eles sempre defrontaram-se, implícita ou explicitamente, com o problema da competição entre eles próprios por camponeses. Feudalismo, portanto, do ponto de vista dos senhores, não significava mais do que posse da terra e poder sobre pessoas” *id;ibid* p. 248

paradoxal do que possa parecer, na autonomia local dos senhores, preservando deste modo a servidão em sua forma difusa. Mesmo assim, a dificuldade inerente ao modo de produção feudal em reproduzir sua relação de produção fundamental persistiu. Por fim, apenas os Estados que foram decididamente erigidos para reproduzir a servidão por intermédio da mitigação da competição intersenhorial foram capazes de preservá-la por um período mais longo. Estes Estados emergem apenas no século XV, principalmente na Europa Oriental.¹⁴²

Como podemos notar, a compulsão servil assume formas variadas ao longo do tempo e do espaço, acompanhando as sucessivas fases da evolução do modo de produção feudal. Para uma melhor compreensão do quadro sumariamente descrito no parágrafo anterior, discutiremos com mais detalhes os limites do “feudalismo clássico”. Para simplificar, Brenner identifica a ascensão da servidão com a consolidação do feudalismo, que se principia em algumas regiões da França, no século XI, quando os senhores tomaram para si o controle direto da autoridade pública (comando militar, direito jurisdicional e tributário, etc.) e formaram os primeiros centros de poder; apropriando-se dos castelos já existentes ou construindo novos. As primeiras linhagens de cavaleiros foram sendo formadas, proporcionando serviços político-militares em troca de um lote de terra ou de uma fração dos rendimentos do castelo, consolidando ainda mais o poder local do senhor ao qual serviam. Em linhas gerais, *a ascensão do feudalismo como uma forma de reprodução econômica senhorial não passou da formação de um tipo novo de Estado, embora rudimentar e de caráter extremamente localizado.*¹⁴³ Apoiados pelos cavaleiros, os castelões expandiram seus territórios, englobando novas terras e sujeitando os camponeses ao seu jugo, impondo as relações servis de forma cada vez mais sistemática.

A grande expansão da colonização ocorreu ao longo do século XII. Os senhores da Europa Ocidental, individualmente, passaram a ampliar seus domínios, buscando ampliar seu poder e seus rendimentos. Do ponto de vista do senhor, a expansão territorial parecia um procedimento vantajoso. Entretanto, para a classe senhorial como um todo, a colonização teve um preço elevado. Para atrair camponeses, os senhores tiveram de oferecer vantagens, principalmente o direito de herança e a imunidade contra exações arbitrárias. Esta tendência não ficou restrita apenas às novas terras, pois, para conter a emigração dos camponeses situados nas áreas mais antigas, os senhores tiveram de oferecer concessões semelhantes. Assim,

¹⁴² cf. *id;ibid* p.247-51

¹⁴³ cf. *id;ibid* p. 251-2

durante a expansão inicial do feudalismo, o fortalecimento das comunidades aldeãs e o enfraquecimento da autoridade senhorial - erodida mediante a competição por camponeses entre os próprios senhores - acabaram ampliando consideravelmente a esfera de liberdade do campesinato. O resultado deste processo foi o estabelecimento de diversos feudos independentes, engajados em uma acirrada competição que, pouco a pouco, colocou em perigo a sua própria reprodução. Com a escassez das terras desocupadas, as contradições desta forma de desenvolvimento agravaram-se, atingindo rapidamente um ponto crítico. Em suma: o feudalismo descentralizado foi progressivamente perdendo a capacidade de manter a sujeição dos produtores diretos, isto é, de impor e de reproduzir as relações servis. Deste modo, nos séculos XII e XIII a servidão "clássica" entra definitivamente em declínio.¹⁴⁴ Esta crise da autoridade senhorial manifestou-se em todas regiões onde dominava o modo de produção feudal, embora as respostas a ela não tenham sido semelhantes. Das três variantes que mencionamos anteriormente, discutiremos com detalhes apenas a adotada inicialmente na Inglaterra e na Catalunha. Antes, porém, esboçaremos a dinâmica das duas outras.

Onde a servidão descentralizada desapareceu mais cedo, a crise de rendimentos da nobreza manifestou-se com mais vigor, destruindo a possibilidade de reformular a antiga dominação regionalmente fundamentada. No período situado entre a dissolução da servidão "clássica" e a formação do Estado absoluto, a maior parte dos senhores tiveram de viver com base nos rendimentos provenientes de seus domínios, pois os rendimentos derivados do manso servil - após a fixação das prestações e a consolidação dos direitos de herança - tornaram-se muito reduzidos, principalmente depois da explosão do preços deflagrada no final do século XII. Embora a renda dos domínios senhoriais fosse mais ou menos determinada pelas flutuações do mercado,¹⁴⁵ isto não minimizou a crise de rendimentos da nobreza, pois o costume de dividir os domínios entre os filhos havia reduzido demais a extensão de terra que cabia a cada senhor. A conjugação desta crise de rendimentos que arrastava-se desde o final do século XII com a catástrofe demográfica do século XIV sepultou definitivamente a possibilidade de reestabelecer a servidão clássica. Nestas condições, para preservar o modo de produção feudal uma nova forma de extração do excedente teve de ser criada. O enfraquecimento da autoridade senhorial local possibilitou o que antes era impraticável: a ascensão de um Estado monárquico

¹⁴⁴ *cf. id; ibid.* p. 251-5.

¹⁴⁵ Sobre este tema, *cf.* BUSH, M.L. "Serfdom in medieval..." *cit.* n. 216-7.

centralizado, capaz de - no longo prazo - impor tributos em escala nacional e de transformar o sistema de propriedade. Como já dissemos, o arquétipo desta via de desenvolvimento foi o Estado francês. A monarquia conseguiu suplantar o poder regional dos senhores recorrendo a dois procedimentos que, inclusive, podiam ser combinados: a) o confronto militar direto, isto é, o esmagamento dos opositores no campo de batalha; b) o solapamento da base econômica dos senhores, reforçando simultaneamente a do Estado: como as conquistas dos camponeses abalavam a autonomia político-econômica dos senhores, a Coroa simplesmente tendeu a apoiar as reivindicações do campesinato, particularmente a sua luta pela fixação dos tributos e pela consolidação dos direitos de herança. Minando os fundamentos do poder da nobreza, o Estado conseguiu impor-se frente à sociedade, consolidando um sistema administrativo progressivamente centralizado, que envolvia o controle das funções militares, judiciais e tributárias em escala nacional. Para manter e expandir esta estrutura, recrutando elementos oriundos da nobreza, o monarca criou uma nova camada de seguidores, cujos membros obtinham os seus rendimentos prestando serviços ao Estado ou ocupando cargos administrativos. O equilíbrio estabelecido entre o Rei e seus seguidores acabou determinando a relativa uniformidade dos interesses da Coroa: esta nova aristocracia tornou-se principal fonte de poder do Rei, mas ela não podia se manter unida sem a liderança do monarca.¹⁴⁶ Assim, a centralização do sistema coercitivo suprimiu as fraquezas da autoridade senhorial difusa, permitindo à monarquia limitar a concorrência intersenhorial e vergar a resistência das comunidades aldeãs. A imposição das taxas sobre a terra em escala nacional tornou inútil a mobilidade camponesa como forma de resistência. Deste modo, superando as duas debilidades fundamentais da autoridade senhorial descentralizada - a competição no seio da nobreza e a forte resistência das comunidades aldeãs - o Estado absoluto pôde preservar por mais tempo o modo de produção feudal, reproduzindo em seu interior a dominação da nobreza sob novas bases.¹⁴⁷

Antes de abordarmos o caso que realmente nos interessa, comentaremos brevemente a posição de Brenner sobre o reforço da servidão na Europa Oriental. Ele reconhece que, mesmo após vários (e intensos) debates, este problema historiográfico

¹⁴⁶ Sobre as tentativas fracassadas da nobreza em reestabelecer a servidão e seu poder local na França (séculos XIII e XIV), cf. BRENNER, R. "The rises..." *cit.* p. 257-8.

¹⁴⁷ "No longuíssimo prazo - escreve Brenner - a estrutura de extração do excedente centralizada provou ser muito superior ao sistema de extração descentralizado (dominação senhorial local, competitiva) que a precedera, proporcionando bases sólidas para a reprodução, no interior do Estado, de uma classe senhorial transformada." *id; ibid* p. 258.

encontra-se muito longe de uma solução razoável. As razões que determinaram o sucesso dos senhores em reforçar os laços servis nesta região - enquanto na Europa Ocidental isto não foi possível - é o grande mistério a ser explicado. Para contribuir neste sentido, Brenner retoma e elabora um pouco mais suas formulações apresentadas em "The agrarian roots...". Em grande medida, as possibilidades de desenvolvimento do modo de produção feudal na Europa Oriental foram condicionadas pela sua formação relativamente tardia.¹⁴⁸ A crise de rendimentos atingiu a nobreza enquanto o processo de centralização estatal estava ainda em sua fase inicial, fato que limitou muito as alternativas a serem adotadas pelos senhores para tentar contornar esta situação. Não era possível recorrer ao poder fiscal do Estado (como na França) ou apoiar-se na Coroa (como na Inglaterra e na Catalunha) para responder à crise. Contudo, esta debilidade aparente - a ausência de uma monarquia centralizada e forte - acabou se tornando uma vantagem: superada a crise, os senhores não tiveram de enfrentar um Estado interessado em assegurar a liberdade dos camponeses ou uma aristocracia ligada à Coroa, com interesses próprios. Sem grandes antagonistas lutando para ocupar uma posição hegemônica no sistema de dominação de classe, a centralização estatal no oriente europeu seguiu um caminho singular.

"Na Polônia e na Alemanha Oriental, - escreve Brenner - portanto, no curso dos séculos XIV, XV e no início do XVI, os aristocratas construíram Estados ao estilo dominial, centrados sobre Dietas nacionais e locais, por intermédio das quais eles eram capazes de expressar diretamente seus interesses imediatos como senhores. Ao fazerem isto, eles constituíram a si próprios como os únicos elementos totalmente privilegiados, a única seção da população que podia participar das instituições estatais (i.é., a única parcela inteiramente livre da população)."¹⁴⁹

A cidadania plena dos senhores da Polônia e da Alemanha Oriental repousava na total falta de liberdade dos camponeses. Nestas condições, na virada do século XV para o século XVI, a servidão foi imposta legalmente pelos senhores sobre o campesinato. Deste modo, na Polônia e provavelmente em toda a Europa Oriental, os camponeses eram não-livres por definição. Como não havia nenhum espaço para a liberdade camponesa, os senhores não podiam competir entre si para cooptar novos camponeses mediante a flexibilização de sua condição ou - como ocorria na Europa Ocidental - utilizando a liberdade como um atrativo. Deste modo, suportada por um Estado controlado pelos senhores, a servidão pôde ser reproduzida e, inclusive, expandida com relativa facilidade; dando origem a uma organização *feudal* da

¹⁴⁸ Sobre as especificidades do processo de formação e desenvolvimento das relações servis na Europa Ocidental moderna, cf. BUSH, M.L. "Serfdom in medieval..." *cit.* p. 201-6; 218-24.

produção voltada para o mercado de grãos europeu, fomentada pela demanda criada na Europa Ocidental. O resultado destes desdobramentos foi a consolidação definitiva da nobreza e da variante oriental do absolutismo.

Examinaremos agora o caso que mais nos interessa. Enquanto os laços servis desintegravam-se em praticamente toda Europa Ocidental, uma forma muito mais eficaz de servidão foi consolidada na Inglaterra e na Catalunha. Para compreendermos o que efetivamente ocorreu nestas regiões, temos que formular com mais precisão os termos do problema. Afirmar que a dominação senhorial particularista e baseada localmente não pode, no médio prazo, reproduzir a servidão não significa dizer que a dominação senhorial descentralizada não é capaz de garantir a reprodução dos senhores enquanto classe. Na Inglaterra e na Catalunha, a nobreza ligada a terra não perdeu o seu poder local durante o processo de centralização do Estado. Pelo contrário: o fortalecimento da monarquia foi acompanhado pela consolidação da viabilidade econômica dos feudos. De maneira oposta ao que ocorreria alguns séculos mais tarde na Europa Oriental, o Estado em formação na Inglaterra e na Catalunha conferiu um estatuto jurídico à distinção entre dois setores do campesinato: o livre e o não-livre. Este reconhecimento legal da desigualdade acarretou consequências decisivas. Em primeiro lugar, o Estado teve de desempenhar uma dupla tarefa: proteger a liberdade dos cidadãos considerados livres e garantir a sujeição dos camponeses não-livres. Em segundo, o leque de opções da nobreza foi consideravelmente ampliado. No mesmo feudo, o senhor podia estabelecer, simultaneamente, relações de produção totalmente diferentes. Tornou-se possível, por exemplo, organizar nos domínios do senhor uma produção baseada no trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, reforçar a extração coercitiva do excedente produzido no manso servil. A possibilidade de conjugar dois sistemas de produção tão díspares proporcionou a estes senhores uma capacidade inigualável de adaptação às crises econômicas. Por fim, o suporte jurídico à condição de liberdade gozada por uma parcela do campesinato consolidou dois grupos sociais distintos: a) camponeses livres sem terra ou com lotes muito reduzidos, que tenderam a oferecer o seu trabalho por pagamentos em dinheiro (uma espécie de proto-proletariado); b) os camponeses prósperos, que tenderam a expandir as suas terras e a adotar o trabalho assalariado (a *yeomanry* é o caso mais característico).

Assim, a expansão dos direitos legais defendidos pelo Estado foi extremamente desigual, pois ficou restrita aos homens livres. Os não-livres (como os vilões, por

¹⁴⁹ BRENNER, R. "The rises..." *cit.* p. 275

exemplo) ficaram totalmente desprovidos de qualquer amparo jurídico, a mercê do poder jurisdicional dos senhores. Somente desta maneira o Estado pôde desenvolver-se em (relativa) harmonia com os senhores, que puderam fortalecer a sua base econômica e preservar parte de seu poder local. Assim, enquanto foi possível reproduzir em escala crescente a linha que separava a parcela da população livre da não-livre, o Estado foi capaz de ampliar a sua esfera de atuação sem ameaçar e sem ser ameaçado pelo poder dos senhores, *pois a expansão da liberdade estava condicionada pela capacidade dos senhores imporem a servidão sobre os seus servos*. Dito de outro modo: o fortalecimento do poder real foi acompanhado pelo reforço da dominação senhorial sobre os camponeses não-livres. O Rei personificava a unificação geográfica da autoridade, permanecendo no centro de todo o processo, embora a força da monarquia repousasse na profunda colaboração senhorial. Todo esse processo torna-se particularmente visível na Inglaterra do século XII, nos governos de Henrique I e Henrique II.¹⁵⁰ Este desenvolvimento contrasta com o ocorrido no restante da Europa em pelo menos dois aspectos importantes: a) os senhores da Inglaterra e da Catalunha conseguiram afirmar sua autonomia reforçando a dominação sobre o setor não-livre da sociedade; b) nestas duas regiões, os Reis conseguiram centralizar o poder sem entrar em conflito com a classe senhorial como um todo. No entanto, mesmo levando em conta estas peculiaridades, a reprodução da servidão não pôde ser mantida indefinidamente. As próprias condições que preservaram por mais tempo os laços servis na Inglaterra e na Catalunha acabaram por decretar a sua dissolução. *O contraponto da sistemática sujeição dos camponeses não-livres foi a consolidação da liberdade dos demais. Portanto, a expansão da servidão implicava também o aumento da liberdade.*¹⁵¹ Como era de se esperar, este padrão de desenvolvimento acabou atingindo o seu limite: a crise do final do século XIV revelou o potencial destabilizador do amplo espaço social e geográfico que foi progressivamente ocupado por camponeses livres. A reação senhorial ao colapso demográfico na Inglaterra e na Catalunha foi bastante similar: para compensar parcialmente o grande número de mortes, os senhores tenderam a aumentar a pressão sobre os camponeses que sobreviveram. Mas a falta de homens e a disponibilidade de terras fez ressurgir a competição intersenhorial,¹⁵² enquanto a

¹⁵⁰ cf. *id*; *ibid* p. 260

¹⁵¹ cf. *id*; *ibid* p. 271

¹⁵² Na Inglaterra, ficando fora do lote de terra a que originalmente estava adstrito por mais de um ano, qualquer camponês podia requisitar ao Estado a condição de livre. Esta possibilidade existia durante os séculos XII e XIII, mas as condições eram diferentes. A expansão territorial estava na fase ascendente, assim como a explosão dos preços ainda não havia ocorrido. Este clima favorável contava a disputa por

superexploração dos camponeses não-livres induziu ao desencadeamento de intensas rebeliões no campo, como por exemplo a Grande Revolta Camponesa de 1381 na Inglaterra. Apesar deste levante ter sido contido, os camponeses passaram a abandonar suas terras ao longo da década de 1390, visando ocupar as zonas livres que estavam disponíveis em outros feudos. Este movimento de evasão precipitou a dissolução definitiva dos laços servis na Inglaterra.¹⁵³ Na Catalunha, após um século de lutas e uma grande insurreição camponesa, a servidão é abolida em 1486 (Sentença de Guadalupe)¹⁵⁴.

3)O desenvolvimento das relações capitalistas no campo: França *versus* Inglaterra.

Pretendemos agora analisar uma questão de importância crucial: os diferentes caminhos tomados pela França e Inglaterra no período posterior às crises que assolaram a Europa durante todo o século XIV. Por que, em seus termos mais essenciais, as relações de produção e de propriedade feudais se mantiveram praticamente intactas no território francês, enquanto na Inglaterra as relações capitalistas paulatinamente adquiriam consistência? Segundo Brenner esta é uma questão chave para a compreensão da transição ao capitalismo, e a resposta a esta indagação deve levar em conta a complexa articulação existente entre a estrutura de classes de cada país e o processo de dissolução ou reforço das relações servis na agricultura. Em outras palavras, o que se deve tentar compreender é a razão do triunfo dos camponeses da Inglaterra em despedaçar o controle sobre a sua mobilidade e o fim das exações arbitrárias que sempre marcaram as relações servis, condensando os tributos em uma só taxa anual e fixa, e seu fracasso em garantir a propriedade livre da terra. Já os resultados da luta entre a nobreza e o campesinato francês contrastam radicalmente: na França, tanto o controle sobre a mobilidade da mão de obra quanto as exações arbitrárias sobre o campesinato mantiveram-se praticamente intactas, enquanto os direitos de propriedade foram definitivamente consolidados.

camponeses entre os senhores. No entanto, na segunda metade do século XIV as condições eram outras: com as convulsões sociais e a crescente necessidade dos senhores incorporarem mais mão de obra aos seus domínios, a liberdade passou a ser usada com mais frequência para aliciar os camponeses não-livres dos demais senhores.

¹⁵³ Um comentário de Brenner resume bem a intensidade das deserções: “A servidão inglesa, portanto, declinou não em virtude da abolição da categoria, mas sim pela evacuação dos camponeses desta categoria.” *id;ibid* p. 272

¹⁵⁴ Sobre a grande rebelião camponesa da Catalunha (1484-6) que culminou na dissolução da servidão, cf. FREEDMAN, P. *The origins of peasant servitude in Medieval Catalonia* Cambridge, 1991p. 179-202

Inglaterra

Como já adiantamos, até o século XV na Inglaterra, de um modo geral, os camponeses conseguiram despedaçar a coação sobre sua mobilidade, desferindo deste modo um duro golpe contra a servidão. Por outro lado, a luta pelo controle sobre a terra foi um elemento extremamente importante, e que não pode ser posto de lado:

“(...) Durante este período os arrendatários camponeses [*tenants*] lutaram com força para conseguir o controle total e livre sobre suas possessões e não estiveram longe de consegui-lo. A eliminação da servidão supôs o fim tanto das prestações pessoais como das cargas impositivas que de forma arbitrária recaíam sobre eles. E mais, a renda (...) a partir de então permaneceu fixada por princípios consuetudinários e sujeita à reavaliação a longo prazo frente ao processo de inflação.”¹⁵⁵

As rendas fixas e o fim das imposições arbitrárias proporcionaram aos arrendatários ingleses um potencial maior de capitalização, bem como mais liberdade na utilização de suas terras. Mas não podemos conceber estas concessões como uma vitória definitiva e consolidada, pois os senhores ainda dispunham de duas estratégias para evitar o livre controle da terra por parte dos camponeses. Como sabemos, o século XIV foi marcado por um colapso demográfico de grandes proporções, que deixou um grande número de terras vagas, que no século subsequente foram sendo paulatinamente incorporadas pelos senhores feudais e controladas por mecanismos contratuais, reduzindo assim a área suscetível a ser convertida em propriedade plena do campesinato.¹⁵⁶ Esta constituiu a primeira forma de controle. A segunda forma se fundava no direito dos senhores em impor e/ou aumentar os tributos sobre a terra do camponês, no caso desta ser transferida por venda ou por herança. *Com base nestas duas estratégias, os senhores feudais ingleses conseguiram concentrar um volume considerável de terras, e também impedir que os camponeses obtivessem a propriedade livre e plena de suas possessões, o que consistiria na vitória total do campesinato, ou seja, a consolidação de sua independência irrestrita frente à nobreza senhorial.* Mas, se a luta camponesa fracassou na obtenção deste objetivo último, a eliminação da coação arbitrária sobre uma considerável parcela do campesinato não deixou de ser uma vitória parcial de importância decisiva e que, como pretendemos demonstrar, exercerá um importante papel na precoce consolidação do capitalismo na Inglaterra.

¹⁵⁵ *id.*; “Agrarian...”; *op. cit.* p. 46

É importante agora levarmos novamente em conta o grande fosso que separava, na Inglaterra, os camponeses livres dos não-livres, uma diferenciação social que já se manifestava desde o final do século XII. De acordo com nossas observações anteriores, os vilões estavam totalmente expostos às imposições arbitrárias por parte de seus senhores, já que o simples fato de serem vilões os excluía de qualquer tipo de proteção legal, *colocando-os na total dependência da vontade do senhor*. Em contrapartida, os livre-tenentes possuíam amplos direitos legais, podendo apelar para a justiça real contra eventuais abusos de poder por parte dos senhores. Como já tínhamos adiantado, esta diferenciação social acentuou os pesados conflitos entre senhores e camponeses ocorridos durante os séculos XII e XIII em torno do *status* das possessões: os livre-tenentes se empenharam em uma contra-ofensiva visando garantir a permanência de seus direitos, enquanto os vilões lutavam para se libertar da exploração extrema e arbitrária a que estavam sujeitos.¹⁵⁷ Assim, a luta entre o campesinato e a nobreza proporcionou transformações substanciais na economia agrária da Inglaterra: o esfacelamento da coação sobre a mobilidade dos servos consistiu em um importante passo no processo de formação de trabalhadores livres, e a fixação dos tributos feudais em uma taxa anual favoreceu os camponeses prósperos, especialmente os livre-tenentes, que aumentaram o seu poder de acumulação. Por outro lado, os grandes senhores feudais garantiram a propriedade de suas terras, bem como conseguiram ampliar seus domínios, anexando as possessões abandonadas devido ao colapso demográfico do século XIV.

Ao perderem o direito de impor exações arbitrárias sobre o campesinato, os senhores feudais viram-se privados de uma parcela significativa de sua antiga fonte de rendimentos. Para agravar esta situação, como vimos, a maior parte dos tributos passaram a ser pagos anualmente, e em geral, eram fixos, e deste modo, qualquer alta nos preços debilitava ainda mais os recursos senhoriais. Esta nova configuração social determinou, no longo prazo, uma acentuada crise no seio da nobreza, uma crise que se arrastou por todo o século XV e que repercutiu na organização interna da classe dominante: a falta de recursos impedia a consolidação de alianças inter-aristocráticas, debilitando assim a coesão interna da nobreza.¹⁵⁸

¹⁵⁶ cf. *id;ibid* p.46-8

¹⁵⁷ “(...) Ao senhor, bastava demonstrar que seu colono fosse vilão (não livre)[villein], para que a este fosse negado todo tipo de proteção legal, e não se levasse em conta nenhuma apelação sobre a arbitrariedade das exações senhoriais, ou os recursos do camponês e da comunidade eram rechaçados em qualquer conflito com o senhor.” *id*; “The Agrarian Roots...” *op. cit.* p. 249

¹⁵⁸ Segundo Brenner, durante um longo período de tempo, a redução das fontes de receita da nobreza provenientes do campesinato foram compensadas pelos recursos obtidos em guerras externas, em especial

Os senhores dispunham de um grande volume de terras, mas não podiam mais servir-se da velha forma feudal de contornar as crises: a imposição de exações arbitrárias sobre o campesinato. *Impedidos de replantar os mecanismos tradicionais de extração de rendimentos, os lords deveriam buscar então uma nova saída para contornar a crise financeira, e a melhor opção, se não a única, era o arrendamento de suas terras para os grandes arrendatários:*

“(...) Portando, em meu ponto de vista, o que tornou possível a transformação da produção agrária na Inglaterra foi o surgimento da clássica estrutura senhor/grande arrendatário capitalista/trabalhador assalariado, e isto por sua vez foi a chave para o desenvolvimento econômico inglês. Com o fracasso dos camponeses na obtenção do livre controle sobre a terra, os senhores puderam aumentar, concentrar, cercar, criar extensos domínios e arrendá-los à arrendatários capitalistas, que por sua vez, puderam realizar importantes inversões de capital. (...) Estes níveis elevados de inversão agrícola foram possíveis graças ao desenvolvimento de uma variedade de tipos de arrendamento que incorporavam uma nova forma de relação senhor/arrendatário. A partir desta situação, os arrendatários capitalistas estabeleceram uma aliança importantíssima com os senhores, assegurando a possibilidade de obter uma participação razoável no aumento da renda gerado por suas próprias inversões capitalistas, evitando assim, uma alta excessiva da renda senhorial.”¹⁵⁹

Esta passagem explicita uma das hipóteses fundamentais da explicação de Brenner: a aliança dos grandes senhores feudais com os arrendatários capitalistas em conexão com o fim das exações arbitrárias e da coação sobre a mobilidade da mão de obra formaram as bases agrárias para um desenvolvimento econômico mais dinâmico: pela primeira vez surgiam as possibilidades materiais que tornaram possíveis as inversões produtivas de capital na agricultura, aumentando assim a produtividade do trabalho, de modo que estas bases agrárias potenciadas se tornaram um sólido suporte que garantiu o aumento da população e o desenvolvimento das relações econômicas urbanas:

“(...)Em consequência, o que teve um importante significado para o desenvolvimento econômico inglês foi a rentável utilização do excedente agrário gerado pela mesma natureza das relações de classe agrárias, e em especial a transformação da relação antagônica tradicional, onde a pressão senhorial minava a iniciativa camponesa, por

na guerra contra o Estado francês. Finda a guerra, “a aristocracia inglesa se viu apenas com seus próprios recursos”. *cf. id* “The Agrarian Roots...” *op. cit.* p. 291-3. A fragmentação da aristocracia inglesa está ligada diretamente à crise de rendimentos: “(...) A causa pode ser encontrada na excessiva demanda que os vassallos exigiam de seus senhores, os quais se viam cada vez mais expostos a uma redução de suas finanças devido à queda das rendas. Como resultado, surgiram facções em conflito, uma desorganização na aristocracia e um conflito interclassista que conduziu à derrubada do governo e das guerras civis que marcaram a segunda metade do século XV”. *id; ibid* p. 293

¹⁵⁹ *id*; “Agrarian Class...” *op. cit.* p. 49-50 (grifos meus). Ver também BRENNER, R “The origins...” *cit.* p. 75-7.

uma nova simbiose senhor/arrendatário que introduzia uma cooperação mútua tanto em inversões como em melhoras."¹⁶⁰

Em "Agrarian roots...", Brenner retoma este ponto, desenvolvendo-o um pouco mais:

"(...) Na Inglaterra, especialmente nas regiões cerealíferas, os arrendatários capitalistas controlavam uma agricultura altamente capitalizada, havendo diminuído drasticamente o número de possessões camponesas. Nesta situação a receita do senhor dependia da capacidade dos arrendatários em cultivar a terra com inversões de capital. (...) Em resumo, o êxito econômico dependeu mais da acumulação e da inovação e, neste contexto, quando o arrendatário se encontrava frente à escassez de recursos financeiros, o senhor realizava a função de inversionista, aumentando seus ganhos na forma de benefícios. Portanto, a simbiose senhor/arrendatário a que havia referido teve uma evidente racionalidade econômica, condicionando em boa medida a dinâmica do desenvolvimento agrícola."¹⁶¹

A comunhão de interesses entre senhores feudais e grandes arrendatários, aliada à oferta crescente de mão de obra deram um impulso até então nunca visto para a agricultura inglesa. Como vimos, a dissolução das restrições sobre a mobilidade do campesinato garantiu a possibilidade deles responderem às novas oportunidades que o mercado de trabalho em expansão oferecia. Como as possessões camponesas eram heterogêneas - tanto a extensão quanto a qualidade das terras variava muito - a opção por trabalhar por um salário nos grandes arrendamentos era uma alternativa cada vez mais tentadora para os camponeses menos prósperos. Todas estas transformações operando em conjunto garantiram a exclusividade do desenvolvimento inglês, pois as novas relações de produção e de propriedade suprimiram a clássica tendência à queda da produtividade, o que ficou evidente após a crise geral enfrentada pela Europa no século XVII: enquanto todas as demais nações européias mergulhavam na aguda crise, a Inglaterra permaneceu praticamente incólume.¹⁶²

França

A trajetória diferenciada apresentada pela agricultura francesa, segundo Brenner, está diretamente relacionada com a solidez das possessões camponesas. Neste mesmo capítulo mencionamos a forte resistência das comunidades aldeãs na Europa ocidental, resistência que garantiu ao campesinato direitos como o uso das terras comunais, o asseguramento da herança, a eleição do cura e do alcaide local, etc. Mas a consolidação destes direitos implicou também a

¹⁶⁰ *id.*; "Agrarian Class..." *cit.* p. 51. (grifos meus)

¹⁶¹ *id.*; "The Agrarian Roots..." *op. cit.* p. 315 (grifos meus).

consolidação das relações de propriedade e de produção tradicionais, ou seja, a manutenção da produção agrária “feudal”. Agora, a questão que deve ser respondida é: como (e por que) o campesinato francês conseguiu consolidar e manter estes direitos por vários séculos? Para Brenner, a resposta a esta pergunta deve necessariamente levar em conta o desenvolvimento particular do Estado monárquico francês:

“Ao contrário da Inglaterra, o Estado centralizado francês se desenvolveu (pelo menos em boa parte) como um fenômeno ‘de classe’, isto é, como um extrator independente de excedente, em particular graças à sua capacidade de impor taxas sobre a terra(...). Paralelamente o Estado pôde se desenvolver, tal como se sucedeu, como um concorrente dos senhores, inclusive até o ponto de estabelecer direitos com o fim de extrair o excedente da produção camponesa. Portanto, [o Estado] tinha interesse em limitar as rendas senhoriais para permitir que os camponeses pagassem maiores impostos, e, por este motivo, lutou contra os senhores ajudando os camponeses a pôr fim em sua situação servil, a consolidar e assegurar a propriedade camponesa.”¹⁶³

Assim, enquanto na Inglaterra a convergência de interesses entre senhores feudais e os arrendatários induziu à generalização das inversões produtivas de capital, o forte Estado francês concorria com os senhores para açambarcar o excedente do campesinato. É evidente que os senhores franceses não podiam enfrentar um Estado centralizado e poderoso, de forma que, a longo prazo, os interesses da Coroa prevaleceram, como por exemplo, a limitação das rendas senhoriais, evento que se concretizou com o despedaçamento das relações servis e com a consolidação da propriedade camponesa. A receita da Coroa estava diretamente relacionada ao volume dos rendimentos senhoriais: o montante passível de ser absorvido pelos cofres reais dependia do quinhão açambarcado pelos senhores, de modo que uma forte motivação econômica era a responsável pelo acirramento da luta no seio da classe dominante. O contraste entre França e Inglaterra também se manifesta na luta diferenciada travada pelo campesinato nestes países:

“De fato, desde os princípios da Idade Moderna, a consolidação da propriedade camponesa em relação ao desenvolvimento do Estado francês criou uma estrutura de classes na zona rural muito distinta da que estava surgindo na Inglaterra. E não há melhor índice para medir ambas estruturas do que os distintos tipos de revoltas camponesas que marcaram o início da Idade Moderna em ambos países. Na Inglaterra, as revoltas camponesas dirigiam-se contra os senhores em uma luta inútil para defender a propriedade camponesa, que se desintegrava frente a uma crescente usurpação capitalista. Na França, o motivo da revolta camponesa era o sistema impositivo avassalador do Estado absolutista que, ironicamente, havia sido o

¹⁶² Este ponto será desenvolvido posteriormente.

¹⁶³ *id.*; “Agrarian Class Structure...” *op. cit.* p. 55

*instrumento que assegurou e protegeu a propriedade camponesa e impediu, portanto, o desenvolvimento capitalista.*¹⁶⁴

Esta passagem torna explícito o contraste entre a estrutura de classes na França e na Inglaterra. Enquanto o campesinato inglês lutava contra a expropriação de suas terras promovida pela aliança entre os senhores e os grandes arrendatários, em território francês ocorria uma situação extremamente paradoxal: os camponeses lutavam contra a opressão do Estado absolutista. Deste modo, a sólida estrutura de propriedade francesa em conexão com a disputa pelo excedente travado entre a classe senhorial e a Coroa francesa freavam continuamente o desenvolvimento do capitalismo. Como já observamos, o absolutismo e a propriedade camponesa mantinham uma relação de dependência mútua. Segundo Brenner, o Estado francês intensificou seu poder ao realizar um duplo jogo: situou-se no meio do conflito entre senhores e servos, e progressivamente foi servindo-se de sua posição privilegiada para consolidar direitos e fixar rendas, destruindo assim paulatinamente, as fontes de receita dos senhores, com o objetivo último de utilizar a produção camponesa como fonte direta de recursos para a Coroa,¹⁶⁵ convertendo portanto, a propriedade camponesa no suporte sob o qual o Estado francês teve de se apoiar para conseguir assumir a forma absolutista.

Na Inglaterra, os senhores feudais tinham relativa facilidade para concentrar terras, aumentando as taxas até níveis insuportáveis, e desta forma expulsando os pequenos arrendatários assim que o contrato de arrendamento expirasse. Como o Estado inglês dependia da classe senhorial e dos grandes arrendatários, nada podia fazer (e nem era de seu interesse fazê-lo) para coibir esta estratégia. Mas na França o interesse e a ação do Estado era diferente: para garantir sua própria base fiscal, apoiava a lei que garantia os direitos de herança e a fixação dos tributos para todas as possessões em regime de enfiteuse, de forma que era praticamente impossível expulsar os pequenos arrendatários de suas terras.¹⁶⁶ Para Brenner, dadas estas particularidades, a França, frente ao aumento da população, da expansão do mercado e da alta do preço dos cereais ocorrido nos séculos XVI e XVII mergulhou na aguda crise que assolou toda a Europa:

¹⁶⁴ *id;ibid* p. 57 (grifos meus).A centralização da monarquia francesa se consolidou de forma bastante distinta da centralização britânica: “Pelo contrário, na Inglaterra, a centralização monárquica se desenvolveu desde o final do século XV, mas com dependência da classe senhorial, tal como, desafortunadamente, se evidenciou com o crescimento de instituições parlamentares (que estavam decaindo na França)” *id;ibid* p. 58

¹⁶⁵ *cf. id;ibid*

¹⁶⁶ *cf. id; ibid* p. 58-60

“Dada a estrutura da propriedade na França, não é surpreendente que o aumento da população, dos mercados e dos preços do grão nos séculos XVI e XVII não conduziu a um progresso agrícola, e sim a uma renovação do velho ciclo malthusiano de subdesenvolvimento. Devido ao fortalecimento da propriedade camponesa, mantida por um Estado explorador, o senhor não podia normalmente aproveitar-se do aumento dos preços da terra e dos alimentos (...) já que isto implicava a difícil tarefa de concentrar terras. *Por isto os senhores tomaram o único caminho que lhes restava: buscar obter uma participação cada vez maior de um produto total constante ou inclusive decadente.* Em seus domínios, compostos geralmente por pequenas parcelas separadas, impunham contratos a curto prazo em termos draconianos dirigidos a extrair o máximo possível de seus camponeses por meio do aumento das taxas e da diminuição de seus nível de subsistência, aproveitando-se da demanda crescente por terras, gerada pela pressão demográfica.”¹⁶⁷

Esta extração exagerada por parte dos senhores franceses estrangulou definitivamente a produção dos pequenos camponeses ainda sujeitos às exações arbitrárias. Por outro lado, os camponeses que haviam sido libertos da opressão dos senhores com o auxílio do Estado absolutista, com a acentuação da crise, passaram a enfrentar a coação estatal sob a forma de impostos abusivamente altos. Assim, as reservas produzidas na agricultura, de um modo geral, eram sistematicamente espoliadas pelo Estado e pelos senhores, o que determinou a queda da produtividade e, no longo prazo, um verdadeiro colapso econômico e demográfico. Com base nestes elementos, Brenner chega a uma conclusão interessante:

“Em suma, não é difícil compreender o deplorável modelo de desenvolvimento econômico imposto por esta estrutura de classes na França. Não só se deu um fracasso a longo prazo na produtividade agrícola, como também uma correspondente incapacidade para desenvolver um mercado interno. Portanto, ironicamente, quanto mais completos eram os direitos de liberdade e propriedade, maior pobreza e atraso geravam na população rural. Enquanto na Inglaterra, foi precisamente a ausência de tais direitos que facilitou a marcha do desenvolvimento econômico real.”¹⁶⁸

4) A Conexão entre a Indústria e a Agricultura: a consolidação do Capitalismo na Inglaterra.

O século XVII, como já mencionamos, foi marcado por uma acentuada crise geral na qual mergulharam praticamente todas as nações européias, com exceção da Inglaterra.¹⁶⁹ Mas por que, frente a um quadro de retrocesso econômico generalizado,

¹⁶⁷ *id;ibid* p. 61 (grifos meus)

¹⁶⁸ *id;ibid* p. 62

¹⁶⁹ Na verdade há uma controvérsia em torno deste assunto. E.Hobsbawm publicou um artigo em *Past & Present* em 1954 (“The crisis of the XVII century”) onde defendeu a idéia de que a Europa havia passado por uma crise econômica e política generalizada no século XVII. O artigo desencadeou uma acalorada

somente a economia inglesa manteve o seu ritmo de crescimento praticamente inalterado? O fato é que enquanto a agricultura européia sofria crises de escassez, a população diminuía, as indústrias têxteis da Holanda e do norte da Itália enfrentavam sérias dificuldades e o próprio comércio europeu sofria um duríssimo golpe, a Inglaterra obteve boas colheitas, bem como sua produção têxtil, exceto nas regiões ligadas exclusivamente à exportação, não foi seriamente abalada e manteve o ritmo de desenvolvimento. O resultado não poderia ser diferente: no século XVIII, enquanto as demais nações européias buscavam contornar as últimas seqüelas da crise e retomar o crescimento, a Inglaterra se encontrava na dianteira, prestes a promover em seu território a revolução industrial. Segundo Brenner, esta trajetória peculiar da economia inglesa se encontra intimamente relacionada com as transformações nas relações de produção e de propriedade que estudamos anteriormente:

“O que permitiu que a economia inglesa iniciasse uma via de desenvolvimento impossível para seus vizinhos continentais foi o crescimento da produtividade agrícola como parte da transformação das classes agrárias ou das relações de propriedade. Esta via se distinguiu por um processo de industrialização contínuo e um crescimento econômico geral ao longo do período em que a ‘crise geral’ açoitava o restante das economias européias, até a época da revolução industrial”¹⁷⁰.

Como vimos, a agricultura inglesa desde o século XV era marcada pela grande concentração de terras, pela participação cada vez maior da mão-de-obra assalariada e pelo aumento das inversões produtivas de capital, promovendo assim um aumento significativo da produtividade agrícola, o que por sua vez garantiu a formação de um mercado interno mais coeso. Devido a estas características específicas, a Inglaterra foi se destacando das demais nações européias, pois sua sólida base agrária suportou um maior volume demográfico, bem como garantiu a manutenção do crescimento industrial e econômico, mesmo frente à retração do comércio europeu motivado pela crise geral do século XVII. Com esta reflexão, Brenner se afasta de uma série de autores que atribuem a exportação de tecidos como a base do progresso inglês:

discussão, que concentrou-se na revista *Past & Present*. Em meados da década de 60, Trevor Aston publicou uma compilação sobre os artigos considerados mais relevantes (*Crisis in Europe 1560-1660*), o que garantiu por mais tempo a vitalidade da discussão. Não há espaço aqui para aprofundar o tema. No entanto, há quase um consenso de que realmente ocorreu uma crise geral na Europa Ocidental no século XVII, embora ela tenha se manifestado de forma diferenciada nas diversas estruturas sociais européias. Sobre a repercussão historiográfica do tema, consultar o breve balanço de Pedro Fernández Albaladejo (“Vienticinco años de debate sobre la crisis del siglo XVII” in: *Crisis en Europa 1560-1660* (Trad. espanhola)). Sobre a crise, além do próprio livro de T. Aston, há interessantes interpretações gerais: DE VRIES, J. *A economia européia numa época de crise*, Lisboa: Dom Quixote, 1983 (principalmente o cap. I); A. Gunder FRANK *A acumulação mundial*, Rio de Janeiro: Zahar (cap. II) e P. KRIEDTE *Senhores, Camponeses e Mercadores*, Lisboa: Teorema (cap. II).

“(...) Embora talvez a expansão contínua da indústria inglesa se viu ativada em princípio pela exportação de tecidos, *de fato fundamentou-se em um mercado nacional em expansão, o qual por sua vez estava enraizado na constante transformação da produção agrícola.* Ao contrário, as limitações do mercado nacional - debilitado por uma queda da produtividade agrícola - foi o que fundamentou a profunda queda da produção manufatureira da França, da Alemanha ocidental e do leste da Europa.”¹⁷⁰

Deste modo, o mercado interno inglês, sustentado sobretudo pela produção agrícola capitalizada, foi um dos elementos que garantiu o vigor da indústria inglesa e contribuiu de maneira decisiva para a manutenção do desenvolvimento econômico. O restante da Europa, ainda fortemente condicionada por bases agrárias feudais, apresentava um mercado interno muito incipiente, o que colocava suas indústrias em uma posição de extrema dependência do comércio europeu, e portando da própria economia européia em seu conjunto. Para exemplificar, analisaremos aqui brevemente o que se sucedeu com a economia holandesa durante este período. Logo no início do tumultuado século XVII, a marinha holandesa dominava o setor de transportes comerciais europeus, bem como detinha uma importante indústria têxtil localizada em Leiden. O sucesso comercial obtido pela marinha mercante induziu o desenvolvimento de várias indústrias voltadas à exportação (cerveja, ladrilhos, etc.), e este processo levou à especialização regional das atividades agrícolas.¹⁷² Mas estes novos setores industriais e agrícolas não eram autosuficientes: dependiam da importação de grãos da Europa oriental para satisfazer a própria demanda. Por outro lado, tanto a indústria quanto a marinha mercante holandesa, para poderem sobreviver, necessitavam exportar sua produção para as demais nações européias e para o mercado ultramarino, já que não possuíam bases próprias capazes de garantir um desenvolvimento endógeno.

“Era presumível - afirma Brenner-, portanto, que com o estancamento da economia européia em seu conjunto, o que desembocou na crise do século XVII, a economia holandesa se viu profundamente afetada, e a marinha mercante foi talvez o setor mais sensível à crise, sofrendo de um constante estancamento a partir de 1650. Também os têxteis se viram afetados e em Leiden a produção caiu um terço entre 1650 e 1700. *Por culpa de sua total integração no sistema econômico europeu, a economia holandesa não pôde se defender por si mesma quando a crise se manifestou. Os holandeses haviam construído um edifício excessivamente elevado sobre bases demasiadamente frágeis.*”¹⁷³

¹⁷⁰ BRENNER, “The Agrarian Roots...” *op. cit.* p. 323 (grifos meus)

¹⁷¹ *id;* *ibid* p. 325. (grifos meus)

¹⁷² *id;* *ibid* p. 325.

Por não possuir uma base sólida capaz de sustentar seu próprio desenvolvimento, o complexo aparato comercial e industrial montado pela Holanda não foi capaz de suportar a forte retração do comércio europeu e ultramarino. *De um modo geral, com exceção da Inglaterra, todas as demais nações européias só conseguiram ampliar sua produção industrial e comercial durante os períodos de prosperidade econômica geral, e portanto dependiam da saúde da economia européia como um todo para sustentar seus empreendimentos.* As relações de produção e de propriedade feudais ainda vigentes na agricultura (sobretudo na França) impediam a formação de uma base própria capaz de gerar um desenvolvimento industrial auto-sustentável, pois a manutenção dos níveis de produtividade do trabalho extremamente baixos comprometia no longo prazo a produção de alimentos, bem como a pesada exação sobre o campesinato - seja ela proveniente do Estado, dos senhores ou de ambos em conjunto - impedia a acumulação, o que além de comprometer a produtividade, limitava a expansão do mercado interno, debilitando a economia.

Na Inglaterra, de maneira oposta, os setores agrário e industrial desenvolveram-se conjuntamente, estabelecendo entre si uma relação de interdependência mútua, proporcionando assim à economia um caráter muito mais dinâmico e, portanto, menos dependente da economia européia global. As transformações nas relações de produção e de propriedade no campo - a consolidação das grandes propriedades baseadas no trabalho assalariado - criaram os alicerces de que a nascente indústria inglesa necessitava para poder se desenvolver. Portanto, podemos concluir que o caráter dinâmico da economia inglesa era proveniente da forte articulação entre a agricultura e a indústria: o desenvolvimento agrário condicionava o desenvolvimento industrial e vice-versa. De acordo com Brenner:

“O constante dinamismo da economia inglesa em meados do século XVII atesta a transformação que havia tido lugar. Tal como explica Thirsk, durante este período se contempla o rápido crescimento de um grupo de indústrias que se iniciaram no período Tudor (...) bem como uma muitas outras ‘indústrias de consumo’ (...). É difícil assinalar um peso quantitativo a este desenvolvimento, *mas as tendências macroeconômicas parecem confirmar a impressão de que existia um mercado interno de produtos industriais em ascensão.* O crescimento demográfico continuou até o final do século XVII, e no início do século XVIII a população passou a migrar da agricultura à indústria e das áreas rurais para as áreas urbanas(...). Com uma agricultura que ia proporcionando benefícios cada vez maiores, e um incremento do poder aquisitivo não só das classes médias como também das classes baixas, *o mercado interno continuou sua ascensão.* A indústria vivia da agricultura e por sua vez estimulava

melhoras agrícolas futuras. Deste modo, foi consolidando-se uma espiral ascendente que desembocou na revolução industrial¹⁷⁴.

Podemos então, com base nas reflexões feitas até aqui, chegarmos a algumas conclusões. A comparação entre França e Inglaterra realizada por Brenner é interessante e esclarecedora. Na França, a competição entre os senhores feudais e a Coroa para se apoderar da produção camponesa manteve, pelo menos em sua essência, as relações de produção e de propriedade feudais praticamente intactas, e isto, como vimos, constituía um freio às inversões produtivas, determinando assim, a queda da produtividade a longo prazo e a incapacidade para o desenvolvimento de um mercado interno vigoroso. Por outro lado, na Inglaterra, a convergência de interesses entre os grandes senhores e os arrendatários capitalistas possibilitou a destruição da servidão e a usurpação das possessões camponesas, culminando portanto, com a gênese do trabalhador livre, isto é, *o trabalhador isento da coação sobre a sua mobilidade e desprovido dos meios de produção*. As novas relações de produção cristalizadas no campo determinaram um aumento constante da produtividade, criando assim as bases para um desenvolvimento urbano, comercial e industrial auto-sustentável, o que por sua vez permitiu o desenvolvimento de um expressivo mercado interno. Por fim, a sinergia entre a indústria e a agricultura criou, no longo prazo, as condições materiais para a explosão das forças produtivas que impulsionou a Revolução Industrial.

5) Novos Mercadores e a Revolução de 1640

Em 1993, Robert Brenner publicou um minucioso estudo sobre as transformações do comércio inglês entre 1550 e 1653, dando uma ênfase especial ao papel exercido pelos grandes mercadores ultramarinos neste processo, levando em conta suas atividades políticas e suas relações com as demais forças que estiveram envolvidas nos agudos conflitos políticos que marcaram a primeira metade do século XVII. Neste livro, intitulado *Merchants and Revolution*, Brenner reconstitui a formação e o desenvolvimento de diversos grupos de mercadores, destacando a composição social, as atividades econômicas principais, a filiação ideológico-religiosa e as relações de cada grupo com as demais classes e instituições. Mas, na verdade, a análise proposta por Brenner é muito mais ambiciosa, pois vincula-se de forma indissociável a uma questão muito mais ampla: a transição do feudalismo ao capitalismo. Nossa

intenção é, precisamente, reforçar a conexão entre este livro e a interpretação geral sobre a transição formulada por Brenner.

Discutiremos, em primeiro lugar, a interpretação de Brenner sobre a Revolução de 1640 presente no posfácio de *Merchants and Revolution*. Enquanto retoma e reelabora elementos previamente discutidos em *The Brenner Debate*, o autor aborda uma novo tema: ele contrapõe-se à crítica “revisionista” da interpretação social da Revolução Inglesa, liderada por autores como Conrad Russell e John Morrill. Simultaneamente, Brenner refuta também o que denomina “interpretação social tradicional” da revolução, cujos principais artífices são, em seu entender, Lawrence Stone, R. H. Tawney e Christopher Hill. Brenner pretende, na realidade, propor uma explicação centrada na luta de classes, mas capaz de preencher as lacunas das interpretações marxistas “tradicionais”, ressaltando o imbricamento entre os problemas estruturais derivados da formação do capitalismo e os conflitos políticos do século XVII. Em seguida pretendemos contemplar a discussão sobre a formação e a evolução de um novo tipo de mercadores que, em certa medida, representa uma ruptura com relação ao antigo padrão mercantil: os *novos mercadores* (*new merchants*), um grupo formado por comerciantes-empresários que não ficavam restritos à esfera da circulação, pois investiam na produção e no beneficiamento de gêneros tropicais¹⁷⁵.

5.1) A formação do capitalismo e a Revolução de 1640

A interpretação social da revolução burguesa deriva de alguns livros e artigos publicados por Christopher Hill, R. H. Tawney e L. Stone entre 1940 e 1954.¹⁷⁶ Esta perspectiva, que dominou a historiografia sobre os conflitos políticos da era Stuart por algumas décadas, centra-se na idéia de que uma burguesia formada por mercadores e industrialistas situados nas cidades e no campo (*gentry* e *yeomanry*) começa a se desenvolver nos interstícios da estrutura feudal, entrando em conflito com a velha aristocracia, incapaz de adaptar-se às novas pressões e oportunidades derivadas da economia de mercado em formação. A revolução dos preços e a expansão comercial promoveram um impacto diferenciado nas duas classes: enquanto a *gentry* e os

¹⁷⁵ Em 1994, quase um ano após a publicação de *Merchants and Revolution* a revista *New Left Review* (no. 207 (1994)) publicou três artigos sobre o livro onde as principais questões apresentadas por Brenner foram comentadas. Ian Gentles (“A New Social Interpretation”) e Alex Callinicos (“England’s transition to capitalism”) tenderam a concordar com a linha geral defendida por Brenner, embora tenham apontado algumas limitações. Já John Morrill (“Conflict Probable or Inevitable?”), por motivos evidentes, apresentou críticas mais agudas. Incluiremos as contribuições destes autores nas notas de rodapé, nos pontos mais adequados.

yeoman tiraram vantagem das novas condições, os nobres que dependiam do senhorio da terra enfrentaram uma aguda crise de rendimentos. Numa tentativa de contornar a crise financeira da velha aristocracia, a Coroa tendeu a restituir e a criar monopólios, impondo novas tarifas e restrições às atividades burguesas. Frente a esta linha de ação, a burguesia foi obrigada a defender seus interesses materiais, passando a liderar a luta pela liberdade comercial e parlamentar, fato que precipitou um movimento revolucionário contra o absolutismo e contra a aristocracia feudal que dele dependia.

Deste ponto de vista, a revolução foi conduzida pela burguesia contra a nobreza, representada pelos senhores feudais e por aristocratas ligados à Coroa e ao alto escalão da Igreja. Só que este argumento não resiste a uma observação mais atenta e pormenorizada da estrutura de classes vigente na Inglaterra do século XVII. Desde o final do século XVI, apenas uma pequena parcela dos senhores dependia exclusivamente de seu poder de coação extra-econômica para garantir seus rendimentos. A aristocracia detentora de terras transformou radicalmente sua forma de existência social ao arrendar suas propriedades para os fazendeiros capitalistas, tornando-se parte integrante de uma economia agrária extremamente dinâmica. Com isto, a aristocracia fundiária pôde também beneficiar-se da expansão do comércio e da revolução dos preços.¹⁷⁷ Além do mais, durante a Guerra Civil era praticamente impossível especificar divisões de classe na categoria dos grandes detentores de terra. Até mesmo a distinção entre nobreza e *gentry* não é, neste período, adequada para especificar classes distintas.¹⁷⁸ Há que se considerar, também, que a revolução impulsionou o processo de unificação dos proprietários de terra, que se opuseram à monarquia, ao topo da hierarquia eclesiástica e aos mercadores privilegiados da *City* londrina. A liderança do Parlamento entre 1640-41 coube exatamente à nobreza detentora de terras, que aproveitou-se do isolamento do Rei.¹⁷⁹ Assim, levando estes indícios em conta, fica claro que o argumento “tradicional” deve ser formulado com maior precisão: o século XVII foi marcado pela crise e pelo desaparecimento do regime de senhorio da terra, mas não da classe que exerceu esta forma de dominação ao longo da Idade Média. O que ocorreu na verdade foi uma transformação profunda da

¹⁷⁶ cf. BRENNER, R. *Merchants and Revolution* op. cit. p. 638.

¹⁷⁷ cf. *id; ibid* p. 638-40.

¹⁷⁸ cf. *id; ibid* p. 641. Na verdade, o próprio termo “*gentry*” é extremamente vago e difícil de ser definido com precisão. Sobre os vários significados deste termo e os problemas específicos que cada modelo de classificação encerra, cf. CROSS, P. R. “The formation of the english *Gentry*” in: *Past & Present* no. 147 (1965) = 20-50.

classe proprietária de terras, fato que não pode ser explicado como a ascensão de uma burguesia dinâmica às expensas de uma nobreza fundiária declinante, pois esta classe também estava em ascensão. Deste modo, ao contrário do que alegam os adeptos da interpretação social tradicional, a hipótese de que a burguesia era inerentemente antagônica à classe proprietária de terras é insustentável.

Explorando estas lacunas, os revisionistas empenharam-se na crítica dos fundamentos da interpretação social. O núcleo de sua crítica reside no argumento de que os conflitos políticos e ideológicos do século XVII *não foram* um reflexo da luta entre a burguesia e a nobreza em declínio.¹⁸⁰ Para poder negar definitivamente a existência de qualquer base social por detrás dos conflitos do século XVII foi necessário desenvolver uma interpretação alternativa: neste século, as unidades políticas efetivas compunham uma miríade de centros atomizados tais como comunidades paroquiais, facções da Corte e grupos com interesses econômicos específicos. Assim, o fluxo e o refluxo dos eventos políticos eram a resultante de uma luta desorganizada travada por unidades de escopo regional, que visavam assegurar seus interesses privados imediatos e concretizar suas ambições. Num universo político desta natureza, os conflitos devem ser explicados nos termos de fatores de curto prazo, como decorrência de conjunturas específicas. Todas as alianças políticas supostamente expressavam isto: eram concretizadas por convergências temporárias de interesses, tendendo a dissipar-se na mesma velocidade com que se formavam. Como não havia nenhuma coerência nos movimentos e nas alianças políticas capaz de transcender as determinações conjunturais, qualquer interpretação baseada na existência de um conflito sistemático de relativa longa duração deve ser descartada.¹⁸¹

¹⁸⁰Na verdade, a crítica revisionista não visava refutar apenas a interpretação social, mas também a explicação político-religiosa: “Tendo em mente o modo com que a interpretação constitucional e religiosa tradicional do século XVII passou a ser vista como dependente da interpretação social tradicional, não é nenhuma coincidência o fato de que o aparente colapso da interpretação social tradicional tenha levado, mais ou menos diretamente, à concomitante erosão da aceita interpretação religiosa e constitucional.” *id;ibid* p. 644.

¹⁸¹ *cf id;ibid* p. 645. De acordo com Brenner, o principal proponente desta perspectiva geral é Conrad Russell. Para este autor, todos os conflitos do século XVII eram brandos e assistemáticos. O acirramento das lutas era, de um modo geral, determinado por acontecimentos exógenos, como a eclosão de conflitos internacionais. Na década de 1620, por exemplo, foi a guerra que expôs o principal problema estrutural: a monarquia era incapaz de cumprir sua responsabilidade com a segurança nacional, assim como o aparato estatal existente não tinha capacidade de financiar grandes projetos militares. Os conflitos entre o Parlamento e a Coroa derivavam, na maioria das vezes, da incapacidade de alguns líderes parlamentares em compreender as necessidades financeiras e administrativas do Estado. Isto impediu que o Parlamento e a Coroa encontrassem uma solução conciliatória, capaz de pôr fim às principais desavenças políticas. Russell argumenta que a Guerra Civil também foi detonada por um fator exógeno: a rebelião irlandesa. Em última análise, a combinação da turbulência interna difusa com conflitos externos significativos é que agravava o quadro político, e não a luta entre a burguesia e a nobreza. *cf. id;ibid* p. 646-7.

Há, nesta linha de pensamento, duas implicações: a) a incapacidade da interpretação social em dar conta das turbulências políticas do século XVII não é fortuita, pois deriva de uma inconsistência teórica: a incongruência com o objeto a ser apreendido; b) a relação entre a revolução e a passagem do feudalismo ao capitalismo é extremamente tênue, quase inexistente. Temos de analisar estas implicações com cuidado. A conclusão de que a revolução não esteve ligada à formação do capitalismo deriva, na verdade, da idéia de que a interpretação social é fundamentalmente falha. Mas esta assertiva fundamenta-se em uma hipótese discutível: que a interpretação baseada nos textos de Hill, Tawney e Stone publicados entre 1940 e meados dos anos 50¹⁸² representa o modelo teórico subjacente a qualquer explicação global centrada na luta de classes, e que o fracasso desta corrente historiográfica revela por si só a inadequação do tipo de abordagem sobre a qual foi erigida. Brenner pretende questionar a validade da interpretação revisionista, tanto em seu aspecto crítico quanto em seu conteúdo propositivo, elaborando uma nova explicação, fundada na luta de classes e ligada necessariamente ao problema da transição do feudalismo ao capitalismo.

De acordo com Brenner, os expoentes da interpretação social estavam corretos num ponto crucial: em identificar a raiz dos conflitos políticos do século XVII nos problemas estruturais que emergiram da transformação da sociedade inglesa numa direção capitalista. Sem formular a questão nestes termos não é possível explicar a intensidade e a persistência da agitação político-social que marcou a era Stuart. Contudo, é imprescindível retificar a interpretação derivada de Hill, Tawney e Stone. Sua maior inconsistência, como já sugerimos, reside na concepção da transição como a emergência de uma sociedade burguesa no seio de uma estrutura feudal inerte,

¹⁸² Estamos insistindo neste período de tempo porque tanto Hill quanto Stone, alguns anos mais tarde, flexibilizaram suas antigas posições. Hill, em “Uma Revolução Burguesa?”, como já mencionamos, acentuou o caráter não-intencional da revolução, a qual só foi possível devido à precocidade das relações de produção capitalistas na Inglaterra. De acordo com Brenner, Lawrence Stone começa a criticar a interpretação que auxiliou a consolidar a partir de 1972 (cf. *id;ibid* p. 638-9 (nota)). Em 1985, por exemplo, Stone deixa isto explícito: “Hill e eu agora concordamos que a Revolução Inglesa não foi causada por um claro conflito entre ideologias e classes feudais e burguesas; que o alinhamento de forças no seio das elites rurais não correspondia à atitudes favoráveis aos cercamentos impiedosos [*ruthless enclosure*]; que a *gentry* parlamentarista não tinha a intenção consciente de destruir o feudalismo; mas o resultado final, primeiro a derrota real e depois a consolidação daquela derrota na Revolução Gloriosa, quarenta anos depois, foi decisiva. Em conjunto, ambas tornaram possível a conquista do poder político pelas elites fundiária, mercantil e banqueira; que por sua vez abriram caminho para o avanço inglês rumo à era do Banco da Inglaterra, da bolsa de valores, do agressivo liberalismo econômico, da predileção econômica pelo individualismo e do surgimento de empreendedores no seio da elite detentora de terras cujas características incomparáveis Brenner chamou a atenção recentemente.” STONE, L. “The Bourgeois Revolution of Seventeenth-Century England”, *Journal of Modern History*, 57, 1985, pp. 411-45.

identificada aos proprietários de terra. Esta interpretação da transição está ligada a um segundo problema, igualmente importante, que consiste na concepção de capitalismo como algo semelhante à sociedade comercial e na idéia de que as classes comerciais são uniformemente capitalistas. Embora a crítica à identificação entre capitalismo e sociedade comercial tenha surgido simultaneamente à interpretação social da revolução de 1640, este tipo de associação, implícita na maioria das vezes, permaneceu forte o suficiente para provocar sérios desentendimentos. As classes que viviam do comércio, por sua vez, eram extremamente heterogêneas e segmentadas, entrando em conflito continuamente, em consequência de suas relações diversas com a produção, com a propriedade e com o Estado. Para tentar contornar definitivamente estas lacunas, Brenner enfatiza a necessidade de não perder de vista a questão que é verdadeiramente central para a compreensão das agitações que culminaram na Revolução: a formação do capitalismo. O autor argumenta que o modo de produção capitalista desenvolveu-se na Inglaterra no final do período medieval com a auto-transformação da velha estrutura, particularmente com a auto-transformação da classe proprietária de terras. Assim, a ascensão do capitalismo toma lugar no seio da propriedade senhorial e, portanto, no longo prazo, não em contradição, mas em prol da aristocracia detentora de terras:

“Deste ponto de partida - escreve Brenner -, torna-se possível, eu creio, começar a entender as diferentes perspectivas políticas e religiosas dos principais atores sócio-políticos tratados neste livro como, em seus aspectos cruciais, responsáveis por diferentes interesses e experiências enraizadas nas suas diferentes relações com o desenvolvimento capitalista e seus efeitos - ou, mais precisamente, com suas novas formas de relações sociais de propriedade e a nova forma de Estado que foram o produto da transição ao capitalismo.”¹⁸³

Estes seriam, para Brenner, os primeiros passos para a reconstrução de uma nova interpretação social geral sobre os conflitos do século XVII, capaz de suprimir as inconsistências do modelo Hill-Tawney-Stone e superar a escola revisionista.¹⁸⁴

¹⁸³ BRENNER, R. *Merchants...* cit. p.649-50.

¹⁸⁴ John Morrill comenta o confuso termo utilizado por Brenner para designar as explicações de Hill, Tawney, Stone e a sua própria: “Brenner toma o cuidado - escreve John Morrill - de nunca falar sobre *causas* sociais, ou até mesmo sobre *origens* sociais. Ao contrário, ele fala sobre uma *interpretação* social. Isto dá margem a uma considerável confusão conceitual. Embora ele esteja correto em criticar *alguns* revisionistas em *parte* de seus escritos por ‘rejeitarem qualquer base social sistemática nos conflitos políticos do século dezessete’; ele não é justo ao afirmar que Conrad Russell e eu, por exemplo, tínhamos negado que houve um *contexto* social na revolução. Eu argumentei repetidamente que o processo de transformação social que ocorreu no longo século dezesseis criou um novo tipo de cultura política que ajuda a explicar porque a Inglaterra teve o tipo de guerra civil que teve (...). A guerra civil Inglesa foi diferente de todas as guerras civis anteriores. Revisionismo não significa a ausência de uma *interpretação* social, pois significa muito mais *contextos* sociais do que *causas* sociais.” MORRILL, J. “Conflict...” cit.

A transformação realmente decisiva consistiu na reestruturação da forma de dominação: a classe dominante que dependia economicamente de seus poderes jurisdicionais e do exercício direto da força contra um campesinato detentor dos meios de produção torna-se uma nova classe dominante, cujos membros, cedendo seu poder de coerção privado, passaram a depender da propriedade absoluta da terra e de suas relações contratuais com fazendeiros livres, que competiam no mercado e empregavam trabalho assalariado. De acordo com Brenner, o poder extra-econômico dos senhores foi demonstrado pela última vez durante o colapso populacional do século XIV, quando os senhores tiveram de recorrer à legislação parlamentar para garantir seus rendimentos. No entanto, não puderam evitar a redução de sua autoridade e perderam a capacidade de impor taxas arbitrárias e de conter a marcha do campesinato rumo à liberdade. Neste período, de fato, a aristocracia fundiária realmente enfrentou uma crise de rendimentos, a qual redirecionou a ação da nobreza ligada à terra: os senhores tiveram de garantir sua renda com base na propriedade da terra, perdendo progressivamente a capacidade de recorrer à coação direta. Inicialmente era muito difícil valorizar a terra e aumentar o volume de rendimentos por dois motivos principais: a baixa relação trabalho/terra e a luta dos camponeses pelo direito de herança e pela fixação dos tributos. Apesar destas dificuldades, servindo-se das estratégias que comentamos neste capítulo, os senhores tiveram êxito em assegurar a propriedade plena de suas terras, acelerando a diferenciação social e elevando substancialmente a produtividade agrária, o que levou a aristocracia fundiária a acumular riqueza e poder *diretamente* da propriedade capitalista do solo.¹⁸⁵ O processo de formação das relações de produção no campo desempenhou um importante papel na constituição de uma nova forma estatal na Inglaterra, caracterizada por um nível de unidade jurisdicional e legal sem precedentes, assim como pelo monopólio legítimo do uso da força. De acordo com Brenner, os senhores tiveram bons motivos para desistirem de seu poder coercitivo, transferindo-o para a alçada do Estado. Para começar, não era mais possível aplicá-lo no que foi sua função primária durante o período medieval, isto é, garantir para a nobreza uma parte do excedente produzido pelos camponeses. À medida em que os senhores envolviam-se

p. 121-2. Sobre as generalizações exageradas de Brenner com relação ao revisionismo, cf. GENTLES, I. "A New Social..." *op. cit.* p. 111-2.

¹⁸⁵ Ao tratar desta questão em *Merchants and Revolution*, Brenner é ainda mais categórico do que em seus escritos anteriores: "Devido à sua auto-transformação - em parte imposta sobre elas, em parte implementada por elas - as classes detentoras de terra passaram a acumular suas grandes riquezas e seu poder social diretamente da propriedade capitalista do solo." *op. cit.* p. 111-2.

mais profundamente na agricultura capitalista, sua disposição para investir em mecanismos de dominação decrescia. Portanto, ao contrário do que ocorria no continente, onde a nobreza ainda dependia das “formas de propriedade privada politicamente constituídas”,¹⁸⁶ na Inglaterra a classe dominante necessitava apenas de um Estado capaz de garantir a propriedade privada absoluta.

Os proprietários logo perceberam que a expansão e o controle do Estado sobre os dispositivos de coerção - o monopólio do uso legítimo da força - seria a melhor garantia da propriedade privada, levando-os a apoiarem o seu fortalecimento. Além da defesa da propriedade, um Estado poderoso consistiria em uma reforço importante no combate às pretensões do papado e da hierarquia eclesiástica nacional, habilitando-o a exercer uma função geopolítica mais eficaz, contendo as potências católicas e fomentando a economia inglesa. O apoio de grande parte da aristocracia fundiária a uma política externa agressiva derivava de sua dependência indireta da demanda gerada pela indústria têxtil inglesa, a qual alimentava um vigoroso mercado interno e dominava uma parcela cada vez maior do mercado mundial.¹⁸⁷

Mas, contudo, o Estado que surgiu nos primórdios da era moderna na Inglaterra era, segundo Brenner, “imanentemente problemático”. Pela primeira vez, os poderes de coerção e os direitos jurisdicionais foram separados da propriedade privada e dos proprietários, sendo concentrados e unificados em uma estrutura controlada formalmente pela monarquia. A rigor, o monarca ainda comportava-se como um grande senhor feudal, detentor de um vasto patrimônio (inseparável, aos olhos dos contemporâneos, do Estado), que lhe conferia riqueza e poder. As posses e prerrogativas legais do Rei permitiam que ele recrutasse seus próprios seguidores, formando desta maneira um grupo extremamente coeso e interdependente. Este grupo - a monarquia patrimonial - ganhava poder à medida em que a esfera de atuação e o volume de recursos sob controle do Estado aumentava. Isto, curiosamente, representava uma ameaça potencial à propriedade privada, pois o que a monarquia patrimonial almejava para assegurar sua autonomia e seu dinamismo era, exatamente,

¹⁸⁶ Brenner, em *Merchants and Revolution*, retoma e enfatiza a distinção entre o absolutismo inglês e francês. Na França o estado realmente formou-se às expensas da nobreza, atacando determinados setores da aristocracia, ao mesmo tempo que incorporava parte dela ao seu aparelho. O absolutismo francês, portanto, criou os antigos direitos jurisdicionais e de propriedade, preservando sob uma nova forma a dominação extra-econômica sobre os produtores diretos. Tanto na França quanto na Inglaterra a ascensão de um governo absoluto significou, em parte, a reforma da aristocracia. No entanto, ao contrário do que ocorreu em território francês, o Estado formou-se na Inglaterra em colaboração com as classes detentoras de terras, que já não dependiam tanto do exercício direto do poder político e das exações arbitrárias. cf. *id;ibid* p. 654-6.

¹⁸⁷ Para mais detalhes sobre o vigor da indústria têxtil inglesa, sua ligação com o mercado interno e com as relações de produção capitalistas emergentes, cf. *id;ibid* p. 39-50.

o acesso direto aos rendimentos provenientes da terra. Entretanto, todas as medidas institucionais tomadas para proteger a propriedade contra o Estado representavam, ao mesmo tempo, uma ameaça às bases político-econômicas da monarquia.¹⁸⁸ Este potencial conflitivo agravava-se com a ação das outras classes e frações de classe. Os mercadores privilegiados, por exemplo, devido a sua dependência específica com relação ao Estado, tenderam a se aliar à monarquia patrimonial, fornecendo a ela suporte político e financeiro em troca da manutenção das restrições sobre o mercado.¹⁸⁹ Parte da nobreza, quer por sua dependência do comércio ultramarino, quer por razões estritamente religiosas, demandavam à Coroa um empenho maior na defesa da “causa protestante”. O monarca, por sua vez, não tinha tanto interesse em atender a este tipo de reivindicação, pois percebia que uma política externa anticatólica agressiva podia custar muito caro: reduziria demais a flexibilidade diplomática britânica, eliminando a possibilidade de recorrer a uma aliança com a França ou com a Espanha, no caso de qualquer ameaça à soberania nacional. Na verdade, uma política externa desta natureza poderia desencadear um conflito extremamente custoso contra estas duas potências simultaneamente. Por fim, uma defesa radical do protestantismo era contrária aos interesses dinásticos da monarquia.¹⁹⁰

Aparentemente, o início da era moderna na Inglaterra foi marcado por duas continuidades que remontam à época medieval: a) o poder sócio-econômico no campo permaneceu nas mãos das classes detentoras de terra; b) o monarca - um grande senhor feudal que vivia de seu patrimônio pessoal - ainda governava, apoiando-se em uma liga de senhores dependentes. Esta suposta continuidade forma a base da interpretação revisionista e o alicerce de sua crítica às explicações marxistas. Porém, argumenta Brenner, a ênfase nestas continuidades tende a mascarar duas descontinuidades fundamentais que caracterizam o século XVII. Em primeiro lugar, apesar dos senhores deterem o poder no campo, sua existência social não dependia mais da exploração coercitiva de um campesinato que possuía o acesso direto à terra. Seu poder e seus rendimentos derivavam agora da propriedade incondicional da terra, a qual era indiretamente protegida pelo Estado. Em segundo lugar, apesar do monarca

¹⁸⁸ *cf. id; ibid* p.653-66.

¹⁸⁹ *cf. id; ibid* p. 666-670. “Os mercadores das companhias - escreve Brenner -, ao lado da hierarquia eclesiástica, proporcionaram talvez a melhor e mais consistente base sócio-política para a Coroa durante as décadas anteriores à Guerra Civil” (p. 670).

¹⁹⁰ “Além do mais, - escreve Brenner - para qualquer monarca inglês, havia interesses dinásticos e considerações de poder e de posição na comunidade das monarquias européias a serem levadas em conta; os quais eram incompatíveis com a defesa do interesse protestante, porque as famílias monárquicas francesas e espanholas - mas aparentemente nenhuma das famílias que governavam os Estados

ainda viver de seu patrimônio e liderar um grupo de dependentes, a transformação da aristocracia permitiu que ele pudesse ampliar seus direitos jurisdicionais e consolidar definitivamente o monopólio estatal do uso da força. O governo real, progressivamente, tornou-se a fonte central de autoridade, o que transformou a ação dos grupos e das classes sociais que, para poderem exercer alguma influência sobre as políticas de governo, tinham de recorrer a instituições oficiais ou semi-oficiais como o conselho real, o Parlamento ou as comissões dos condados. Esta nova situação alterou significativamente o equilíbrio que marcava o governo medieval inglês: tradicionalmente, a Coroa e os senhores controlavam esferas distintas e viviam com recursos próprios, de modo que só podiam governar em colaboração. Na prática, o “Estado” medieval não passava da conjugação do poder de coerção de diversos nobres sob a liderança da monarquia patrimonial. Neste caso, como salienta Brenner, a questão dos limites e do uso do poder do Estado não punha-se por si mesma, como aconteceria mais tarde.¹⁹¹ O Estado torna-se realmente unitário somente com a ascensão dos Stuarts, quando o aparelho estatal começa a transcender o poder privado relativamente autônomo de seus elementos constitutivos, sendo gerido por instituições representativas oficiais. Com isto, surgiu um novo problema estrutural: como não era mais possível reestabelecer os poderes locais e particularistas, para defender-se do Estado ou para utilizá-lo era necessário tomar o controle dele como um todo.¹⁹²

Neste quadro, inerentemente explosivo, o questionamento da natureza e dos limites do Estado tornava-se cada vez mais relevante, ao lado de outra questão decisiva: quem o controlava e com quais finalidades. Esta ordem de questionamentos entrelaçava todos os demais temas polêmicos, como a religião e a política externa, por exemplo. Como as diferenças religiosas implicavam visões diferentes da política externa,¹⁹³ os conflitos políticos tornaram-se recorrentes, expondo de forma cada vez

protestantes - poderiam oferecer uma filha com status suficiente para ser a esposa de um Rei Inglês.” *id;ibid* p. 662.

¹⁹¹ “A despeito de seu nível de unidade sem paralelo em nenhum lugar da Europa, - escreve Brenner - o Estado inglês medieval era mantido unido apenas com a cooperação dos grandes magnatas territoriais e de seus seguidores, assegurados, em grande parte, pela liderança do monarca. O monarca, como um grande senhor, podia operar o Estado apenas com base na colaboração contínua destes magnatas.” *id;ibid* p. 658. Estes magnatas, na prática, possuíam um pedaço do Estado: o seu poder privado de coerção e seus direitos jurisdicionais.

¹⁹² Este desenvolvimento contrasta com o que sucedeu-se na França moderna, onde a resposta da classe dominante à centralização do Estado foi diferente: ao invés de protegerem-se reforçando as instituições representativas nacionais, os nobres lutaram pela manutenção de seus direitos jurisdicionais e do seus privilégios, como por exemplo, a isenção fiscal. *cf. ibid* p.659.

¹⁹³ Sobre a “causa protestante”, a conexão com a política externa e a cisão entre o parlamento e a Coroa *cf. id;ibid* p.658-666; 673-680.

mais explícita as contradições do Estado, o que dificultava a busca de soluções conciliatórias e preparava o terreno para a Revolução.¹⁹⁴ Assim, sinteticamente, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas auxiliaram na precipitação de uma forma estatal onde as relações entre a monarquia patrimonial e os senhores capitalistas eram extremamente ambíguas e ambivalentes; constituindo a matriz de conflitos fundamentais. A unificação e a expansão do Estado que caracterizou o início do século XVII, em certo sentido, fortaleceu a monarquia patrimonial; pois ela passou a controlar um aparelho estatal muito mais poderoso, dotado de uma capacidade administrativa e de um volume de recursos consideravelmente elevados. Com o virtual desaparecimento dos grandes magnatas feudais, a polarização entre o Rei e os senhores capitalistas tendeu a aumentar. O seu aparente interesse comum em acelerar o processo de expansão e unificação estatal ocultava, na realidade, uma divergência fundamental sobre a fisionomia, a operacionalidade, o tipo e a orientação do Estado a ser construído. A colaboração entre a monarquia e a aristocracia capitalista que deu o impulso inicial à unificação estatal logo foi convertida em um antagonismo ferrenho. Deste modo, longe de representar apenas a erupção simultânea de conflitos localizados, a Revolução foi o resultado da formação do capitalismo agrário na Inglaterra e da correlata transformação da classe dominante, que criou e expôs a face contraditória do Estado Tudor-Stuart. O resultado decisivo da Revolução - que lhe garante o caráter burguês - foi a eliminação dos resquícios feudais do Estado, principalmente a supressão da autonomia da monarquia parlamentar e de sua capacidade de intervir diretamente na economia, sem recorrer às instituições representativas:

¹⁹⁴ Brenner enfatiza que esta contradição estrutural manifestou-se por todo do século XVII, de modo que a Guerra Civil poderia ter ocorrido antes (ou depois) de 1642. Entretanto, o conflito desencadeou-se nesta data devido à violência popular londrina, incitada e gerenciada pelos membros mais radicais do grupo dos novos mercadores e pelos seus aliados parlamentares. Ian Gentles critica esta posição, pois acredita que Brenner exagerou no peso econômico e político de “seu grupo favorito”. Sintomaticamente, Brenner também não conseguiu explicar adequadamente porque os radicais perderam o controle do movimento em 1643 (*cf.* GENTLES, I. “A New....” *cit.* p. 106-8. Ver também MORRILL, J. “Conflict...” *cit.* p. 117-119). John Morrill vai um pouco mais longe em sua crítica: “Em outras palavras - escreve Morrill -, eu penso que Brenner não confronta o principal desafio revisionista à sua tese modificada - isto é, que a guerra civil na Inglaterra não ocorreu devido à existência de um Estado intrinsecamente ingovernável, mas porque ele teve - em Carlos I - um governante peculiarmente incompetente, cuja forma particular (e imprevisível) de desgoverno resultou na destruição da identidade Protestante da Igreja nacional e na destruição da lei mediante a corrupção sistemática do judiciário e do processo judicial” MORRILL, J. “Conflict...” *cit.* p. 121. Não resta dúvida de que o estilo auto-destrutivo de Carlos I contribuiu para

“A derrota das tendências absolutistas da monarquia - escreve Brenner -, a destruição de sua base patrimonial e a consolidação do governo parlamentar permitiram que as classes detentoras de terra tomassem o controle da tributação, das finanças e da administração do Estado; preparando o caminho para a construção, no século posterior a 1688, de um Estado centralizado extraordinariamente poderoso, organizado com o propósito mais ou menos explícito de acentuar o poder internacional da Inglaterra. (...). O crescimento maciço da tributação expressava o desejo da aristocracia em construir e usar o Estado como um instrumento para atingir certos objetivos - notadamente o poder militar, comercial e colonial, assim como a defesa do Protestantismo.”¹⁹⁵

A consolidação das instituições representativas, o sistema tributário nacional, a unificação territorial e legal, o monopólio do uso legítimo da força e a formação de uma administração burocrática formalmente baseada no mérito tornaram-se algumas das características básicas do aparelho estatal que desponta em 1688:¹⁹⁶ em uma época onde o desenvolvimento mercantil e o fortalecimento do poder internacional da nação eram elementos do mesmo problema, este novo Estado, apto a defender a propriedade privada e a garantir a supremacia marítimo-comercial britânica, exerceu um papel decisivo no fortalecimento das tendências de longo prazo responsáveis pela singularidade do desenvolvimento econômico inglês.

5.2) Os novos mercadores e a ruptura do padrão mercantil

Durante o período compreendido entre 1550 e 1650, o comércio ultramarino britânico atravessou 3 fases distintas. Cada uma delas apresentava um padrão de organização e de desenvolvimento próprio, onde um grupo de mercadores relativamente bem delimitado ocupava a posição dominante. Por decorrência, havia uma clara correlação entre a evolução do comércio e as transformações políticas no seio da comunidade mercantil londrina: a ascensão e a queda dos grupos políticos em seu interior mantinha uma estreita relação com as flutuações das grandes operações comerciais. A primeira fase foi impulsionada pelo comércio de têxteis com o norte da

¹⁹⁵BRENNER, R. *Merchants and...* op.cit p. 714-5.

¹⁹⁶ A Revolução legislativa-parlamentar de 1641 só foi consolidada definitivamente em 1688. Brenner, aproximando-se de Hill e de Stone, argumenta que a Restauração não passou de um repúdio às forças que haviam deflagrado aquele movimento (a aliança entre os proprietários capitalistas e os grandes aristocratas preocupados em reforçar o Estado inglês para cumprir objetivos religiosos e comerciais mais audaciosos; aliança que teve o suporte financeiro dos mercadores envolvidos com o comércio colonial americano e de alguns membros da *West India Company*). Entre 1660 e 1688 a Coroa, apoiada pela França, foi capaz de garantir sua independência financeira e de governar sem o Parlamento. Foi necessário, então, organizar uma força similar à de 1641, com um programa sócio-político também análogo. Assim, a Revolução de 1688 colocou definitivamente o Estado inglês sob o governo parlamentar, eliminando a tendência rumo ao absolutismo. cf. *id;ibid* p. 709-16 (particularmente as págs.

Europa. A expansão destas transações ocorre entre 1480 e 1550, atravessa um período de estagnação relativa entre 1550 e 1614, desembocando em uma crise que revelou-se definitiva por volta de 1640. Contudo, esta atividade garantiu à *Company of Merchant Adventurers* uma posição de liderança inquestionável na comunidade mercantil, que perdurou até as primeiras décadas do século XVII. A segunda fase é caracterizada pela criação e expansão do comércio de longa distância (importação e reexportação, basicamente) envolvendo a Rússia (*Levant Company*) e o extremo oriente (*East India Company*); que inicia-se em 1550 e perdura até 1650. A terceira fase começa a ganhar um contorno mais definido na primeira metade do século XVII, com as *plantations* de tabaco nas Índias Ocidentais e na Virgínia. As Índias Ocidentais, além do tabaco, a partir de 1640 passaram a produzir açúcar utilizando mão de obra escrava (os cativos eram trazidos diretamente da África).¹⁹⁷ Podemos notar que, do ponto de vista cronológico, há sobreposições entre as fases acima discriminadas. Isto explica-se porque o declínio de um padrão mercantil, em certa medida, engendrava as condições que permitiriam a organização e o desenvolvimento do padrão subsequente.¹⁹⁸

As duas primeiras fases, a despeito de suas particularidades, possuíam um importante elo comum: a regulação estatal do comércio era, em ambos os casos, uma condição indispensável para garantir a viabilidade dos empreendimentos. Os mercadores operavam sob o rígido controle corporativo das companhias mercantis, cujos parâmetros garantiam a mitigação da competição individual, a redução dos riscos e a manutenção das taxas de lucro em níveis elevados. Deste modo, a

713-15). Sobre a continuidade que une 1640, 1688 e a Revolução Industrial (1780) cf. ARRUDA, J. Jobson de A. *A Grande Revolução Inglesa de 1640-1780* São Paulo: Hucitec, 1996

¹⁹⁷ Sobre a introdução do açúcar nas Índias Ocidentais - muito mais lucrativo do que o tabaco - e as catastróficas consequências sociais, cf. BRENNER, R. *Merchants and...* cit. p. 161-8

¹⁹⁸ Este argumento já havia sido apresentado por Brenner, de forma embrionária, em "The Civil War politics of london's merchant community" (*Past & Present* no. 53 (1973) cf. p. 53-72). Isto não é accidental. O livro *Merchants and Revolution* consiste na ampliação e na reelaboração da tese de doutorado defendida por Brenner em Princeton, no final dos anos 60. De acordo com John Morrill, o fato de grande parte do livro basear-se em uma argumentação desenvolvida no final dos anos 60 e publicada originalmente em 1973 acaba comprometendo a estrutura geral do livro. Isto porque o argumento-base apresentado na parte principal do livro (i.e., nas 637 páginas iniciais, que precedem o posfácio) foi formulado antes da publicação dos trabalhos que formaram o núcleo do revisionismo (os trabalhos de Conrad Russell, Kevin Sharpe, Antony Fletcher, Mark Kishlansky e os do próprio John Morrill); enquanto no posfácio Brenner discute a historiografia recente sobre a Revolução Inglesa. "Se o posfácio é - além da tentativa de criar um novo modelo de interpretação social da Revolução Inglesa - uma revisão historiográfica de grande parte dos melhores trabalhos dos últimos vinte anos, devemos confessar que isto cria uma dificuldade estrutural para o livro como um todo. Uma base pré-revisionista precisa agüentar o peso de uma superestrutura pós-revisionista, à medida em que nos movemos da descrição detalhada da cultura política da comunidade londrina do mercantilismo para a análise da revolução".

sobrevivência e a rentabilidade destas companhias dependia da sua capacidade de impor um controle político sobre seu mercado. A imposição deste controle, por sua vez, gerava uma dependência estrutural com relação à Coroa, ao mesmo tempo em que reforçava o caráter corporativo-institucional das companhias, situando sua área de atividades predominantemente na esfera da circulação. Os lucros não dependiam da intervenção direta na produção, pois derivavam principalmente da organização política da atividade econômica: as transações comerciais não eram totalmente determinadas pelas ações individuais dos mercadores, porque o comércio era realizado em coordenação com os demais membros da companhia, com vistas a garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda. Na prática, quase tudo era decidido coletivamente: os montantes individuais e totais a serem movimentados, o tipo do navio empregado e o tempo de duração das operações mercantis.¹⁹⁹

A terceira fase, a única que comentaremos, representa uma ruptura com o modelo de desenvolvimento mercantil acima descrito, assentado na ação corporativa das grandes companhias protegidas pela Coroa. Houve uma tentativa de implementar o antigo padrão, com a fundação da *Virginia Company*,²⁰⁰ mas ela foi dissolvida em 1624. De acordo com Brenner, a falência desta companhia ilustra bem os problemas fundamentais que impediam a adaptação das formas tradicionais de comércio ao processo de colonização. Os empreendimentos coloniais requeriam altos investimentos em capital fixo, fato que entrava em contradição com as diretrizes da comunidade mercantil londrina, notadamente contrária ao envolvimento direto na produção. Definitivamente, as inversões substanciais e o retorno de longo prazo eram uma combinação muito pouco atraente aos mercadores ultramarinos “tradicionais”. Como a empresa colonial exigia um intervalo de tempo longo para atingir um grau de desenvolvimento capaz de gerar lucros, a percepção mais imediata dos investidores era de que não se tratava de um bom negócio. As *plantations* da *Virginia Company*, por exemplo, enfrentaram crises de investimento crônicas desde a sua formação.²⁰¹ Sem novos investimentos, a companhia não podia prosperar. Como não prosperava, os investimentos não eram realizados na escala suficiente. Este círculo vicioso acabou por eliminar definitivamente sua capacidade de autofinanciamento, desintegrando totalmente o seu controle sobre o desenvolvimento colonial, selando definitivamente o

¹⁹⁹ cf. BRENNER, R. *Merchants... op. cit.* p. 668-9.

²⁰⁰ “A *Virginia Company* - escreve Brenner - foi organizada de acordo com os princípios tradicionais das sociedades anônimas [joint-stock]. Através das cartas de 1609 e 1612, a companhia recebeu o monopólio do comércio com a porção do continente americano localizado entre 34 graus e 40 graus de latitude norte, assim como o controle da alocação e utilização da terra.” *id; ibid* p. 93.

²⁰¹ cf. *id; ibid* p. 94 & BRENNER, R. “The civil war...” *cit.* p. 65-7.

seu destino. Na verdade, durante as crises situadas entre 1612 e 1619, as atividades econômicas na colônia já eram desenvolvidas predominantemente por indivíduos e por grupos autônomos, cabendo à *Virginia Company* um papel meramente formal. Durante a “grande emigração” (1618-48), a fase crucial da colonização inglesa, os investimentos mais significativos não foram realizados pelas grandes companhias mercantis. As injeções de capital e a organização da produção estiveram nas mãos dos “novos mercadores”. Este grupo, ainda em formação, era composto basicamente por elementos provenientes das camadas intermediárias, como por exemplo os filhos mais novos da pequena nobreza e *yeoman* prósperos. Apenas uma pequena parte destes homens era originário de Londres ou de alguma família comercial de tradição.²⁰² Ao dominarem as rotas de tabaco que passavam pela Virgínia e pelas Índias Ocidentais, os novos mercadores contraíram laços familiares, interesses econômicos comuns e reforçaram sua identidade político-ideológica, o que culminou no estabelecimento de um grupo coeso e firmemente enraizado na economia colonial americana;²⁰³ que logo ampliou a sua esfera de atuação, formando uma liderança que representava seus interesses na *City* londrina e, também, no Parlamento.

Paradoxalmente, argumenta Brenner, ao contrário do que se poderia esperar, o colapso da regulação corporativa do comércio americano alavancou o processo de colonização. Como o desenvolvimento desta modalidade mercantil dependia do desenvolvimento das *plantations*, se fossem mantidas as bases tradicionais, provavelmente o problema da carência de investimentos nunca teria sido resolvido.²⁰⁴ Deste modo, a ascensão do comércio colonial americano só foi possível devido à construção de um *sistema de produção inteiramente novo*, radicalmente diferente de qualquer outro já realizado por mercadores ingleses. Ao transcenderem a esfera da circulação, os novos mercadores puderam romper o círculo vicioso responsável pela estagnação da economia colonial, tornando esta atividade extremamente rentável e dinâmica. Por volta de 1640, estes empreendedores e o seu mercado já estavam consolidados. Contudo, a *inovação mais revolucionária ainda estava por vir*: a introdução do açúcar nas Índias Ocidentais. O elevado volume de capital fixo, trabalho

²⁰² cf. *id*; *ibid* p.68; *Merchants and... cit.* p.114. A maior parte dos novos mercadores emigraram para as colônias, montaram suas *plantations*, acumularam capital e retornaram para Londres para tornarem-se mercadores ultramarinos habilitados pela comunidade mercantil. Os demais eram, em geral, comerciantes que operavam no mercado inglês, capitães e lojistas estabelecidos em Londres que envolveram-se no comércio ultramarino como uma extensão de suas ocupações tradicionais.

²⁰³ Brenner é categórico: “Para compreender a evolução inicial da economia colonial é necessário, em grande medida, seguir a evolução desta empresa” *ibid* = 115.

e requerimentos técnicos indispensáveis à instalação da produção açucareira implicou uma transformação significativa na organização sócio-econômica vigente:

“Isto - escreve Brenner - abriu caminho para o declínio da produção em pequena escala, para a substituição dos brancos livres pelo trabalho escravo dos negros e permitiu a concentração de terra e capital nas mãos de um número relativamente pequeno de homens de negócio com capacidade para investir e inovar”²⁰⁵

A introdução e a expansão da produção açucareira nas Índias Ocidentais esteve ligada à reorientação das rotas de comércio transatlântico. Pouco antes de 1640 os importadores ingleses de tabaco começaram a reexportar este produto para a Europa e para o Oriente Próximo. Isto induziu os mercadores a ampliarem e a diversificarem os seus negócios, formando um sistema de produção integrado e progressivamente complexo. A expansão da produção de tabaco e o início da sucroculutura geraram uma forte demanda por mão de obra e por animais de tração, intensificando o fluxo de escravos provenientes da África Ocidental e reforçando o comércio de eqüinos e bovinos oriundos da Virgínia e da Nova Inglaterra.

“De um modo geral, então, - conclui Brenner - durante as décadas de 1640 e 1650, houve um desenvolvimento acelerado do que tem sido livremente denominado como comércio triangular, diretamente centrado no e estimulado pelo crescimento da produção açucareira nas Índias Ocidentais”²⁰⁶

Nestas condições particulares, conduzidos por uma liderança que foi se consolidando com a sua formação e seu desenvolvimento, os novos mercadores eram os mais preparados para desenvolver e lucrar com a produção açucareira. Contudo, com o tempo, a capacidade exclusiva deste grupo em combinar a atividade de mercador com a de inversionista deixou de ser suficiente para garantir a expansão contínua da economia das Índias Ocidentais. Uma nova demanda tomou forma: a transformação total das disposições políticas por meio das quais a colônia era governada. O proprietário das Índias Ocidentais (o influente conde de Carlisle) tinha o poder de nomear o governador da colônia, que por sua vez exercia o poder por decreto. Ambos enxergavam as atividades econômicas realizadas dentro de sua jurisdição apenas como uma fonte de rendimentos a ser explorada por intermédio de

²⁰⁵ *id;ibid* p. 161-2. Brenner já havia tocado neste ponto antes: “Depois da introdução inicial do açúcar no final da década de 1630, a economia das Índias Ocidentais foi rapidamente reestruturada. A sociedade do tabaco composta pelos *small men* e pelas pequenas unidades foi obrigada a ceder o seu lugar para o grande sistema de *plantation* com escravos e engenhos de açúcar.” BRENNER, R. “Merchants and...” *op.cit* p. 70.

²⁰⁶ *cf.* BRENNER, R. *Merchants and...* *cit.* p. 162.

taxas e impostos. Além das exações arbitrárias, havia sempre a ameaça da expropriação das terras, eventualidade que aumentava ainda mais o risco dos investimentos de longo prazo que as *plantations* requeriam. Sujeitas a este tipo de dominação, argumenta Brenner, nem a propriedade e nem as pessoas estavam inteiramente a salvo de usurpações e arbitrariedades. De um modo geral, os novos mercadores demandavam uma definição jurídica mais clara de suas terras, assim como a instalação de um sistema próprio de governo. Em suma, lutavam para desintegrar todos os empecilhos ao seu modelo peculiar de desenvolvimento econômico, notadamente as prerrogativas legais dos proprietários e administradores das colônias. A petição parlamentar organizada por Maurice Thomson em março de 1647, por exemplo, apontava exatamente nesta direção. Mas a implementação deste programa implicaria uma “pequena revolução”, pois afetaria os interesses aristocráticos ingleses no Caribe (envolvendo, por exemplo, uma figura como o Conde de Warwick). O Parlamento, envolvido em sérios conflitos políticos internos, era incapaz de “tomar a ação decisiva”. O mesmo repetia-se, com coloridos diferentes, na Virgínia e em Maryland. Deste modo, a transformação das relações de propriedade nas colônias teve de esperar até o final da Guerra Civil.²⁰⁷

Além destas exigências mais claramente delimitadas, para que possamos compreender as alianças e as diretrizes políticas dos novos mercadores temos de levar em conta a sua forma peculiar de dependência da Coroa. Seu interesse mais fundamental consistia na remoção dos principais obstáculos à expansão colonial britânica, isto é, a adoção de uma política externa agressiva contra as potências rivais. Como a monarquia resistia a esta linha de ação, os novos mercadores, após conquistarem um espaço considerável no Parlamento, aliaram-se à aristocracia colonial²⁰⁸ e passaram a enfrentar de frente o Rei e seus dependentes, engrossando as forças revolucionárias. Contudo, como salienta Brenner, seria um absurdo argumentar que os novos mercadores e a liderança dos aristocratas envolvidos na colonização provocaram a Revolução e a Guerra Civil simplesmente para atingir seus objetivos mercantis e coloniais. Desde 1620 os colonizadores concebiam uma ofensiva contra a armada espanhola e suas colônias nas Índias Ocidentais como parte de um objetivo muito mais fundamental: a defesa da causa protestante, isto é, uma política externa de alianças com os Estados protestantes visando combater o “Papa anticristo”,

²⁰⁷ cf. *id.;ibid.* p. 166. Quanto à Virgínia e Maryland, cf. p.167-8.

²⁰⁸ Esta aliança só foi possível porque havia um interesse comum mais abrangente, capaz de suplantir as suas desavenças com relação às relações de propriedade.

representado pela Espanha. Estas metas internacionais vinculavam-se estreitamente a uma política interna de supressão dos católicos ingleses. A defesa destas diretrizes acabou tornando inevitável um confronto radical com o governo de Carlos I, que seguia uma orientação completamente distinta, pautada por uma política externa pró-espanhola e, internamente, pela tolerância com relação aos católicos que viviam na Inglaterra. O quadro agravou-se quando, no final da década de 1630, o Rei demonstrou um crescente interesse em ampliar as relações diplomáticas com o papado e em incluir mais católicos na corte. O ponto máximo foi atingido em 1639-40, quando Carlos I pediu ajuda à Espanha para conter seus oponentes internos, fato que precipitou a Revolução. Frente a esta situação, a liderança parlamentar emergente, encabeçada por Pym e apoiada pela aristocracia envolvida com a colonização, passou a considerar como algo inseparável a reforma da monarquia e da Igreja, a qual teria reforçado o poder extra-parlamentar de Carlos I e corrompido a religião calvinista. De acordo com Brenner, sua causa foi concebida como a luta contra uma conspiração internacional do papado, identificada na Inglaterra com a “semi-catolização” da religião e, internacionalmente, com a hegemonia espanhola.²⁰⁹ Com o colapso final das estruturas mercantis tradicionais, os novos mercadores praticamente tomaram o controle de Londres e passaram a administrar suas finanças. O capital, as conexões políticas e a compatibilidade com a causa protestante permitiram aos novos mercadores exercerem um papel fundamental na implementação de um programa de poder que permitiu à Inglaterra contestar a posição hegemônica da Espanha e tornar-se uma potência mundial. Desde sua formação, os novos mercadores foram capazes de alargar a sua esfera de influência, ultrapassando a condição de “meros comerciantes”. O seu duplo papel, isto é, sua atuação simultânea na defesa dos interesses do comércio colonial americano e no confronto contra Carlos I garantiu ao novos mercadores força suficiente para atuarem também nas esferas da política e da religião.²¹⁰

²⁰⁹ cf. *id*; *ibid* p.316-19; 325-9; 341-3.

²¹⁰ “Antes d’essa revolução...”

VI

GUY BOIS: CRÍTICA DO “MARXISMO POLÍTICO”

No capítulo VI apresentamos as críticas de Brenner ao “modelo demográfico” e a resposta de M.M. Postan e de E.Le Roy Ladurie. A peculiaridade é que estes dois autores não são marxistas, o que levou a discussão para outro rumo: Postan e Ladurie propuseram uma explicação sobre a transição fundamentalmente diferente, polemizando com o próprio materialismo histórico. Não é o que ocorre com o autor que pretendemos discutir neste capítulo: Guy Bois faz críticas à explicação sobre a transição e ao embasamento metodológico de Brenner, mas permanece dentro do campo conceitual do materialismo. É por este motivo que estamos tratando deste assunto em um capítulo separado.

*

Logo no início de seu artigo, Guy Bois anuncia a sua discordância com a “orientação metodológica” adotada por Brenner. Ressalta os aspectos críticos contidos em *Agrarian class structure...*, em especial a crítica ao modelo Malthusiano e o papel das classes no desenvolvimento econômico de longa duração, mas questiona a proposta de Brenner. A sua explicação sobre a transição apresenta um grande erro epistemológico: as suas generalizações teóricas precedem sempre a constatação das fontes históricas materiais²¹¹. Segundo Bois, Brenner enfatiza o princípio fundamental do materialismo histórico, isto é, que a luta de classes desempenha o papel condutor nas transformações sociais, só que ele vai longe demais: para demonstrar a validade deste princípio acaba promovendo abstrações reducionistas, que são características de um “pensamento fechado, onde a ideologia triunfa sobre o racionalismo científico”²¹².

Para explicitar as diferenças entre a sua própria orientação metodológica e a de Brenner, Guy Bois critica a explicação deste autor sobre os caminhos distintos seguidos pela França e pela Inglaterra entre os séculos XVI e XVII. Como vimos no capítulo anterior, Brenner tende a explicar a divergência no desenvolvimento destas duas sociedades com base no equilíbrio particular de forças entre as classes em conflito. Estas correlações de força diferentes teriam duas origens. Uma origem “social”: as comunidades aldeãs do continente eram mais antigas e mais organizadas

²¹¹ cf. BOIS, G. *Against the Neo-malthusian Orthodoxy* cit. p.109-110

²¹² *id;ibid* p. 110

do que as inglesas, o que garantia uma maior coesão entre os camponeses e, conseqüentemente, um poder de resistência maior. Uma “origem política”: o desenvolvimento peculiar do Estado absolutista francês²¹³. A partir daí Guy Bois faz algumas indagações: mas será que podemos concluir a partir destes elementos que os camponeses da França “lutaram melhor” do que os camponeses na Inglaterra? A explicação de Brenner sobre as particularidades do Absolutismo Francês é convincente?

Para responder de forma adequada a estas questões, é necessário estabelecer novos fundamentos que são indispensáveis para a construção de qualquer modelo de explicação global sobre o feudalismo. Em primeiro lugar, é necessário observar que a tendência à queda da taxa de extração de rendimentos agrários por parte da nobreza origina uma contradição estrutural entre a pequena produção e a grande propriedade. Na metade do século XIII, quando a primeira grande expansão econômica feudal chega ao fim, a queda dos rendimentos da nobreza não foi compensada por novas formas de extração de riquezas, dando origem a uma crise no sistema feudal: a classe dominante não consegue manter a base econômica de sua hegemonia. Esta situação provocou o acirramento dos confrontos políticos e sociais que acabaram resultando no fortalecimento do “campesinato médio” e na hipertrofia do Estado, reorganizando as relações de produção: à “extração direta” por parte dos senhores foi adicionada uma extração centralizada e organizada pela administração real em benefício da nobreza. O Estado Absolutista, segundo Bois, não pode ser caracterizado como um “extrator independente de excedente”, pois continuou atuando como um “instrumento do feudalismo”, mesmo quando passou a competir com a extração senhorial direta²¹⁴.

De acordo com Bois, os movimentos seculares específicos da economia feudal também desempenharam um papel importante na formação de novas relações de produção. Tais “movimentos” formavam uma verdadeira dinâmica original de longa duração: a hegemonia da pequena produção e o caráter extensivo do crescimento produziam uma alternância entre crescimento econômico (demográfico) seguido por uma recessão ou estancamento. O importante é que estes movimentos estão ligados a outros fenômenos econômico-sociais, como o aumento dos preços dos produtos agrícolas e a queda relativa dos preços dos produtos industriais e dos salários. Em suma, todo movimento de crescimento criava condições econômicas favoráveis ao

²¹³ A distinção entre as “origens sociais” e “origens políticas” da diferença na correlação de forças entre as classes na França e na Inglaterra é feita por Bois ao sintetizar as reflexões de Brenner. Na explicação de Brenner, como pudemos observar no capítulo anterior, estas duas origens encontram-se entrelaçadas.

aumento das unidades produtivas e ao emprego da força de trabalho assalariado, consistindo portanto em um importante elemento na formação do capitalismo agrário²¹⁵.

A primeira metade do século XVI foi marcada pelo auge do capitalismo agrário na Europa Ocidental. A tendência de longa duração referida anteriormente tinha atingido seu ponto crítico, de modo que o volume dos diversos rendimentos extraídos das possessões camponesas se tornou muito baixo, o que obrigou a nobreza a buscar fontes alternativas de rendimentos, como a expansão de seus domínios e o emprego de mão de obra assalariada. Este seria, em largos traços, o modelo geral de desenvolvimento econômico do feudalismo. E, segundo Bois, somente tendo em vista este modelo é que podemos sustentar uma hipótese sobre a evolução divergente entre França e Inglaterra: *a raiz desta divergência se encontra nas desigualdades no âmbito da produção feudal, e não em fatores políticos ou sociais, como afirmou Brenner*.

Tendo como referência este quadro geral do desenvolvimento europeu, Guy Bois apresenta a sua interpretação sobre o que realmente determinou os caminhos distintos seguidos pela economia francesa e inglesa. Na segunda metade do século XIII o norte da França era a região onde o feudalismo encontrava-se mais desenvolvido, e portanto exercia influência sobre toda a Europa Ocidental. E, acrescenta Bois, exatamente por ser a zona mais desenvolvida, foi aí que o epicentro da primeira grande crise feudal se manifestou. Os resultados mais imediatos desta crise foram a consolidação da pequena propriedade camponesa e a erosão das exações senhoriais (declínio do trabalho obrigatório, redução do valor real das prestações fixas em dinheiro, etc.)²¹⁶. Fortemente abalado, o sistema feudal na França teve de buscar novas alternativas, como o imposto real e o desenvolvimento de instituições monárquicas que restabeleceram a dinâmica feudal mediante novos encargos fiscais. O curioso é que a retomada do crescimento neste país só foi possível mediante a consolidação da “lógica feudal”. A Inglaterra, por outro lado, apresentava no século XIII um ritmo muito menor de crescimento, sendo inclusive marcada por

²¹⁴ cf. *ibid* p. 111-3. Segundo Bois, seu modelo foi construído com base em “observações empíricas”. Sua investigação se concentrou na Normandia, mas o “modelo geral” contempla todo o feudalismo europeu.

²¹⁵ “Em poucas palavras - escreve Guy Bois -, existe uma dinâmica original de longa duração, uma dinâmica que leva dentro de si, em cada uma das fases e crescimento, *um movimento de acumulação de terras que abre o caminho a novas relações de produção*, como a passagem do século XII ao XIII e do século XV ao XVI”. *ibid* p. 111-2 (Grifos meus)

²¹⁶ Na explicação de Bois podemos perceber que o maior avanço da economia francesa no século XIII possuía dois indicativos diferentes (embora ele não faça a distinção): 1) maior volume de produção agrícola e uma posição privilegiada no mercado internacional. 2) O feudalismo nesta região se encontrava em sua forma mais avançada: produção em pequena escala consolidada (direitos de propriedade), incapacidade de impor exações arbitrárias sobre os camponeses por parte dos senhores. cf. *ibid* p. 112-3.

vários “arcaísmos” como o papel predominante das prestações em trabalho e a debilidade dos direitos dos arrendatários. Mas esta sociedade pôde tirar proveito de seu relativo subdesenvolvimento, pois acabou escapando da “refeudalização” ocorrida no restante da Europa: a debilidade dos direitos de posse na Inglaterra possibilitou a concentração de terras, enquanto a impossibilidade de reimplantar a servidão e as exações arbitrárias levou a nobreza a empregar força de trabalho assalariada. Portanto, de acordo com Guy Bois, os motivos que levaram França e Inglaterra a trilhar trajetórias distintas não devem ser buscados na superestrutura, mas principalmente na base econômica: na diferença dos ritmos de desenvolvimento. O êxito da Inglaterra em promover a transição do feudalismo ao capitalismo se sustentou, paradoxalmente, no atraso relativo de sua evolução econômica, enquanto a França foi vítima de seu próprio ritmo acelerado de desenvolvimento.

Guy Bois sustenta que sua explicação difere da oferecida por Brenner em pelo menos dois pontos principais: 1) o nascimento do capitalismo é visto como um produto do funcionamento do sistema feudal em seus mecanismos sócio-econômicos gerais, devendo portanto ser analisado não de forma isolada, mas levando em consideração a escala do feudalismo europeu como um todo. 2) A idéia de desigualdade de desenvolvimento dentro deste todo é fundamental: as variações no tempo e no grau de maturidade de um lugar comparado a outro pode exercer um papel determinante (e muito complexo) nos ritmos que afetam a gênese das estruturas capitalistas²¹⁷. Tais divergências são fruto de aplicações diferentes da “teoria do materialismo histórico”: o marxismo de Brenner é um “marxismo político”, do qual subjaz uma visão voluntarista da história, onde a luta de classes aparece separada de todas as contingências objetivas e das leis de desenvolvimento. Brenner despoja de toda “substância real” o conceito básico do materialismo histórico, isto é, o modo de produção. Bois vai mais além em sua crítica:

“O erro desta classe de “marxismo político” reside não apenas na negligência do conceito mais operativo do materialismo (o modo de produção). Ele também abandona o campo das realidades econômicas [*economic realities*] - para proveito da escola malthusiana. (...) Para ser convincente e decisiva, a crítica deve atacar o centro da interpretação malthusiana e separar com precisão absoluta os elementos válidos dos não válidos. A força deste modelo deriva do fato de que é amplamente confirmado por pesquisas detalhadas: a importância do fator demográfico, a sucessão de tendências de longa duração [*long-term trends*], a existência de barreiras ao crescimento, etc. *Mediante que estranha perversão do marxismo é possível recusar a*

utilização e dados tão úteis, baseado no absurdo pretexto de que estão amparado por outra construção teórica? ²¹⁸

De fato, Guy Bois pretende integrar em sua interpretação alguns elementos “malthusianos”, como por exemplo a relação entre população/recursos e sua ligação com a diminuição da produtividade do trabalho²¹⁹. São evidências que não podem ser simplesmente recusadas, mas reinterpretadas sob a luz do materialismo. O autor é veemente: afirma que um “abismo metodológico” o separa de Brenner, o que o impede de dar importância aos poucos pontos em que ambos estão de acordo.

1) A Resposta de Brenner

Brenner argumenta que a evolução da economia feudal em seu conjunto não pode ser compreendida apenas pela “fórmula econômica” proposta por Guy Bois. A rigor, a “contradição estrutural” entre a produção em pequena escala e a grande propriedade apontada por este autor como o verdadeiro motivo responsável pelas crises feudais deixa de lado uma questão que para Brenner é decisiva: o crescimento do consumo “politicamente” motivado e seu impacto sobre os rendimentos da nobreza. A explicação de Bois sobre a crise desta classe repousa nos limites econômicos impostos ao crescimento da economia feudal, limites que se baseiam no fato da produção ser dominada pelos pequenos produtores. Em última análise, esta noção de “limite” é muito mais operativa em sua explicação do que a própria idéia da relação população/recursos e a redução da produtividade do trabalho, pois lhe serve de base.

De acordo com Brenner, o ponto mais débil da explicação de Bois (e dos intérpretes demográficos) reside na negação da hipótese de que a “fusão” entre o “político” e o “econômico” consistia em uma característica importante do feudalismo, e que influenciava profundamente o seu sistema produtivo. Ao negar esta fusão, Bois não consegue dar uma explicação satisfatória à referida contradição estrutural que, no longo prazo, produziria “economicamente” as crises feudais. Ao assinalar a tendência à acumulação de terras por parte dos senhores nos períodos de crescimento econômico, Bois não explica por que esta tendência não deteve a queda dos rendimentos da nobreza, pois se é verdade que seus domínios estavam aumentando,

²¹⁸ *ibid* p. 116 (grifos meus).

²¹⁹ *cf. ibid* p. 117-8: “Isto - escreve Bois - realmente pode tornar as diversas linhas demarcatórias entre a abordagem malthusiana e a marxista mais difíceis de serem discernidas, e pode inclusive- quando a tendência à polêmica é desmedida - me recair a acusação de neomalthusiano. Porém, em última análise,

pelo menos em princípio é de se esperar que seus rendimentos aumentassem, ou pelo menos se estabilizassem. Sem estabelecer a conexão entre a distribuição das propriedades e o poder de classe, esta questão é insolúvel. Podemos concluir que a “fórmula econômica” proposta por Bois é, sem dúvida alguma, o elemento determinante em sua argumentação, o que o impede de integrar *efetivamente* a luta de classes em sua explicação²²⁰.

Em seguida, para minar a interpretação proposta por Bois, Brenner entra em detalhes sobre as particularidades da centralização feudal em Inglaterra e França iniciada ao longo dos séculos XII e XIII. O que importa não é apontar o atraso “econômico” da Inglaterra neste período, mas a maior organização política da sua classe dirigente, isto é, o seu “avanço político”: o reforço da Coroa inglesa foi acompanhado por uma crescente coesão interna da aristocracia, garantindo uma maior capacidade de extração de excedente dos camponeses. Ou seja, o importante é ressaltar que os interesses da Coroa e do restante da nobreza não eram tão antagônicos como na França. Brenner faz menção a um procedimento que auxiliou na evolução mais completa da organização da nobreza e das obrigações militares na Inglaterra: o novo vassalo jurava fidelidade não só ao seu senhor imediato mas também ao Rei, enquanto no continente permaneceu o lema de que “o vassalo de meu vassalo não é meu vassalo”. O resultado foi uma maior eficácia dos ingleses na contenção das guerras internas (um dos pilares da sua centralização política), o que foi impossível no continente. Em suma, de acordo com Brenner, o poder e a força da monarquia inglesa repousava em uma colaboração senhorial extensa e profunda (*breadth and depth*), colaboração que permitiu a intensificação dos poderes senhoriais e dos direitos jurisdicionais sobre e contra os camponeses no final do século XII e durante todo o século XIII. A coesão “política” dos senhores assegurou o recurso à extração “descentralizada” do excedente, ou melhor, a servidão. É por esta razão que não existem evidências de que ocorreu uma crise de rendimentos da nobreza em

isto trará poucas consequências pois cedo ou tarde a integração de todos estes elementos em um modelo global, despojado do determinismo demográfico, irá despojar todo o peso ideológico.”

²²⁰ O modo como Guy Bois pretende se “afastar” do economicismo é pouco usual: “Portanto, -escreve Bois - mediante a elucidação progressiva dos mecanismos da economia feudal e seguindo um processo de crescente abstração e generalização podemos alcançar uma visão global do sistema. É apenas deste modo que podemos finalmente entender mediante quais mecanismos sutis a luta de classes exerce um papel dirigente [*driving role*] no desenvolvimento das sociedades feudais. *Em outras palavras, para evitar a ênfase exagerada nos aspectos econômicos, é necessário paradoxalmente não reduzir a importância do fator econômico, mas aumentar. Deslocar-se para a política não resolve nada, pelo contrário, isto simplesmente permite que o determinismo demográfico*”

Inglaterra no século XIII, crise que, em contrapartida, é evidente na França²²¹. Brenner reitera portanto o seu argumento principal: a crise do feudalismo e a formação das relações capitalistas de produção só podem ser compreendidas se levarmos em consideração a complexa e conflituosa articulação entre a estrutura de classes e as relações de propriedade e de apropriação do excedente. Não há nenhum voluntarismo neste perspectiva, pois a ação de uma classe não se desenvolve no vazio: é condicionada pelos interesses antagônicos das demais classes, e até mesmo por conflitos internos, como a luta entre frações de uma mesma classe com objetivos díspares.

2) A contribuição mais positiva de Bois: *Crise du Féodalisme*

Levando em conta apenas o artigo “Against the neo-malthusian orthodoxy” perderemos algumas idéias importantes desenvolvidas por Guy Bois, que foram apresentadas em *Crise du féodalisme*²²² (publicado originalmente em 1976). Neste livro o autor faz um extenso estudo sobre as crises que atingiram a região da Normandia entre os séculos XIV e XVI, sem contudo perder de vista o movimento geral da economia europeia. Na introdução, Bois recusa a idéia de que a justaposição de vários estudos regionais poderia garantir uma visão global da economia medieval. Há, segundo o autor, pelo menos no plano econômico, uma grande unidade orgânica e funcional que se revela a despeito das diferenças regionais. As curvas de preços da Europa revelam apenas disparidades secundárias, e as fases de crescimento e declínio populacional coincidiram cronologicamente em todas as regiões. Existe portanto uma coerência no sistema feudal europeu que se estende por uma ampla faixa territorial, de modo que o estudo de uma área em particular deve ser relacionado sempre com o movimento global do sistema a que faz parte²²³.

²²¹ Brenner oferece uma explicação muito mais detalhada. cf. *The Agrarian... cit.* p.246-264.

²²² Estamos utilizando a tradução inglesa (1984).

²²³ “A hipótese preliminar - escreve Bois - foi que a economia medieval funcionava racionalmente. Para nós esta hipótese parece ter sido totalmente confirmada. Os vários indicadores da vida econômica (produção, produtividade, população, preços, salários, arrecadação) descreviam movimentos de longa duração que mostravam uma notável correspondência cronológica. Existem evidências de relações estreitas entre estes diversos fenômenos, desde simples concordâncias e paralelismos (população/produção, produção/taxa de arrecadação, produtividade/ salários reais) até movimentos contraditórios (produção/produtividade, preços agrícolas/preços industriais, preços/salários reais).” BOIS, G. *The crisis... cit.* p. 393. No prefácio à edição inglesa (1983) Bois enfatiza ainda mais a “coerência” do mundo cristão na Idade Média. cf. *id; ibid* p. XI

A tentativa de integrar efetivamente o elemento demográfico na explicação das peculiaridades da economia medieval consiste em um dos pontos fortes do livro²²⁴. Guy Bois explora as singularidades da estrutura demográfica feudal: dada a hegemonia da produção em pequena escala, o estabelecimento das crianças nas unidades camponesas dependia da morte dos pais, o que criava um espécie de mecanismo auto-regulatório que continha o crescimento populacional. Mas há um aspecto que é extremamente relevante e nem sempre é levado em conta nos diversos estudos dedicados ao assunto: por vezes estas “micro-regulações” cessavam de operar e a população passava a crescer obedecendo a “mecanismos próprios”, estabelecendo um curso autônomo que se descolava das condições de produção, ultrapassando a taxa de expansão econômica, resultando em crises de longo prazo. Bois não conseguiu explicar como - e sobretudo o porquê - ocorrem estas explosões demográficas, mas demonstrou que nem sempre estavam relacionadas ao aumento da produção ou da disponibilidade de terras²²⁵. O intuito do autor ao insistir neste ponto tem uma razão clara: mostrar a singularidade das flutuações demográficas no modo de produção feudal.²²⁶ Trata-se de uma característica importante e, sob certo ponto de vista, reveladora: no capitalismo este problema não se manifesta da mesma forma. O incremento populacional acelerado não compromete significativamente o funcionamento da sociedade como no feudalismo. Brenner, ao tentar superar o que denominou “modelo demográfico”, menosprezou esta questão no artigo que desencadeou o “debate Brenner”. Já no segundo artigo (“The agrarian roots...”) ele dá mais atenção a este problema: deixando de lado os períodos marcados pelas grandes epidemias, de um modo geral, a taxa crescimento demográfico estava ligada à idade de casar (*marriage age*), pois a fecundidade parece ter permanecido em níveis constantes. Mas a média de idade ao casar dependia das possibilidades de constituição de um núcleo familiar independente, ou melhor, de conseguir uma faixa de terra cultivável. Enquanto foi possível dividir as possessões os pais podiam ceder parte de suas terras para dar continuidade à família, tornando os casamentos mais precoces

²²⁴ Presente de forma secundária no artigo “Against the neo-malthusian orthodoxy”, como já observamos no início deste capítulo.

²²⁵ *cf. id; ibid* p. 396

²²⁶ Foi esta insistência que, inclusive, lhe rendeu a pecha de malthusiano, como já mencionamos neste capítulo. No prefácio à edição inglesa de 1980, Guy Bois escreve:

e favorecendo a expansão geográfica.²²⁷ Há, portanto, de acordo com Brenner, uma certa conexão entre a disponibilidade de terras e a situação econômica geral.

Guy Bois faz também algumas considerações interessantes sobre a “abordagem marxista” da crise do feudalismo inaugurada por Dobb, Kosminsky e Hilton. Nesta perspectiva os problemas são postos em termos de formações econômico-sociais, caracterizadas por um modo de produção dominante. Mas o decisivo neste ponto de vista, de acordo com Guy Bois, é que o período em consideração é compreendido simultaneamente como o declínio do feudalismo e a ascensão do capitalismo. Porém, embora esta postura permita a elaboração de “hipóteses poderosas”, há um problema de difícil resolução: o sistema econômico que precedeu o capitalismo ainda não foi caracterizado satisfatoriamente. Seus mecanismos específicos e sua lógica interna ainda permanecem essencialmente desconhecidos: *o funcionamento do feudalismo como um modo de produção é ainda um mistério*. Como preencher esta lacuna? A única solução, segundo o autor, envolveria uma mudança fundamental de curso na historiografia econômica medieval. A chave para a resolução do problema deve ser encontrada na combinação de duas abordagens distintas e complementares: história e ciência econômica. De acordo com Bois, os economistas estão cada vez mais sustentando seus argumentos em dados históricos (como W.Kula²²⁸), bem como alguns historiadores estão partindo dos fatos e se movendo para a teoria econômica (P.Vilar e G. Duby). A importância desta tendência para Bois fica explícita quando ele afirma que escreveu *Crise du féodalisme* para contribuir para esta convergência.²²⁹

²²⁷ cf. BRENNER, R. “The agrarian roots...” cit. p. 229-30. De fato, em *The Crisis of Feudalism*, Bois também enfatiza a influência da redução da Idade Média ao casar no aumento da população. cf. p. 331

²²⁸ A influência de Kula neste livro de Bois é nítida: Kula sustenta que a produção nos sistema feudal não é determinada apenas pela área cultivável, mas também pelo número de servos e pela magnitude das cargas impostas sobre eles. São estes dois elementos que determinam a “política demográfica” da grande propriedade (cf. *Teoría económica del sistema feudal* p. 49-50). Nestas condições, o impacto das variações das colheitas sobre os rendimentos da nobreza e sobre a produção agrária é muito mais relevante do que o movimento dos preços (cf. *ibid* p. 60-1). Assim, também para Kula, a principal contradição no feudalismo é entre a exploração senhorial em larga escala e o predomínio das pequenas unidades produtivas camponesas. Em seu prefácio à edição inglesa, o próprio Bois reconhece esta proximidade: “O propósito de minha pesquisa era aferrar-se (...) ao fenômeno da produção, reprodução, distribuição e consumo, os quais formam a base material de todas as sociedades e possuem uma coerência que deve ser elucidada. Esta abordagem, ainda inusitada, segue a linha de seu primeiro pioneiro, o historiador Witold Kula, e deve resultar em uma teoria econômica do sistema feudal. Mas, em si, isto não implica determinismo econômico.” cf. BOIS, G. *The crisis...* op. cit. p. 9

²²⁹ cf. *id; ibid* p. 4-5

Não discutiremos aqui se esta é realmente uma solução eficaz para este impasse²³⁰: julgamos mais relevante o próprio diagnóstico traçado por Guy Bois, a constatação de um problema que supostamente já havia sido parcialmente resolvido por Dobb e por Brenner: a apreensão das contradições internas que moviam o feudalismo, ou, em outros termos, como foi dito antes, a sua análise como um modo de produção. Ao anunciar que este “problema” ainda não foi convenientemente resolvido, Guy Bois está criticando todas as interpretações marxistas do feudalismo propostas até então (final dos anos 70). Como pudemos observar na primeira parte deste trabalho, Dobb afirma que o grande diferencial dos *Studies...* reside no estudo do feudalismo *como um modo de produção*. Brenner, por sua vez, integra esta proposição e tenta desenvolvê-la ainda mais, corrigindo algumas supostas “imprecisões” de Dobb, expondo de forma mais sistemática as transformações da estrutura de classes que impulsionaram a crise do feudalismo e geraram as relações capitalistas de produção. Se este questionamento de Bois tem fundamento, tanto Dobb quanto Brenner não conseguiram apreender as contradições do modo de produção que se propuseram a investigar, e portanto não conseguiram cumprir as metas que haviam estabelecido. Para concluir, não poderíamos deixar de apontar algo muito curioso: a crítica que atinge os fundamentos teóricos da explicação proposta por Brenner encontra-se implícita em *The crisis of feudalism*, e não é sequer mencionada no artigo que, entre outros objetivos, foi destinado a contestar Brenner.

²³⁰ Nos termos em que Guy Bois coloca o problema, esta “convergência” já pode ser vislumbrada pelo menos desde o debate de 54. Guy Bois confere bastante importância a esta questão mas, curiosamente, não entra em detalhes sobre como ela poderá efetivamente se concretizar, ou melhor: não fornece indícios suficientes para que saibamos do que ele exatamente está falando. Uma “convergência” como esta envolve um problema epistemológico extremamente complexo: há uma grande diferença entre a abordagem do passado feita pela ciência econômica e pela História. O economista secciona a realidade, i.é., delimita seu campo de estudo, e a partir daí passa a estudar as transformações “econômicas” ou sócio-econômicas” em uma época dada, durante um intervalo X de tempo. Já para o historiador este “corte da realidade” é - a rigor - vedado. Para reconstituir um evento ou uma época o historiador sempre enfatiza um aspecto (o econômico, por exemplo), mas não pode conceber seu objeto como sendo passível de uma clivagem: deve dar conta - na medida do possível - da totalidade. Portanto a “convergência” sugerida por Bois deveria resultar em uma terceira forma de apreensão da realidade, uma síntese destas duas anteriores. Mas Bois não percebe esta dimensão da questão. Como ele mesmo reconhece, a “convergência” é uma tarefa impossível.

TERCEIRA PARTE

MATERIALISMO HISTÓRICO E A TRANSIÇÃO

VII

AS DUAS TENDÊNCIAS NA OBRA MARXIANA*

Neste capítulo tomaremos como ponto de partida o polêmico artigo “Marx’s first model of the transition to Capitalism”, onde Brenner pretende demonstrar que a posição de Marx sobre a transição do feudalismo ao capitalismo não é unívoca. Nas palavras do próprio autor:

“Existem dois modelos marxianos sobre a transição do feudalismo ao capitalismo. Eles são várias vezes confundidos e caminham juntos. Entretanto, são inteiramente incompatíveis: representam fundamentalmente dois materialismos históricos diferentes.”²³¹

O “primeiro modelo” é dominante nos trabalhos iniciais de Marx, especialmente em *A Ideologia alemã*. A base desta formulação encontra-se no autodesenvolvimento da divisão do trabalho, que expressa diretamente o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Tal desenvolvimento determina a expansão do mercado e a transformação das relações de classe e de propriedade, imprimindo a marcha da sociedade. Neste modelo, paradoxalmente, a luta de classes não ocupa o papel central: nas interpretações sobre a transição marcadas pelo primado das forças produtivas, a burguesia é sempre encarada como a classe revolucionária, mas o eixo da explicação sobre a dissolução do feudalismo repousa no descompasso entre as forças produtivas e as relações de produção. A ação cada vez mais sistemática e progressiva do comércio impulsionou as forças produtivas, intensificando cada vez mais o descompasso com as relações de produção vigentes, a ponto de convertê-las em um empecilho ao progresso material. A passagem à sociedade burguesa é efetivada quando as antigas relações de produção são despedaçadas e substituídas por relações capitalistas de produção, compatíveis com o novo padrão de crescimento.

Já o segundo modelo predomina nos *Grundrisse* e em *O Capital*. A base deste “novo materialismo” é o modo de produção concebido como um sistema constituído por relações sociais de propriedade e de classes, capaz de reproduzir-se. A transição do feudalismo ao capitalismo, segundo esta perspectiva, deriva da reprodução

* Este capítulo e o seguinte derivam quase diretamente dos cursos ministrados no Instituto de Economia (UNICAMP) pelo Professor Fernando Novais; que está escrevendo um livro onde este assunto será abordado.

²³¹ BRENNER, Robert, “Marx First Model of the Transition to Capitalism” in CHAVANCE, Bernard *Marx en perspective*, Éditions de l’école des hautes études en sciences sociales: Paris, 1983 p. 203.

conflituosa da estrutura feudal: de um lado, os servos, que detinham a posse do principal meio de subsistência, a terra, e de outro, os senhores feudais, que se reproduziam mediante a espoliação extra-econômica do excedente produzido pelos camponeses. Um dos objetivos deste "segundo modelo" é enfatizar os processos sociais que determinaram a desintegração das relações fundamentais de propriedade feudais. A preocupação de Marx é tentar apreender como este processo de desintegração se desenvolvia *mediante a ação das próprias contradições internas imanentes à sociedade feudal*: para que o capitalismo possa sustentar-se sob seus próprios pés é necessária a consolidação prévia de certos elementos, *elementos que são formados ao longo do processo de dissolução do feudalismo*.

1) Crítica ao primeiro modelo explicativo: o primado das forças produtivas

De acordo com Brenner, as formulações iniciais de Marx sobre a transição do feudalismo ao capitalismo estão presentes de forma mais sistemática em *A Ideologia alemã*. Portanto, antes de apresentarmos de forma mais desenvolvida as principais características do suposto "primeiro materialismo" é necessário reconstituir a explicação presente neste livro. O papel da divisão do trabalho e sua relação com o desenvolvimento das forças produtivas é explícito:

"As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. (...) Entretanto, não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. *O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado da maneira mais clara pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho.* (...)"

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho intelectual e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre o trabalho comercial e o trabalho industrial.²³²

Podemos observar que, nesta ocasião, Marx concebia a existência de uma relação direta entre o grau de divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento que tinha força suficiente para promover transformações

²³² MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia alemã* (Estrutura da obra), 1978, pp. 100-101.

sociais tão significativas quanto gerar a oposição de interesses entre o campo e a cidade. Brenner torna mais explícita esta tendência:

"Podemos notar então, que na primeira formulação do materialismo histórico de Marx, o modo de subsistência determina a natureza da existência social e o nível de desenvolvimento das forças produtivas determina o modo de subsistência. Desse modo, a evolução histórica segue um determinismo evidente [*Clearly-stated determinism*]. O nível crescente das forças produtivas expressa-se na crescente divisão do trabalho, i.e., aumentando a especialização e a evolução do modo de cooperação (estes devem ser entendidos como um reflexo dos requerimentos técnicos da produção)."²³³

Portanto, o que comanda o processo de evolução histórica é o desenvolvimento das forças produtivas em conexão com o grau de divisão do trabalho. O aprimoramento da última é que determina as transformações sociais e as diferentes formas de propriedade. Como o próprio Marx afirma:

"As diversas fases de desenvolvimento da divisão de trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade: ou, em outras palavras, *cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.*"²³⁴

Recapitularemos agora, sinteticamente, as "formas de propriedade" enumeradas por Marx em *A Ideologia alemã*. A primeira delas é a propriedade tribal, caracterizada pela produção rudimentar. O povo se alimenta da caça, pesca, criação de gado ou da agricultura. A divisão do trabalho se encontra muito pouco desenvolvida, limitando-se a extensão da própria família. De acordo com Marx, a escravidão latente na família se desenvolve a medida em que crescem a população e suas necessidades. Já a segunda forma consiste na propriedade comunal ou estatal, oriunda da reunião de várias tribos, formando uma cidade, seja esta constituída por contrato ou por conquista, onde a escravidão ainda persiste. Neste estágio a divisão do trabalho se encontra mais desenvolvida: surge paralelamente a propriedade móvel e, posteriormente, a propriedade imóvel, só que ambas ainda se encontram subordinadas à propriedade comunal. A terceira pode ser designada como propriedade feudal ou estamental. Segundo Marx, enquanto a Antigüidade partia da cidade, a Idade Média partia do campo. Tal mudança foi ocasionada pela dispersão da população em uma vasta superfície, o que permitiu o estabelecimento da servidão

²³³ BRENNER, R. "Marx first..." *op. cit.* p. 206

²³⁴ MARX, K. *A Ideologia...*, *op. cit.* p. 29 (grifos meus)

como relação básica de produção.²³⁵ O desenvolvimento da sociedade feudal provoca o surgimento das cidades e, posteriormente, a oposição de interesses entre a cidade e o campo. Marx concebe a oposição de interesses entre o campo e a cidade como um elemento decisivo, que possibilitou a intensificação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (e consequentemente um grande passo no processo de aprimoramento da divisão do trabalho). A ascensão das cidades traz consigo novas necessidades: administração, polícia, ou seja, a necessidade da política de um modo geral.

Para Marx, as cidades da Idade Média "eram verdadeiras 'associações' criadas pela necessidade imediata, pela preocupação em defender a propriedade e aptas a multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de seus membros individuais". A divisão do trabalho entre as diversas corporações era ainda "natural" e não se estabelecia entre os diferentes trabalhadores. Cada trabalhador era capaz de realizar todo o ciclo de trabalho, utilizando diversas ferramentas. O intercâmbio entre as cidades era extremamente escasso, bem como a densidade populacional muito pequena, o que atravancava o desenvolvimento da divisão do trabalho. Desta forma, o próximo passo que possibilitou a retomada do desenvolvimento consistiu na separação entre a produção e o comércio, ou seja, *a gênese de uma classe especial constituída por comerciantes*. Com isto surge a possibilidade de aumentar o vínculo comercial entre as cidades, que começam a se relacionar uma com as outras de forma mais sistemática, o que por sua vez induz à divisão da produção entre as cidades. *A especialização do trabalho aumentava cada vez mais, elevando consigo os níveis de produtividade*. Paralelamente a estas transformações, um inimigo comum unia os comerciantes dos mais diversos centros urbanos: a nobreza rural. O comércio, ao intensificar a comunicação entre as cidades, tornou possível a percepção de interesses comuns que ultrapassavam os limites locais, favorecendo o surgimento de uma nova classe:

"Na Idade Média, os burgueses em cada cidade eram constrangidos a se unir contra a nobreza rural para salvar sua pele. A extensão do comércio e o estabelecimento de comunicações levaram cada cidade a conhecer outras cidades que haviam imposto os mesmos interesses na luta contra a mesma oposição. A partir das numerosas burguesias locais de diferentes cidades nasceu lentamente a *classe burguesa*."²³⁶

²³⁵ cf. *id.* *ibidem* 20-34

Com base nestes elementos que apresentamos, podemos afirmar que as primeiras formulações de Marx sobre a transição tinham como base a existência de uma relação direta entre o grau de divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, relação que se refletia no comércio: o aprimoramento da divisão do trabalho é seguido por uma elevação nas forças produtivas, o que determinava a expansão do mercado. Segundo Brenner, expressando-se de forma esquemática, a evolução histórica no primeiro materialismo histórico segue a seguinte cadeia causal: o desenvolvimento das forças produtivas leva ao aprimoramento da divisão do trabalho (especialização e cooperação), resultando em mudanças na forma de divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, o que por sua vez resulta em transformações nas relações de propriedade e entre as classes. Mas esta progressão obriga Marx a aceitar alguns pressupostos: 1) as forças produtivas, no sentido técnico, tendem sempre a avançar, 2) as inovações tecnológicas introduzidas em determinadas unidades produtivas tendem a serem adotadas de forma geral, e 3) a adoção generalizada das novas técnicas é capaz de provocar profundas alterações nas relações de propriedade e classes²³⁷. Entretanto, estes pressupostos só se verificam no interior de uma economia capitalista estabelecida, pois só nesta conjuntura se manifestam as condições especiais que obrigam à inovação constante das forças produtivas. Em outros termos, o modo de produção capitalista não promoveu a “liberação” das forças produtivas, mas impôs a estas um tipo de desenvolvimento cujo ritmo é determinado pela forma de acumulação²³⁸. A separação do produtor direto dos meios de produção desloca totalmente o objetivo da produção: não se produz mais para subsistência ou para o consumo imediato, a produção destina-se ao mercado, um mercado competitivo que obriga ao constante aumento da produtividade.

Já foi tratado nos capítulos anteriores o papel diferenciado desempenhado pelo comércio no feudalismo e no capitalismo. No primeiro caso, as relações mercantis operavam predominantemente com o excedente e, portanto, não afetavam de maneira substancial a organização social. Já no segundo, a circulação é uma fase decisiva pois permeia todas as relações econômicas e, de certa forma, constitui o objetivo final da produção: *é na circulação que a mais-valia se realiza*. No feudalismo, de um modo

²³⁷ cf. BRENNER, R. “Marx’s first...” cit. p. 206

²³⁸ “O que Marx demonstrou - escreve Balibar -, sobretudo, em *O Capital*, e a que fazem alusão certas frases célebres do *Manifesto*, é não que o capitalismo tenha *liberado* o desenvolvimento das forças produtivas pela primeira vez e para sempre, mas que o capitalismo impôs às forças produtivas *um tipo de desenvolvimento* determinado cujo ritmo e andamento *lhe são peculiares*, ditados pela forma do processo de acumulação capitalista. Esse andamento é que caracteriza melhor, descritivamente, um modo de

geral, não se produz diretamente para o mercado, mas para o uso imediato, pois a posse dos meios de subsistência por parte do produtor direto lhe garante certa independência frente ao comércio. Nesta circunstância, a pressão para o desenvolvimento das forças produtivas não se manifesta. Não pretendemos com isto afirmar que não ocorriam inovações tecnológicas no feudalismo, já que muitas unidades produtivas feudais conseguiram aumentar a produtividade aperfeiçoando os métodos empregados na produção (rotação de culturas, uso de tração animal, etc.). Mas mesmo assim, *dadas as relações de produção e de propriedade feudais*, a generalização das inovações produtivas não era uma necessidade imperativa e por isto as demais unidades produtivas não eram coagidas a adotar ou tentar suplantam as novas técnicas. Portanto, durante a vigência do modo de produção feudal, o efeito das inovações produtivas era muito restrito, de caráter local e portanto incapaz de promover grandes transformações estruturais. Disto podemos concluir que os pressupostos assumidos por Marx em sua primeira formulação sobre a transição não procedem, o que torna inviável qualquer explicação que se sustente sob o papel desagregador das inovações tecnológicas ou do crescimento do comércio sobre a sociedade feudal. Mas Brenner pretende ir ainda mais longe ao apontar a influência da *Riqueza das Nações* no “primeiro modelo”:

“(...) Em particular, como pretendemos demonstrar, a noção de Marx de desenvolvimento via individualização é insuficientemente distinto, na prática, da idéia de Smith acerca do desenvolvimento via comércio e divisão do trabalho para produzir uma perspectiva qualitativamente diferente sobre a evolução pré-capitalista em geral, e sobre a transição do feudalismo ao capitalismo em particular. Como resultado, a explicação de Marx, assim como a de Smith, tende a suprimir das formas feudais uma distinta evolução por si mesmas e a impor sobre a transição ao capitalismo uma dinâmica análoga à do autodesenvolvimento do capitalismo”²³⁹

A grande lacuna deste modelo é destituir da sociedade feudal os mecanismos internos que conduzem a sua própria desintegração. De acordo com Brenner, devido à grande influência das idéias de Adam Smith, as primeiras formulações de Marx não retratam de forma adequada o problema da transição, *pois colocam a transição como referência para explicar a própria transição*, assumindo a existência embrionária (*in embryo*) de mecanismos e estruturas capitalistas no interior modo de produção feudal. Tais mecanismos e estruturas tornaram possível o autodesenvolvimento do capitalismo no seio da sociedade feudal: à medida em que aquele se desenvolvia, esta

produção, mais que o nível atingido num momento qualquer” BALIBAR, E. “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico” in *Essays on Critical Theory*. D. G. 1983. 100-2

entrava em colapso. Segundo Brenner, além de todas estas limitações, ou melhor, em função delas, este modelo tende a colocar em segundo plano o papel da luta de classes no processo de transformação da história.²⁴⁰ Para reforçar sua argumentação, Brenner apontou outros pontos coincidentes entre a explicação de Marx sobre a formação do feudalismo contida em *A Ideologia alemã* e a explicação proposta por Adam Smith. De fato, Marx caracteriza a constituição da sociedade feudal como um produto das invasões bárbaras, invasões que desarticularam a economia da antiga sociedade e promoveram a dispersão da população por uma vasta área. Somente alguns elementos da agricultura foram preservados, o que permitiu que os invasores impusessem (e reproduzissem) as relações servis. Brenner prossegue:

"A explicação de Adam Smith sobre as origens do feudalismo é similar à de Marx. Como Marx, Smith enfatiza que o feudalismo erigiu-se sob as ruínas da economia antiga e interrompeu o prévio sistema em expansão da troca e divisão do trabalho (...). Ao estabelecer o feudalismo, portanto, as invasões colocaram de volta a sociedade a produzir para subsistência - da mesma forma que, mais tarde, o reestabelecimento do comércio mundial iria estabelecer a produção para troca, e, portanto, dissolver o feudalismo."²⁴¹

O importante é que, de certo modo, tanto na explicação de Marx quanto na de Smith, o feudalismo tende a ser caracterizado como uma interrupção (ou até mesmo um retrocesso) na processo de aprimoramento da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio. Para que possamos prosseguir, é necessário recapitular a explicação de Adam Smith. Este autor concebe o progresso social como um processo de evolução dos modos de subsistência, que tiveram seu início na caça e pesca nômade, atravessando o estágio pastoreiro e da agricultura sedentária, rumo ao estágio comercial, considerado superior, sendo o grau de divisão de trabalho o principal critério utilizado para medir o estágio de desenvolvimento de cada modo de subsistência.²⁴²

"A perspectiva de Marx - escreve Brenner - é aproximadamente análoga. Como Smith, e talvez por causa dele, Marx também parte do modo de subsistência e concorda com a teoria dos quatro estágios de Smith, embora comprima a caça e a coleta, pastoralismo e agricultura fixa em um único e inicial estágio comunal ou tribal. Entretanto, como já foi notado, a maior interrupção para Marx ocorre com a simultânea aparição do comércio, da especialização, e da propriedade privada móvel no mundo da antigüidade."²⁴³

²⁴⁰ cf. *id; ibid* p. 204

²⁴¹ *Id; Ibid* p. 212

²⁴² cf. *id; ibid* p. 212

Em algumas passagens de *A Ideologia alemã* transparece a idéia de que os servos lutavam contra seus senhores pelo estabelecimento da propriedade individual, voltada à troca. Atento a estes detalhes, Brenner traça mais um paralelo: assim como na explicação de Adam Smith, a luta dos camponeses contra o feudalismo ganha o contorno de uma luta pelo capitalismo, travada por “capitalistas embrionários ou incipientes” (*embryonic or incipient capitalistis*). Dito de outra forma: o parasitismo feudal era o último obstáculo ao desenvolvimento da sociedade burguesa, barreira que, uma vez removida, desimpediu o desenvolvimento burguês²⁴⁴. Após estas considerações, Brenner sintetiza o processo de formação da sociedade burguesa presente nas páginas de *A Ideologia alemã*:

“Para resumir: a sociedade burguesa emergiu mediante três estágios correspondentes ao crescimento do poder das forças produtivas. A produção artesanal [*craft production*] foi superada pela produção manufatureira, que possibilitou a ascensão da produção industrial. Cada fase do desenvolvimento das forças produtivas trouxe consigo uma forma de divisão do trabalho correspondente, constituída por uma nova especialização entre as unidades produtivas, e um novo modo de cooperação entre estas; cada novo modo de cooperação levou a uma mudança na forma de divisão entre o trabalho mental e o manual, e a uma nova estrutura de formas de propriedade e de classes.”²⁴⁵

Desta forma, a produção artesanal foi superada pela produção manufatureira e esta, por fim, pela produção industrial. Todo este processo de sucessão foi governado pelo crescimento do mercado e a conseqüente intensificação da competitividade. Assim, qualquer processo produtivo só se consolidava caso se mostrasse mais eficiente do que a produção vigente, isto é, se fosse capaz de produzir mercadorias mais baratas. *Em suma, toda a explicação se baseia em uma premissa questionável: a manifestação de um mercado competitivo no sentido capitalista durante o período do declínio do feudalismo.*

A contraposição de Brenner a este tipo de argumentação é muito similar à crítica feita a Sweezy e às interpretações neomalthusianas. Não há dúvida de que a luta do campesinato europeu era direcionada contra o parasitismo feudal, pois era a relação de exploração expressa na trabalho compulsório (em seus mais variados

²⁴³ *Id; Ibid.*

²⁴⁴ Nas palavras do próprio Brenner: “A única barreira ao desenvolvimento burguês já em curso que Marx levava a sério era o parasitismo feudal. Esta é exatamente a perspectiva de Adam Smith. Com a remoção desta barreira, o desenvolvimento burguês retomaria seu curso. Assim como Smith, não há separação entre a propriedade privada livre e a produção para a troca. A separação entre os produtores diretos e o acesso direto aos seus meios de reprodução (subsistência) - e o processo pelo qual isto ocorre - é simplesmente assumido. (...) Um proletariado despossuído [*propertyless*] simplesmente emerge no campo

graus) que colocava em oposição os servos e a nobreza. O passo seguinte do raciocínio é que não está correto. O ressurgimento do comércio realmente impulsionou tanto a divisão social quanto a divisão técnica do trabalho, ao mesmo tempo em que aumentou a propensão ao consumo da nobreza, repercutindo em uma maior exploração sobre a fonte de trabalho vivo que nutria a sociedade. Contudo, tomando como base o que foi exposto, não podemos concluir que estas transformações tiveram força suficiente para alterar radicalmente o sentido da luta entre os produtores diretos e a classe dominante, redirecionando o conflito para a consolidação das relações capitalistas de propriedade e das relações de trabalho formalmente livres.

Depois de apresentar os pontos convergentes, Brenner pretende salientar as diferenças que separariam o Marx de *A Ideologia alemã* de Adam Smith. Brenner aponta duas diferenças básicas: 1) Marx já havia percebido a conexão entre o crescimento econômico e as relações de propriedade e de classes, entretanto ele só não foi capaz de superar Smith pois ainda não havia desenvolvido suficientemente estes conceitos. De acordo com Brenner, foi exatamente o aprimoramento dos conceitos de classe e de propriedade que possibilitou a Marx, em suas últimas obras, ultrapassar definitivamente o legado de Adam Smith e formular a sua própria noção de modo de produção²⁴⁵. 2) Marx sempre rejeitou explicitamente o *homo economicus* e nunca levou a sério as explicações fundadas na existência de qualquer propensão inata do homem e realizar a troca e estabelecer laços comerciais. Entretanto, segundo Brenner, a influência desta idéia derivada de Adam Smith pode ser percebida atuando sub-repticiamente nas primeiras formulações de Marx sobre o progresso material da sociedade, onde a expansão do comércio e das forças produtivas comandam o processo de dissolução das relações pré-capitalistas de propriedade.²⁴⁷

Estes são os pontos mais importantes desenvolvidos por Brenner no artigo “Marx’s first model of the transition to capitalism”. A importância deste texto para o esclarecimento de certos aspectos presentes na polêmica sobre a transição ao capitalismo é inquestionável. Entretanto, ele apresenta algumas lacunas graves. A explicação não é equilibrada e em alguns momentos revela-se insuficiente. Logo nos

²⁴⁵ *Id; Ibid* p. 216

²⁴⁶ *cf.id; ibid* p. 216-7

²⁴⁷ *cf.id; ibid* p. 221. Neste ponto Brenner simplifica demais o problema. Na *Ideologia alemã* Marx não procura apenas rejeitar o *homo economicus*, mas toda e qualquer explicação que repouse na “essência do homem” (seja ela a liberdade, a troca ou a razão). Mesmo não concordando com o modo como Louis ALTHUSSER formula a suposta “ruptura de problemática” operada por Marx em 1845, não resta dúvida de que em *A favor de Marx* há uma discussão muito mais rigorosa sobre a tensão entre o materialismo histórico e as explicações que “fundam a história e a política em uma essência do homem” (*cf. A favor... op.cit.* p.200-204).

primeiros parágrafos Brenner afirma que o “primeiro modelo” é predominante não só na *Ideologia alemã*, mas também em *A Miséria da filosofia* e no *Manifesto do partido comunista*²⁴⁸. O problema é que estas duas últimas obras citadas não são efetivamente utilizadas na explicação. Sobre elas, Brenner limita-se a fazer breves considerações em notas de rodapé. Nossa maior objeção, contudo, não é diretamente dirigida contra esta negligência, mas principalmente ao modo excessivamente unilateral e fragmentário com que Brenner aborda os textos de Marx. Para salientar a influência de Smith e o primado das forças produtivas - a base de sua crítica- Brenner dilui os elementos essenciais contidos nos livros que analisa.

A grande questão que permeia as reflexões contidas na *Ideologia alemã* vai muito além da investigação centrada no auto-desenvolvimento da divisão do trabalho. Brenner tem razão em um aspecto: Marx realmente recorre a esta idéia em sua síntese sobre a evolução das formas de propriedade, mas isto não é quase nada frente ao real alcance do livro, pois os elementos fundamentais do materialismo histórico já podem ser vislumbrados em suas páginas: os homens começam a se diferenciar dos animais ao produzirem seus meios de vida, e com isto, indiretamente, produzem a sua própria *vida material*:

“O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende - escreve Marx -, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os homens manifestam a sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem quanto o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.”²⁴⁹

A compreensão desta passagem impede qualquer juízo economicista sobre o materialismo, pois o que está em pauta é exatamente a investigação sob o critério da *totalidade*: a idéia de que todas as instâncias da sociedade se articulam em uma *totalidade concreta* já está presente na *Ideologia alemã*, embora não se encontre plenamente desenvolvida. Com sua argúcia habitual, Lúkacs salienta que o diferencial

²⁴⁸ “O primeiro destes modelos - escreve Brenner - encontra-se presente nos primeiros trabalhos de Marx desde a *Ideologia alemã* (1845-6) à *Miséria da Filosofia* (1847), e foi magistralmente resumido [sketched] no *Manifesto do Partido Comunista* (1848)” *ibid.* - 202.

do marxismo não se encontra no predomínio dos motivos econômicos na explicação da história, mas exatamente no ponto de vista da totalidade.²⁵⁰

Se realizarmos uma leitura pontual de *A Miséria da filosofia* poderemos encontrar algumas passagens que aparentam dar razão a Brenner no que diz respeito ao primado das forças produtivas na condução das transformações sociais. No segundo capítulo (parágrafo 1, segunda observação) localizamos uma delas:

“As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. *O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial.*

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.”²⁵¹

Aqui, aparentemente, nos defrontamos com uma clara interpretação tecnológica da história. Porém, se tomarmos esta obra no conjunto e situá-la no contexto em que foi escrita, seríamos obrigados a matizar esta afirmação. Neste texto o adversário direto de Marx é Proudhon, embora o seu alvo também fosse a crescente influência do reformismo no seio do movimento socialista. A publicação do *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria* (1846) marcou a passagem definitiva de Proudhon de uma proposta francamente revolucionária à defesa de uma postura utópico-reformista²⁵². Este livro, ou melhor, o seu significado político despertou a fúria de Marx, que imediatamente contra-atacou escrevendo (*em francês!*) *A Miséria da filosofia*. Portanto, trata-se de um livro escrito às pressas e com um duplo objetivo: demolir as formulações de Proudhon e conter os reformistas. Além disto Marx ainda não dominava completamente a economia política, o que contribuiu para tornar o livro deficiente em alguns aspectos. Deste modo, a flutuação conceitual e a imprecisão de alguns termos é uma característica deste livro: a presença de Ricardo ainda era patente, principalmente na formulação sobre o dinheiro e sobre a renda da terra

²⁵⁰ cf. LUKÁCS, G. *História e consciência de classe* R.J.: Elfos, 1989 p. 41-43. Nas palavras de Lukács: “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova.” p.41.

²⁵¹ MARX, K. *A Miséria da filosofia*, São Paulo: Global, 1989 p. 106 (grifos meus)

²⁵² Jose Paulo NETTO comenta de forma sucinta e interessante este assunto na introdução da edição da *Miséria...* que estamos utilizando (a qual ele mesmo traduziu).

(formulações retificadas ou abandonadas posteriormente),²⁵³ a categoria *forças produtivas* é usada quase como um sinônimo de divisão (técnica) do trabalho, não há distinção entre força de trabalho e trabalho e nem entre trabalho socialmente necessário e trabalho necessário, ou seja, Marx ainda não havia desvendado a *mais-valia*²⁵⁴. Contudo, mesmo levando em consideração todas estas imprecisões não podemos menosprezar a importância do livro, e muito menos analisá-lo de forma reducionista. O parágrafo seguinte à citação transcrita logo acima aponta para uma direção muito mais frutífera:

“Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*.”²⁵⁵

Algumas páginas antes:

“Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas (...).

Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra.(...) Mas, a partir do momento em que não se persegue o movimento histórico das relações de produção, de que as categorias são apenas a expressão teórica, a partir do momento em que se quer ver nestas categorias somente idéias, pensamentos espontâneos, independentes das relações reais, a partir de então se é forçado a considerar o movimento da razão pura como a origem desses pensamentos.”²⁵⁶

Há aqui, pelo menos duas grandes idéias que devem ser levadas em conta. A primeira delas (que, inclusive, já se encontra presente na *Ideologia alemã*) é que as categorias com as quais a economia política toma tão inadvertidamente são na realidade dotadas de historicidade e não devem ser tratadas como elementos atemporais e invariantes. Mesmo sem ter descoberto a mais-valia, ao formular este problema Marx revelou parte do mistério que envolvia a idílica economia política de seu tempo: os economistas, especialmente *Adam Smith*, ao tomarem as categorias que regem a sociedade burguesa como algo *dado*, imediatamente observável e passível de generalização mascaram o caráter necessariamente desigual e violento da formação do capitalismo. A segunda idéia, que de certo deriva da primeira, é a

²⁵³ cf. ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de e capital de Marx*. México: Siglo Veintiuno, 1989 p. 28; 130-40

²⁵⁴ De fato, uma análise da *Miséria...* por uma perspectiva estritamente econômica revelaria diversos equívocos e imprecisões, sobretudo no que diz respeito à noção de valor. A este respeito, ver MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, Zahar, 1968. p.42-53.

²⁵⁵ MARX K. *A Miséria* - op cit p. 106 (as grifos são de Marx)

necessidade imperativa de apreender o movimento histórico do qual as categorias analíticas são a expressão e, deste modo, *só são plenamente inteligíveis se confrontadas com este conhecimento*. A passagem é clara: só é possível conceber as categorias como idéias puras e independentes das relações reais se prescindirmos da história, e o resultado disto é um conhecimento distorcido.

Da mesma forma que na *Miséria da filosofia*, no *Manifesto do Partido Comunista* é possível localizar passagens onde o incremento das forças produtivas e a expansão dos mercados parecem comandar a passagem de um modo de produção a outro²⁵⁷. O sentido das transformações parece ser o seguinte: “revolução dos instrumentos da produção” → transformação nas relações de produção → transformação de todas as relações sociais²⁵⁸. Mas o que é decisivo no *Manifesto* é a inserção da problemática da luta de classes no seio da reflexão teórica, escapando definitivamente do economicismo e superando as explicações centradas no “homem de liberalismo”, que cria a sociedade com base em suas qualidades inatas²⁵⁹. Marx, retomando suas concepções formuladas originalmente na *Ideologia alemã*, nos oferece uma abordagem direta da “questão social”, abordada de forma simultânea como *problema prático, reflexão teórica e questão histórica*²⁶⁰. Não resta dúvida de que a surpreendente atualidade do *Manifesto* está ligada, entre outros fatores, a esta abordagem multifacetada.

Pretendemos com estas críticas apontar um caminho mais frutífero do que o trilhado por Brenner, sem contudo romper com suas idéias fundamentais. Matizar suas

²⁵⁷ Exemplo: “A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura dos novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial.” MARX, K. *O Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo: Global, 1988 p. 77

²⁵⁸ Esta cadeia causal é usualmente retirada de uma passagem muito citada pelos adeptos da interpretação tecnológica do marxismo: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção, e com isso, todas as relações sociais.” *ibid* p.79. Porém, Marx está falando da *sociedade burguesa*. A continuação da citação é no mínimo curiosa, pois *parece* corroborar com os defensores da exclusividade do capitalismo no que diz respeito à existência de uma dinâmica interna: “A conservação sem alterações do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a condição primeira da existência de todas as classes empreendedoras anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes”. *ibid*.

²⁵⁹ A este respeito, é importante observar o primeiro ensaio de *História e consciência de classe* (“O que é o marxismo ortodoxo?”), especialmente a página 26.

proposições nos pareceu mais adequado do que abandoná-las. De fato, existem duas tendências contraditórias na obra de Marx, dois modelos explicativos díspares envolvendo as categorias *forças produtivas* e *relações de produção*. Concordamos, portanto, que a posição de Marx sobre a formação do capitalismo não é unívoca, e que isto tornou ainda mais obscuro o debate sobre a transição. Mas estamos em pleno desacordo quando Brenner hiperdimensiona esta disparidade, afirmando que os dois modelos representam dois materialismos históricos fundamentalmente diferentes.

2) O segundo modelo: a dominância das relações de produção

Ao negar a distinção entre os dois materialismos históricos proposta por Brenner, sem contudo renunciar à sua idéia básica, julgamos ter dissipado o reducionismo e as falsas questões. Nossa tarefa agora é apresentar o “segundo modelo explicativo” presente na obra de Marx, ou melhor, mostrar em que este modelo difere do anteriormente analisado. Com o passar do tempo podemos perceber que Marx recorre cada vez menos à “interpretação tecnológica” ao comentar a transição ao modo capitalista de produção. Nos *Grundrisse* e em *O Capital* a tendência dominante é oposta: as forças produtivas cedem lugar às relações de produção na condução das transformações, fazendo com que as relações de exploração e de distribuição de poder ocupem também o núcleo da interpretação, resultado que só pôde ser alcançado conferindo um peso maior ao papel da luta de classes. É exatamente aqui que reside a singularidade do “segundo modelo”: o próprio progresso técnico passa a ser explicado, fundamentalmente, como o resultado do conflito entre as classes sociais. Nesta perspectiva o desenvolvimento das forças produtivas é determinado pela interação de diversos fatores: a constituição das classes, a posição que ocupam na sociedade, a correlação de forças e, principalmente, *a forma como se expressa o antagonismo de classe*. Dito em outros termos, o desenvolvimento das forças produtivas é agora concebido sob a dominância das *relações de produção*. A técnica não é vista como um elemento exteriorizado ou acima das classes, como algo cujo desenvolvimento é valorativamente positivo. Pelo contrário, trata-se de mais uma esfera onde a dominação de classe é exercida. Neste ponto em particular há, de fato, um contraste com *A Ideologia alemã*, onde as forças produtivas não só comandam as

²⁶⁰Esta idéia, presente em Lúkacs, é desenvolvida por Virgínia FONTES no seu instigante ensaio “O Manifesto Comunista e o pensamento histórico” (p.150). In: COLEÇÃO ANARQUISTAS, vol. 1, p. 150.

transformações sociais como também encerram um potencial emancipatório: a faculdade de libertar o homem da premência da natureza, *de gerar o indivíduo*.

É importante observar que o segundo modelo não consiste em uma simples inversão do primeiro: trata-se de uma explicação diferente, pois ela envolve um reajuste dos conceitos que integra²⁶¹. A abrangência da categoria *relações de produção* é ampliada: passa a integrar a relação conflituosa entre as classes, enquanto as *forças produtivas* perdem qualquer traço de linearidade. Com isto, tende a ser dissipada a tendência a atribuir ao descompasso entre as forças e as relações de produção o motivo que gera a passagem de um modo de produção a outro. As relações de produção passam a ser concebidas simultaneamente como relações de *reprodução*, capazes de recriar como *condição e resultado* os elementos que constituem o modo de produção em análise. O resultado é uma nova interpretação sobre a emergência do modo capitalista de produção, que passa a ser considerado como o produto do colapso do modo de produção feudal, *que ruiu por intermédio de suas próprias contradições internas*. Em outros termos, é o processo de dissolução do feudalismo que gera os elementos formadores do capitalismo.

Rosdolsky trata desta questão de forma interessante: o processo capitalista de produção, considerado em sua interdependência com o processo de *reprodução*, não produz apenas mercadorias e mais-valia. Produz e reproduz em escala ampliada a própria relação capitalista, isto é, de um lado o capitalista, de outro o trabalhador. Historicamente desenvolvido, o capital engendra as suas condições de existência *não como condições de sua gênese, mas como o resultado de sua própria existência*²⁶². Mas este caráter endógeno repousa em um “processo originário”, processo que só pode ser apreendido mediante uma investigação histórica. O que caracteriza este período é o fato da apropriação do sobre-trabalho ser ainda não-capitalista:

²⁶¹ Claudio J. KATZ desenvolve esta idéia: “A oscilação de Marx entre estes dois princípios deu lugar a duas versões rivais do materialismo histórico: uma atribui a causa fundamental do desenvolvimento social ao progresso tecnológico, a outra à luta de classes. Devemos enfatizar que o conflito entre elas é muito mais profundo do que determinar se a cadeia causal se orienta das classes às forças produtivas ou vice-versa. Estes modelos explicativos são contraditórios: a fidelidade a um implica alterações fundamentais na lógica do outro. Portanto, a interpretação tecnológica da história redefine a noção de classe vinculada à tese de que a história é luta de classes. Do outro lado, a tese de que a história é luta de classes inverte a relação entre as forças produtivas e as relações de classe vinculadas à interpretação tecnológica. Esta contradição, portanto, não pode ser resolvida pelo familiar recurso [*appeal*] à interação dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classes, já que não é possível conjugar duas explicações fundamentalmente diferentes sobre a transformação da história [*historical change*]. *Em síntese: esta é uma contradição lógica, e não dialética.*” *From Feudalism to Capitalism*, New York: Greenwood press, 1989 p.2 (grifos meus). Podemos verificar, entretanto, que Katz comete o mesmo erro de Brenner: opera com a idéia de que as duas explicações constituem dois materialismos históricos!

"Disto deduz-se que as condições do devir do capital não caem dentro da esfera do próprio modo de produção capitalista, que deve encontrar sua explicação fora do mesmo"²⁶³.

Deslocando deste modo o foco da análise, a forma de encarar o problema da transição também é alterada: é necessário apreender *como* a reprodução conflituosa da estrutura feudal produz os elementos básicos do modo burguês de produção, a saber: a força de trabalho como existência *autônoma*, completamente dissociada dos meios de produção e - no outro pólo - a concentração da riqueza e dos próprios meios de produção nas mãos da burguesia. Mas a constatação decisiva é que o declínio do modo de produção feudal deriva de sua própria dinâmica, e deste modo consiste em um problema cuja resolução fornece, simultaneamente, a chave para a compreensão da gênese do capitalismo. Podemos concluir que, no plano lógico, os elementos que constituem um modo de produção são obrigatoriamente gerados durante a crise do sistema que o precedeu.

Para finalizar: é possível encontrar duas explicações contraditórias sobre a transição do feudalismo ao capitalismo ao longo da obra de Marx, o que, em certo sentido, a torna dúbia. Esta ambigüidade perpassa todas as suas reflexões sobre o tema, imprimindo a sua marca de forma mais ou menos direta em todo o seu pensamento. Isto ficou particularmente claro a partir da polêmica Dobb-Sweezy. Segundo nosso entender, à medida em que Marx avançava com seus estudos e reavaliava as suas próprias idéias, o que denominamos aqui como "segundo modelo" ganhava traços mais definidos, a ponto de assumir um papel preponderante em suas concepções. Temos de insistir em dois pontos: a) não é possível demarcar nenhuma linha divisória radical no pensamento marxiano com base nesta ambigüidade. O fato da segunda tendência tornar-se dominante não exclui a presença da primeira, cujos traços podem ser localizados em diversas passagens de *O Capital*. Portanto, recorrer ao par tendência dominante/tendência subordinada é muito mais frutífero do que recorrer a um cisão artificiosa. b) os dois modelos só podem ser tratados como duas versões excludentes do materialismo histórico à custa de um reducionismo brutal, que deforma totalmente o materialismo tal qual Marx o concebeu. Para tanto é necessário identificar o materialismo histórico com o conceito de modo de produção, para depois definir esta categoria como a mera articulação entre forças produtivas e relações de produção.

VIII

A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NA PERSPECTIVA DE MARX

Podemos constatar que a reflexão marxista sobre a transição do feudalismo ao capitalismo ainda não está suficientemente esclarecida. Ao lado da complexidade inerente a qualquer período transitório, há um agravante: Marx trata esta questão de forma ambígua. No intuito de esclarecer alguns pontos ainda obscuros desta problemática, pretendemos expor como este autor concebe a transição do modo de produção feudal ao capitalista.

Em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* Marx faz um esboço das diversas formações econômicas que precederam o capitalismo. O objeto central que norteia toda a exposição é a separação entre o trabalho e os meios objetivos necessários para sua realização, ou seja, a liberação dos elementos essenciais à edificação do modo de produção capitalista. Segundo Quartim de Moraes:

"Marx, com efeito, abre a exposição com a questão cuja resolução constitui o objeto central de toda argumentação desenvolvida até o fim do texto: a 'separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização'. (...) O objeto teórico de Marx nas *Formen* é, portanto, a separação entre o produtor e os meios de produção. Mas como o ponto de partida de todo processo de separação é a unidade dos termos que vão se separar, as *Formen*... partem da 'unidade natural do trabalho com seus pressupostos materiais', isto é, a terra, ou, pleonasticamente, a natureza, o 'laboratório natural da humanidade' "²⁶⁴.

Como pudemos observar no capítulo anterior, as condições históricas do capital não devem ser buscadas no interior do próprio modo de produção capitalista, pois um modo de produção não pode gerar seus elementos fundadores, de modo que eles foram formados ao longo da crise do modo feudal de produção. Esta idéia

²⁶⁴ MORAES, João Quartim de; "A Forma Asiática e o Comunismo Agrário Primitivo" in *Crítica Marxista* Vol I no.2 (1995) p. 114-115. Neste artigo o autor capta o verdadeiro sentido do texto de Marx: não se trata de história, mas de uma análise categorial. A perspectiva de análise presente em *Formações*... pode ser considerada regressiva pois Marx olha as formas pretéritas da união entre o trabalho e os meios de produção sabendo que o capitalismo repousa sob sua dissociação: "Exatamente por ser regressiva - escreve Quartim -, isto é, por retroceder da separação completa entre o produtor e os meios de produção às formas de unidade entre aquele e estes, a análise de Marx não tem como fio condutor a sucessão histórica como tal e sim a determinação das categorias cuja dissolução constitui o pressuposto do surgimento do trabalhador assalariado moderno." *ibid* p. 115. Mais à frente: "Seu tema *não* é o progresso. Não é sequer a História como tal. É a reconstituição das categorias (=das formas econômicas) que precederam a produção capitalista, não no sentido cronológico de que vieram antes, mas no sentido dialético de serem as formas cuja supressão constitui o pressuposto das relações capitalistas de produção." *ibid* p.118

encontra-se também em *Formações...*, mas neste texto há mais do que isso: Marx nos oferece uma acurada análise das diversas formas onde a união entre o trabalho e os meios de produção consistia na condição básica para a reprodução da sociedade. O objetivo desta investigação é bem claro: compreender a *especificidade* do modo capitalista de produção, confrontando-o com formações econômicas distintas. Tendo isto em mente, julgamos relevante expormos em largos traços as “formações econômicas pré-capitalistas” investigadas por Marx.

Cada forma de propriedade espelha o relacionamento do trabalhador com os meios de trabalho, o próprio processo de trabalho e, de certa forma, o nível de desenvolvimento das forças produtivas. No caso da propriedade comunal, por exemplo, a terra é o grande meio de subsistência, que proporciona os meios, os objetos e inclusive a própria localização da comunidade. É possível afirmar que a terra constitui a base da comunidade, e desta forma determina as relações entre os homens:

"As relações do homem com a terra - escreve Marx - são ingênuas: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente na medida em que o indivíduo for membro de uma comunidade como esta - literal e figuradamente - é que se considerará um proprietário ou possessor [possuidor]"²⁶⁵

A interação entre o homem e a natureza, bem como as relações entre os próprios homens neste caso específico são relações de propriedade. A reprodução da comunidade se efetiva mediante o trabalho vivo, o que confere à finalidade do trabalho um caráter completamente diverso do trabalho capitalista: a finalidade da produção não é a maximização do lucro, mas a manutenção da sociedade. Deste modo, as formas de apropriação do trabalho podem variar (como no caso das formas asiáticas, por exemplo, onde o coletivo se personifica na pessoa do déspota, que se situa acima das comunidades particulares reais, surgindo como proprietário único ou superior), mas a relação básica é sempre a mesma: a propriedade e exploração coletiva do solo, fundadas na união entre o trabalho e as condições objetivas de sua efetivação. Nas comunidades onde a propriedade é estritamente comunal, o indivíduo é possuidor de uma fração das terras apenas enquanto faz parte da comunidade. Ou seja, o indivíduo não é proprietário por si, mas somente por estar integrado à sociedade. Em outros termos, enquanto indivíduo, é meramente um possuidor, pois a propriedade, no estrito sentido da palavra, cabe somente à comunidade como um todo.

As características específicas da propriedade comunal determinam um processo singular de organização e realização do trabalho. Como vimos, a finalidade do trabalho não é a produção de riqueza, mas sim a perpetuação da comunidade. Desta forma o indivíduo se reproduz cooperando em trabalhos que satisfaçam os interesses comuns:

"O indivíduo é colocado em condições tais de ganhar sua vida que seu objetivo não será aquisição de riqueza mas sim a auto-subsistência, sua própria reprodução como um membro da comunidade; como um proprietário de parte do solo e, nesta qualidade, como membro da comuna. A sobrevivência da comuna é a reprodução de seus componentes como camponeses autosuficientes, cujo tempo excedente pertence, precisamente à comuna, para a guerra, etc."²⁶⁶

Esta passagem nos fornece com mais clareza a *forma* em que estavam dispostos os meios de produção, e em decorrência disto, como se organizava o trabalho. Cada indivíduo, enquanto membro da comunidade, dispunha dos meios para a realização do trabalho, o que lhe garantia a subsistência. Já seu tempo excedente pertencia à comunidade, sendo utilizado para suprir as necessidades que porventura pudessem surgir. Deste modo, os interesses comuns (quer eles fossem reais, quer fossem imaginários) é que determinavam a intensidade e a forma de utilização do tempo excedente.

Marx caracteriza da seguinte maneira uma forma de propriedade que apresenta grande similaridade com a propriedade comunal, a propriedade Germânica:

"A comunidade germânica não se concentrava na cidade; uma concentração - a cidade é o centro da vida, domicílio dos trabalhadores da terra, e também, núcleo das atividades guerreiras - que desse à comunidade, como tal, uma existência exterior diferenciada da de seus membros individuais. A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade."²⁶⁷

Antes de prosseguirmos com uma maior caracterização desta forma de propriedade é interessante observar o papel exercido pelas cidades nas diversas formações sociais

²⁶⁶ *Id; Ibid* p. 71

²⁶⁷ *Id; Ibid* p. 74-75. Como salienta M. Duggett, Marx denomina por "comunidade germânica" a civilização que sucedeu o Império Romano na Europa Ocidental não por "motivos chauvinistas", mas sobretudo porque Hegel utilizava esta terminologia cf. DUGGETT, M. "Marx on Peasants" in: *The Journal of Peasant Studies* Vol 2, No.2 (1975) p. 165.

pré-capitalistas.²⁶⁸ Marx caracteriza a cidade como o "centro da vida" e a história antiga como a história das cidades, mas fica explícito que estas cidades eram baseadas na agricultura e na propriedade da terra (em certo sentido, neste caso, a cidade é subordinada ao campo), contrastando enormemente com as cidades "capitalistas." Mesmo subordinada ao campo, a cidade surge como um fator novo:

"A concentração na cidade proporciona à comunidade como tal a existência econômica; a mera *presença* da cidade é, em si mesma, algo diferente da simples multiplicidade de casas separadas. Neste caso, o todo não consiste apenas na reunião de suas partes isoladas: é uma forma de organismo independente."²⁶⁹

O fato da comunidade germânica não se concentrar nas cidades é importante. Dada esta característica, nas palavras de Marx, a "existência econômica" desta comunidade não se manifestava de forma plena, do mesmo modo que não se verificava "uma existência exterior diferenciada de seus membros individuais." Outra característica marcante destas comunidades é a presença das terras comunais (*ager publicus*), que eram utilizadas principalmente como pastagens e como território de caça.

"Entretanto, diversamente do caso romano, o *ager publicus* não se apresenta como um bem econômico especial do Estado, paralelo ao dos proprietários privados (...). O *ager publicus*, entre os germanos, tem um caráter de mero suplemento da propriedade individual e constitui propriedade apenas na medida em que, na qualidade de propriedade comum da tribo, é defendida contra tribos hostis."²⁷⁰

As terras comunais na propriedade germânica podiam ser utilizadas por todos integrantes da sociedade, e deste modo, constituíam basicamente um suplemento da propriedade individual. Devido a estas características específicas as terras comunais não se apresentavam sob a forma de uma propriedade, fato que só ocorria em circunstâncias especiais, como por exemplo, frente a alguma ameaça externa. Esta configuração particular dos elementos que compõe a propriedade Germânica tornam sua economia surpreendentemente fragmentada:

"No fundo, cada família possui uma economia completa, constituindo, realmente, um centro independente de produção (onde a manufatura é apenas uma espécie de trabalho doméstico subsidiário, realizado pelas mulheres, etc.). Na antigüidade clássica a cidade com seu território anexo constituía o todo econômico,

²⁶⁸ O sentido do termo formações ou modos de produção pré-capitalistas deve ser exposto com clareza para evitar confusões. Como vimos, o Capitalismo difere de todos os demais modos de produção que o antecederam por repousar sobre a completa dissociação entre o trabalho e os meios necessários à sua realização. Sua singularidade reside neste aspecto. É exatamente para marcar esta diferença que Marx usa o termo "pré-capitalista" tanto nos *Grundrisse* quanto em *O Capital*. Portanto, fazer uma leitura evolucionista e unilinear com base neste termo é um grave equívoco.

²⁶⁹ *MAADVV Formações* p. 75

mas, no mundo germânico, este todo será o lar individual, que se destaca apenas como um ponto na terra que lhe corresponde. Não existe concentração de grande número proprietários e a família é que atua como unidade independente."²⁷¹

Assim, ficam delineadas, grosso modo, as principais formas de propriedade pré-capitalistas. A preocupação básica que norteou este breve esboço não foi, de forma alguma, apresentar um estudo detalhado de cada uma isoladamente, mas apenas salientar suas características mais essenciais. No momento, o que mais nos interessa não são as diferenças e as especificidades existentes entre as diversas formações, pelo contrário, nossa preocupação é oposta: consiste em identificar suas semelhanças, sua raiz comum. Marx expõe esta similitude do seguinte modo:

"1. Apropriação das condições naturais de trabalho: da *terra* como o instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas; entretanto, apropriação que se efetua *não por meio do trabalho, mas como condição preliminar do trabalho*. O indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas. A principal condição objetiva de trabalho, em si, não se mostra como o produto do trabalho mas ocorre como natureza. De um lado, temos o indivíduo vivo, do outro a terra como a condição objetiva de sua reprodução."²⁷²

Desta forma, a terra constitui o principal meio de trabalho, só que é apropriada de uma forma peculiar: o trabalhador se apropria da natureza previamente à realização do trabalho, e não por intermédio deste (há um certo *continuum* entre o trabalho e a natureza). Assim, verifica-se que as condições objetivas para a realização do trabalho e o próprio trabalho ainda estão intimamente associados.

"2. A *atitude* em relação a terra, a terra como propriedade do indivíduo que trabalha, significa que o homem mostra-se, desde o princípio, como algo mais do que a abstração do 'indivíduo que trabalha', tendo um *modo objetivo de existência* na propriedade da terra, que *antecede* sua atividade e não surge como simples consequência dela, sendo tanto uma pré-condição de sua atividade, como é sua própria pele, como são os seus órgãos sensoriais (...), quanto pressupostos deste processo de reprodução. A mediação imediata desta atitude é a existência do indivíduo (...); isto é, sua existência natural como parte de uma tribo, etc."²⁷³

Estas duas passagens, quando justapostas, revelam a chave para se compreender o processo e a natureza do trabalho nas formações econômicas que se sustentam sob a união do trabalho com os meios de produção. A forma como a natureza é apropriada, bem como a atitude do "indivíduo que trabalha" perante ela se manifesta de forma singular. A natureza, condição básica e original do trabalho, é aqui apropriada preliminarmente à realização do trabalho. A propriedade da terra garante

²⁷¹ *Id*; *Ibid* p. 76

²⁷² *Id*; *Ibid* p. 77 (grifos meus)

ao indivíduo uma "forma objetiva de existência", encarando a natureza como sua, da mesma forma que lhe pertence seu próprio corpo. Não existe uma relação de exterioridade entre trabalho e natureza, ou entre homem e trabalho. *A natureza não se manifesta como uma consequência do processo de reprodução da indivíduo, mas como uma pré-condição.* Esta estrutura social deve ser transformada radicalmente para que o modo de produção capitalista possa se consolidar. Para que isto ocorra, é necessário que os pressupostos do capital já se encontrem presentes. E quais são estes pressupostos?

"Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o *trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo*; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro - não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a *separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação - dos meios e do material do trabalho.* Isto significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu laboratório natural - *significa a dissolução tanto da pequena propriedade livre como da propriedade comunal da terra assentada sobre a comuna oriental.*"²⁷³

Assim, para que o capital possa ser consolidado, é fundamental a disponibilidade da capacidade viva do trabalho como uma existência meramente subjetiva, ou seja, separada dos elementos de sua realidade objetiva, portanto, separada tanto das condições do trabalho vivo como dos meios de existência e autopreservação da "capacidade viva de trabalho". Deve existir também uma prévia acumulação de valores de uso suficientes para não só garantir a reprodução e a conservação da "capacidade viva de trabalho", *mas também possibilitar a extração de trabalho excedente.* Desta forma, o produtor direto deve estar privado dos meios de subsistência. Nesta condição, para poder sobreviver, é coagido a vender sua única posse: sua força de trabalho. O trabalhador entra em cena com o objetivo de produzir valor, ou seja, promover a autovalorização do dinheiro investido, produzindo valores de troca, e não valores de uso.²⁷⁵

O modo de produção capitalista pressupõe, portanto, a dissolução de todas as relações nas quais os trabalhadores estejam imediatamente incluídos nas "condições objetivas do trabalho", isto é, o trabalho se encontra exteriorizado, já que o trabalhador em si não faz mais parte das condições de produção, somente seu trabalho:

²⁷³ *Id; Ibid* p. 77-78

²⁷⁴ *Id; Ibid* p. 65 (grifos meus)

²⁷⁵ *Id; Ibid* p. 65 (grifos meus)

"Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o capital se apropria não do trabalhador mas de seu trabalho - e não diretamente mas por meio da troca."²⁷⁶

Mas a dissociação do trabalhador das condições objetivas de produção não se completa somente com a dissolução da antiga relação de propriedade entre o produtor direto e a terra. Faz-se necessário também a dissolução das relações onde o trabalhador detém a propriedade dos instrumentos de seu trabalho, como na produção artesanal realizada nas guildas e corporações de ofício. Neste caso, o trabalho de certa forma ainda pertence ao trabalhador, já que requer uma certa habilidade artesanal, que lhe garante ao mesmo a propriedade do instrumento, e um certo controle sobre o ritmo de trabalho²⁷⁷.

Assim, o capital pressupõe uma relação antagônica entre o trabalho vivo e as condições objetivas de produção. Desta forma, a gênese do capital deve ser explicada levando em conta dois aspectos principais: a constituição do trabalhador livre, destituído dos meios de produção, e o antagonismo deste com o capital:

"Estes, então, por um lado, são pré-requisitos históricos sem os quais o trabalhador não pode aparecer como trabalhador livre, como capacidade de trabalho puramente subjetiva, sem objetividade, enfrentando as condições objetivas da produção como sua *não-propriedade*, como *propriedade alheia*, como *valor* existente por si mesmo, como capital. Por outro lado, devemos indagar que condições são necessárias para que ele se defronte com o capital."²⁷⁸

Na perspectiva do trabalhador, o processo de consolidação do capital nega a sua relação de propriedade dos meios de produção e, simultaneamente, liberta as condições objetivas de trabalho do trabalhador, ou seja, faz com que só a força de trabalho seja condição necessária à produção, e não o próprio trabalhador. Assim, este torna-se livre no duplo sentido do termo: não pertence às condições de produção, mas por outro lado, estas também não lhe pertencem. A relação deste com as condições objetivas de produção e com o seu próprio trabalho passa a ser uma relação de *não-propriedade*. O trabalhador somente dispõe de sua força de trabalho, *mas não de seu trabalho*.

"O processo de dissolução que transforma a massa de indivíduos de uma nação, etc. , em potenciais trabalhadores-assalariados-livres - indivíduos forçados, simplesmente por sua carência de propriedade, a trabalhar e a vender seu trabalho - não pressupõe a *desaparição* das fontes anteriores de renda ou (em parte) das

²⁷⁶ MARX, Karl *Formações..*"; *op. cit.* p. 93

²⁷⁷ Este ponto será discutido com maior profundidade um pouco mais a frente, quando tratarmos da subsunção formal e real ao capital.

²⁷⁸ *Id; Ibid.*

condições anteriores de propriedade destes indivíduos. Ao contrário, presume que, *somente* seu uso tenha sido alterado, que seu modo de existência tenha sido transformado, que tenham passado para outras mãos como um *fundo livre*, ou talvez, que tenham permanecido, em parte, nas *mesmas mãos*.²⁷⁹

A formação do capitalismo envolve a separação de elementos anteriormente ligados. Não se trata, portanto, da eliminação de um dos elementos, mas sim de uma contraposição; de um processo que - a partir da unidade - cria um par antagônico onde os elementos relacionam-se entre si de forma negativa. Desta forma, surge uma nova contradição, a contradição entre o capital e o trabalho, entre a burguesia (representante do capital) e o proletariado. É evidente que esta nova contradição ainda não dominou a produção completamente, pois se encontra ainda em sua fase inicial:

"Consideremos o relacionamento do capital e o trabalho assalariado não como algo que já alcançou importância decisiva e vai invadindo a produção inteira, *mas como algo que ainda está no processo histórico formador*."²⁸⁰

O que consideramos no momento corresponde à aurora do modo de produção capitalista, que ainda não se encontra plenamente desenvolvido, é ainda incapaz de sustentar-se sob seus próprios pés. É necessário observar com cautela esta fase inicial do capital que, segundo Marx, suscitou o grande equívoco encontrado nas reflexões dos economistas que o precederam. Tal equívoco consiste em conferir excessiva importância à necessidade do capital ter uma acumulação prévia e suficiente de matérias primas, ferramentas e alimentos que garanta a subsistência dos trabalhadores até que concluam a produção.

"Mais ainda, pareceria que a acumulação - *uma acumulação anterior ao trabalho e não dele oriunda* - tivesse de ocorrer do lado do capitalista, o que lhe permitiria fazer o trabalhador trabalhar e mantê-lo em atividade, como uma força viva de trabalho. Este ato do capital, que é independente e não estabelecido pelo trabalho, é transferido, então, desta história de sua origem para o presente e transformado em um fator de sua realidade e efetividade, de sua auto-criação. Finalmente, o eterno direito do capital aos frutos do trabalho de outros homens origina-se neste estado de coisas, ou melhor, o que acontece é que o modo de aquisição do capital é deduzido das leis simples e 'justas' da troca de equivalentes."²⁸¹

Como já tivemos a oportunidade de observar, é a transposição das condições do presente (do modo de produção capitalista consolidado) à história da origem do capital é que esconde a exploração capitalista e a justifica. Na relação não se trocam equivalentes, já que o trabalhador ao realizar seu trabalho está constantemente gerando um *fundo duplo* para o capitalista, uma vez que necessita preencher as

²⁷⁹ *Id*; *Ibid* p. 98-99

condições de sua própria existência e, simultaneamente, *as condições de existência do capital*.²⁸² *Só é possível converter a riqueza acumulada sob a forma de dinheiro por condições objetivas de trabalho se e somente se estas já se encontrarem dissociadas do próprio trabalho.* É evidente que o dinheiro pode ser acumulado pela simples troca de equivalentes, como no caso dos vendedores ambulantes da Idade Média, por exemplo, mas como já comentamos anteriormente, esta é uma fonte quase insignificante, que sempre operou à margem da sociedade feudal. A riqueza acumulada desta forma não encontra condições suficientes para se converter em capital. Já o dinheiro acumulado mediante a usura relacionada à propriedade da terra, tem um potencial maior:

"Como vimos, o conceito de capital - a origem - implica *dinheiro* como ponto de partida e, portanto, implica a existência de riqueza em forma de dinheiro. *Está igualmente implícita sua procedência da circulação; o capital surge como o produto da circulação.* A formação do capital, portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas na medida em que sejam, também, comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações (embora estas constituam, também, uma possibilidade) *mas da riqueza mercantil e usurária.*"²⁸³

Assim, Marx afirma textualmente que a origem do capital vem, principalmente, da riqueza acumulada mediante o comércio e a usura. Mas isto não nos autoriza a dizer (como Sweezy, de certa forma, faz) *que o capitalismo tenha sido originado somente pela intensificação do comércio.* Como vimos, a base do capitalismo é a contradição entre seus dois elementos constitutivos, o capital e o trabalho. A *passagem acima refere-se à gênese de um destes elementos, o capital (no sentido lato do termo), e não do modo de produção como um todo.* Portanto, para se compreender de forma satisfatória a gênese e a consolidação do modo de produção capitalista é fundamental apreender os processos que, num primeiro momento, produzem o trabalhador livre, isto é, o processo histórico que separa o trabalho das condições objetivas da produção, e, num segundo momento, os mecanismos que contrapõem este mesmo trabalhador ao capital. Assim, não basta apenas a existência de uma riqueza mercantil e usurária para que seja possível pôr em marcha a produção capitalista:

"Porém, os comerciantes e usurários somente encontram condições que permitem a compra de trabalho livre quando este foi separado das condições

²⁸¹ *Id; Ibid* p. 100 (grifos meus)

²⁸² *cf. Id; Ibid* Nota de rodapé, p. 100

²⁸³ *Id; Ibid* p. 101 (grifos meus)

objetivas de sua existência, em consequência, de um processo histórico. Ai, torna-se possível, também, comprar as próprias *condições*."²⁸⁴

Desta forma, só é possível apreender a gênese do capitalismo se a analisarmos através de dois ângulos. Só podemos compreendê-la se conseguirmos remontar os mecanismos que determinam cada um dos elementos que constituem o par antagônico que funda e dinamiza o sistema. A mera existência de uma massa de trabalhadores privados dos meios de produção não é condição suficiente para dar origem ao modo de produção capitalista, da mesma forma que o acúmulo de dinheiro nas mãos de indivíduos particulares também não. Tais fatores devem ocorrer simultaneamente:

"O que possibilita a transformação da riqueza monetária em capital é, por um lado, o fato de encontrar trabalhadores livres, e por outro lado o fato de encontrar os meios de subsistência, as matérias primas, etc., que seriam, em outras circunstâncias, de uma forma ou doutra, *propriedade* das massas agora sem objetivo e que estão também *livres* e disponíveis para a venda."²⁸⁵

A rigor, a mera presença de riqueza monetária acumulada não possibilita a sua conversão em capital. Como já repetimos exaustivamente, é possível a existência, no interior do modo de produção feudal, de relações mercantis que concentrem dinheiro nas mãos de comerciantes bem sucedidos, mas esta riqueza não pode ser convertida em capital, uma vez que as condições objetivas de produção ainda se encontram ligadas ao trabalho. No caso das corporações de ofício, por exemplo, existem regulamentos que determinam o número de máquinas que cada ofício pode utilizar, bem como o número de trabalhadores. Não é a quantia de dinheiro de que dispõe o mestre que determina o número de máquinas e trabalhadores a serem empregados na produção, este número é determinado por uma regulação "extra-econômica". Com isto, queremos reforçar a idéia de que o acúmulo de dinheiro não resulta necessariamente em seu emprego como capital, do contrário, como exemplifica Marx, a Roma antiga teria concluído sua história com o trabalho livre e o capital.

"A *formação original do capital* não ocorre, como tantas vezes foi suposto, pela *acumulação* de alimentos, instrumentos, matérias primas ou, em resumo, de condições objetivas de trabalho separadas do solo e já fundidas ao trabalho humano. Não em virtude do capital criar as condições objetivas de trabalho. Sua *formação original* ocorre, simplesmente, porque o processo de dissolução de um velho modo de produção permite que o valor, existente como *riqueza monetária*, *adquira*, de um lado, as condições objetivas de trabalho para, do outro lado, trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro. Todos estes elementos já existem. O que os

separa é um processo histórico, um processo de dissolução e é este que possibilita ao dinheiro o transformar-se em *capital*.²⁸⁶

Portanto, todos os elementos constituintes do capital já se encontravam presentes na sociedade feudal anteriormente à sua aparição, desta forma, o capital não criou seus próprios pressupostos, uma vez que estes já existiam. Mas a simples existência destes pressupostos não bastava. O modo de produção feudal, *que criou os pressupostos do capital*, à medida em que se desintegrava por intermédio de suas contradições internas, arrancava os meios de produção dos trabalhadores diretos, tornando-os desprovidos de toda e qualquer forma de propriedade, a não ser seu próprio corpo. É este processo de dissolução, *de formação de não-proprietários*, que possibilita a conversão de dinheiro em capital. O capital não criou a massa de não-proprietários que passaram a viver da mendicância e dos assaltos no final da Idade Média, não criou os meios de subsistência de que se serviam os senhores feudais e seus servos, nem os instrumentos de trabalho como os teares e a roda de fiar, por exemplo. Todos estes elementos já se encontravam presentes no seio da sociedade feudal. Mas o processo de separação do trabalho de suas condições objetivas lançou todos estes elementos no mercado de trocas, possibilitando com isto que a riqueza acumulada sob a forma de capital adquirisse as condições de produção de um lado, e de outro, a força de trabalho disponível, reunindo então todos os elementos preexistentes sob seu domínio.

"Entretanto, desde que o capital e seu processo existam [processo que gerou a independência das condições objetivas do trabalho e as voltou contra os trabalhadores], conquistam toda a produção e provocam e acentuam, por toda a parte, a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e as condições objetivas de trabalho."²⁸⁷

O capital tende então a invadir a produção como um todo e com isto imprime a sua marca em toda a sociedade. Assim, ele destrói gradualmente todas as formas de propriedade e processos de trabalho feudais, como por exemplo o trabalho artesanal. Uma vez posto em marcha, o capital dissolve todas as antigas relações que potencialmente possam se opor a ele. *Toda e qualquer relação de produção não capitalista que sobreviva a este poder de dissolução é automaticamente posta em segundo plano, a operar de forma marginal nas bordas da nova sociedade, a serviço (mesmo que indireto) da valorização.* Quando o capital passa a preponderar na

²⁸⁶ *Id; Ibid* p. 103

²⁸⁷ *Id; Ibid* p. 109

produção, esta é radicalmente alterada, e junto com ela, a velha sociedade também se modifica:

"A única acumulação que é pré-requisito do advento do capital é a da riqueza monetária que, considerada isoladamente, *é inteiramente improdutiva, emergindo somente da circulação e pertencendo somente à circulação*. O capital, rapidamente, cria para si mesmo um mercado interno pela destruição de todos os ofícios subsidiários rurais (...) *transformando as mercadorias anteriormente produzidas como valores de uso imediato em valores de troca*. Este processo é o resultado automático da separação dos trabalhadores do solo e da sua propriedade (ainda que apenas propriedade servil) das condições de produção."²⁸⁸

O objetivo da produção dominada pelo capital passa a ser a *produção de valores de troca como valores de troca*, ou seja, uma produção voltada principalmente à valorização do capital. É importante observar a diferença fundamental existente entre esta nova produção de valores e o artesanato urbano. A produção artesanal também era fundada na troca e na geração de valores de troca, mas o objetivo final era a subsistência do homem enquanto artesão. Neste caso, o valor de troca existe, mas não prepondera, não é o objetivo final da produção, o que torna a produção sempre subordinada a um consumo pressuposto: a oferta encontra-se subordinada à demanda; o que torna a expansão desta forma de produção lenta, lentidão que se revela nitidamente se a compararmos à produção submetida ao capital.²⁸⁹

Neste momento, é possível tecermos uma consideração importante sobre o próprio conceito "capital". Como vimos, o próprio Marx utiliza várias vezes este mesmo conceito para caracterizar elementos ou fenômenos anteriores a existência do modo de produção capitalista, como por exemplo, capital usurário, capital mercantil etc. Mas é importante assinalar que este conceito, no sentido estrito, *só pode ser utilizado para denominar uma relação social específica, a relação capital, a relação de produção característica do capitalismo*. A partir deste ponto, podemos abordar a questão da Cooperação e seu papel na consolidação do capitalismo. Tomaremos agora as reflexões contidas em *O Capital*:

"A produção capitalista começa, como vimos, de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia a sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior do que antes (...). Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada."²⁹⁰

²⁸⁸ *Id; Ibid* p. 109-110 (grifos meus) Este ponto será retomado

²⁸⁹

Partindo desta passagem, podemos chegar a algumas conclusões importantes. O início da produção capitalista é marcado por um aumento extensivo da produção, que em última análise, não implica transformação do processo de trabalho ou no aprimoramento tecnológico. Mas a simples concentração de trabalhadores sobre o domínio de um mesmo capital individual produz, de forma limitada, algumas alterações na produção: torna possível a "manifestação de uma força de trabalho média". Devido às diferenças naturais existentes entre os trabalhadores tomados individualmente, onde alguns são mais produtivos do que outros, só se chega a esta grandeza média de produtividade de trabalho quando se reúne um grande número de trabalhadores em um mesmo processo de produção, diluindo assim as diferenças individuais. Segundo Marx:

"Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria-prima (...), instrumentos, aparelhos etc., que servem a muitos simultânea ou alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho. (...) Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor de seu valor ao produto individual (...). Com isso, diminui o um componente do valor do capital constante, diminuindo também, portanto, na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria."²⁹¹

Os exemplos que podemos dar para ilustrar esta passagem são quase infinitos. Uma oficina com capacidade para suportar 20 trabalhadores (embora obrigatoriamente mais espaçosa) custa menos trabalho do que construir 10 oficinas que suportem 2 trabalhadores cada. Isto tem uma implicação direta no preço das mercadorias: as mercadorias produzidas na primeira oficina poderão ser vendidas por um preço menor do que as produzidas nas oficinas de 2 trabalhadores, já que no primeiro caso, um dos componentes do valor final da mercadoria é menor (cada mercadoria tomada individualmente possui uma fração menor de capital constante agregado). Desta forma, a concentração de trabalhadores em um mesmo ramo de produção, *dentro das condições específicas da produção capitalista*, gera a tendência ao predomínio da grande produção sobre a pequena. Os mecanismos da concorrência de mercado, *dentro desta conjuntura*, obrigam à generalização da produção em larga escala. Assim, como afirma Marx, *parte dos meios de trabalho adquire um caráter social antes mesmo que o próprio processo de trabalho o adquira*.

Marx define o conceito de Cooperação como sendo a forma de trabalho onde muitos trabalham de forma planejada, lado a lado e conjuntamente, num mesmo

processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos. O trabalho combinado é diferente da simples soma de trabalhadores individuais, uma vez que este não aumenta simplesmente a força produtiva individual, mas cria uma força produtiva que possui um novo caráter: constitui obrigatoriamente, em si e para si, *uma força de massas*.²⁹² A pré-condição para a realização do trabalho combinado em maior escala é a concentração de capital nas mãos do capitalista, capaz de pagar a soma global da força de trabalho a ser despendida, bem como a soma do capital constante necessário. Conclui-se então, que a escala de cooperação depende da grandeza de capital de que dispõe o capitalista individual²⁹³.

Pouco a pouco, o trabalho combinado vai penetrando por todos os ramos da produção, pois possibilita maior lucro ao capitalista, já que a força social que a cooperação proporciona é apropriada de forma gratuita: o capitalista que, por exemplo, emprega 100 trabalhadores, paga a cada um destes o valor de sua força de trabalho, ou seja, *paga por 100 forças de trabalho individuais, mas não paga pela combinação das mesmas!*.

É evidente que a cooperação no processo de trabalho - o termo entendido em seu sentido mais genérico - não ocorre somente no capitalismo. Trata-se de um fenômeno muito antigo, que pode ser observado nos povos que se destinavam à caça ou à agricultura. Mas é óbvio que a forma de cooperação presente nestes povos é diferente da capitalista, assim como todo o processo de trabalho, as relações de produção e de propriedade também o são. Como vimos, nas relações sociais pré-capitalistas, o indivíduo isolado encontrava-se muito preso a terra ou à comunidade. Já a forma capitalista de cooperação tem um pressuposto diferente:

"A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre(...). Historicamente, no entanto, ela se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuindo esta forma corporativa ou não. Nesse confronto, a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente."²⁹⁴

Assim, a cooperação no processo de trabalho não é uma característica exclusiva do capitalismo, uma vez que podemos encontrá-la, *de forma diferente e desempenhando funções diferentes*, nas mais diversas sociedades, desde as mais

²⁹¹ *Id*; *Ibid* p. 245-246

²⁹² *Id*; *Ibid* p. 256-247

²⁹³ O próprio capitalista individual só pode existir após deter uma grandeza mínima de capital que o

remotas até as contemporâneas. Em cada modo de produção diferente, e em função de suas relações dominantes de produção específicas, a forma com que o trabalho combinado se realiza ocorre de forma singular, o que não dá margem à interpretações transhistóricas, que não levem em conta as singularidades e a estrutura de cada modo de produção.

Conforme observamos, o colapso da sociedade feudal liberou os elementos que possibilitam o estabelecimento da *relação capital*, relação que uma vez posta em marcha, tende a dissolver todas as demais, e assim, moldar a nova sociedade. Mas, como tentamos demonstrar, os primeiros passos do capitalismo não transformaram qualitativamente a oficina do mestre-artesão, mas somente a ampliaram. Porém, esta concentração de trabalhadores sobre um mesmo capital marcou também o início do processo de socialização da produção. Este processo extensivo de exploração do trabalho Marx denomina "subsunção formal do trabalho ao capital":

"O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação da mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio* capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto que denomino *subsunção formal do trabalho no capital*. É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo."²⁹⁵

Desta forma, a produção capitalista altera a finalidade do processo de trabalho, que passa a ter um único objetivo: a produção de mais-valia, elemento chave para a autovalorização do capital, processo que comanda toda a produção. *Uma vez estabelecido o capital enquanto relação social*, os demais elementos da sociedade, como o próprio trabalho são convertidos em instrumentos do processo de geração e realização de mais-valia. Neste processo, o trabalhador em si mesmo não importa, não faz parte das condições objetivas de produção, só sua força de trabalho o faz. Marx classifica a subsunção formal como uma forma geral no que diz respeito a qualquer processo capitalista de produção, mas também uma forma particular se relacionado ao que denomina modo de produção especificamente capitalista.

Mas o que é este modo de produção especificamente capitalista? Ou ainda, como podemos caracterizar o período marcado somente pela subsunção formal do trabalho ao capital? Sabemos que já se trata do modo de produção capitalista, que

²⁹⁵MARX, Karl *Capítulo VI inédito de O Capital - Resultados do Processo de Produção Imediata*, Editora Moraes, São Paulo, s/d. p. 87

embora ainda não seja *especificamente capitalista*, já apresenta características particulares:

"Aparece aqui também uma mistificação inerente à *relação capitalista*: a faculdade que o trabalho possui de conservar o valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade que possui o trabalho de gerar valor (apresenta-se) como faculdade de autovalorização do capital - e, no conjunto, e, por definição, o trabalho *objetivado* aparece como se utilizasse o trabalho *vivo*."²⁹⁶

Embora, neste estágio, já possamos notar algumas transformações, *é importante observar que ainda não ocorreu nenhuma modificação essencial no processo de trabalho*. Podemos caracterizar como trabalho subsumido formalmente ao capital o processo capitalista de produção que só produza mais-valia em sua forma absoluta. Desta forma, o que varia, em princípio, é a escala em que o trabalho é efetuado (estendido de forma absoluta, dentro de um processo marcado pela vastidão dos meios de produção adiantados e aumento do número de trabalhadores) e não a produtividade do trabalho:

"Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho no capital se opere com base num processo de trabalho *preexistente*, anterior a essa sua submissão no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma."²⁹⁷

Assim, o capital subsume a si o processo ou os processos preexistentes de trabalho, imprimindo a eles maior intensidade e ou maior duração. Não obstante este fato, o caráter do processo de trabalho subsumido ao capital ainda não foi alterado:

"Não é por o trabalho se tornar mais intenso ou por se prolongar a duração do processo de trabalho; nem é por o trabalho ganhar maior continuidade e, sob o olhar interessado do capitalista, mais ordem, etc., que se altera em si e para si o caráter do processo real de trabalho, do modo real de trabalho."²⁹⁸

Podemos então concluir que, dado um processo de trabalho preexistente, marcado por certo desenvolvimento das forças produtivas, onde só se possa produzir mais-valia mediante o prolongamento do tempo de trabalho, a este processo corresponde a subsunção formal do trabalho no capital. Surge então um contraste entre esta modalidade e a subsunção real do trabalho ao capital. Na primeira, como vimos, só é possível a produção de mais-valia absoluta, uma vez que o processo de

²⁹⁶ *Id; Ibid* p. 89

²⁹⁷ T.3. II.2.3

trabalho não sofreu nenhuma alteração essencial, já a segunda forma de submissão possibilita novas maneiras de se extorquir mais-valia.

Na subsunção formal do trabalho no capital, se enfocarmos o processo de trabalho sob o ponto de vista tecnológico, nada foi alterado. Mas o simples fato deste encontrar-se subsumido ao capital, e por isso, sujeito a uma escala de produção muito maior, vai permitindo que sejam paulatinamente criadas as condições necessárias à emergência da subsunção real do trabalho no capital, ou seja, para a instauração do modo de produção especificamente capitalista. Desenvolvem-se assim, no processo de trabalho, "uma relação econômica de hegemonia e subordinação", já que o capitalista assume a direção do processo produtivo, e é de seu interesse a máxima rentabilidade, e também, algo de importância decisiva: dada a uma maior constância e intensidade do trabalho e a maior economia no emprego das condições de trabalho (a produção em grande escala por si só favorece esta economia, pois como já afirmamos uma fração menor do capital constante é agregado às mercadorias), *a mercadoria passa, de forma progressiva, a representar somente o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção*. Com isto, a coerção sobre o produtor, de forma gradual, vai tornando-se *estritamente econômica*, isto é, todas as "excrecências patriarcais", políticas e religiosas vão sendo eliminadas da relação de exploração. Desta forma, todos os resquícios feudais vão sendo dissolvidos.

Segundo Marx, a diferença entre o trabalho formalmente subsumido no capital e o modo precedente de emprego do trabalho só se revela com maior clareza após certo volume de capital empregado na produção pelo capitalista individual:

"Só uma vez alcançado certo mínimo de capital, deixa o capitalista de ser ele próprio um operário e começa a ocupar-se unicamente com a direção do processo de trabalho e a comercialização das mercadorias produzidas"²⁹⁹

Podemos notar que o aumento extensivo da produção subordinada ao capital por si só cria a base sob a qual o modo especificamente capitalista se apoia. O trabalho subsumido realmente ao capital torna o modo de produção capitalista endógeno, isto é, capaz de auto-reproduzir-se:

"A característica geral da *subsunção formal*, a *subordinação direta do processo de trabalho ao capital* subsiste, seja qual for, tecnologicamente falando a forma como se desenvolva tal processo. Sobre esta base, contudo, emerge um *modo de produção específico*, e não apenas tecnologicamente, *que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais: o modo capitalista de produção*. A *subsunção real do trabalho no capital* só se opera quando ele entra em cena."³⁰⁰

²⁹⁹ *Id*; *Ibid* p. 96

³⁰⁰ *Id*; *Ibid* p. 104

Assim, o advento da subsunção real do trabalho ao capital revoluciona o modo de produção como um todo, alterando a produtividade do trabalho, as relações entre capitalistas e operários e o próprio processo de trabalho. As forças produtivas sociais do trabalho atingem um alto grau de desenvolvimento, uma vez que a produção em larga escala possibilita a incorporação da ciência e da maquinaria ao processo produtivo, o que resulta em um aumento de produtividade até então nunca visto:

"Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho."³⁰¹

É uma alteração na forma de produção material que constitui a base para o estabelecimento das relações de produção especificamente capitalistas. A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se a partir do momento em que produção de mais-valia relativa se torna possível. A partir deste ponto, *o desenvolvimento da força produtiva do trabalho objetivado surge como força produtiva do capital, e não como força produtiva do trabalho*. Esta transformação faz com que o processo de trabalho ganhe autonomia frente aos olhos do produtor direto, que passa a não ter nenhum controle sobre ele. Durante a vigência da subsunção formal, a habilidade do trabalhador, de certa forma, tinha mais influência na determinação do tempo médio de trabalho socialmente necessário. Agora, com o desenvolvimento da maquinaria e com a aplicação da ciência no processo produtivo, as condições tornam-se completamente diferentes. Podemos então afirmar que, quando a produção de mais-valia relativa se generaliza e se apodera de todos os ramos da produção, o processo de dissociação entre o trabalho e as condições objetivas para a sua realização chega ao fim. Com isto, cresce ainda mais o antagonismo entre o produtor direto e o processo de trabalho. O trabalho se confronta com o trabalhador não só como algo *alheio*, mas também *hostil*, como a personificação e objetivação do capital.

"Seja como for, as duas formas de mais valia, a absoluta e a relativa - se se quiser considerar cada uma de per si, como existências separadas (e a mais valia absoluta precede sempre a relativa) - correspondem a duas formas separadas da subsunção do trabalho no capital, ou duas formas separadas da produção capitalista, das quais a primeira precede sempre a segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir por sua vez a base para a introdução da primeira em novos ramos da produção."³⁰²

Podemos concluir então que o período correspondente à subsunção formal do trabalho ao capital já é capitalista, mas ainda muito marcado pelas sobrevivências feudais. O próprio processo de trabalho, como vimos, *sob o ponto de vista da produtividade do trabalho, permaneceu inalterado*. Disto decorre um efeito interessante e característico deste período: o produtor direto ainda detém certo controle sobre o processo produtivo, e portanto ainda determina, de certa forma, o ritmo do processo de produção, ou seja, *o trabalhador ainda não foi convertido em um mero apêndice da máquina*. Contudo, o processo de trabalho já se apresenta aos seus olhos como algo alheio, estranho, como sua não-propriedade. Como tentamos demonstrar, a produção em larga escala vai gradativamente determinando a produtividade Média de trabalho e dissolvendo todas as antigas formas de coação extra-econômicas. Assim, a exploração capitalista torna-se restrita à esfera econômica. Este processo se alastra por toda a esfera da produção, e com isto, cria as condições para novas e mais eficientes formas de extração de mais valia: a produção de mais-valia relativa. Aqui o trabalhador perde todo e qualquer controle sobre o processo de produção, sendo então convertido em um mero prolongamento da maquinaria. É a cadência das máquinas que determina o tempo social de trabalho médio, e não mais a habilidade do produtor direto. O tempo de trabalho torna-se então uniforme, uma vez que a jornada de trabalho possui a mesma duração *para todos os trabalhadores*, não importando o tipo de trabalho que realizem. É, portanto, a partir deste ponto que o processo de separação entre o trabalho e as condições objetivas necessárias à sua realização se completa. É a partir da subsunção real do trabalho no capital que a exploração capitalista se torna estritamente econômica, e o modo de produção capitalista passa a reproduzir-se de forma endógena.

1) O Desenvolvimento do Capital Comercial e seus limites

Até aqui pudemos observar como Marx concebeu a separação do trabalho das condições objetivas necessárias à sua realização, ou melhor, como foram gerados os dois pré-requisitos básicos para a consolidação da produção capitalista: a concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe e a conseqüente formação de uma massa de trabalhadores que só possuem sua força de trabalho para vender. Pretendemos agora abordar as considerações de Marx sobre o

desenvolvimento do capital comercial e seu papel na transformação da sociedade, considerações que se encontram no terceiro volume de *O Capital*³⁰³.

“Até agora - escreve Marx - examinamos o capital comercial do ponto de vista e dentro dos limites do modo de produção capitalista. *No entanto, não só o comércio, mas também o capital comercial é mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato, ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital.*”³⁰⁴

De acordo com Marx, o capital comercial surge e se desenvolve no interior dos modos de produção pré-capitalistas, apresentando características específicas: *ele fica restrito à esfera da circulação e sua função consiste em mediar o intercâmbio de mercadorias*³⁰⁵. Portanto, sua existência e seu desenvolvimento dependem em primeiro lugar de uma prévia concentração de fortuna monetária e, em segundo, da generalização das vendas por atacado, ou melhor, da existência de comerciantes que não comprem apenas para satisfazer suas necessidades pessoais, mas que o façam para vender em grande escala, concentrando em seus atos de compra os atos de compra de muitos. Uma vez efetivadas suas condições de existência, o desenvolvimento do capital comercial *tende* a orientar cada vez mais a produção para o valor de troca e a transformar os produtos em mercadorias. Trata-se portanto de um pressuposto *fundamental* para a emergência do modo de produção capitalista. Mas:

“(...)Mesmo assim, considerado em si, seu desenvolvimento, como veremos logo adiante, *é insuficiente para mediar e explicar a passagem de um modo de produção para outro*”³⁰⁶.

Esta passagem é bem clara: apesar de consistir na primeira forma histórica do capital e um dos pressupostos da produção capitalista, o capital comercial é incapaz de promover por si só a transição de um modo de produção a outro. O que pretendemos analisar neste momento é o papel ambíguo que ele exerceu na transição: se de um lado o capital comercial atuou decisivamente na consolidação de alguns elementos

³⁰³ O capítulo que usamos como fonte é o XX: “Considerações Históricas Sobre o Capital Comercial”. Como é sabido, o terceiro volume de “O Capital” foi publicado postumamente. Para poder publicá-lo, Engels teve de se servir dos manuscritos de Marx, os quais (por se tratarem muitas vezes de anotações pessoais) de um modo geral eram confusos e muitas vezes incompletos. Não obstante o esforço de Engels, o resultado não poderia ser outro: um texto complexo e por vezes truncado. Neste capítulo em particular, Marx repete muito as mesmas idéias e os mesmos argumentos (sob novos ângulos ou apenas formulados de maneira diferente) e não segue uma linha argumentativa bem definida. Cientes destas dificuldades, nos esforçamos ao máximo para apresentar as reflexões marxianas que nos interessavam diretamente de forma mais ordenada possível.

³⁰⁴ MARX, Karl *O Capital*, Vol. IV p. 232. (grifos meus)

³⁰⁵ *ibidem*, p. 232.

necessários à produção capitalista, por outro, ao se autonomizar e se enraizar na esfera da circulação, acabou criando novas barreiras à constituição e consolidação da produção *especificamente* capitalista.

Vamos analisar primeiro o seu papel *transformador*. Ao iniciar seu desenvolvimento, o capital comercial tende a intensificar cada vez mais seus pressupostos: ele promove uma concentração cada vez maior de dinheiro nas mãos dos comerciantes, fortalecendo a sua posição na sociedade ao mesmo tempo em que impulsiona a circulação de dinheiro e a monetização das relações sociais. Não resta dúvida de que estes efeitos resultantes da ação progressiva do capital comercial transformaram profundamente as relações de produção feudais e atuaram na correlação de força das classes em luta, criando novas forma de obtenção de rendimentos, ou melhor, *novos interesses*. De um modo geral, toda esta nova conjuntura acaba preparando o terreno para a posterior emergência do capitalismo:

“Não há nenhuma dúvida (...) - escreve Marx - de que, nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções que transcorreram no comércio com os descobrimentos geográficos, e que rapidamente elevaram o desenvolvimento do capital comercial, constituem um momento principal na promoção da passagem de[do] modo de produção feudal para o capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações européias pela posse de produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, *contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção*. No entanto, o modo de produção moderno se desenvolveu em seu primeiro período, o período manufatureiro, *somente onde as condições para tanto haviam sido geradas durante a Idade Média.*”³⁰⁷

Podemos observar então que o desenvolvimento do capital comercial atuou de maneira essencial na dissolução da produção feudal, *mas a substituição desta produção pela manufatura só pôde se efetivar onde seus pré-requisitos já haviam sido gerados durante a Idade Média*. A partir daqui podemos entrar em pormenores sobre o *tipo* de desenvolvimento que o capital comercial proporcionou. Podemos afirmar que sua influência sobre as formações econômicas pré-capitalistas é muito mais *quantitativa* do que *qualitativa*: dadas as condições objetivas vigentes, a ação dos comerciantes ficava circunscrita exclusivamente à esfera da circulação: eles se apropriavam de parte do excedente já extraído por meios feudais dos produtores diretos (isto, naturalmente, no caso da Europa Ocidental), ou seja, os comerciantes limitavam-se a açambarcar e a redistribuir riquezas que não haviam contribuído diretamente para gerar. O fato do grande comerciante se encontrar muito afastado da

³⁰⁷ *id;ibid* p. 238 (grifos meus)

produção é uma característica peculiar de certos modos de produção pré-capitalistas: nestes, *a existência livre do capital comercial depende obrigatoriamente da separação entre produção e circulação, e da manutenção desta separação*. Neste caso o capital comercial atua de forma autônoma, como a função por excelência do capital, e não como no capitalismo, onde ele consiste apenas em uma *função específica* dentre várias outras (como por exemplo, o capital industrial, etc.)³⁰⁸.

Chegamos a um ponto decisivo: os limites inerentes a esta forma de capital, no que diz respeito à transformação de um modo de produção em outro. Apesar de concentrar riquezas e de promover o desenvolvimento da esfera da circulação, como Marx enfatiza várias vezes, este desenvolvimento autônomo do capital comercial equivale à não-subordinação da produção ao capital:

“Um desenvolvimento autônomo e preponderante do capital enquanto capital comercial equivale a não-subordinação da produção ao capital, *portanto ao desenvolvimento do capital em uma forma de produção que lhe é estranha e independente dele*. O desenvolvimento autônomo do capital comercial é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico geral da sociedade.”³⁰⁹

Assim, nos modos de produção pré-capitalistas (e em especial no modo feudal de produção) a progressiva intensificação das atividades mercantis produz um efeito paradoxal: o desenvolvimento da esfera da circulação se dá às custas de sua dissociação progressiva da produção. *Quanto mais o capital comercial se desenvolve, mais distante da produção ele se encontra*, de modo que acaba por determinar, no longo prazo, o comprometimento do desenvolvimento geral da economia, pois sob relações pré-capitalistas de produção, os recursos produzidos são sistematicamente desviados para a esfera da circulação, e em sua maior parte, aí permanecem. Dada a sua própria forma de atuação sobre a sociedade, o comerciante pré-capitalista não tem o menor interesse em produzir as mercadorias que vende. Ele pouca atenção presta às relações de produção (não lhe interessam: só o produto final é que importa para ele), pois seu lema é comprar barato para vender caro. É da disparidade entre os preços que ele tira seus lucros, disparidade que resulta dos diferentes estágios de

³⁰⁸ Marx é muito claro quando se refere a esta distinção: “Dentro do modo de produção capitalista - isto é, assim que o capital se apoderou da própria produção e lhe deu uma forma completamente alterada e específica - o capital comercial aparece apenas como capital em uma função *específica*. Em todos os modos anteriores de produção - e tanto mais quanto mais a produção é produção direta dos meios de subsistência do produtor - o capital comercial aparece como sendo a função *par excellence* do capital.”

desenvolvimento dos diversos países. A manutenção desta heterogeneidade é, portanto, a garantia da perpetuação desta forma de comércio³¹⁰.

Vamos agora aprofundar um pouco mais a discussão referente aos limites do capital comercial na transformação da estrutura feudal. Refletindo sobre o impacto do comércio sobre as sociedades pré-capitalistas, Marx conclui que seu papel dissolvente depende da *natureza* do modo de produção que sofre sua influência:

“(…) O capital comercial, quando em dominação preponderante, representa por toda parte portanto um sistema de pilhagem, de modo que seu desenvolvimento nos povos comerciantes da Antigüidade como da época mais recente está diretamente ligado à pilhagem violenta, pirataria, roubo de escravos, subjugação nas colônias; assim em Cartago e Roma, posteriormente com venezianos, portugueses, holandeses, etc. O desenvolvimento do comércio e do capital comercial leva por toda parte a orientação da produção para o valor da troca, aumenta seu volume, a diversifica e a cosmopolitiza, desenvolve o dinheiro tornando-o dinheiro mundial. O comércio age por isso em todas as partes mais ou menos como solvente sobre as organizações preexistentes da produção, que, em todas as suas diferentes formas, se encontram principalmente voltadas para o valor de uso. *Até que medida, porém, ele provoca a dissolução do antigo modo de produção depende, inicialmente, de sua solidez e articulação interna. E para onde esse processo de dissolução conduz, ou seja, que novo modo de produção entra no lugar do antigo, não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção.*”³¹¹

Mais uma vez Marx nos mostra que o papel transformador do comércio depende da *natureza* do modo de produção onde ele atua. São suas contradições internas que, em última instância, orientam a transição. O desdobramento final desta passagem é ainda mais explícito:

“(…) No mundo antigo, o efeito do comércio e o desenvolvimento do capital comercial resultavam *sempre* em economia escravista; conforme o ponto de partida, também na transformação de um sistema escravocrata patriarcal, voltado para a produção direta de meios de subsistência, num sistema voltado para a produção de mais-valia. No mundo moderno, no entanto, ele desemboca no modo de produção capitalista. *Deduz-se daí que estes resultados foram condicionados ainda por outras circunstâncias muito diferentes, do que pelo desenvolvimento do capital comercial.*”³¹²

³¹⁰ É importante observar que, de acordo com Marx, esta forma de auferir lucros acaba por corroer, no longo prazo, suas próprias bases: “Comprar barato para vender caro é a lei do comércio. *Portanto não o intercâmbio de equivalentes.* (...) A relação quantitativa em que produtos são intercambiados é de início totalmente acidental. Assumem forma de mercadoria à medida que são intercambiáveis ao todo, isto é, expressões de um mesmo terceiro fator. *O intercâmbio continuado e a reprodução mais regular para o intercâmbio vai abolindo cada vez mais essa acidentalidade.* Inicialmente, porém, não para os produtores e consumidores, mas para o intermediário entre ambos, o comerciante, *que compara os preços e embolsa a diferença. Mediante seu próprio movimento ele estabelece a equivalência.*”. *id; ibid p. 235*

³¹¹ *Id; ibid p. 236-7* (grifos meus)

³¹² *Id; Ibid p. 237* (grifos meus)

Estamos de volta ao nosso ponto de partida: a necessidade de apreender as contradições internas que *fundam* um modo de produção, tanto para compreender seu funcionamento quanto para explicar a sua transformação. Marx cita uma série de *exemplos* históricos que evidenciam os limites do comércio sobre a estrutura dos modos de produção pré-capitalistas, como por exemplo, o caso da Roma Antiga onde, embora o capital comercial tivesse atingido um grau elevadíssimo de desenvolvimento, os ofícios e a produtividade não cresceram na mesma medida. Ou então, o fato do “espírito comercial”³¹³ no mundo antigo ter se manifestado com maior frequência e intensidade nos povos nômades do que nos sedentários.

As reflexões que recuperamos neste momento são importantes para nossos propósitos. Marx trata de forma clara o complexo papel exercido pelo comércio de longa distância sobre a produção feudal e sobre o modo de produção capitalista. Ao acelerar a acumulação de riquezas e, conseqüentemente, ao orientar indiretamente a produção para o valor de troca³¹⁴ o capital comercial pode ser concebido como um elemento transformador, como um pré-condição necessária à emergência do capitalismo. Mas, como pretendemos demonstrar, não consiste em uma condição *suficiente*. Ao promover a autonomização da esfera da circulação, ele acaba por criar empecilhos à transformação *capitalista* da sociedade. A questão que se coloca não é se o capital comercial pode, em um determinado modo de produção pré-capitalista, promover o progresso econômico, mas sim que *tipo* de desenvolvimento ele pode proporcionar. Pudemos observar que, no caso do feudalismo, dada a forma de existência dos grandes comerciantes, eles dependiam da manutenção das relações feudais de produção. Suas estratégias para maximizar os ganhos eram determinadas pelas próprias condições que garantiam a sua existência enquanto comerciantes: como vimos, eles tinham de fazer a balança pender para o seu lado nas trocas, explorando a diferença de preços entre povos e unidades produtivas diferentes. Não vamos nos alongar mais nesta discussão pois já tratamos dos limites do comércio

³¹³ Esta é exatamente a expressão usada por Marx. cf. *Id;Ibid* p. 237

³¹⁴ Usamos aqui o termo “indiretamente” porque o comerciante não participa diretamente da produção, e portanto, não a revoluciona. Mas ele se interessa apenas pelo *valor de troca* de suas mercadorias. Seu movimento, como Marx explicita, é sempre D-M-D’: “Qualquer que seja, porém, a organização das esferas da produção, cujo intercâmbio de mercadorias o comerciante medeia, *sua fortuna existe sempre como fortuna monetária e seu dinheiro funciona sempre como capital*. Sua forma é sempre D-M-D’; *dinheiro, a forma autônoma do valor de troca, como o ponto de partida, e o aumento do valor de troca como fim autônomo*. O próprio intercâmbio de mercadorias e as operações que o medeiam - separados da produção e efetuados por não-produtores - são mero meio de multiplicar não só a riqueza, mas a riqueza em sua forma social geral, *como valor de troca*. O motivo impulsionador e a finalidade determinante é *transformar D em D+ΔD*. Esse D-M-D’ como movimento característico do capital comercial distingue-se

sobre a economia feudal na primeira e segunda parte deste trabalho. Nossa intenção aqui, como já havíamos afirmado, era recuperar as formulações de Marx sobre esta questão específica³¹⁵.

2) O Capital: história do capitalismo?

Dois tipos de leitura de *O Capital* aparecem com muita freqüência: trata-se para alguns de um livro de *economia* com algumas digressões históricas, para outros podemos encontrar nesta obra a história do capitalismo, cuja ênfase encontra-se na esfera econômica. A primeira delas pode ser descartada imediatamente, pois, como pudemos observar no capítulo anterior, já na *Miséria da Filosofia* Marx havia apontado os limites da economia política, crítica que transparece com muito mais acuidade em *O Capital*³¹⁶. A segunda leitura, contudo, exige um exame mais cuidadoso.

Tanto Marx quanto Engels reconheciam o valor da história, que qualificavam como uma ciência de síntese, a mais significativa dentre as demais ciências sociais³¹⁷. Entretanto, nunca ostentaram a condição de historiadores³¹⁸. Temos de insistir neste ponto porque a relação entre o marxismo e a história é um dos componentes do debate sobre a transição. É claro que da análise deste tipo de relação subjaz o debate em torno do estatuto da história: ela é uma ciência? Ou a história consiste em uma forma específica de arte, que como tal nunca deveria ter saído dos domínios da

de M-D-M, o comércio de mercadorias entre os próprios produtores, que esta voltado para o intercâmbio de valores de uso como finalidade última.” *Id.* *Ibid* p. 233 (grifos meus)

³¹⁵ Uma análise rigorosa do capital comercial e do capital usurário encontra-se em OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa *O Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado* Tese de doutoramento em Economia - IE/UNICAMP Campinas, 1985 p. 9-40

³¹⁶ Este tipo de análise é extremamente controversa. Como salienta Louis ALTHUSSER (“O objeto de *O Capital*” in: *Para ler O Capital* vol.2), Marx não formulou a diferença específica que o separa da economia política clássica, *embora tivesse plena consciência dela*. A crítica de Marx à economia política é muito mais radical do que muitos autores dão a entender: não há um *continuum* entre, por exemplo, Marx e Ricardo (certas interpretações tendem a afirmar que Marx teria simplesmente “descoberto” a mais-valia ao aprimorar a identificação feita por Ricardo entre valor e tempo de trabalho) pois, a rigor, Marx nega a validade epistemológica da economia política: o modo como esta ciência recorta (e formula) seu objeto lhe impõe limites intransponíveis: *o universo burguês*. Ela não pode ir além pois faz parte integrante do véu ideológico que recobre o modo capitalista de produção, do mesmo modo que a teologia não era capaz de criar as bases para a supressão de modo de produção feudal.

³¹⁷ De acordo com Florestan FERNANDES: “Ambos [Marx e Engels] pensavam que a história era a verdadeira ciência ou a ciência magna entre as ciências sociais. Se tivessem de contrapor alguma ciência à física newtoniana, ela não seria a economia política (uma emanção ideológica dos interesses da burguesia), mas a história.(...) Concebiam portanto o modo de produção capitalista como uma categoria histórica. Opunham-se, assim, tanto à redução abstrata das relações econômicas a um *tipo ideal*, quanto à pulverização dos eventos e processos históricos entre várias “ciências históricas especiais””; in: “Introdução” *Marx & Engels História* p.12-3

literatura? O simples registro do passado pode ser caracterizado como história ou, pelo contrário, somente o discurso indireto, isto é, reconstruído com base em fontes diversas pode ser qualificado como tal? Estas são apenas algumas das diversas e espinhosas questões debatidas pela historiografia ao longo dos anos. Infelizmente não poderemos contemplar esta discussão, pois ela exigiria um livro específico, tamanha a sua complexidade. Tomaremos como referência a noção de história implícita nos textos de Marx e Engels, noção que irá tornar-se mais clara gradativamente, ao longo do trabalho.

Antes de mais nada, é necessário observarmos uma passagem de Marx presente no célebre prefácio à primeira edição de *O Capital* (1867):

“O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegue achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar tão ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur!*”³¹⁹

A passagem é clara: seu objeto é o modo de produção capitalista e suas relações de produção e circulação. A Inglaterra é a *principal ilustração* à explicação, que não recobre apenas este país, pois envolve o capitalismo como um todo. Baseando-se apenas nisto, ainda é possível afirmar que *O Capital* é um livro que relata a história do capitalismo, abordando sua formação, sua dinâmica e transformação, só que ultrapassa a perspectiva da história nacional: consiste na história de um sistema de produção que interliga diversas nações (capitalistas ou não), e que não pode ser apreendido pelo ponto de vista estritamente nacional ou regional. Mas não é isto que Marx nos apresenta em *O Capital*. Ele nos oferece um estudo sobre a dinâmica do modo de produção capitalista, seu potencial transformador e apenas indica o processo de sua formação, *não como história da formação, mas como gênese de elementos*³²⁰.

³¹⁸ cf. *ibid* p. 10

³¹⁹ MARX, K. *O Capital* op.cit. p.18

³²⁰ Mesmo o famoso capítulo XXIV do primeiro volume (“A assim chamada Acumulação Primitiva”) não é, a rigor, um capítulo que relata a história da formação do capitalismo: a *análise lógica* da constituição dos elementos fundantes do capitalismo é acompanhada por exemplos ou digressões tidas como “históricas” (os *enclosures* e o subsequente *Clearing of Estates*, o “roubo colossal” dos bens da Igreja, as legislações sanguinárias contra os despossuídos na Inglaterra desde o século XV (e as variantes

Há uma grande diferença entre estes dois procedimentos. No segundo caso, os elementos não são articulados na análise: esta articulação só torna-se possível com o sistema em funcionamento. Trata-se, na prática, de uma *inversão* da história, isto é, de uma análise *retrospectiva*, que parte do capitalismo estabelecido e busca a formação de seus elementos constitutivos. A história da formação do capitalismo envolve outro procedimento: a reconstituição do processo deve ser prospectiva, mostrando a articulação, desarticulação e rearticulação dos diversos elementos em jogo. Em outras palavras, para escrever a história da formação do capitalismo é necessário partir do feudalismo como um *modo de produção*, explicitando suas contradições internas e leis de desenvolvimento, para poder compreender sua crise (a *transformação de sua dinâmica*: o processo transitório em si) e a formação de um novo modo de produção, que repousa em bases diferentes e apresenta um nova dinâmica.

identificação e o estudo da formação dos diversos elementos que, articulados, possibilitam o estabelecimento do modo capitalista de produção (gênese dos arrendatários capitalistas, do capitalista industrial, a progressiva formação do proletariado, etc.).

CONCLUSÃO

Ao longo de todo o trabalho, pudemos perceber que o alicerce sob o qual se sustenta a tese de Sweezy é demasiadamente débil, e não resiste a uma análise que leve em conta as relações de produção dominantes no feudalismo. Para Sweezy, em função do recrudescimento do comércio no final da Idade Média, iniciou-se um processo de substituição das prestações de trabalho ou pagamento em espécie por tributos em dinheiro, o que para o autor não se trata apenas de uma questão formal, já que este fato pressupõe "uma desenvolvida produção de mercadorias". Em última análise, o que leva Sweezy a propor o seu "sistema pré-capitalista produtor de mercadorias" é a presença considerável do que denomina relações mercantis no seio de uma estrutura feudal já quase completamente dissolvida, sendo que uma das maiores evidências que aponta é a conversão do pagamento das prestações em trabalho ou em produtos, pelo pagamento em dinheiro.

Mas será que esta transformação é tão determinante, a ponto de alterar a natureza da relação, descaracterizando-a como feudal? Como observamos na primeira parte deste trabalho, Dobb argumenta que tal conversão consiste em *uma mera mudança de forma*, uma vez que, essencialmente, a relação de sujeição entre o produtor direto e o *lord* continuava inalterada. Mas Sweezy não concorda:

"Ambos, [Sweezy se refere aqui a Dobb e a Takahashi], por exemplo, tendem a tratar a substituição das prestações de trabalho ou pagamento em espécie pelas rendas em dinheiro, em grande parte como uma questão de forma, e a desconsiderar o fato de que esta mudança pode ocorrer numa escala considerável apenas na base de uma desenvolvida produção de mercadorias"³²¹

Se observarmos mais de perto esta questão, podemos constatar que embora uma grande parcela dos produtores diretos estivessem pagando suas prestações em dinheiro, e não mais em produtos ou em trabalho nas terras do senhor, a relação de expropriação do excedente ainda não se alterou: era ainda o poder político-religioso-militar da nobreza que coagia o produtor direto, *que ainda detinha a posse dos meios de produção*, a entregar uma parcela de sua produção (trabalho excedente). Assim, a distribuição dos meios de produção e a fonte do poder da nobreza, bem como o "mecanismo" de extração de trabalho excedente não sofreu alterações essenciais. É

³²¹ SWEETZY, P. "A Rejoinder" *op. cit.* p. 62

evidente que esta comutação tem como pré-requisito uma elevada circulação monetária, o que por si só já consiste em um forte indicativo de que a sociedade feudal já começava a sofrer novas e poderosas influências, e que já se encontrava na iminência de sofrer transformações mais profundas. Esta nova conjuntura, e nisto Sweezy tem razão, tende a impelir as relações de produção feudais rumo à monetização completa (onde o dinheiro surge como o equivalente geral), mas não tem força suficiente para levar esta transformação a cabo. A monetização exige outras condições que não podem ser vistas como uma consequência necessária da intensificação do fluxo de dinheiro e da expansão do mercado. Para que isto ocorra, como já afirmamos, a força de trabalho deve se encontrar completamente dissociada dos meios de produção, pois só assim é possível a extração de mais-valia e a transformação *substancial* das relações de produção. É fundamental recordarmos que no caso ao qual nos referimos, o produtor direto ainda detinha a posse da terra, e portanto, as duas partes do seu trabalho - a "retribuída" (a que retém para si) e a não retribuída (o pagamento da prestação) - ainda se encontravam *separadas*, pois era visível a parcela do excedente que era compelido a ceder. O fato de o produtor direto trabalhar integralmente em suas próprias terras (e não mais nas do senhor) e vender parte de sua produção para poder pagar suas obrigações em dinheiro não é suficiente para caracterizarmos esta forma de trabalho como capitalista. A transformação mais radical ocorre quando a terra lhe é arrancada: neste momento ele é compelido a trabalhar em troca de salário, e é só a partir deste ponto que podemos falar em uma transformação substancial, que dá lugar a relações de produção historicamente novas. Portanto, segundo nosso entender, com a generalização do pagamento dos tributos em dinheiro, apenas a *forma do excedente* foi transformada mas a natureza da coação permaneceu intacta. A tese de Sweezy, tomada integralmente, só poderia se manter em pé caso ele conseguisse demonstrar, mediante provas factuais, a ocorrência de alterações significativas nas relações entre exploradores e produtores diretos, bem como nas formas de propriedade que determinariam a base do suposto "sistema pré-capitalista produtor de mercadorias". Mas Sweezy não faz nenhuma argumentação neste sentido, detendo-se nas transformações mais superficiais.

De acordo com nossas observações, os pré-requisitos para a gênese do capital são frutos do próprio processo de desintegração do feudalismo, processo *determinado principalmente pelas contradições internas imanentes à estrutura feudal*. Assim, a tese de Sweezy fundada na premissa de que o feudalismo é inerentemente conservador, isto é, incapaz de se transformar mediante sua própria estrutura interna, tornando

necessária a ação de um elemento externo é completamente estranha ao materialismo histórico. De fato, para Sweezy, como pudemos constatar, tanto a gênese como o colapso do modo de produção feudal são eventos que possuem uma relação direta com a presença ou ausência do comércio de longa distância. Como já afirmamos diversas vezes, o autor assume que o comércio é um fator externo ao modo de produção feudal, mas capaz de abalar suas bases, tornando a riqueza em um fim em si mesmo e possibilitando um maior acúmulo de riquezas sob a forma de dinheiro. Com isto, gradativamente, a nobreza tenderia a estabelecer como objetivo da produção a maximização do lucro, adotando processos de trabalho *mais racionais* (ou seja, mais produtivos), como por exemplo a adoção do trabalho assalariado. Assim, Sweezy assume sem explicar que a intensificação de um fator externo ao feudalismo transforma radicalmente sua estrutura interna, impondo ao mesmo uma racionalidade capitalista (embrionária), que pouco a pouco, e em detrimento das contradições internas do feudalismo (que posteriormente ele nega a existência), adequa a economia e todas as relações sociais feudais à uma produção de natureza capitalista. Tentamos demonstrar no capítulo III que a tendência de Sweezy em hiperdimensionar o papel do comércio no processo de dissolução do modo de produção feudal o obriga a reduzir a luta de classes a um papel secundário, meramente formal e, implicitamente, a assumir premissas falsas, como a existência de uma concorrência de mercado na economia feudal que obrigasse ao aprimoramento das forças produtivas e sua generalização por todas as unidades produtoras. Com esta postura, como foi nossa intenção demonstrar, Sweezy tende a se aproximar de Adam Smith: a ênfase na relação entre a expansão do comércio e o aumento da divisão e especialização do trabalho na dissolução das relações de produção feudais é o seu ponto de convergência mais explícito. O hiperdimensionamento do papel transformador da esfera da circulação no feudalismo e a adoção de pressupostos trans-históricos são decorrentes desta tendência. De acordo com Brenner, parte considerável dos autores marxistas tendem se aproximar do que ele qualifica de “marxismo neosmithiano”:

"Sustento aqui que o *método* de toda uma linha de autores de tradição marxista acabou levando-os a desprezar as relações de classe do centro de suas análises sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. *Suas intenções foram negar o modelo otimista de progresso econômico derivado de Adam Smith, segundo o qual o desenvolvimento do comércio e da divisão do trabalho provocam infalivelmente o desenvolvimento econômico.* Mas como não descartaram os pressupostos individualistas implícitos neste modelo, *acabaram por construir uma*

*teoria alternativa do desenvolvimento capitalista, que é, em seus aspectos essenciais, a imagem refletida da tese 'progressista' que desejavam superar."*³²²

O paradoxo revelado por Brenner é extremamente interessante. Muitos autores marxistas, em sua ânsia de superarem o modelo otimista legado por Smith, acabam produzindo "explicações alternativas", que na realidade, incorporam implicitamente princípios da interpretação que pretendiam derrubar.

Mas a maior lacuna de Sweezy é a negação da dinâmica do feudalismo. Em seus textos que fazem parte do debate de 54 esta idéia não está presente de forma explícita, mas pode ser deduzida quando o autor enfatiza o caráter "conservador" do feudalismo e aponta a necessidade de uma indução externa para promover a sua transformação. Este argumento só se torna explícito algumas décadas mais tarde, em "Feudalism-to-capitalism revisited", onde Sweezy afirma categoricamente que só o capitalismo apresenta "leis de desenvolvimento" próprias. Este tipo de abordagem resulta de uma compreensão equivocada de certos estudos marxianos. O objetivo de Marx sempre foi compreender o capitalismo para promover a sua superação. Praticamente todas as suas investigações sobre os demais modos de produção foram feitos sob a égide deste objetivo particular. Como já havíamos advertido na introdução, esta abordagem peculiar da história - investigar o passado para compreender e sobretudo transformar o presente - foi muito mal interpretada, dando como resultado interpretações desastrosas entre os marxistas mais descuidados. Sweezy não levou isto em consideração e interpretou a omissão de Marx em expor a dinâmica do feudalismo com a inexistência de qualquer dinâmica. A situação é ainda mais grave: Sweezy não só despreza as implicações epistemológicas deste tipo de afirmação como não percebe que ela afeta as suas antigas posições: se não existe nenhuma dinâmica interna responsável pelo desenvolvimento do feudalismo, toda a reflexão sobre a indução de "forças externas" sobre este modo de produção não faz o menor sentido.

Ao encerrar as críticas a Sweezy é necessário fazer-lhe justiça e apontar seus méritos. Não obstante todos os limites de sua abordagem, não podemos menosprezar sua importância. Ao questionar os pontos menos desenvolvidos ou pouco claros das teses de Dobb, levando-o a reavaliar (e, em alguns pontos, reformular) grande parte de suas reflexões, Sweezy deu início ao fecundo "debate sobre a transição" de 54, que apesar de distante no tempo, continua sendo uma referência obrigatória a qualquer estudo sobre o declínio do feudalismo e sobre a emergência da sociedade burguesa. A

intervenção de Sweezy, embora marcada por diversas inconsistências, chama a atenção para a tendência nas reflexões sobre a transição em “isolar” a Europa Ocidental, desconsiderando um contexto mais amplo: a sua relação com as demais regiões. A crítica, embora mal conduzida, tem fundamento. Estabelecer este tipo de relação é uma tarefa extremamente complexa, mas isto não é uma justificativa plausível para abandonar um problema tão importante. De forma indireta, ao exigir um re-exame do período compreendido entre os séculos XV e XVI, Sweezy tocou em outra questão importante: o pressuposto - geralmente inconsciente - que se verifica em grande parte dos autores marxistas, de que a transição de um modo de produção a outro deve ser rápida. O fato é que o esgotamento do feudalismo levou alguns séculos e a constituição das relações de produção burguesas não foi automática. Sweezy percebeu o problema, mas não conseguiu formulá-lo de forma adequada.

*

Uma das características mais positivas da explicação de Dobb sobre o declínio do feudalismo é o rigor metodológico. O autor parte da premissa de que qualquer reflexão sobre desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico deve ser apreendida historicamente, sendo as contradições internas e a relação dominante de produção inerente ao período o foco central da análise, uma vez que são estas relações que determinam o papel representado por todas as demais forças e relações, sejam elas internas ou externas. Assim, Dobb se recusa a analisar o ressurgimento do comércio de longa distância como um evento capaz de determinar por si só a desestruturação da sociedade feudal. O declínio do modo de produção feudal deve ser apreendido levando em conta principalmente suas forças internas e *as relações entre as forças externas e internas*. O mais relevante é que Dobb lançou uma nova luz sobre as considerações usuais referentes ao comércio. Conseguiu se desviar do circulacionismo, sem contudo excluir o papel das novas relações mercantis na derrocada do feudalismo. Ao fazer a conexão entre o desenvolvimento do capital comercial e o aumento da necessidade da nobreza por maiores rendimentos, Dobb dá um passo decisivo para o esclarecimento desta questão.

É interessante observar que este tema já havia sido tratado com certo brilhantismo nos *Studies...*; onde podemos encontrar uma acurada explicação sobre o duplo papel exercido pelos grandes mercadores e pelo “comércio de longa distância” sobre o feudalismo. Há uma cuidadosa descrição do papel “revolucionário” que se expressou no aumento da circulação monetária, na maior estratificação social (novas frações de classe com interesses complexos), no impulso à formação do trabalho livre

em certas regiões e, fundamentalmente, na concentração de riquezas em poucas mãos. Mas Dobb nos mostrou também a feição conservadora decorrente do recrudescimento destas transações mercantis: a aliança entre os grandes mercadores e a nobreza, a manutenção e até o reforço dos “privilégios feudais” - monopólios e a regulação corporativa das guildas - como mecanismos destinados a garantir os lucros que, como sabemos, fundavam-se na inequivalência das trocas, tornando toda relação comercial necessariamente coercitiva e predatória³²³. Além disto, como vimos, uma parcela considerável da nobreza respondeu às necessidades derivadas desta forma de comércio com o acirramento do trabalho compulsório. Já nos *Studies...*, portanto, fica suficientemente claro que a influência da reabertura das antigas rotas comerciais não foi um evento totalmente disruptivo. Pelo contrário, os mercadores de maior porte adaptaram-se à dinâmica do feudalismo, alinhando-se com as forças conservadoras no momento em que este modo de produção entrou definitivamente em agonia. Deste modo, podemos observar que neste livro a relação entre determinação interna e indução externa surge naturalmente no desenrolar da argumentação, respeitando a complexidade da questão, sem dar lugar a discussões excessivamente formais. Não existem linhas demarcatórias precisas entre estas duas ordens de determinações porque os limites que as separam são tênues. Insistir em uma distinção rigorosa - como Sweezy insinua em suas críticas- é sucumbir ao reducionismo³²⁴.

Mas o rigor metodológico de Dobb não prepondera por toda a sua explicação. Por vezes este autor entra em contradição com seus próprios princípios e pressupostos metodológicos, aproximando-se do que Brenner denomina “transição direta ao capitalismo”. Não obstante a clareza com que apresenta a raiz da crise feudal, Dobb termina por explicar tanto o colapso final da produção feudal quanto a gênese do capitalismo como decorrente da emergência de uma classe que se desenvolvia *paralelamente* à sociedade feudal: a burguesia. A relação entre a ascensão da burguesia e o declínio da nobreza é extremamente intrincada, e é exatamente seu caráter ambíguo e contraditório que deveria ser melhor explorado por Dobb. Essa inconsistência existe e é agravada quando Dobb descreve o processo de “independentização do pequeno modo de produção” no interior do feudalismo. A crítica de Brenner esgota-se neste ponto: a detecção desta inconsistência. É necessário ir além disto. Na realidade, a explicação sobre a formação do capitalismo proposta por

³²³ Na realidade, Dobb apenas sugere que, nesta ocasião, as trocas eram desiguais. O primeiro autor a enfatizar esta idéia foi Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sobre esta questão, há também o interessante estudo de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Dobb só pode ser extraída de forma indireta, pois deriva de sua análise sobre as contradições internas do modo de produção feudal. Como salienta Hans Medick em seu breve balanço sobre o debate, Dobb descreve o desenvolvimento das relações capitalistas de produção como um processo em curso nos interstícios do feudalismo, dotado de um certo potencial de auto-desenvolvimento, que culmina na formação de uma “classe burguesa” cuja inclinação revolucionária fica a cargo dos “camponeses-kulaks” e dos artesãos de média escala. No fundo, Dobb tenta explicar a gênese do capitalismo como um processo de desenvolvimento “protocapitalista”, ligado à crise do feudalismo. Este é, sem dúvida, o caminho mais frutífero. Porém, Dobb não foi capaz de integrar efetivamente a evolução deste protocapitalismo à dinâmica que pôs fim ao modo de produção feudal. Isto fica particularmente claro em sua análise da acumulação primitiva, que apesar de contemplar a dimensão jurídico-política, sua principal ênfase permaneceu no fato desta acumulação ser “prévia” ao capitalismo industrial³²⁵. A observação de Guy Bois, que reproduzimos no capítulo VI, permanece válida: *a explicação da formação do capitalismo não foi suficientemente integrada aos movimentos de longa duração feudais exatamente porque a dinâmica deste modo de produção ainda permanece um mistério.*

*

A controvérsia sobre as “duas vias” de desenvolvimento capitalista foi um dos temas que ocupou um espaço considerável na polêmica Dobb-Sweezy. Neste caso em particular, há um mal entendido geral, que deriva de um hiperdimensionamento da oposição entre Dobb e Sweezy, assim como de uma leitura muito literal e descontextualizada de Marx. Seremos categóricos: a via número 2 não é necessariamente estranha à formação do capitalismo. Pelo contrário, em certos casos ela tendeu a atuar neste sentido. Um exemplo: assim que a centralização do poder tornou-se a tendência dominante, apenas os grandes mercadores puderam suprir as demandas do Estado em expansão. Para tanto tiveram de recorrer constantemente ao *putting out system*. Aqui encontra-se o ponto decisivo: no que diz respeito ao progresso da técnica e à racionalização da produção, as encomendas de luxo, embora representassem somas de vulto, eram muito menos importantes do que o fornecimento de suprimentos para cobrir as demandas do serviço público, particularmente a provisão de material bélico que, como Georges Lefebvre salienta, exigia uma produção em massa que tinha de aliar quantidade, regularidade e homogeneidade. Nestes

³²⁴ Logo à frente retomaremos este ponto.

casos, a tendência dominante foi a organização e a concentração da produção em uma direção capitalista:

“Nestas condições - escreve Lefebvre -, parece-me que os fatos poderiam ser apresentados da seguinte forma: o negociante cria a manufatura e seus interesses entram em acordo com os do Estado, e também com os dos grandes proprietários fundiários que tentam reorganizar a distribuição das terras, eliminando os rendeiros, para transformar a agricultura. Seguindo o seu exemplo, os camponeses, que tiveram a possibilidade de fazer suas economias, e os artesãos, que tomaram parte na acumulação primitiva do capital, tentam estabelecer uma exploração agrícola do tipo novo ou uma manufatura. Como o Estado não dirige a sua atenção para eles, alegram-se quando com ele podem negociar, ou quando negociam com os aristocratas, sonhando tomar parte no governo, a fim de suprimir os privilégios e monopólios, para eventualmente obter as encomendas do Estado. Dai deve ser evidente que, quando da primeira revolução na Inglaterra, se pronunciassem pelo Parlamento. Um dos traços da revolução de 1789 na França encontra-se na mesma origem. Acrescento que, entretanto, o recurso ao Estado que condenavam juntamente com os negociantes, não lhes seria indiferente - os partidários da livre-empresa, encontrando-se no poder, o utilizaram tão eficazmente quanto o negociante privilegiado.”³²⁵

Dobb, em algumas passagens, *tende* a classificar este tipo de organização da produção como parte da via revolucionária. Takahashi critica este procedimento como contraditório, pois o *putting out* não passa de uma forma encontrada pelo capital mercantil para controlar a produção, devendo portanto ser arrolado como um elemento da via número 2. Sweezy faz outra objeção: Dobb, ao comentar o assunto, teria feito uma má leitura de Marx, pois o que este estava realmente pondo em contraste ao referir-se às duas vias era o “passo de tartaruga” do mercador-empresário com relação às empresas capitalistas “amadurecidas” que concentravam todas as fases da manufatura de um determinado produto. Em certa medida, estas três posições acabaram formando o núcleo em torno do qual a reflexão sobre o tema passou a gravitar. Como ocorre com todos os problemas mal formulados, esta abordagem deu lugar a um círculo vicioso quase insuperável. Para nos libertarmos desta falsa questão, permanecendo ainda nos quadros do debate Dobb-Sweezy, examinaremos em primeiro lugar os limites da observação de Takahashi. A formulação original de Dobb não é tão simples assim. A rigor, nos *Studies...*, o *putting out* encaixa-se nas duas vias, dependendo do ramo de produção em foco. Na realidade é difícil separá-las, pois a fusão e o desenvolvimento combinado ocorreram constantemente,

³²⁵ cf MEDIK, Hans “La transición del feudalismo al capitalismo: renovación del debate” in: SAMUEL, R. *Historia Popular y Teoría Socialista*, 1984, p. 181-2.

impulsionando a progressiva capitalização da indústria e da agricultura³²⁷. Como pudemos notar no capítulo I deste trabalho, Dobb não faz a distinção entre as 2 vias tendo como referência apenas a organização da produção, mas sobretudo a estrutura de classes. Nos artigos onde responde à Sweezy, Dobb torna a sua formulação ainda mais explícita: a distinção é efetuada naquele plano para tornar possível a compreensão dos alinhamentos de classe que precederam e conduziram a Revolução Inglesa do século XVII. Em princípio, a articulação da organização da produção com a estrutura de classes é um passo decisivo em qualquer análise materialista. É exatamente isto que torna o trabalho de Dobb interessante e garante a coerência com a sua diretriz fundamental: tratar o feudalismo como um modo de produção. No entanto, temos de fazer uma ressalva. Neste caso, as análises de Dobb só valem para a Inglaterra. Quando faz referência às reflexões de Marx sobre o capital mercantil e as duas vias, Dobb escreve:

“As evidências que foram acumuladas nas décadas recentes esclarecem ainda mais que o tipo de transição ao qual Marx estava se referindo estava já em processo na Inglaterra na segunda metade do século XVI, e que já na ascensão de Carlos I certas transformações significativas no modo de produção já haviam ocorrido: uma circunstância particularmente relevante aos acontecimentos políticos da Inglaterra no século XVII, que apresenta todos os indícios de uma revolução burguesa clássica”³²⁸.

Portanto, não é possível generalizar esta interpretação sem cometer um grave equívoco: confundir a análise lógico-genética empreendida por Marx em *O Capital* com uma análise histórica. Parece não haver dúvida de que Marx localiza-se em outro plano. O que Dobb tentou fazer foi, baseando-se nos conhecimentos disponíveis na década de 40 sobre a história econômica da Inglaterra, estabelecer as mediações necessárias entre o plano lógico-formal e a investigação sobre um problema determinado: a conexão entre a organização da produção, a luta de classes e a revolução burguesa na Inglaterra. Contudo, sem dar lugar a ecletismos simplificadores, podemos afirmar que a interpretação de Sweezy sobre as duas vias não é incompatível com a proposta por Dobb. Em “A Rejoinder”, comentando a ascensão do capitalismo na Inglaterra, o próprio Sweezy acaba reconhecendo isto:

³²⁷ O próprio Brenner, em *Merchants and Revolution*, implicitamente, aborda esta questão com mais rigor ao tratar da formação e do desenvolvimento dos novos mercadores. Em 1994, A. Callinicos já havia chamado a atenção sobre este ponto: “Na explicação de Brenner, contudo, os novos mercadores formam um caso mais complexo, visto que, se eles usam seus recursos financeiros para ganhar controle sobre as *plantations* coloniais, em conformidade com o padrão identificado à via no. 2, sua origem como plantadores, capitães, lojistas e artesões sugere uma trajetória próxima à via no. 1. As implicações do estudo de Brenner para as tentativas de teorizar a transição do feudalismo ao capitalismo vão um pouco além do debate provocado por seus ensaios originais.” CALLINICOS, A. “The English...” *cit.* p. 132.

“Dobb lança bastante luz sobre esta questão, embora tenho certeza de que seria o último a defender ter dado uma resposta definitiva. Muita da sua ênfase é dirigido àquilo que Marx chamou a “via realmente revolucionária” que os capitalistas industriais desenvolveram, que Dobb interpreta como a ascensão dos *small men* das fileiras dos pequenos produtores. No meu artigo original critiquei esta interpretação de Marx, mas a réplica de Dobb e uma posterior reflexão me levaram a concluir que embora não seja esta a única interpretação possível é, não obstante, uma interpretação legítima, que aponta numa direção frutífera. O que se requer agora, parece-me, é uma pesquisa factual mais abundante sobre as origens da burguesia industrial.”³²⁹

De modo sintomático, toda a celeuma provocada pela primeira intervenção de Sweezy, alimentada pela réplica de Dobb nos mesmos termos, não estava relacionada diretamente com as divergências que se poderia esperar de um estudo sobre as transformações na organização da produção, nos conflitos de classe e no padrão de investimentos na Inglaterra do século XVII. O que realmente tornou a discussão acalorada foi o choque de interpretações aparentemente díspares sobre certos momentos da reflexão de Marx.

*

A tensão entre “determinações internas” e “externas” foi uma questão que ocupou uma posição de destaque ao longo da polémica sobre a transição. O recrudescimento do comércio e a ascensão das cidades são temas diretamente ligados a esta reflexão, embora isto nem sempre apareça de forma explícita nas diversas interpretações. A oposição entre a cidade e o campo vista como um contraste entre o dinamismo do mercado “capitalista” e o caráter estático da economia rural de subsistência deriva diretamente do que podemos denominar “modelo dualista” da transição, o qual enfatiza o efeito dissolvente de uma economia monetarizada sobre a “economia natural” que supostamente dominava as áreas rurais na Europa pré-industrial. No entanto, identificar imediatamente o comércio com a cidade e conceber esta articulação como o princípio dinâmico do progresso não passa de uma capitulação da História frente aos preceitos da Economia Clássica e Neoclássica: interpretar retroativamente o papel progressista e decisivo da burguesia urbana significa considerar o mercado capitalista como a única força dinâmica, o princípio responsável por toda mudança, a força “externa” que desintegra o feudalismo e que constitui ao mesmo tempo o ponto de partida e o resultado teleológico da história³³⁰.

³²⁸ DOBB, M. *Studies... op.cit.* p. 123

³²⁹ SWEEZY, P. “A Rejoinder” *cit.* p. 63

³³⁰ cf. MERRINGTON, J. “The...”

Mas as coisas não são tão simples assim. Como argutamente salienta John Merrington, o capital e os mercados nos quais o crescimento urbano feudal se baseava não eram “ancestrais lineares do mercado mundial capitalista”. Da mesma forma, a liberdade das cidades no feudalismo não pode ser analisada sem considerar as possibilidades e os limites impostos pelo capital comercial e pela estrutura de dominação de classes. Longe de constituírem “ilhas não-feudais”, “poros capitalistas”, etc.; as cidades ofereciam um tipo de liberdade que fundamentava-se no *parcelamento da soberania* e na coincidência entre a esfera política e econômica que permitia a expropriação do excedente³³¹. Era exatamente a existência desta autonomia urbana corporativa como um *senhor coletivo* que garantia a conexão do capital mercantil com os centros urbanos e possibilitava o seu desenvolvimento em conjunto.

“Por isso - escreve Merrington -, este “capitalismo” urbano foi tanto interno quanto externo ao modo feudal (...). A terminologia “interno” versus “externo” presente no debate Dobb-Sweezy deve ser reinterpretada a essa luz. A “oposição” dessas cidades foi uma oposição de esferas econômico-corporativas de soberania: o que deve ser interpretado como um elemento tão interno ao feudalismo quanto a ascensão e o declínio da economia senhorial - de fato, ele é definido por esta coexistência. Longe de ser imóvel, muito menos exclusivamente “rural”, o feudalismo foi o primeiro modo de produção na história a permitir, devido a sua própria ausência de soberania, um lugar estrutural autônomo para a produção urbana e para o capital mercantil”³³²

Essa espécie de “externalidade interna” foi a base da autonomização do capital mercantil, pois permitiu que ele se apoderasse das relações de troca inter-regionais e dominasse as rotas do comércio de longa distância, preservando o isolamento da esfera da produção como condição fundamental para a obtenção dos lucros. Somente esta perspectiva, a qual não contraria o princípio básico de que o feudalismo deve ser apreendido como um modo de produção, nos permite compreender melhor a especificidade da relação cidade-campo neste sistema. A “oposição” cidade-campo possui, neste caso, uma forma e uma dinâmica completamente diferente da que representa no modo capitalista de produção. Como ressalta Merrington, tanto em *A Ideologia Alemã* quanto em *O Capital*, Marx realmente afirma que a separação entre a cidade e o campo consiste no *fundamento de toda a divisão social do trabalho*, comum

³³¹ Idéia que Perry ANDERSON integra em seu famoso estudo sobre o Estado Absolutista: “ (...) A cidade medieval fora capaz de desenvolver-se porque a dispersão hierárquica de soberanias no modo de produção feudal libertara pela primeira vez as economias urbanas da dominação direta de uma classe dirigente rural. Neste sentido, as cidades nunca foram exógenas ao feudalismo no Ocidente, como vimos: com efeito, a própria condição de sua existência era a singular “destotalização” da soberania na ordem político-econômica do feudalismo.” *Linhas do Estado Absolutista* p. 20-1. (Anderson faz uma referência ao estudo de Merrington, que ainda não havia sido publicado)

³³² MERRINGTON, J. cit. p. 78

às mais diversas formações sociais, mas não podemos ir além sem deformar o texto: esta divisão simplesmente estabelece a cidade em si, e não pode ser confundida com a divisão *capitalista* do trabalho e o lugar nela ocupado pelo cidade *capitalista*.

As possibilidades e os limites impostos ao desenvolvimento urbano no modo de produção feudal eram determinados pelo desempenho da economia agrária. Para poderem crescer, as cidades tinham de exercer um domínio “político” sobre o campo, garantindo uma posição privilegiada nas transações comerciais, constituindo monopólios corporativos, garantindo a exclusividade das trocas urbanas e impondo restrições aos produtos manufaturados provenientes das pequenas indústrias rurais. Além disto, exerciam uma dominação financeira, pois concentravam a oferta de crédito. É neste sentido que, como já afirmamos, as cidades atuavam como “senhores coletivos”, garantindo a sua vitalidade mediante a subordinação da zona rural aos seus interesses. Disto deriva a ausência nas cidades de um ímpeto revolucionário, pois há uma clara convergência de interesses entre a burguesia dos grandes centros e a “velha ordem”: a exploração do campo por intermédio das mais variadas modalidades de renda, a forma dominante de expropriação do excedente que só foi suplantada quando o capital assumiu o controle efetivo sobre o processo produtivo. Assim, o desenvolvimento das cidades no modo de produção feudal é um processo estritamente ligado à autonomização do capital mercantil, apresentando uma tensão similar à inerente a esta forma de capital: o potencial transformador dos centros urbanos não é capaz de suprimir por si só a sua feição feudal. É necessário insistir: a ascensão das cidades, a rigor, não ocorre paralelamente ao encaminhamento da crise do feudalismo, como um efeito colateral ou um corpo estranho. Pelo contrário, representa uma das manifestações da transformação da estrutura de classes posta em marcha pela intensificação dos conflitos que progressivamente abalavam a sociedade feudal. Abandonar a falsa oposição entre “forças internas” e “externas” consiste num passo decisivo para refletir sobre a transição ao modo capitalista de produção.

Os limites da concepção dualística ficam evidentes quando levamos em consideração o fato do capital comercial, ao conquistar sua autonomia, ter assumido *primeiro* o controle da produção *fora dos limites da cidade*, nas aldeias que não possuíam guildas, subordinando não só as nascentes indústrias fabris (*factory-based industry*), mas também as indústrias rurais domésticas e o *putting out system*. O deslocamento da indústria para o campo corresponde à formação da *manufatura*, quando o capital passa a dominar formalmente a produção. Somente após a mecanização completa da produção, ou seja, quando a indústria fabril se torna a base da produção, é que se estabelece a verdadeira transição ao modo capitalista de produção.

realmente o trabalho, pondo em marcha o modo especificamente capitalista de produção, é que a predominância da cidade sobre o campo deixa de ser imposta externamente, pela força, e passa a reproduzir-se *como parte do processo de valorização*. Neste ponto ocorre a oposição capitalista entre a cidade e o campo. Assim, somente quando o modo de produção capitalista passa a caminhar sobre seus próprios pés é que a atividade rural torna-se “agricultura”, isto é, uma indústria onde domina a produção de alimentos e de matérias-primas.³³³

*

Um ponto muito importante, e que foi relegado a segundo plano, diz respeito à ação do Estado no declínio do feudalismo. Vamos concentrar nossa análise na Inglaterra do século XVII, período considerado por todos os autores envolvidos na polêmica como complexo e transitório.³³⁴ Tentaremos demonstrar que nos dois debates aqui analisados esta questão não foi suficientemente esclarecida, tratando-se na verdade de um ponto débil que não recebeu uma resposta muito convincente até hoje. É necessário deixar bem claro que não temos a pretensão de tentar “resolver” esta questão, já que isto exigiria um estudo específico e aprofundado que nos desviaria de nossos objetivos iniciais. O simples fato deste tema surgir apenas em segundo plano já impede que concentremos nossa intenção de forma mais sistemática a ele. Tendo isto em vista, nossa intenção aqui é bastante modesta: resume-se em apresentar de forma condensada como esta questão é abordada nas principais interpretações que estudamos.

Como pudemos observar, de acordo com Sweezy, o período localizado entre os séculos XVI e XVII não era nem feudal e nem capitalista. Como então classificar o Estado e as classes dominantes? Dobb, em sua réplica já havia feito esta pergunta. Eis a resposta de Sweezy:

“Reconheço que estas questões têm sido seriamente debatidas pelos marxistas britânicos desde há alguns anos para cá, e é talvez apressado exprimir qualquer opinião sobre elas. Permitam-me, então, pôr o meu comentário sob a forma de uma dúvida. *Por que não admitir a possibilidade, que Dobb não menciona, de que no*

³³³ *ibid.*, *op.cit* p. 72-3; 87-8. A.B. HIBBERT já havia defendido estas idéias em 1953, quando publicou um artigo que pode ser sintetizado da seguinte maneira: mesmo no início da Idade Média o comércio não era estranho à sociedade feudal, pois o seu desenvolvimento foi encorajado, *até certo ponto*, pelas classes dominantes (*Feudal rulers*). O autor destaca que tanto o crescimento urbano quanto as atividades mercantis dependiam do desempenho da estrutura agrária, e coincidiam com a forma feudal de expansão. Apoiando-se em diversos estudos monográficos, Hibbert demonstra que grande parte das cidades mais importantes foram erigidas por iniciativa senhorial (Gênova, Milão, Cambridge, etc.). *cf.* HIBBERT “The origins of the medieval town patriciate” *Past & Present* no. 3, (1953).

³³⁴ Estamos excluindo aqui os autores que classificamos como neomalhtusianos, pois incorporamos suas interpretações a este trabalho com o objetivo de facilitar a compreensão das idéias de Robert Brenner.

período em questão não havia uma classe governante mas várias, baseadas em diferentes formas de propriedade e comprometidas numa luta mais ou menos contínua pelo domínio e pela posterior supremacia?.”³³⁵

Fica claro que, se concordarmos com Sweezy, não podemos identificar nenhuma classe governante no poder, e muito menos classificar o Estado como feudal ou como capitalista. Na verdade, o papel efetivo do Estado na transição não é muito claro na explicação deste autor. No entanto, em um breve comentário referente a uma passagem de Engels,³³⁶ Sweezy sugere que o Estado assume o papel de mediador entre as classes em conflito, adquirindo certo grau de independência, que perdura até a burguesia reunir força suficiente para conquistá-lo e exercer sua dominação sobre toda a sociedade.

“Nesta interpretação, - escreve Sweezy - a Guerra Civil foi a revolução burguesa no sentido exato em que permitiu à classe capitalista dominar o Estado e alcançar uma ascendência definitiva sobre as outras classes³³⁷.”

Este é o último parágrafo de sua tréplica a Dobb. Podemos sintetizar a posição de Sweezy da seguinte forma: o “sistema pré-capitalista produtor de mercadorias” foi marcado por uma luta intensa entre várias classes, conflito que por um bom tempo tendeu ao equilíbrio. Mas a burguesia já vinha vencendo seus rivais na esfera econômica e com isto foi revertendo aos poucos a antiga situação de equilíbrio, de forma que ao assumir o poder do Estado ela consegue desferir o golpe final e se projetar sobre todas as demais classes. Partindo das cidades e dos entrepostos comerciais, o capitalismo se consolida definitivamente quando a burguesia toma o poder político.

Dobb, por sua vez, tende a caracterizar o Estado como feudal. Nos capítulos III e IV dos *Studies...*,³³⁸ o autor descreve vários acordos e coalizões realizadas entre a burguesia mercantil e a nobreza, onde os burgueses forneciam crédito a uma aristocracia perdulária e freqüentemente endividada, em troca de terras, privilégios

³³⁵ SWEEZY, P. “A Rejoinder” *op. cit.* p.64. Já havíamos mencionado brevemente este ponto no capítulo III, quando incorporamos as críticas de Christopher Hill às formulações de Sweezy.

³³⁶ A citação de Engels é a seguinte: “Em certos momentos ocorre excepcionalmente que as classes em luta se equilibram de tal modo que o poder público ganha um certo grau de independência colocando-se como mediador entre elas. A monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII estava em tal posição, equilibrando os nobres e os burgueses um contra os outros” ENGELS. F. *apud* SWEEZY, P.; *ibid* Em uma nota de rodapé Sweezy esclarece que no caso em particular, Engels se referia ao continente, na Inglaterra a data é um pouco anterior.

³³⁷ SWEEZY, *Ibid* p. 64

políticos, monopólios ou até mesmo proteção militar, alianças que, mesmo movidas fundamentalmente por interesses mercantis, não alteravam a feição do Estado: ele permanecia *predominantemente* feudal. Nos artigos que escreveu para se defender das críticas de Sweezy, tratando da controvérsia referente à existência ou não de uma revolução burguesa na Inglaterra, Dobb expõe de forma clara sua posição referente à natureza do Estado:

“Trata-se de um problema que tem ocupado, nos últimos anos, na Inglaterra, grande parte da discussão entre historiadores marxistas. O problema da natureza dos Estados absolutos desta época foi também assunto de discussão entre os historiadores soviéticos, antes da guerra. Se rejeitarmos as alternativas mencionadas,³³⁹ resta-nos a opinião (que acredito ser a única correta) de que a classe governante era ainda feudal e que o Estado não passou de um instrumento político do seu governo.”³⁴⁰

O Estado ainda dependia dos métodos de exploração feudais e a nobreza em crise tendeu a se apoiar na Coroa, tentando fazer valer seus privilégios já conquistados e impedir que fossem estendidos para outros indivíduos ou grupos. Esta linha de ação induziu a burguesia a contra-atacar, lutando para moldar o Estado de acordo com os seus interesses. Assim, Dobb classifica a Revolução de XVII como uma “revolução burguesa clássica”,³⁴¹ que realmente pôs fim aos resquícios feudais da administração estatal na Inglaterra.

Para que possamos situar Brenner nesta discussão, é necessário recapitular de forma breve alguns elementos de sua explicação. Durante os séculos XIV e XV, período marcado pelo colapso demográfico, as lutas entre a nobreza e o campesinato produziram resultados distintos no continente europeu: no leste os camponeses não foram capazes de resistir à ofensiva da nobreza, o que resultou no reforço dos laços servis (a “segunda servidão”). Já no oeste da Europa, a maior coesão das comunidades aldeãs garantiu um poder maior de barganha aos servos, o que alterou a ação da nobreza: os senhores tenderam mais a realizar concessões do que reprimir, de modo que a servidão no século subsequente praticamente desapareceu. Feita esta

³³⁸ “The Beginnings of the Bourgeoisie” e “The Rise of Industrial Capital”, respectivamente. Contudo, de forma ambígua, ao comentar o mercantilismo Dobb tende a conceber o Estado como um dos principais promotores das relações de produção capitalistas. cf. DOBB, M. *Studies...* op.cit. p. 177-220.

³³⁹ As alternativas a que Dobb se refere foram brevemente comentadas no capítulo I deste trabalho: a idéia de que não houve nenhum acontecimento central que pudesse ser caracterizado como a “revolução burguesa” (gradualismo) e a hipótese de que a burguesia já havia se apossado do poder político antes de Cromwell promover a revolução, de modo que todos os eventos posteriores a 1642-8 não passaram de uma “contra-revolução permanente.

³⁴⁰ DOBB, M. “A Reply” op.cit. p. 26 (grifos meus)

³⁴¹ cf. DOBB, M. *Studies...* op. cit. p. 123

primeira aproximação, vamos agora nos concentrar sobre as diferenciações que começaram a ocorrer no interior do denominado “feudalismo ocidental”. Durante os séculos XVI e XVII, a luta de classes na França e na Inglaterra alterou a trajetória destes dois países, e a influência do Estado neste processo foi muito importante. Em solo britânico, como vimos no capítulo V, o Estado tendeu a garantir os interesses dos proprietários de terras e dos grandes arrendatários, acelerando o processo de desocupação das terras em regime consuetudinário. Por decorrência, iniciou-se um processo intenso de concentração de terras e de proletarização do campesinato, acentuando ainda mais a já expressiva diferenciação social entre os produtores diretos, consolidando a “clássica” estrutura senhor/grande arrendatário capitalista/trabalhador assalariado. Os eventos na França tomam um rumo completamente diverso, pois o Estado surge como um “fenômeno de classe”: um extrator autônomo de trabalho excedente, que se situa no meio da luta entre produtores diretos e senhores, defendendo a todo custo a pequena propriedade camponesa (sua maior fonte de renda: taxas e impostos), lutando contra a nobrezarentista para açambarcar o maior *quantum* possível de trabalho excedente. O paradoxo é que, se num primeiro momento o Estado garante os direitos de propriedade e a liberdade dos produtores diretos, logo em seguida, após enfraquecer a nobreza que vivia da terra, ele acaba se tornando o maior explorador dos mesmos produtores diretos que havia inicialmente protegido.

Assim, como pudemos observar, a posição de Brenner nesta questão é bastante complexa. O Estado na França, ao garantir os direitos do campesinato, reforça e solidifica as relações de propriedade feudais na agricultura, impondo obstáculos à concentração de terras e à formação de trabalhadores livres, garantindo as “velhas” relações de produção feudais no campo. Na Inglaterra, o Estado tende a se aliar com os arrendatários “capitalistas”, contribuindo com a destruição da propriedade feudal da terra, liberando os pré-requisitos necessários à consolidação de um mercado interno sólido e de uma produção burguesa efetiva. Como evidência Brenner cita as causas distintas das revoltas camponesas: na Inglaterra os camponeses lutavam contra a nobreza e contra os grandes arrendatários para defender a sua propriedade da crescente “usurpação capitalista,” enquanto na França o motivo principal era o caráter impositivo e explorador do Estado absolutista. Uma comparação entre a Revolução Inglesa e a Francesa reforça ainda mais esta idéia: o caráter violento e anti-monarquista dos franceses contrasta muito com os eventos sucedidos na Inglaterra revolucionária.

período republicano (1649-60), a monarquia, *enquanto forma de governo*, se manteve intacta, perdurando até hoje. Contudo, temos de considerar que, fundamentalmente, Brenner efetua esta comparação para tentar reforçar o axioma materialista que considera o mais importante: a primazia da luta de classes na explicação da evolução das sociedades. O segundo propósito, que em alguns momentos assume uma posição central, é a *explicação da singularidade britânica*. É neste sentido, isto é, para tentar responder a estas duas ordens de indagações que Brenner recorre à história comparada. No fundo, o modelo britânico é o principal referencial e a base das formulações teóricas de Brenner sobre a transição. Cientes disto, podemos prosseguir. A rigor, a formação do Estado burguês e a consolidação do capitalismo agrário na Inglaterra são elementos do mesmo problema: a gênese das novas relações de produção, a metamorfose do aparelho estatal e a transformação das classes dominantes (e da forma de sua dominação) estão estreitamente relacionadas, pois fazem parte de um mesmo processo, mais abrangente, que compreende a crise final do feudalismo e a emergência do modo de produção capitalista³⁴².

De forma sintética, são estas as diversas posições sobre a feição do Estado no período transitório e o caráter da revolução burguesa que surgiram nos dois debates que analisamos. Passemos agora às considerações mais gerais. Podemos notar o simplismo com que esta questão é freqüentemente abordada. Muitas vezes presenciamos a seguinte formulação: o período é feudal, logo o Estado também o é. Na crítica de C.Hill à posição de Sweezy este raciocínio aparece de forma explícita. Mas não só: até mesmo nas explicações de Dobb e de Brenner - autores que procuraram se esquivar do simplismo, pondo em evidência a ação complexa (e contraditória) do Estado absolutista que apoiou tanto a nobreza quanto a burguesia nascente - podemos visualizar este tipo de argumento, embora, é claro, de forma matizada. Com muita cautela, Dobb e Brenner classificam o absolutismo como uma forma *feudal* de governo. Entretanto, mesmo levando em consideração o cuidado com que estes dois autores propõem tal classificação, nem sempre ela é justificada adequadamente. Nem Dobb nem Brenner conseguiram explicar um fato comprometedor: a formação do Estado - a centralização do poder - foi um processo que contrariou *principalmente* a nobreza, já que colocou em xeque os próprios

³⁴² Sweezy, ao defender-se das críticas de Brenner, atacou esta idéia. Para ele, '(...) o fim do feudalismo e o início do capitalismo são separados por cerca de dois séculos'. Um pouco adiante: "Concluindo, deixem-me dizer 1. o problema de Brenner está enraizado na sua incapacidade de distinguir, analítica e cronologicamente, o declínio do feudalismo da ascensão do capitalismo; e 2. muito do que ele diz sobre a ascensão do capitalismo aparenta-me interessante e valioso" SWEEZY, P. "Comment on Brenner" in: *New Left Review* No. 108 (1978)

fundamentos desta classe: o poder jurisdicional e o controle de uma força militar própria. Se a Coroa teve força suficiente para tanto, por que simplesmente não liquidou a nobreza? Ou, formulando a questão de outra forma, como foi possível a concentração dos direitos jurisdicionais e a formação de um exército profissional sem o desaparecimento da classe que detinha tais direitos e exercia estas funções? A questão não é simples e permanece no ar.³⁴³ Contudo, a proposição de Sweezy - de certo modo - contorna este problema, pois o absolutismo é caracterizado como um período marcado pela coexistência de várias classes dominantes ou, mais precisamente, como um período onde nenhuma classe é hegemônica. Tendo em vista esta situação particular, a Coroa foi capaz de situar-se em uma posição estratégica: como mediadora das forças em conflito, garantido com isto a sua consolidação. Mas as dificuldades surgem em outro ponto: neste caso, como explicar a revolução burguesa como uma ruptura da "velha ordem"? Todas as proposições analisadas apresentam, portanto, lacunas consideráveis. O confronto inevitável entre estas interpretações - que se arrasta pelo menos desde os anos 50 - ainda não produziu um resultado definitivo. O fato da discussão retornar sempre ao ponto de partida - ou melhor, tender sempre à aporia - não pode ser negligenciado. Talvez esta confusão indique que nos termos em que o problema foi formulado, a resposta é impossível.

³⁴³ Ao enfatizar a auto-transformação da classe senhorial que acompanhou a formação do capitalismo agrário na Inglaterra e que, em grande medida, intensificou a contradição estrutural no seio do Estado, que acabou por precipitar a Guerra Civil de 1642; Brenner dá um passo importante, que pode resultar em uma solução mais satisfatória do problema. Entretanto, exatamente por ter dado este passo, Brenner encontra sérias dificuldades para avançar além dele.

BIBLIOGRAFIA

I - Bibliografia do Debate de 54

DOBB, M. *Studies in the development of capitalism* London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1967 (Edição original: 1946. Há traduções para: Português, Francês, Italiano, Espanhol, etc.)

SWEEZY, Paul M. *et al The transition from feudalism to capitalism: a symposium* c/ introdução de R. Hilton, London: Science and Society, 1963 (Reimpressão da edição original: Science and Society & New Left Books, 1954). Traduções utilizadas: SWEEZY, P. & DOBB, M. *et al Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978 e SWEEZY, P. *et. al A transição do feudalismo ao capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 1983 (Com material suplementar).

II - Bibliografia do “debate Brenner”

ASTON, T.H.; PHILPIN, C.H.E. (ed.) *The Brenner Debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985 (Há tradução para o Espanhol)

III - Bibliografia sobre os debates e bibliografia geral

ALTHUSSER, Louis *A Favor de Marx* tradução portuguesa, Rio de Janeiro: Zahar
 “O Objeto de *O Capital*” in ALTHUSSER, L. *et. al Ler o Capital* Vol.2, tradução portuguesa., Rio de Janeiro: Zahar, 1980

ANDERSON, P. *In the tracks of historical materialism* 2a. reimpressão, Verso: Londres, 1984 (ed.orig.:1983)

Linhagens do estado absolutista tradução portuguesa, 3a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995

Passagens da antigüidade ao feudalismo tradução portuguesa, Reimpressão da 5a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995

- ARRUDA, J. Jobson de Andrade *A Grande Revolução Inglesa de 1640-1780: Revolução Burguesa e Revolução Industrial na construção da sociedade moderna* São Paulo: FFLCH/HUCITEC, 1996
- ASTON, T.H. (ed.) *Crisis in Europa 1560-1660*. tradução espanhola, Madri: Alianza Editorial, 1983
- BALIBAR, E. "Sobre os conceitos fundamentais do Materialismo Histórico" in ALTHUSSER, L. et. al *Ler o Capital*, Vol.2 Rio de Janeiro: Zahar, 1980
- BANAJI, Jairus "The Peasantry in feudal mode of Production: Towards an Economic Model" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol.3 No.3 (1976)
- BLOCH, Marc *A Sociedade Feudal* tradução portuguesa, 2ª ed., Lisboa: Edições 70, 1996
- BRENNER, Robert "The social basis of english commercial expansion: 1550-1650" in: *Journal of Economic History*, No. 32 (1972)
- "The civil war politics of London's merchant community" in: *Past & Present*, No. 58 (1973)
- "The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism" in: *New Left Review* No. 104 (1977)
- "Dobb on the transition from feudalism to capitalism" in: *Cambridge Journal of economics*, No. 2 (1978)
- "Reply to Sweezy" in: *New Left Review*, No.108 (1978)
- "Marx's First Model of the Transition to Capitalism", in CHAVANCE, Bernard (org.), *Marx en Perspective*, Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983
- "The Social Basis of Economic Development", in: ROEMER, John (org.) *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- Merchants and Revolution: commercial change, political conflict, and London's overseas traders 1550-1653* Cambridge: Cambridge University Press, 1993
- "The rises and declines of serfdom in medieval and early modern europe" in: BUSH, M.L. (ed.) *Serfdom and Slavery: studies in legal bondage* Londres & Nova York: Longman, 1999
- BOIS, Guy *The crisis of feudalism: economy and society in Eastern Normandy c. 1300-1550*. tradução inglesa, Cambridge: Cambridge University Press & Editions de la Maison des Sciences de L'Homme (Paris), 1984

- BONNASSIE, Pierre *From Slavery to Feudalism in South-Western Europe* tradução inglesa, Cambridge: Maison des Sciences de l'Homme & Cambridge U. Press, 1991
- BUSH, Michael L. "Serfdom in medieval and modern Europe: a comparison" in: BUSH, M.L. (ed.) *Serfdom and Slavery: studies in legal bondage* Londres & Nova York: Longman, 1999
- CALLINICOS, Alex "England's transition to Capitalism" in: *New Left Review*, No.207 (1994)
- Cambridge Economic History of Europe (the) - Vol I: The agrarian life of the middle ages*, 2ª Edição, Cambridge: Cambridge University Press, 1971
- C.E.R.M. (org) *Sobre o feudalismo* tradução portuguesa, Lisboa: Estampa, 1973
- CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da Europa Pré-Industrial* tradução portuguesa, Lisboa: Edições 70, 1991
- CONTE, Giuliano *Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo* tradução portuguesa, Lisboa: Editorial Presença & Martins Fontes, 1979
- COOK, Scott "Beyond the *Formen*: Towards a revised marxist theory of precapitalist formations and the transition to capitalism" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 4 No.4 (1977)
- CROSS, P. R. "The formation of the english Gentry" in: *Past & Present* no. 147, 1995
- DAVIES, Wendy "On the servile status in the early Middle Ages" in: BUSH, M.L. (ed.) *Serfdom and Slavery: studies in legal bondage* Londres & Nova York: Longman, 1999
- DE VRIES, Jan A *Economia da Europa numa época de crise (1600-1750)* tradução portuguesa, Lisboa: Dom Quixote, 1983
- DOCKÉS, Pierre *La liberación medieval* tradução espanhola, Fondo de Cultura Económica, 1984
- DUGGETT, Michael "Marx on Peasants" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol.2 No. 2, (1975)
- ENNEW, J.; HIRST, P. & TRIBE, K. "'Peasantry' as an Economic category" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 4 No.4 (1977)
- FINE, Ben "On the Origins of Capitalist Development" in: *New Left Review*, No. 109 (1978)
- FINE, B.; LAPAVITSAS & MILIONAKIS, D. "Adressing the World Economy: two steps back" in: *Capital & Class* No. 67 (1999)

- Fontana Economic History of Europe: the middle Ages (the)* Londres: Fontana Books, 1972
- FONTES, Virgínia "O Manifesto Comunista e o pensamento histórico" in: COUTINHO, C.N.et. al; REIS FILHO, D.A. (org.) *O Manifesto comunista 150 anos depois*, Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Perseu Abramo 1998
- FOURQUIN, Guy *História econômica do ocidente medieval* tradução portuguesa, Lisboa: Edições 70, 1991
- FREEDMAN, Paul *The Origins of Servitude in Medieval Catalonia* Cambridge: Cambridge University Press, 1991
- GENTLES, Ian "A new social interpretation" in: *New Left Review*, no.207, (1994).
- HARRIS, Gerald "Political Society and the growth of government in Late Medieval England" in: *Past & Present* no. 138 (1993)
- HELLER, Henry "The Transition Debate in Historical Perspective" in: *Science & Society* Vol. XLIX, No.2 (1985)
- HIBBERT, A. B. "The origins of the medieval town patriciate", *Past & Present* no.3 (1953)
- História da Idade Média* Vol II (séc. XI - XV) & III (a baixa Idade Média) tradução portuguesa, Lisboa: Ed. Estampa, 1978
- HILL, Christopher *The English Revolution* Londres: Lawrence & Wishart, 1955
- "Uma Revolução Burguesa?" in: *Revista Brasileira de História* (1984). Publicado originalmente em POCOCK, J. G. A. (ed.) *Three British Revolutions: 1641, 1688, 1776* Princeton U. Press, 1980
- HILTON, Rodney "Feudalism in Europe: Problems for historical materialists" in: *New Left Review* no. 147 (1984)
- Class conflict and the Crises os Feudalism - Essays in Medieval Social History* Londres: The Hambledon Press, 1985
- "Medieval Market Towns and Simple Commodity Production" in: *Past & Present*, No. 109 (1985)
- Siervos Liberados: los movimientos campesinos medievales y el levantamiento Ingles de 1381* tradução espanhola, Siglo Veintiuno ed., 1982
- HOBBSAWM, Eric. "Peasant and Politics" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 1 No. 1 (1973)
- "A Crise Geral da economia européia no Século XVII" in: Santiago, A. T. (org.) *Capitalismo, transição*, Rio de Janeiro: Ed. Eldorado , 1974

- IGNATIEFF, Michael "De nuevo sobre la acumulación primitiva" in: *Historia popular y teoria socialista* Barcelona: Grijalbo, 1984
- KATZ, Claudio J. "The Dynamics of Feudalism and Historical Materialism" in: *Science & Society*, Vol. 58, No.2 (1994)
- From feudalism to capitalism: marxian theories of class struggle and social change*, Nova York: Greenwood Press, 1989
- "Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism" in: *Theory and Society*, Vol. 22 (1993)
- KRIEDTE, Peter *Camponeses, Senhores e Mercadores. A Europa e a Economia Mundial (1500-1800)* tradução portuguesa, Lisboa: Teorema, s/d
- KULA, Witold *Teoría económica del sistema feudal* tradução espanhola, Siglo XXI, 1974
- LADURIE, E. Le Roy *Os camponeses do Languedoc* tradução portuguesa, Lisboa: Editorial Estampa, 1997
- LEFEBVRE, G.; SOBOUL, A. PROCACCI, G. "Uma discussão histórica: do feudalismo ao capitalismo." in: Santiago, A. T. (org.) *Capitalismo, Transição*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista* tradução portuguesa, Porto: Publicações Escorpão, 1989
- MALTHUS, Thomas R. *An Essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet, and other writers* Nova York: Penguin Books, 1979 (Introdução de Antony FLEW. Ed. original: 1798)
- MUMMY, Gene E. "Town and Country in Adam Smith's *The Wealth of Nations*" in: *Science & Society* no. 4 (1978-79)
- MANDEL, E. *A Formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital* Tradução brasileira, Rio de Janeiro: Zahar, 1968
- MANNING, Brian "The Peasantry and the English Revolution" in: *The Journal of Peasant Studies*, Vol.2 No.2 (1975)
- MARIOTTI, Eduardo "O Debate Brenner: novas perspectivas para o estudo da formação do capitalismo" in: ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA - Curitiba, 1999
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política* tradução portuguesa, 2a. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983

- O Capital: crítica da economia política* tradução portuguesa, 3a. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988 (5 tomos)
- A miséria da filosofia* tradução portuguesa, 2a. ed., São Paulo: Global, 1989
- & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista* tradução portuguesa, 8a. ed., São Paulo: Global, 1990
- & ENGELS, F. *A ideologia alemã* tradução portuguesa, 9a. ed., São Paulo: Hucitec, 1993
- Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata* tradução portuguesa, São Paulo: Editora Moraes, s/d
- MEDICK, Hans "La transición del feudalismo al capitalismo: renovación del debate" in: SAMUEL, R. (org.) *Historia popular y teoria socialista* Tradução espanhola, Barcelona: Grijalbo, 1984
- MERRINGTON, John "Town and Country in the Transition to Capitalism" in: *New Left Review*, No. 93 (1975)
- MORRIL, J. "Conflict probable or inevitable?" in: *New Left Review*, No. 207 (1994)
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* 6ª. ed., São Paulo: Hucitec, 1995
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado* Campinas, 1986 Tese de Doutorado em Economia - Instituto de Economia, UNICAMP
- PARAIN, C. "Evolução do sistema feudal europeu" in: Santiago, A. T. (org.) *Capitalismo, Transição*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974
- PHILLIPS, J.R.S. *La expansión medieval de Europa* tradução espanhola, México D.F. & Madri: Fondo de Cultura Económica, 1994
- WHITE, Lynn *Tecnología medieval y cambio social* tradução espanhola, Buenos Aires: Editorial Paidós, s/d
- WORSLEY, Peter "Economías Campesinas" in: SAMUEL, R. (org.) *Historia popular y teoria socialista* Barcelona: Grijalbo, 1984
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse* tradução espanhola, 6a. edição, México: Siglo Veintiuno, 1989
- SMITH, Adam *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* tradução portuguesa, 2 volumes, São Paulo: Abril Cultural, 1983
- SOFRI, Gianni *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista* tradução portuguesa, São Paulo: Paz e Terra, 1977

- STONE, Lawrence "The Elizabethan Aristocracy: a restatement" *in: Economic History Review*, 2nd. series, no.4 (1952)
- "Social Mobility in England" *in: Past & Present* no. 33 (1966)
- "The Bourgeois Revolution of Seventeenth-Century England Revisited" *in: Past & Present*, no. 109 (1985)
- SWEEZY, P.M. *Capitalismo Moderno* tradução portuguesa, Rio de Janeiro: Graal, 1977
- SZMRECSÁNYI, Tamás "A importância de Malthus na história do pensamento econômico" *in: Malthus Coleção Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo: Ática, 1982
- TIBEBU, Teshale "On the question of Feudalism, Absolutism, and the Bourgeois Revolution" *in: Review* Vol XIII, No.1 (1990)
- TIEDEMANN, R.G. "Rural Change, Peasant Conservatism, and the transition to Capitalism" *in: The Journal of Peasant Studies*, Vol. 9 No.1 (1981)
- TREVOR-ROPER, H.R. "A Crise geral do século XVII" *in: Santiago, A. T. (org.) Capitalismo, Transição*, Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974
- VERHULST, Adriaan "The origins of Towns in the Low Countries and the Pirenne thesis" *in: Past & Present* no. 122 (1989)
- VILAR, P. "Problems of the formation of capitalism" *in: Past & Present*, No. 10 (1956)
- "A transição do feudalismo ao capitalismo" *in: Santiago, A. T. (org.) Capitalismo, Transição*. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1974
- Historia marxista, historia en construcción* tradução espanhola, 2ª ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975